



Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo
Publicação Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP)
Volume / Número v17 n2 - segundo quadrimestre de 2019
ISSN 1984-4506 (*on line*)
Periodicidade quadrimestral

Instituto de Arquitetura e Urbanismo Diretor: Prof. Associado Miguel Antônio Buzzar
Universidade de São Paulo Reitor: Prof. Titular Vahan Agopyan

Conselho Editorial Adauto Lúcio Cardoso (UFRJ,BR); Adrián Gorelik (UNQ,AR); Alberto Sato (UNAB,CL); Andrea Pane (UNINA,IT); Antonio Baptista Coelho (LNEC,PT); Arturo Almandoz (USB,VE); Aurelia Michel (Univ.Paris-Diderot,FR); Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (USP,BR); Carlos Alberto Ferreira Martins (USP,BR); Carlos Antônio Leite Brandão (UFMG,BR); Carlos Roberto Monteiro de Andrade (USP,BR); Claudia Costa Cabral (UFRG,BR); Daniele Vitale (Politecnico di Milano,IT); Fernando Luiz Lara (UT,US); Georges Dantas (UFRN,BR); Irã Taborda Dudeque (UTFPr,BR); Jaelson Bitran Trindade (IPHAN,BR); João Masso Kamita (PUCRio,BR); Joubert José Lancha (USP,BR); Manoel R. Alves (USP,BR); Miguel Buzzar (USP,BR)

As atribuições deste Conselho referem-se à gestão e execução da linha editorial da revista, à definição de aportes e temas, ao estabelecimento das seções, a decisões sobre os artigos a serem publicados, à definição dos pareceristas, das obras a serem objeto de resenhas e dos autores destas.

Editor Tomás Antonio Moreira (IAU-USP) | **Editor Adjunto** Francisco Sales Trajano Filho (IAU-USP)

Secretaria Editorial Anna Laura Pereira Rossi (mestranda IAU-USP) | **Projeto Gráfico** David Sperling, José Eduardo Zanardi | **Produção e Editoração Eletrônica** José Eduardo Zanardi | **Apoio Técnico** Centro de Produção Digital (CPDig-IAU/USP)

Capa Imagens: autoria de Base Urbana, 2019. Projeto gráfico: José Eduardo Zanardi.

Apoio A Revista Risco é apoiada pelo "Programa de Apoio às Publicações Científicas Periódicas da USP"

Bases Indexadas A Revista Risco encontra-se indexada na "Actualidad Iberoamericana", "ARLA - Asociación de Revistas Latinoamericanas de Arquitectura", "BASE - Bielefeld Academic Search Engine", "DOAJ - Directory of Open Access Journals", "SJIF - Scientific Journal Impact Factor"; "Latindex - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal", e "MIAR - Matriz de Información para el Análisis de Revistas".

Contato Instituto de Arquitetura e Urbanismo - IAU-USP, Av. Trabalhador São-carlense n. 400, São Carlos SP, CEP 13566-590 (16) 3373-9312 Fax: (16) 3373-9310 risco@sc.usp.br

__aparte	<p>5 Proposta para a nova sede do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos Escritório de arquitetura Base Urbana</p>
__editorial	<p>24 Editores Tomás Antonio Moreira, Francisco Sales Trajano Filho</p>
__artigos e ensaios	<p>26 O Método Cartográfico no projeto da Arquitetura da Paisagem Luciana Bongiovanni Martins Schenk, Maria Cecília Pedro Bom de Lima</p> <p>41 Enclaves fortificados e segregação urbana: a dinâmica contemporânea de urbanização de Ribeirão Preto Jefferson Oliveira Goulart, Camila de Oliveira Gonçalves</p> <p>60 Cardápio Legislativo: opções e contradições da regulação urbana na produção de lotes nas capitais brasileiras Gisela Cunha Viana Leonelli, Lais Candiotto Medeiros, Marla Jéssica Marinho</p> <p>76 Os primeiros resultados da aplicação da Cota de Solidariedade: como superar seus limites e desfrutar de suas oportunidades Patrícia Cezario Silva, Igor Alves Borges</p> <p>86 Transformação forma urbana e localização de renda: identificação de padrões nas cidades brasileiras Jonathas Magalhães Pereira da Silva</p> <p>114 Caminhos para uma apropriação em arquitetura: possibilidades de resistência e ruptura face ao capitalismo neoliberal Carolina Akemi Martins Morita, Ruy Sardinha Lopes</p>

_transcrição

129

MoMA A&D talks: on curating architecture and design

introduction: Luis Michal, Amanda Saba Ruggiero

131

Interview with Juliet Kinchin

interviewers: Amanda Saba Ruggiero, Luis Michal

136

Interview with Martino Stierli

interviewers: Amanda Saba Ruggiero, Luis Michal

140

Interview with Sean Anderson

interviewers: Amanda Saba Ruggiero, Luis Michal

Proposta para a nova sede do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos

Escritório de arquitetura Base Urbana*

Conhecimento do problema

Quesito 1: Compreensão do projeto. Análise e crítica das condicionantes do projeto

Os edifícios que abrigam atualmente o Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, (IAU-USP), foram construídos no início da década de 90 para este fim específico. Ou seja, o modo de ocupar o terreno, a distribuição do programa no espaço e as articulações entre dentro e fora foram objeto de uma reflexão interna somada às condicionantes, político e financeiras, que resultaram no legado construído que ali está.

Desde a transformação estatutária de Departamento para Instituto, ocorrido em 2010, o IAU incorporou uma série de mudanças em sua estrutura pedagógica, e o aumento do número de alunos passando de 30 para 45 discentes por ano letivo.

Por este contexto entendemos que a criação de um novo Bloco Didático, traz a oportunidade de uma reflexão que ultrapassa os limites da realização de um serviço projetual, e pode se transformar em uma ferramenta pedagógica, pela qual o pensar e o fazer estão expressos e explícitos no próprio processo de trabalho.

Assim, os produtos de cada etapa poderão ganhar expressão gráfica, textual ou tridimensional, de acordo com as oportunidades de ensino que se apresentem no decorrer do processo. Além de, evidentemente, atender aos objetivos de uma futura licitação de obra.

* Base Urbana é um hub de arquitetura que trabalha com o conceito de BASE desde 2007. Agrega equipes multidisciplinares e arquitetos parceiros para desenvolver ações projetuais. Equipe: Catherine Otondo, Arquiteta, sócia fundadora; Mariana M. Gro-nover, Arquiteta, sócia fundadora; Luisa Fecchio, Arquiteta, associada; Raphael Andrade, Arquiteto, associado; Fabiana Faroni, Administradora, funcionária. <<https://baseurbana.arq.br/>>

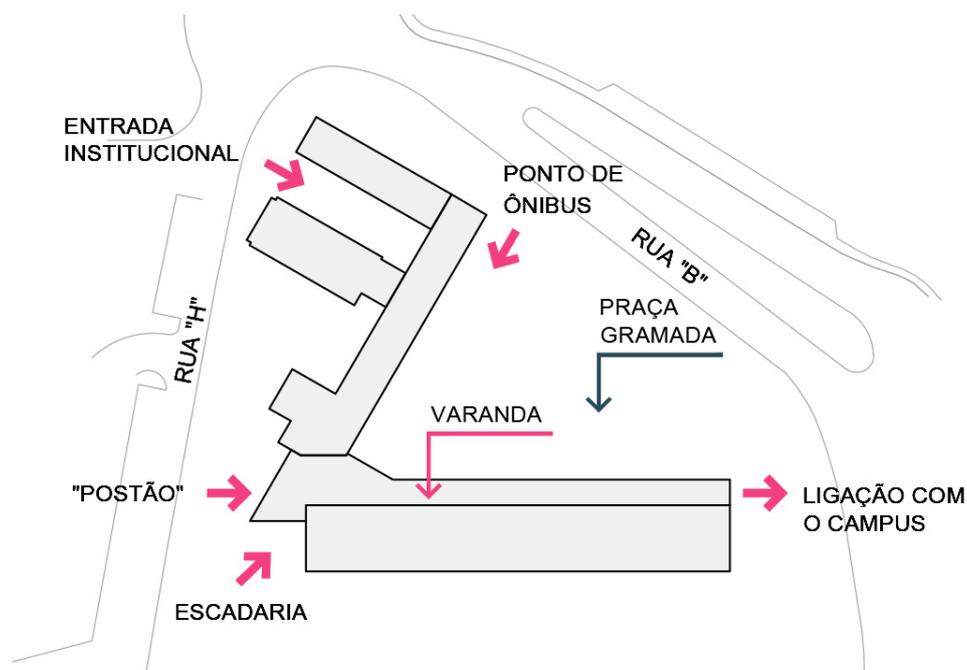


Figura 1: Situação atual, Pré-existências - manter o lugar, requalificar os espaços existentes significativos e manter os endereços reconhecidos. Fonte: Base Urbana.

Esta possibilidade pode se efetivar, sobretudo, porque o edifício será construído no próprio terreno do Instituto, o que por um lado traz uma grande oportunidade de aprendizagem, mas por outro exige que a nova construção se faça de modo a não obstruir as atividades de rotina da comunidade acadêmica.

Por se tratar de um projeto a ser construído sobre uma pré-existência, é fundamental elencar de antemão onde estão as permanências, as memórias e as relações "afetivas" com o espaço. Para nós estas permanências não estão dadas somente pelo legado construído mas também pela configuração da paisagem, das visuais, nos nomes dos lugares, e pelo uso do espaço que se dá sem que haja uma função programática específica, como a varanda dos ateliês por exemplo, que é circulação, lugar de venda de comida, lugar de descansar, almoçar, espaço expositivo... enfim atividades que foram se consolidando no tempo pelo uso não previsto do espaço.

Sabemos ainda, que ao longo dos últimos anos, várias propostas de ocupação e expansão do edifício foram discutidas. Nossa intenção é, em um primeiro momento, estudar estes trabalhos e reconhecer em cada um elementos que poderão ser incorporados às novas diretrizes projetuais.

Assim, a partir do exposto acima e da análise do Edital, do Termo de Referência, da vistoria realizada, e das experiências didáticas que tivemos junto ao IAU nos últimos anos, elaboramos nossa proposta a partir de 3 condicionantes de projeto:

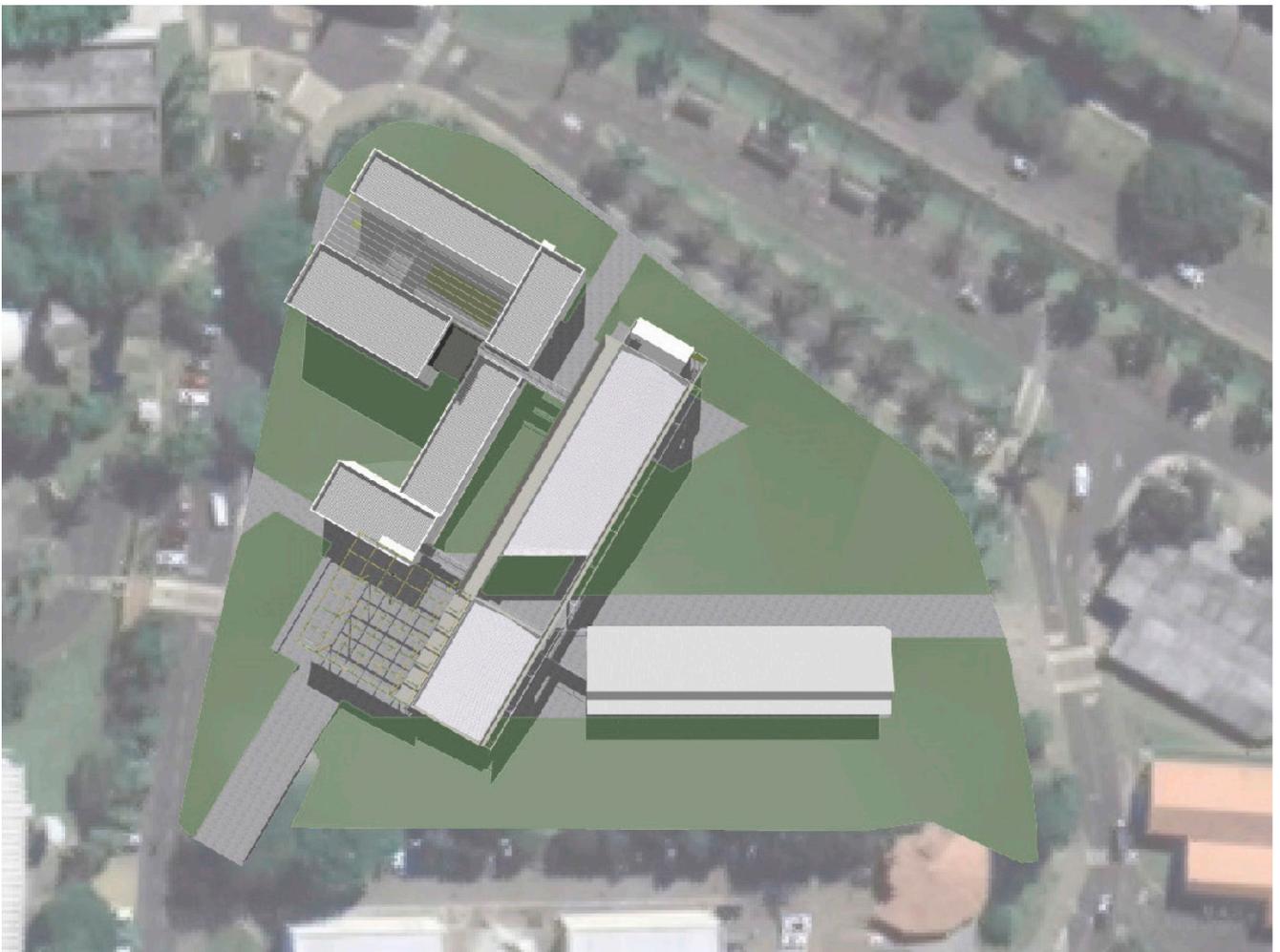
I. Constituir um processo de trabalho inclusivo, que entenda o projeto como também uma ferramenta didática;

II. Planejar a implantação do novo edifício em fases, permitindo que a obra conviva com as atividades cotidianas do Instituto durante o período da sua construção;

III. Realizar um edifício que seja o elemento articulador das pré-existências, e não um objeto único isolado, capaz de ao mesmo tempo ampliar as instalações do Instituto e formar um conjunto único entre novo e antigo.

Figura 2: Implantação. Fonte: Base Urbana.

A seguir apresentaremos uma hipótese de ocupação espacial, que contempla as condicionantes descritas acima.



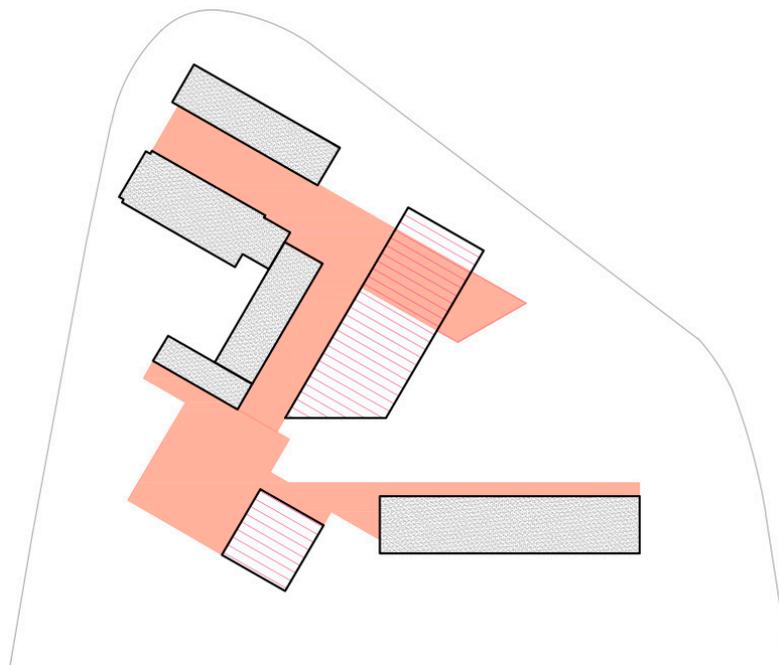


Figura 3: Espaços de conexão - sequência de espaços livres e de conexão, em várias escalas, e ambiências, desde o grande espaço de chegada e exposições (postão), até pequenos recantos de silêncio e isolamento. Fonte: Base Urbana.

Quesito 2 : Concepção arquitetônica

O terreno IAU está situado próximo a entrada principal do Campus da Universidade de São Paulo em São Carlos, na esquina da avenida principal. Esta via divide o acesso ao IAU de um lado, e do outro os laboratórios de construção civil, maquetaria, e o estacionamento de professores.

O Instituto hoje é formado por duas construções principais, uma para o corpo docente e administrativo, implantada paralela à avenida - que por ser em aclive configura dois acessos em cotas diferentes (798.50 e 801.70) - e a outra construção, na cota 801.7 que abriga os ateliês e salas de aula. No encontro destes dois edifícios há uma cobertura solta que configura um espaço aberto, livre, conhecido como postão.

Os dois blocos conformam uma praça gramada no terreno, que expõe a topografia existente, e por ser desocupada de construções, torna-se um lugar para múltiplas atividades do dia a dia do Instituto, um lugar também de estar e de contemplação, dada a sua cota um pouco elevada em relação as ruas adjacentes.

O regime de estudos no IAU é de período integral, e seus alunos, na sua imensa maioria, não são oriundos da cidade de São Carlos, e moram em republicas estudantis. Assim, o espaço escolar é o lugar onde eles passam grande parte do seu tempo e ali realizam, além das atividades pedagógicas, as atividades extra curriculares, sua sociabilidade, festas e assembleias.

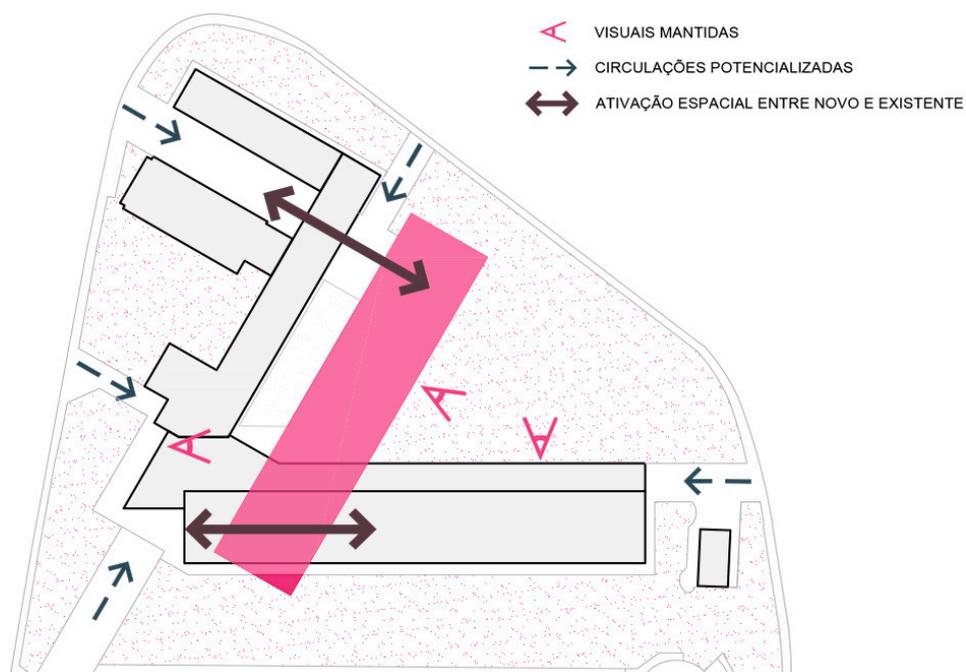


Figura 4: Ocupação do terreno proposta, Estratégia projetual - implantação ativa uma transformação positiva nos edifícios existentes; fortalece e amplia eixos de conexão; mantém visuais paisagísticas. Fonte: Base Urbana.

Por isso é fundamental compreender que os espaços deste Instituto precisam incorporar este tempo entre: onde os alunos não estão necessariamente na sala de aula, mas comendo, tomando sol, namorando, descansando. Espaços, muitas vezes sem nome preciso, que se realizam ora num alargamento da circulação, num pátio estendido no jardim, num sombreamento de um beiral. Nossa proposta espacial considera este “estar entre” contínuo na escola.

Analisando o conjunto de construções que compõe o Instituto, o programa de demandas e o modo de usar os espaços, entendemos que poderia haver dois caminhos preponderantes a trilhar.

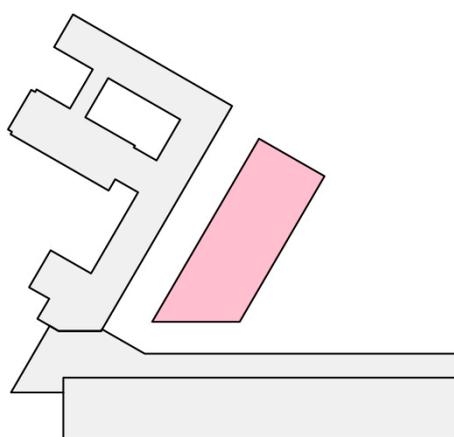
O primeiro seria a construção de um edifício isolado (icônico) no terreno, paralelo à Rua B, ocupando parte da área livre existente, que se conectaria aos outros dois edifícios existentes por meio de passarelas formando um único espaço livre central confinado, resultante da ligação dos três edifícios. Vemos neste partido duas desvantagens: a primeira é que constitui um conjunto construtivo no qual os edifícios permanecem como objetos isolados sobre o terreno, e a segunda é que ocupa grande parte de uma área livre primordial – a praça gramada, que tem um uso cotidiano dos alunos muito intenso, que configura uma paisagem urbana de visuais amplas, e que no nosso entender é um espaço de valor afetivo do IAU.

O outro caminho, adotado por nós, é construir um edifício que ao se implantar ative uma transformação positiva nos blocos existentes, expandindo a qualidade dos espaços, fortalecendo eixos de circulação e entradas, fazendo a articulação do conjunto. Numa ocupação mínima da área livre do jardim, e que possa ser construído sem prejuízo das atividades acadêmicas.

Entendemos que o lugar de implantação deste edifício é no sentido paralelo ao bloco de sala de professores, numa distância ideal entre ambos que possibilite a criação de um espaço verde e arejado, como uma alameda que preserve as árvores existentes. Este novo edifício será dedicado ao uso dos ateliês, das salas de aula e espaços expositivos. Ao se acomodar à topografia do terreno, o edifício se realiza em 3 andares.

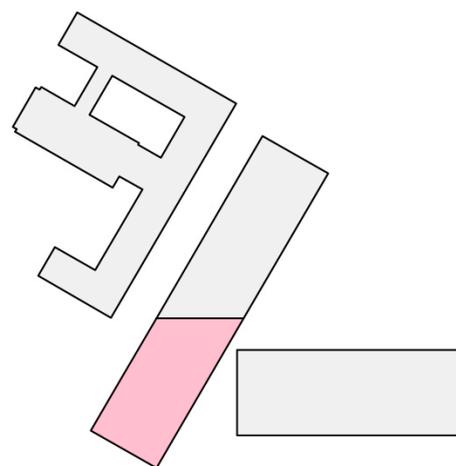
Faz parte de nossa estratégia projetual compreender cada intervenção como uma ação independente entre si, em relação ao seu tempo de realização e o recurso financeiro empenhado. Demonstraremos no Faseamento de Obra uma sugestão de cadenciamento da construção do edifício novo e de reformas sugeridas nos existentes, como consequência dessa implantação, cuja sequência será discutida com a equipe de Fiscalização do IAU.

Figura 5: Faseamento de obra.
Fonte: Base Urbana.



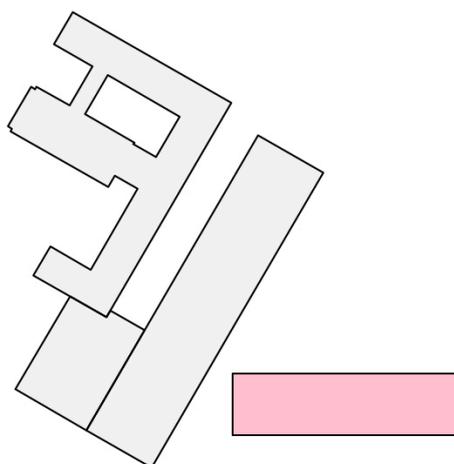
FASE I

Construção do edifício novo, com 5 ateliês de 140,00m², espaço expositivo, banheiros, áreas de apoio e duas salas de aula que serão realocadas no edifício novo, pois na fase seguinte serão demolidas. Tempo estimado de obra: 8 meses.



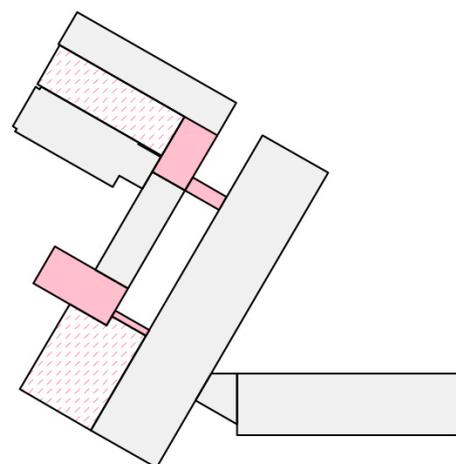
FASE II

Construção da sequência do edifício novo com duas salas de aula de 75,00 m² cada, com áreas de apoio, convivência, secretaria acadêmica nova, e xerox. Tempo estimado de obra: 3 meses.



FASE III

Reforma do edifício atual dos ateliês na nova biblioteca. Esta reforma pode ser executada em duas fases. A primeira no pav. térreo e a segunda no 1º pav. Tempo estimado de obra: 3 a 5 meses.



FASE IV

Espa o expositivo, área abertas, sombreadas, ventiladas para estar, passagens, e circulação vertical. Tempo estimado de obra: 3 meses.

Ao longo da história do IAU, os modos de usar os espaços foram ganhando caráter específico e nomes afetivos” como é o caso do “postão” e da “varanda”. E as entradas da escola foram ficando marcadas, com endereços também específicos: a conexão com o CAASO, se faz pelo ateliê 5, a entrada dos professores visitantes pelo postão, e a pós-graduação ficando mais com a entrada do pavimento térreo. Nosso projeto entende o lugar das entradas como uma preexistência, assim, a disposição espacial do novo bloco didático, mantém o lugar dos endereços afetivos, e propõe uma nova espacialidade para cada uma delas.

Assim a disposição programática no novo bloco surge a partir das possibilidades de conexão com os blocos existentes, definidos do seguinte modo:

Entrada Institucional

Para configurar a entrada institucional, propomos realizar uma cobertura alta, na cota 804.9 (andar das salas de pós-graduação). Esta cobertura tem duas funções: a primeira é dar precisão e formalidade à entrada institucional do IAU, e a segunda é de criar uma conexão deste bloco com o jardim e as demais construções.

A cobertura proposta conduz o caminho que atravessa os blocos de salas de professores e chega na praça gramada, criando assim um eixo transparente, articulador entre a entrada e a praça, da chegada já se avista o jardim.

Nesta cota, o edifício novo toca o chão apenas com o programa de um espaço expositivo e um dos ateliês (além da circulação e espaços de apoio). Imaginamos que seria interessante termos um ateliê neste lugar como uma vitrine daquilo que se faz na escola. Talvez o quinto ano, pudesse estar ali, mais próximo à pós-graduação, e ao mesmo tempo num lugar estratégico que possa ser visto e visitado por todos que passam.

Figura 6: Edifício novo, fachada sudeste, vista do jardim para o espaço expositivo e edifício existente ao fundo. Fonte: Base Urbana.



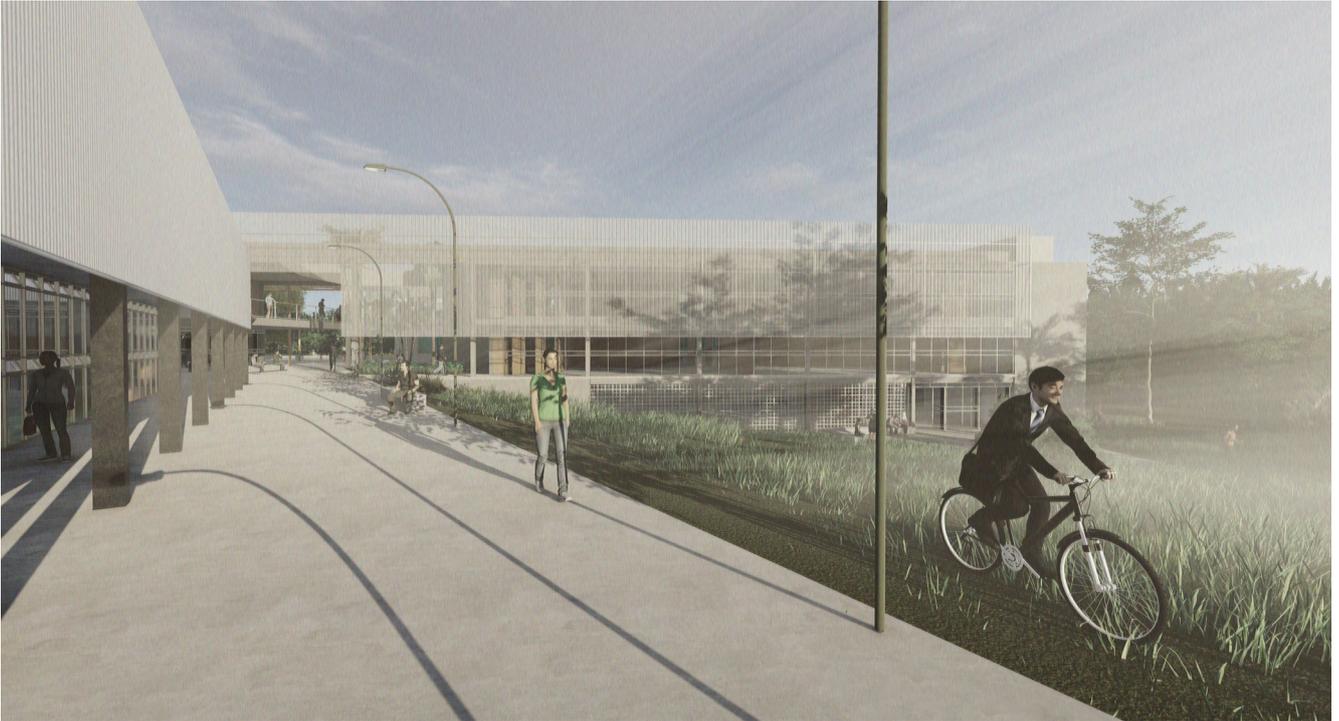


Figura 7: Varanda da biblioteca a esquerda e edifício novo ao fundo com a praça ligando os dois. Fonte: Base Urbana.

Na cota superior, está o pavimento mais ocupado do IAU. O novo edifício atravessa o encontro entre os blocos existentes e conforma neste vértice um espaço livre com pé direito duplo, que acomoda atividades múltiplas, como exposições, pequenas conferencias, assembleias... Assim mantemos, no mesmo lugar, a ambiência existente hoje no postão, mas agora com uma configuração mais precisa e que acolha melhor as varias atividades que o lugar exige.

Uma vez que o edifício novo esteja pronto, propomos a transformação do lugar dos ateliês na biblioteca.

Conhecemos o antigo desejo e necessidade de se fazer uma biblioteca no IAU. E entendemos também que por estarmos em um campus multidisciplinar esta deva estar localizada em um lugar que possa servir não só ao IAU mas às demais unidades. Entendemos, assim, que este lugar é estratégico porque está localizado próximo a chegada de maior conexão do IAU com o campus. Trata se ainda, de um espaço com um pé direito duplo e que portanto pode acomodar futuramente uma ampliação espacial de acordo com o crescimento do acervo. Mas que imediatamente se mostra bastante adequado para receber a biblioteca sem sofrer intervenções construtivas importantes e custosas.

A nova biblioteca e o edifício dos ateliês, seriam assim vitrines que conformam a praça. Ou seja, os principais espaços educativos os livros e a prática do projeto voltados para o espaço livre, aberto e verde, configurando uma paisagem equilibrada e harmônica entre cheios e vazios. Luz e sombra, numa sucessão de superfícies opacas e transparentes.

No último pavimento do edifício novo, localizam-se mais dois ateliês e o anfiteatro, que tem acesso direto pelo postão. Este edifício conecta-se ao bloco das salas de pós-graduação por meio de uma circulação coberta, e também ao que poderia ser, num segundo momento, um mezanino para a futura biblioteca.

Deste modo a nova construção configura-se não como um edifício icônico, ou um objeto solto na paisagem, mas como uma infraestrutura de conexão, valorização e ampliação dos espaços que já fazem parte da história do IAU. Conforma-se uma nova fachada para a praça. Uma fachada agora mais dinâmica pois conta com a animação das atividades dos ateliês. Valoriza-se a entrada institucional do Instituto, requalifica-se o postão como salão de encontro e exposições, cria-se o lugar da biblioteca em uma construção existente, agora com aberturas de vidro para a antiga varanda que ganha certa urbanidade, como uma calçada coberta na cidade, que conecta usos reconhecidos, mas que também possibilita o acaso, e os encontros imprevisíveis.

Figura 8: A praça permanece um espaço amplo e livre que conecta o edifício novo e a biblioteca. Fonte: Base Urbana.



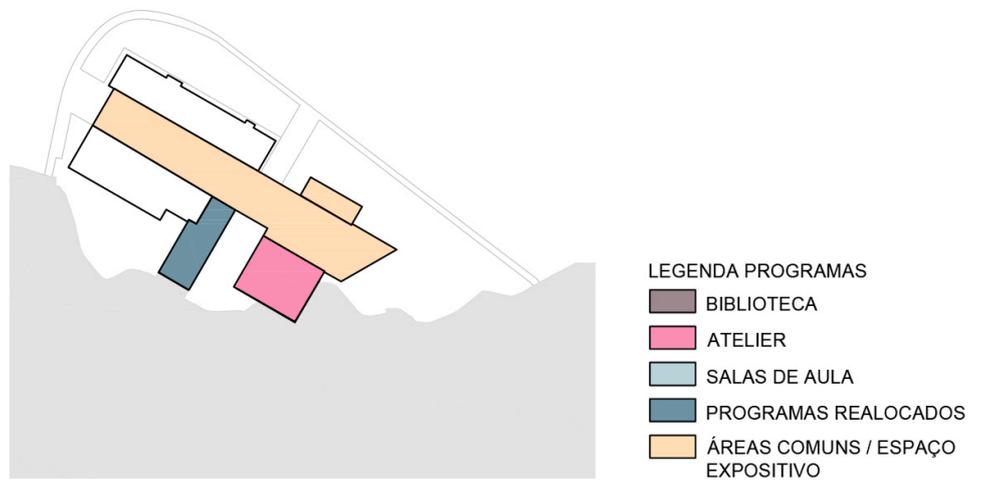
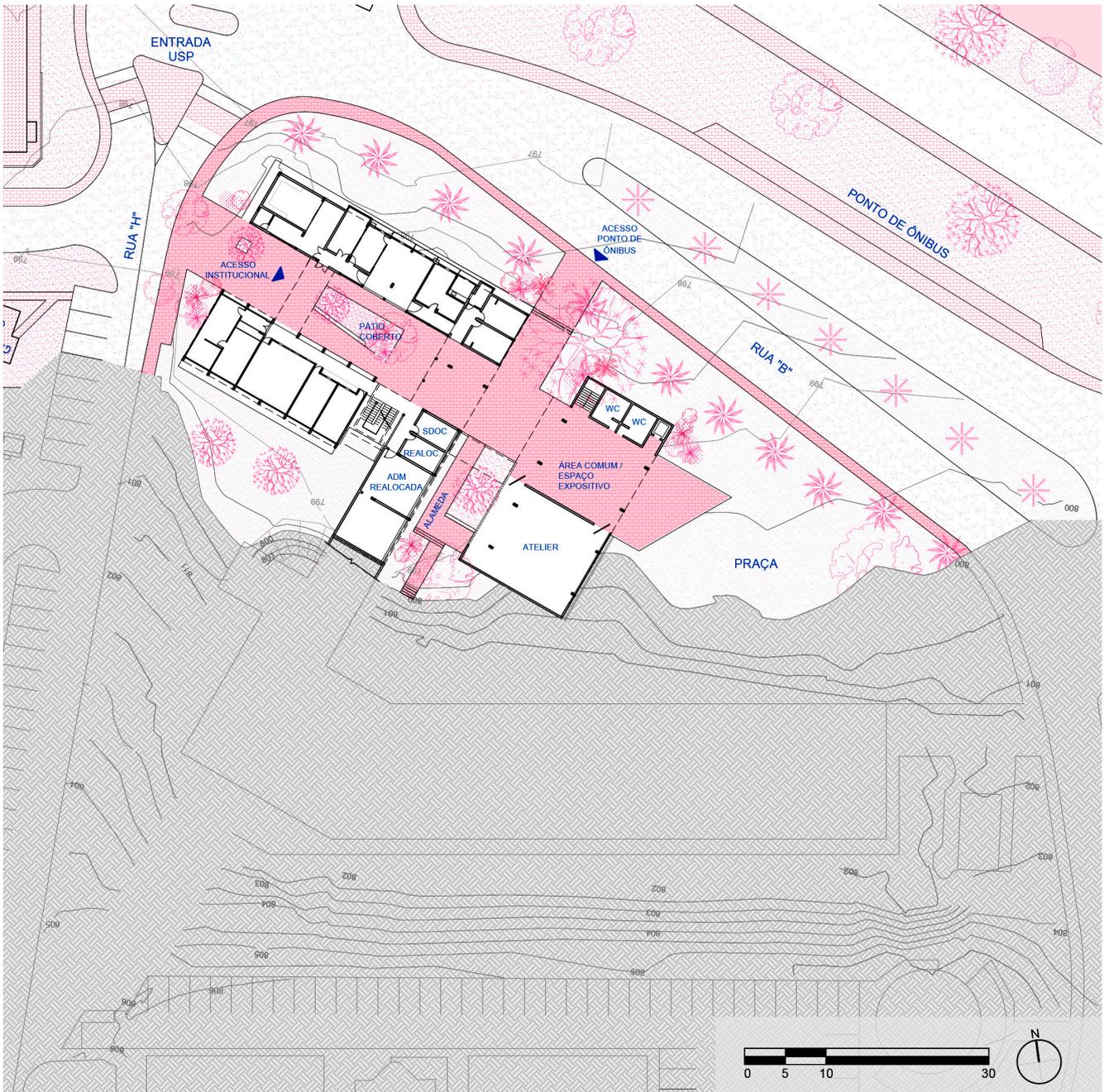
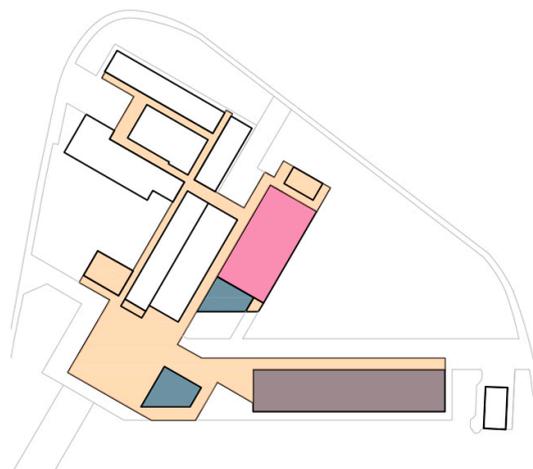
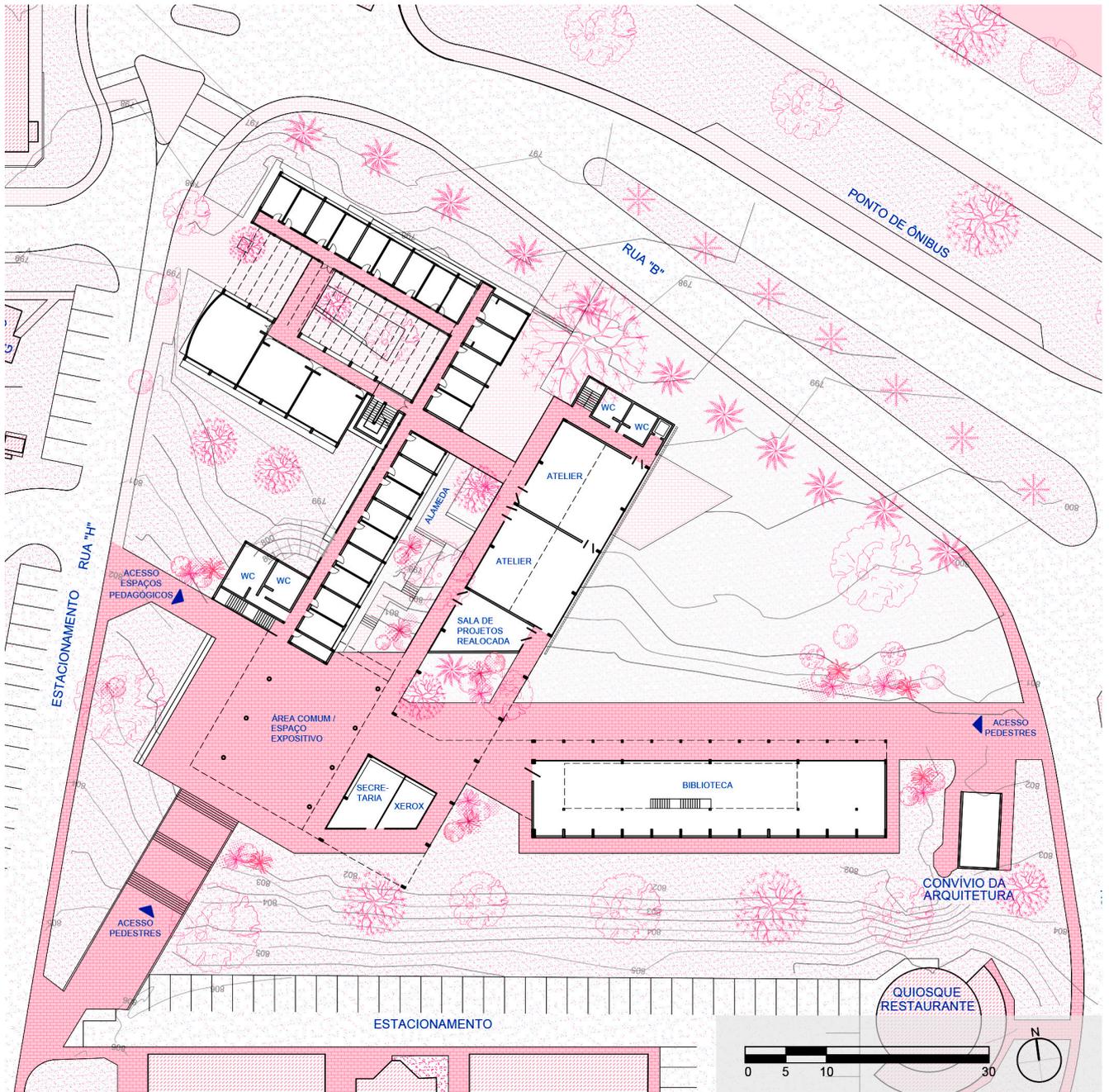


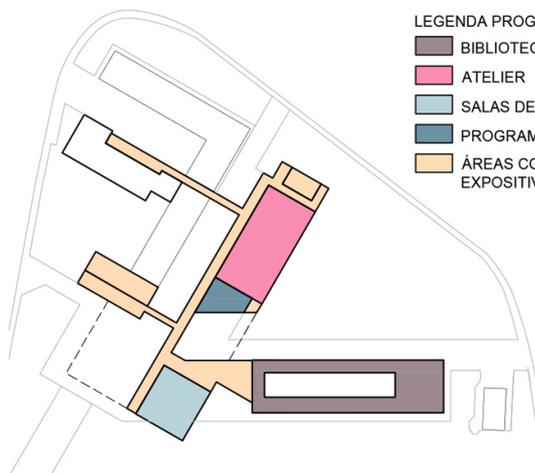
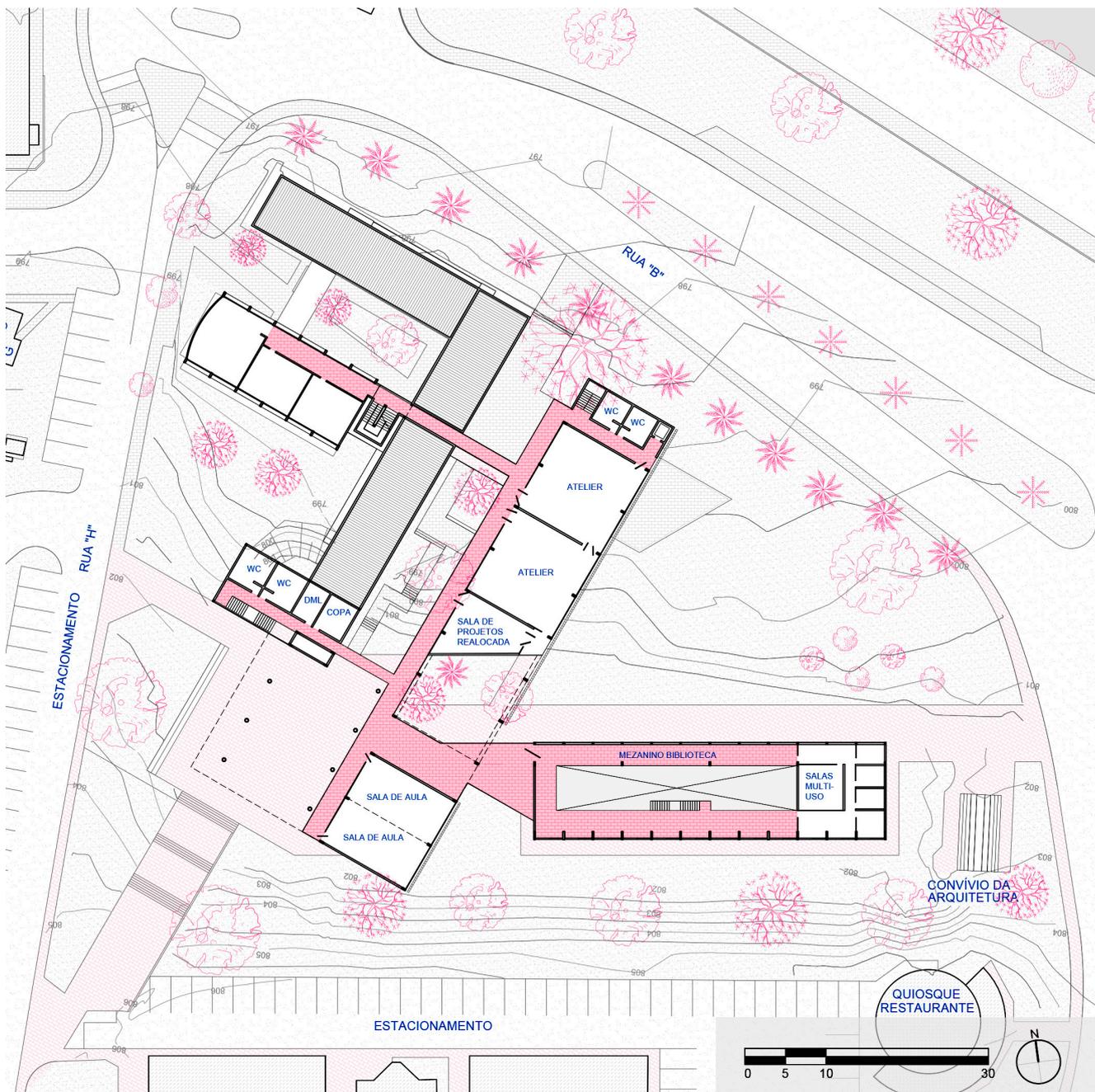
Figura 9: Térreo - Planta cota 798,50 e Programas. Fonte: Base Urbana.



LEGENDA PROGRAMAS

- BIBLIOTECA
- ATELIER
- SALAS DE AULA
- PROGRAMAS REALOCADOS
- ÁREAS COMUMS / ESPAÇO EXPOSITIVO

Figura 10: Primeiro pavimento - Planta cota 801,70 e Programas. Fonte: Base Urbana.



- LEGENDA PROGRAMAS**
- BIBLIOTECA
 - ATELIER
 - SALAS DE AULA
 - PROGRAMAS REALOCADOS
 - ÁREAS COMUNS / ESPAÇO EXPOSITIVO

TABELA DE ÁREAS	
EDIFÍCIO NOVO	
5 ATELIEIS	768,00
2 SALAS DE AULA	166,00
ESPAÇO EXPOSITIVO	161,00
APOIO / CIRCULAÇÃO	591,00
TOTAL	1.676,00m²
INGRESSO COBERTO	
POSTÃO / CONVIVÊNCIA	455,00
TOTAL	455,00m²
REALOCAÇÃO DE SALAS EXISTENTES	
SALAS DE AULA	126,00
SECRETARIA / XEROX	76,40
TOTAL	202,40 m²
REFORMA PARA A BIBLIOTECA	
ACREVO / ESTUDO	480,00
MEZANINO / EXPANSÃO	299,00
TOTAL	779,00 m²
REFORMA DO EXISTENTE	
TÉRREO	161,00
1º PAVIMENTO	92,70
2º PAVIMENTO	124,30
TOTAL	378,00 m²

Figura 11: Segundo pavimento - Planta cota 804,90 e Programas. Fonte: Base Urbana.



Figura 12 (topo): Passarelas no segundo pavimento, lugares de conexão e encontro, de mirada do conjunto. Fonte: Base Urbana.

Figura 13 (embaixo): acessos desde a biblioteca à esquerda, do estacionamento à direita e pelo corredor dos ateliers, todos se encontram no 'postão'. Fonte: Base Urbana.

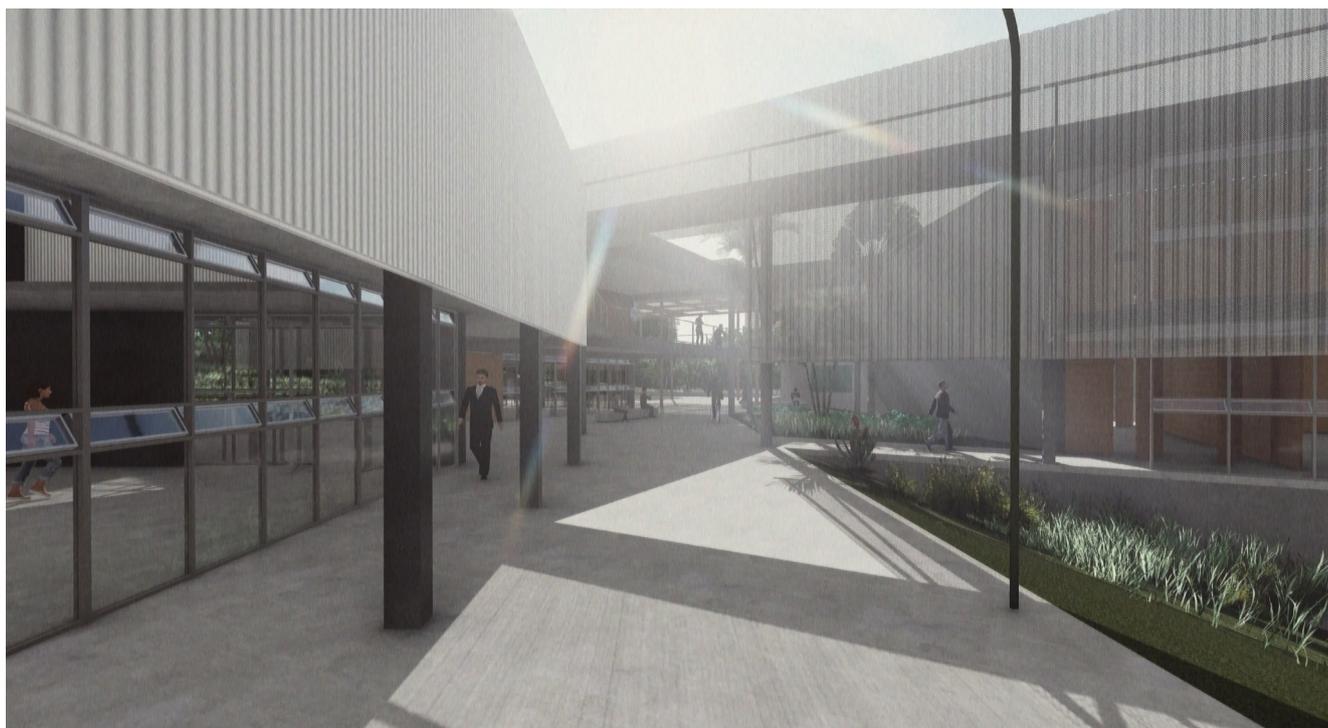


Figura 14 (topo): Chegada a partir do "postão" tem-se a leitura das diferentes rotas de acesso dos espaços e a vista da praça ao fundo mantida. Fonte: Base Urbana.

Figura 15 (embaixo): Chegada a partir da varanda da biblioteca, ao fundo vê-se o "postão", como uma área livre e sombreada. Fonte: Base Urbana.

Quesito 3 : Técnicas construtivas

A especificidade deste projeto não reside apenas por seu processo de realização, mas também na inclusão de aspectos construtivos que se diferenciam por se tratar de uma obra:

- financiada com recursos públicos;
- realizada no mesmo lote da escola em funcionamento;
- oportunidade de expressar na sua materialidade, de modo didático, o funcionamento de suas estruturas, instalações, de aspectos do conforto ambiental e sistemas sustentáveis.

Os motivos elencados acima indicam, portanto, que uma construção concebida a partir de elementos pré-fabricados, seja algo mais que desejável: seja uma condição inteligente e imprescindível.

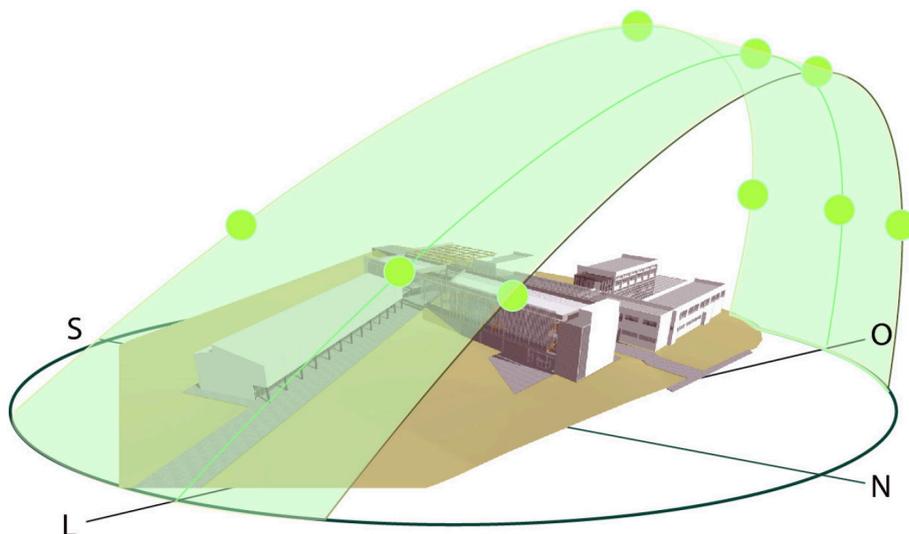
Afora a construção das fundações, imaginamos que tanto os elementos da superestrutura, estrutura, cobertura e fechamentos podem ser pensados a partir de componentes industriais disponíveis no mercado; esta ação visa agilizar o processo de montagem da construção, mas também cria condições para um canteiro de obra limpo e seguro, podendo assim ser frequentado por alunos e professores, como se estivessem em sala de aula.

Por se tratar de uma obra realizada com recursos públicos, o desperdício seja de material como de tempo de obra, é algo que não se pode aceitar. Uma construção usando elementos pré-fabricados, que constem das tabelas de preços aceitas pelas licitações públicas, atende aos requisitos de rapidez e agilidade que se pretende para esta obra.

Ao analisar as diretrizes gerais de projeto constante no site da USP, vimos que não existem especificações sobre o uso de estruturas pré-fabricadas de madeira disponíveis nas construções da Universidade. Dado o histórico e a reputação de pesquisa do laboratório de estruturas de madeira da USP-São Carlos, gostaríamos de investigar a possibilidade de utilizar este material como elemento construtivo. A madeira é um insumo de alta capacidade de renovação ambiental, cujo uso na indústria da construção civil é cada vez mais acessível em termos de prazo e produção. Ainda seria uma oportunidade única de usar os laboratórios da Universidade para esta experiência construtiva, aliando as atividade de pesquisa e extensão.

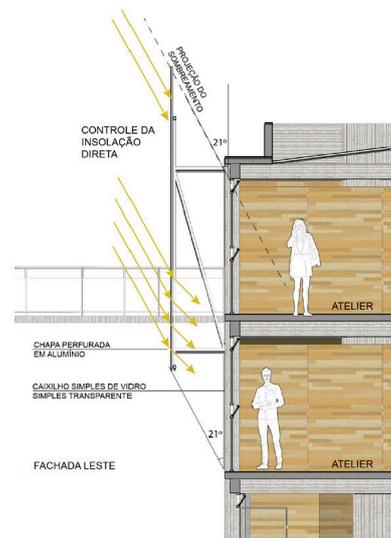
Outro tema importante para os projetos contemporâneos é a questão da sustentabilidade integral. Ela envolve não somente recursos técnicos de economia de energia, água, conforto térmico, mas também na escolha de materiais e técnicas construtivas ecológicas e respeitosas da humanidade do trabalho de construção. A reciclagem, a produção industrial por fontes renováveis e limpas, os raciocínios de sistemas infra estruturais com emissão zero são alguns dos parâmetros necessários hoje e que farão parte das premissas de definição de sistemas técnicos e construtivos.

Hoje é possível adotar uma direção de saúde edilícia que contemple estas qualidades sem significar altos custos ou mesmo tecnologias sofisticadas. Com uma inteligência na escolha de materiais, de desenho dos espaços que privilegiem a luz natural, a ventilação natural e o aproveitamento da energia solar, por exemplo, serão contemplados os sistemas na direção de um conjunto eficiente e de nenhum desperdício.



MAPA DA ABÓBODA CELESTE

Posição do sol as 7:00, as 12:00 e as 17:00 nos equinócios e solstícios, em relação ao conjunto edificado. Necessidade de sombreamento nas fachadas leste oeste.



CORTE CONSTRUTIVO E ESTUDO DE INSOLAÇÃO

Sistema de sombreamento tipo pele translúcida, distante da fachada dos caixilhos criando uma zona sombreada em toda a fachada e um colchão de ar com temperatura inferior a externa garantindo o controle dos raios solares e a ventilação da fachada.

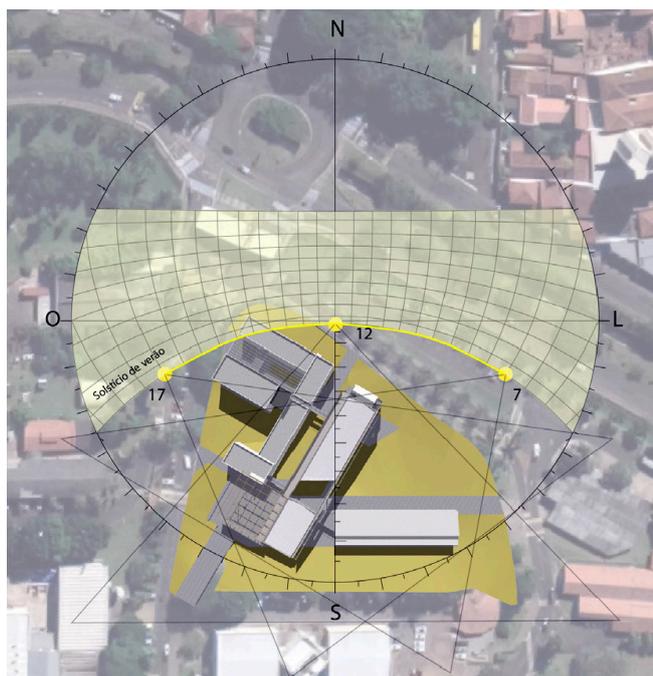


DIAGRAMA DE INSOLAÇÃO - SOLSTÍCIO DE VERÃO

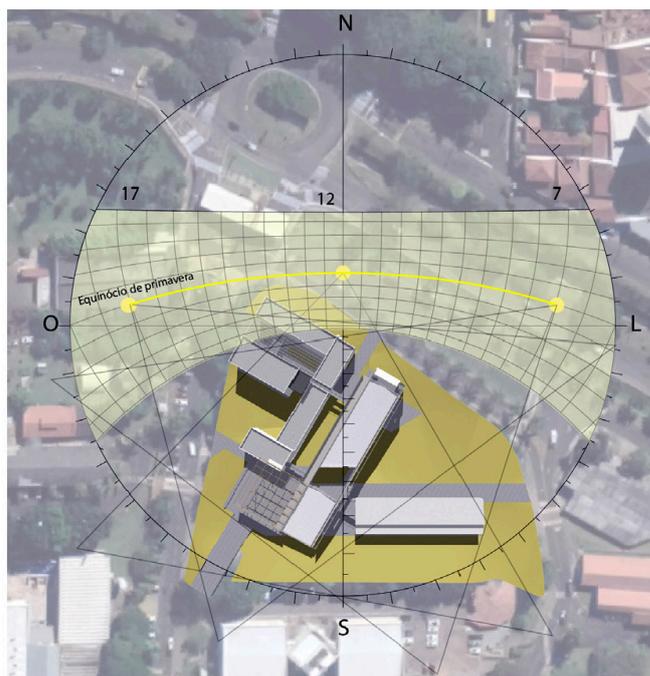


DIAGRAMA DE INSOLAÇÃO - EQUINÓCIOS

Figura 16 (topo): Mapa da abóboda celeste; Corte construtivo e estudo de insolação. Fonte: Base Urbana.

Figura 17 (embaixo): Diagrama de insolação - solstício de verão; Diagrama de insolação - equinócios. Fonte: Base Urbana.

A partir dos estudos de insolação os diagramas demonstram que as fachadas das salas de aula, trabalho administrativo e estudo estão protegidos pelo uso do brise ou mesmo em orientações favoráveis como as janelas da nova biblioteca voltada para o sul.

Plano de Trabalho

Quesito 4: Planejamento/ metodologia e organização do trabalho

O desenvolvimento do projeto está previsto pelo edital para acontecer em três fases onde ao longo do processo as diferentes disciplinas construtivas vão sendo incorporadas ao processo de projeto. Neste percurso, tomam-se decisões estratégicas para que cada elemento ganhe precisão e definição técnica. O processo de projeto também pode ser entendido em duas qualidades de dinâmicas: uma interna de interação e cooperação com os membros da equipe técnica e outra externa entre a equipe contratada e o grupo de fiscalização do IAU. Nestes momentos de avaliação será importante que sejam trazidas à equipe técnica as colocações, impressões e comentários da comunidade do IAU. As dinâmicas tem intensidades diferentes para cada etapa de desenvolvimento do projeto. Assim vamos descrever a rotina em cada uma delas, que ocorrerão de acordo com o cronograma apresentado:

Estudo Preliminar: vemos este momento como aquele de verificação, aferição e pesquisa dialógica da hipótese projetual. Nesta etapa o projeto deve ser examinado considerando sua pertinência, sua viabilidade e sua adequação aos propósitos do IAU por todos os pares envolvidos e as alterações que caminham para um consenso encerram esta etapa. Entendemos que esta revisão ela é fundamental para pactuar entre a comunidade do IAU e a equipe técnica a hipótese mais adequada, mais realizável. As dinâmicas desta etapa são encontros, reuniões de projeto, relatórios e desenhos que condensem os principais conteúdos e as tomadas de decisão na direção de um projeto que não se realiza imposto ao lugar, mas fruto da troca e da consciente escolha por todos os envolvidos da solução desejada.

Anteprojeto e Projeto Legal: Nesta etapa o projeto será confrontado mais de perto com as questões técnicas, construtivas, econômicas, logísticas de canteiro e legais. A hipótese preliminar ganhará, neste processo de investigação, um desenho mais preciso de seus elementos construtivos, por isso a participação na equipe técnica das questões da engenharia de estrutura e infraestruturas será fundamental. Também será o momento de verificarmos as viabilidades construtivas propostas em parceria com os laboratórios de tecnologia do IAU e da USP, a definição dos materiais desta tectônica arquitetural serão, nesta etapa, selecionados em função das intersecções das disciplinas com a viabilidade construtiva e financeira. A etapa se encerra com o consenso e a compatibilização por todos os pares envolvidos. Entendemos que durante este processo a equipe de fiscalização do IAU será consultada e incluída como peça importante para as aferições de viabilidade e não somente para aceite das decisões. No nosso entender quanto mais próximo o usuário, o cliente final puder estar do processo como um todo, melhor o resultado e menos conflitos são vivenciados na fase de obra. A dinâmica desta etapa é de encontros constantes entre a equipe técnica estabelecendo metas para a resolução de conflitos técnicos.

Pré Executivo e Projeto executivo: Nesta etapa, o projeto encontra-se bastante definido e os elementos serão então detalhados para que seja possível a tomada de preço precisa; a documentação de todas as peças capazes de levar a informação construtiva ao canteiro de obras. O detalhamento de todos os ambientes e disciplinas intensifica o processo de compatibilização que acontece para garantir

que todo o conjunto tenha coerência e precisão. Nesta etapa são constantes os encontros entre os responsáveis técnicos e a troca de peças gráficas faz da equipe de arquitetura o articulador das informações técnicas de todos os envolvidos. O projeto encerra-se com as questões técnicas e os possíveis conflitos disciplinares resolvidos e registrados no conjunto de peças gráficas que toma a arquitetura como base fundamental. A equipe do IAU também deve envolver-se durante o processo para garantir que as escolhas e definições técnicas estejam de acordo com as premissas estabelecidas, mas sobretudo que estejam atendendo a meta de custo e prazo executivo.

A estrutura organizacional para o desenvolvimento das três etapas aqui descritas envolve sete empresas com excelente qualificação técnica para o caráter e as características deste projeto. Todas serão subcontratadas da equipe de arquitetura aqui estabelecida como proponente. A seguir organograma com todos os profissionais envolvidos no projeto e suas respectivas atribuições, funções e carga horária de dedicação.

Figura 18: Vista interna da nova biblioteca. Fonte: Base Urbana.



Quesito 5: compatibilização dos elementos de projeto

Referente ao tema Etapa de Serviços, a empresa contratada deverá entregar os projetos em arquivos com extensão DWG, ou seja, desenvolvida em programa *Autocad*.

A partir de experiência de projetos desenvolvidos anteriormente por nossa empresa, especificamente para o setor público, temos percebido que é uma tendência destes setores requisitar que as entregas sejam feitas em um sistema digital tipo BIM (*Building information Model*). Tais programas tem como vantagem associar ao projeto parâmetros qualitativos e quantitativos dos componentes utilizados, visando uma maior precisão nos termos de montagem dos documentos de licitação de obra.

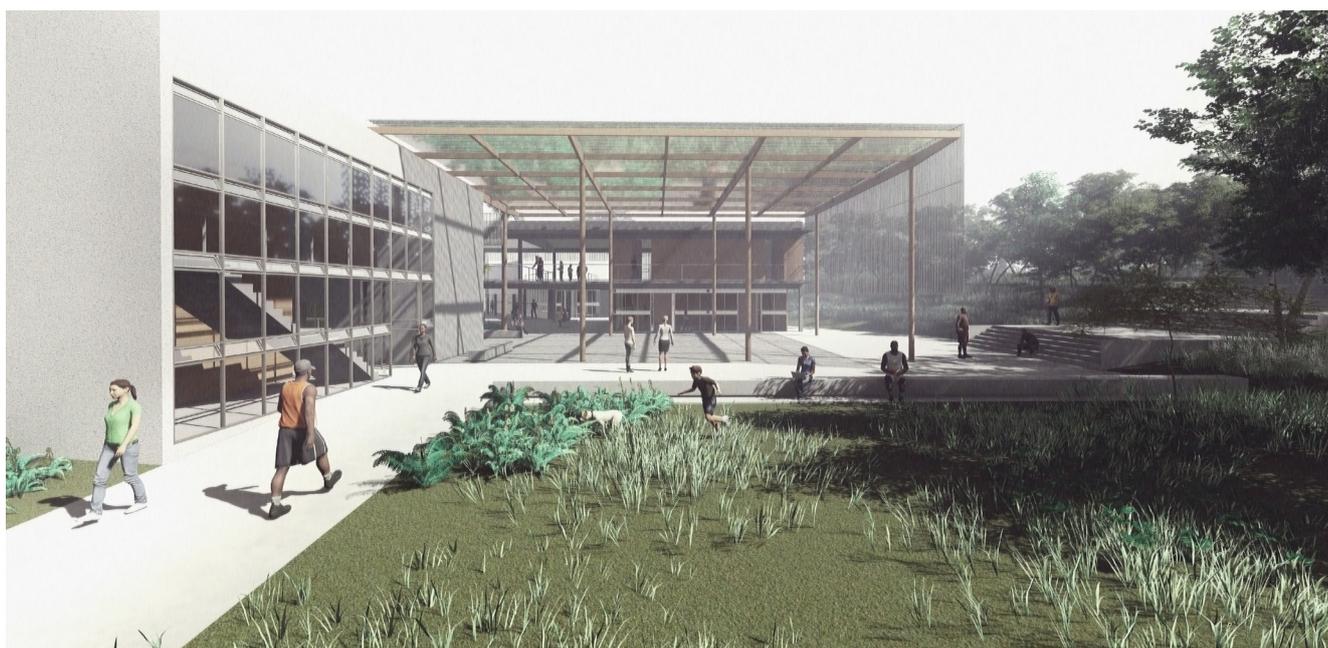
Além do mais faz parte do processo de desenvolvimento do projeto em BIM a integração de todas as disciplinas envolvidas no projeto em um mesmo modelo eletrônico, o que facilita a compatibilização das matérias. Além de ser um *software* que está na grade curricular do IAU, como disciplina.

Nossa proposta é que o projeto seja desenvolvido em ambos os programas, da seguinte forma:

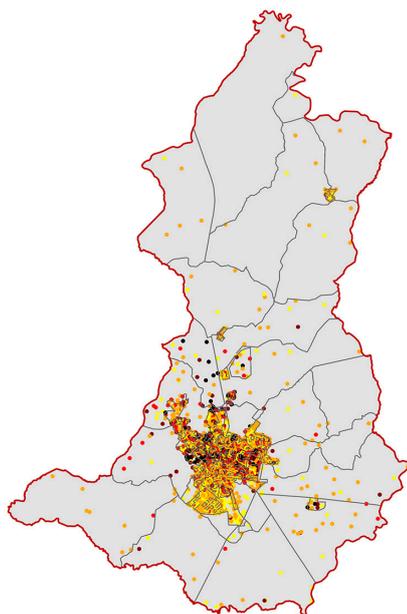
- . Estudo preliminar: *Autocad* - escala de projeto 1:100
- . Anteprojeto: *Autocad* - escala de projeto 1:100
- . Pré-Executivo: Sistema BIM – *Revit*, e *Autocad* escala de projeto 1:50
- . Projeto Executivo: Sistema BIM – *Revit*, e *Autocad* escala de projeto 1:50
- . Projeto Legal: *Autocad*: escala de projeto de acordo com as normativas locais.

Com isso será possível otimizar, compatibilizações a subsidiar os termos da licitação de obra e também promover uma documentação digital que pode ser observada e analisada por disciplinas do curso do IAU como base de dados.

Figura 19: Entrada a partir do espaço de convivência e exposição.
Fonte: Base Urbana.



_editorial



— **"A** parte" abre esse número com o projeto vencedor do concurso para o novo Bloco Didático do Instituto de Arquitetura e Urbanismo, pelo escritório Base Urbana. A criação projetual do novo Bloco Didático trouxe a oportunidade de uma reflexão que ultrapassa os limites da realização de um serviço projetual, transformando-se em uma ferramenta pedagógica, pela qual o pensar e o fazer estão expressos e explícitos no próprio processo de trabalho.

O primeiro artigo, "O Método Cartográfico no projeto da Arquitetura da Paisagem", de Luciana Bongiovanni Martins Schenk e Maria Cecília Pedro Bom de Lima, traz uma reflexão teórica acerca do método cartográfico como estratégia para o processo de leitura da cidade e projeto em Arquitetura da Paisagem. As autoras discorrem sobre a relação histórica entre cartografia e paisagem, explicitando articulações entre ciência e arte, criticando métodos de desenvolvimento de projeto estritamente pragmáticos, que definem suas ações segundo uma visão de sobrevoo, pouco relacionada às especificidades do lugar.

Os artigos subsequentes colocam em evidência questões sobre segregação e contradições da regulação urbana em cidades brasileiras. O artigo de Jefferson Oliveira Goulart, "Enclaves fortificados e segregação urbana: a dinâmica contemporânea de urbanização de Ribeirão Preto", analisa a difusão de enclaves fortificados (para moradia, lazer ou consumo) em Ribeirão Preto, ressaltando que o público desses espaços manifesta no medo do crime violento o principal motivo para o abandono do espaço público. O artigo de Gisela Cunha Viana Leonelli, Lais Candiotto Medeiros e Marla Jéssica Marinho, "Cardápio Legislativo: Opções e contradições da regulação urbana na produção de lotes nas capitais brasileiras", discute qual o papel das legislações das capitais brasileiras para a produção do lote urbanizado na cidade intramuros, tendo em vista que os impactos negativos produzidos pela expansão urbana murada não tem revertido o avanço dos condomínios horizontais fechados. As autoras ressaltam

Figura: Município de São Carlos/SP. Padrão 4 - Municípios onde os responsáveis pelos domicílios com rendas acima de 3 salários mínimos estão concentrados em setores longe dos centros tradicionais. Fonte: Jonathas Magalhães Pereira da Silva, Camila Galli Romera, Ana Carolina Vieira Gonçalves, 2016.

que as capitais brasileiras têm apresentado um cardápio legislativo sobre a produção de lotes urbanos, onde a regra é opcional e a flexibilização é a escolha.

Os artigos quarto e quinto desvendam as relações dos instrumentos urbanísticos e a promoção de habitação social, bem como a relação entre renda da população e forma urbana, respectivamente “Os primeiros resultados da aplicação da Cota de Solidariedade: como superar seus limites e desfrutar de suas oportunidades”, de Patrícia Cezario Silva e Igor Alves Borges, e “Transformação Forma Urbana e Localização de Renda: identificação de padrões nas cidades brasileiras”, de Jonathas Magalhães Pereira da Silva, Camila Galli Romera e Ana Carolina Vieira Gonçalves. O primeiro apresenta uma discussão sobre os limites do instrumento Cota de Solidariedade e o segundo demonstra as distintas formas de influência dos padrões de renda sobre a constituição da forma urbana e do sistema de espaços livres.

O último artigo, de Carolina Akemi Martins Morita e Ruy Sardinha Lopes, “Caminhos para uma apropriação em arquitetura: possibilidades de resistência e ruptura face ao capitalismo neoliberal”, põe em evidência a necessidade da compreensão do sentido do habitar como um diálogo entre a arquitetura, a cidade e a vida cotidiana, em busca de horizontes de resistência e de criação antissistêmica.

Ótima leitura!

Editores: Tomás Antonio Moreira e Francisco Sales Trajano Filho.

O Método Cartográfico no projeto da Arquitetura da Paisagem

Luciana Bongiovanni Martins Schenk,
Maria Cecília Pedro Bom de Lima*

Resumo O artigo apresenta uma reflexão teórica acerca do Método Cartográfico como estratégia para o processo de leitura da cidade e projeto em Arquitetura da Paisagem. Discorre sobre a relação histórica entre Cartografia e Paisagem, explicitando articulações entre Ciência e Arte e partindo da ideia de Cartografia como representação do mundo até sua concepção como estratégia metodológica. A descrição desse percurso busca criticar métodos de desenvolvimento de projeto estritamente pragmáticos que definem suas ações segundo uma visão de sobrevoo, pouco relacionada às especificidades do lugar. Procura-se descrever como a Cartografia, enquanto processo, apresenta o potencial de abarcar as complexidades e polissemias da ideia de Paisagem.

Palavras-chave: paisagem, cartografia, projeto.

The Cartographic Method in Landscape Architecture design

Abstract The paper presents a theoretical reflection on the Cartographic Method as a strategy for the interpretation of landscape and landscape design. It discusses the historical relationship between Cartography and Landscape indicating articulations between Science and Art and starting from the idea of Cartography as a representation of the world up to its conception as a methodological strategy. The description of this path seeks to criticize design methods that are strictly pragmatic and define actions according to an overfly vision unrelated to the specificities of the place. The paper describes how Cartography as a process presents the potential to encompass the complexities and polysemy of Landscape.

Keywords: landscape, cartography, landscape design.

El Método Cartográfico en el diseño del paisaje

Resumen El artículo presenta una reflexión teórica acerca del Método Cartográfico como estrategia para el proceso de lectura de la ciudad y proyecto del Paisaje. Discurre sobre la relación histórica entre Cartografía y Paisaje, explicitando articulaciones entre Ciencia y Arte y partiendo de la idea de Cartografía como representación del mundo hasta su concepción como estrategia metodológica. La descripción de este camino busca criticar métodos de desarrollo de proyecto estrictamente pragmáticos que definen sus acciones según una visión de sobrevuelo, poco relacionada a las especificidades del lugar. Se busca describir cómo la Cartografía, en cuanto proceso, presenta el potencial de abarcar las complejidades y polissemias de la idea de Paisaje.

Palabras clave: paisaje, cartografía, proyecto.

Este artigo é desenvolvido através do entrelaçamento de dois temas principais: a Paisagem e a Cartografia¹. Foram identificados potenciais contatos entre o histórico de discussão desses campos de conhecimento que podem evidenciar questões relevantes para se pensar o projeto de espaços livres no contexto da cidade contemporânea.

O tema da Paisagem inserido na realidade urbana atual é acompanhado por um debate ambientalista fortemente difundido a partir da segunda metade do século XX. Autores como Ian McHarg (1969), Anne Spirn (1995) e Michael Hough (1998) impulsionaram a proposição de alternativas de planejamento e construção de regiões e cidades, tendo em vista o potencial diálogo entre processos urbanos, em especial de crescimento, e processos naturais.

A relação entre esses processos enquanto objeto de investigação e projeto já estava presente em intervenções na paisagem no século XIX, como o Sistema de Parques elaborado por Frederick Law Olmsted, chamado *Emerald Necklace*, em Boston (1870); esse projeto articulou de modo pioneiro questões de infraestrutura e sociabilidade. Planejando esses espaços Olmsted buscava, segundo o testemunho de seus escritos, elaborar acerca da presença da Natureza na cidade enquanto *congruência*, evitando os já visíveis conflitos causados pelo processo de desenvolvimento industrial e crescimento urbano. Ao lado de seu sócio, o arquiteto Calvert Vaux, construiu em novo registro essa presença: a circulação das águas e sua drenagem, o modelado do relevo e a constituição da vegetação e seu papel na cidade foram equacionados a partir daquilo que se denominava à época *princípio orgânico*. Tal princípio não se restringia apenas ao trato das questões físicas em uma dimensão mais naturalizada, mas pretendia aproximar o cidadão da *experiência da Natureza*, algo que operava como um bálsamo em relação à dura contraparte impingida pela vida nas cidades. Essa ação de planejamento e projeto, que conspirava na construção de um especial olhar, transformando Natureza em Paisagem, promovia lugares de encontro e lazer, guardando importante dimensão cultural e social nos espaços livres urbanos (SCHENK, 2008).

Dentro de uma contemporânea realidade cultural e urbana, a questão que se apresenta é: quais são as paisagens possíveis? E a pergunta se desdobra: como empreender seu projeto?

A relação entre processos naturais e processos urbanos mostrou-se fundamental na retomada do tema no contexto de finais do Século XX, que potencializou a crítica às soluções de cunho eminentemente técnico e ampliou a discussão acerca da busca pelo equilíbrio entre o desenvolvimento das cidades e os aspectos físicos e ecológicos do ambiente.

Considerando a gradativa difusão do discurso ambientalista, principalmente a partir da década de 1980, falar em projeto da paisagem nos dias de hoje, geralmente supõe abordar

* Luciana Bongiovanni Martins Schenk é Arquiteta e Urbanista, professora do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-7944-7782>>. Maria Cecília Pedro Bom de Lima é Arquiteta e Urbanista, mestranda no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-0142-1830>>.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

a temática da *sustentabilidade e resiliência*, que são conceitos vinculados principalmente ao viés ecológico e participam do campo de conhecimento da chamada Infraestrutura Verde. Esse campo, que contempla teoria e práticas, se aplica principalmente ao projeto de espaços livres de edificações, associados à mobilidade e drenagem de águas, que são estratégicos para se pensar técnicas alternativas de construção do espaço urbano que não tenham mais como modelo a chamada *infraestrutura cinza*, relacionada às obras de engenharia em geral (HERZOG; ROSA, 2010).

A despeito de sua positiva contribuição na busca por valores que possam engendrar uma relação mais equilibrada entre Natureza e Cidade, a predominância da chave ecológica no tratamento dos projetos de espaços livres de edificação parece deixar de lado outros aspectos essenciais à ideia de Paisagem. Tais aspectos se referem à realidade vivida, sociocultural, de memória e patrimônio, ao espaço percebido e suas dimensões, que muitas vezes não são contempladas, ou são pouco exploradas no processo de projeto desses espaços.

Neste artigo, propomos evidenciar a complexidade no tratamento das questões relacionadas ao projeto de Paisagem. A abordagem ecológica é um dos vetores que participa do estudo, mas não o esgota, sendo vital a articulação dessa matriz às valências estéticas que alicerçam a vida e potencialmente explicitam o contato entre Homem e Natureza, construindo assim, a Paisagem (ALIATA; SILVESTRI, 2008)².

Um importante fio condutor acerca dessas valências tem suas origens nas abordagens culturais da paisagem (ROGER, 2007; BERQUE, 1994). Esses autores investigam as muitas camadas que esse espaço das práticas do cotidiano guarda, referentes à vivência, à memória e à cultura, ao jogo e à experiência, isto é, ao palco dos acontecimentos e da vida na cidade.

Segundo Alain Roger (2007), existe uma relação fundamental entre meio ambiente (objeto científico) e paisagem (objeto estético), sendo que um não se reduz ao outro. A abordagem aqui proposta conspira por esse contato, dando ênfase para a discussão sobre a *dimensão estética da paisagem* (ALIATA; SILVESTRI, 2008).

A possibilidade de traduzir esse percurso, a investigação de espaços e lugares, e as múltiplas camadas que concorrem na produção de uma paisagem, em estratégia metodológica de projeto é o que move o artigo. São discutidas possibilidades de ação no campo da arquitetura da paisagem, tendo em vista encaminhamentos e escolhas que não se pautam em questões estritamente pragmáticas e técnicas, mas que abarcam, em seu processo de formulação, dimensões expressivas e poéticas da paisagem, diante de sua realização enquanto experiência.

A paisagem é termo polissêmico apropriado por diversos campos do conhecimento, que guarda a perspectiva de possuir diferentes definições a partir desses campos. Jean-Marc Besse, autor do livro “O gosto do Mundo: exercícios de paisagem” (2014), discorrendo acerca dessa multiplicidade, propõe a coexistência dessas definições e suas valências não como um problema que fragiliza sua operação, mas como potência que amplia sua significação. No capítulo, “As cinco portas da paisagem”, o autor apresenta a coexistência de diferentes pontos de vista, que não ambicionam a definitiva verdade acerca do termo, mas colecionam perfis próprios de seus campos de conhecimento³.

² No prefácio, Silvestri e Aliata alinhando-se à tese de Gombrich (1972) afirmam: para que exista Paisagem, não basta que exista Natureza, é necessário um ponto de vista do espectador guiado pela arte. A separação de Sujeito e Objeto, Homem e Mundo, entrevê na Paisagem um meio de pensar a relação artifício/natureza, temas a princípio compreendidos separadamente, senão como oposição. Os autores firmam a ideia de que a recuperação da Antiguidade e seus valores como a unidade entre Homem e Natureza, é pressuposto programático para o Humanismo que funda o ciclo Moderno.

³ As cinco portas tratadas no ensaio são as seguintes: da paisagem como representação cultural e social, construção subjetiva que cria uma interface mental, um véu, entre homem e mundo; da paisagem como território fabricado e habitado, materialidade, sucessão de rastros, obra coletiva da sociedade; da paisagem como meio ambiente material e vivo das sociedades humanas, superação do dualismo moderno homem e natureza; da paisagem como experiência fenomenológica, exterioridade que afeta os corpos de modo pré-reflexivo; da paisagem como projeto, invenção, objeto de interesse do arquiteto paisagista (BESSE, 2014).

A noção de paisagem, sendo polissêmica e passível de múltiplas interpretações por distintos campos disciplinares, recusa respostas unívocas diante de sua constituição complexa. Da mesma forma sugerimos a pertinência do Método Cartográfico (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2015), que tem matriz no pensamento rizomático de Deleuze e Guattari (1980) como possibilidade de investigação capaz de operar tal complexidade sem reduzi-la e esvazia-la (KASTRUP, 2015) e, ao relacionar complexidades, apresentar-se como proposição potencialmente capaz de promover um percurso contemporâneo de projeto da paisagem.

Por reunir as dimensões objetiva e subjetiva, o Método Cartográfico possibilitaria a promoção de uma estratégia de apreensão das qualidades da paisagem de um lugar, no sentido de, ao agenciar suas representações, possibilitando a relação entre elas, promover a articulação entre o espaço real e suas potencialidades, entre o mundo objetivo e subjetivo.

No que tange à complexidade, a estratégia metodológica constitui uma base relevante para o desenvolvimento de projetos de espaços livres especialmente porque contempla o processo criativo em sua dimensão transversal permitindo o estabelecimento de relações entre chaves que normalmente não estariam implicadas: a investigação, representação e mobilização de informações, a leitura das diversas camadas que compõem o espaço, propiciam a descoberta e explicitação de potencialidades, revelando qualidades desse espaço que podem contribuir, diversificar e complexificar a leitura e o projeto da paisagem.

Cartografia e Paisagem: diálogo e ruptura entre ciência e arte

Em breve percurso acerca da Cartografia e suas representações, procuramos identificar questões que a qualificam enquanto método em seus desdobramentos contemporâneos. Coetaneamente, percorremos o desenvolvimento da ideia de Paisagem relacionada à abordagem cartográfica, estabelecendo assim o contato histórico entre Cartografia e Paisagem.

A cartografia como ferramenta científica foi desenvolvida como modo de representar o território principalmente a partir da elaboração do sistema de coordenadas pautado na descrição matemática da superfície da Terra segundo Ptolomeu (Século I d.C.). Sua redescoberta no Século XV foi um dos motivos constitutivos do ponto de inflexão entre a cartografia medieval, impregnada de discursos religiosos e mitológicos, e a cartografia do início do período Moderno (SCAFI, 1999).

Observando o contexto ocidental europeu, os temas da cartografia e da paisagem se relacionaram desde o Renascimento e o surgimento da pintura que tem como temática a paisagem. Javier Maderuelo (2008) destaca a imbricação entre ciências e artes a partir do Renascimento, confirmando o vínculo entre cartografia e a pintura, que tinha por objeto a Paisagem⁴.

Nesse contexto, a imbricação entre Cartografia e Pintura é explicitada por um objetivo comum entre essas duas práticas: apreender e representar o mundo. Em consonância com Maderuelo, Jean-Marc Besse afirma essa primeira perspectiva em que Ciência e Arte (Cartografia e Pintura) não se configuram em territórios apartados e que,

⁴O esforço descritivo (de inventário) dos cartógrafos era complementado pela representação pictórica que dava ênfase ao fenômeno e a uma visão menos pragmática do mundo, o que contribuiu na formação da ideia multifacetada e complexa de Paisagem ao longo dos séculos seguintes: "Alexander von Humboldt, cuja obra mestra *Cosmos*, (1845), lhe confere forte participação na fundação da Geografia como campo de conhecimento, concede à pintura um status privilegiado como *meio de contemplação da fisionomia da natureza*. Embora o naturalista prussiano defendesse o mérito da experiência sobre a representação, percebia na arte de pintar paisagens e apresentá-las ao observador remoto, um meio de fazê-lo participar desse momento único de comunhão e totalidade, (...)" (SCHENK, 2008, p. 15).

...o pintor e o cartógrafo, ambos observadores de espaços e de fenômenos do mundo terrestre, desenvolvem uma arte da leitura visual dos signos que constituem a qualidade própria de uma paisagem (BESSE, 2006, p. 19).

Nas cartografias renascentistas, a observação do mundo era orientada por um esforço de apreensão total do território, ponto de vista pouco acessível na época, a não ser a partir de um ponto elevado: um morro, uma torre. A visão superior representada nessas cartografias refletia uma mentalidade, um desejo dos homens em acessar uma paisagem, em abarcar todo o território através da visão, prática impossibilitada por limitações técnicas (BESSE, 2014).

Essa representação, que dependia fortemente da imaginação, participa de um período no qual Ciência e Arte ainda estavam alinhadas. O que se representava era fruto do esforço criativo que construía o conhecimento do território habitado.

Besse (2014) desenvolve essa abordagem crítica sobre a relação entre Cartografia e Paisagem tendo como foco a passagem que vai de um contato em complementariedade, construído ao longo de três Séculos a partir do Renascimento, até a ruptura provocada pela Cartografia Científica. O contato num primeiro tempo, e a ruptura num segundo momento, são a explicitação dos modos de ver o mundo desses períodos, que manifestam distintas maneiras de apreender e representar esse mundo.

As transformações tecnológicas que permitiram outros pontos de vista do território alteraram o objeto cartográfico em seu conteúdo e qualidade. O advento de técnicas que promoveram a observação e registro da superfície terrestre vista de cima proporcionou a concretização de um desejo presente desde as pinturas de paisagem renascentistas, e que se manteve no plano utópico até o Século XIX (BESSE, 2014).

O mapa adquiriu cada vez mais precisão na medida em que a representação da superfície terrestre vista de cima não dependia apenas da imaginação, mas se apoiava em técnicas de registro de um olhar efetivo, crescentemente informado pela Ciência de matriz positivista.

O desenvolvimento técnico da capacidade de voar gera uma condição de afastamento jamais experienciada, contribuindo na criação das condições de uma representação unívoca, científica e portadora de rígido código que é capaz de ser lido e interpretado por diferentes sujeitos em diferentes culturas: a Cartografia Científica.

Desenvolve-se posteriormente um discurso que critica esse novo olhar sobre o mundo e seu distanciamento das coisas; o afastamento físico guarda implicações metafísicas. O território abarcado pelo olhar de sobrevoo não diria mais respeito à participação do observador em processos que constroem o mundo vivido, mas, ao contrário, referir-se-ia a uma superfície transformada principalmente pela ação do homem segundo um ponto de vista generalista e pouco ligado às particularidades do território em observação. Essa ação apresentava um bônus e um ônus: o bônus do esforço generalizador, vital a uma ciência ocupada em explicar o mundo; o ônus da perda das especificidades daquele lugar em particular.

Como forma de questionar a orientação positivista da ciência desse período, uma ciência que “manipula as coisas e renuncia habitá-las” (MERLEAU-PONTY, 2013,

p. 15), a filosofia se encarrega de pensar sobre os modos de apreensão do mundo. Segundo Maurice Merleau-Ponty, tal filosofia que visa, sobretudo, uma descrição das coisas, “repõe as essências na existência” (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 1).

Retornar às coisas mesmas é retornar a esse mundo anterior ao conhecimento do qual o conhecimento sempre fala, e em relação ao qual toda determinação científica é abstrata, significativa e dependente, como a geografia em relação à paisagem – primeiramente nós aprendemos o que é uma floresta, um prado ou um riacho (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 4).

A ideia de paisagem estabelece contato com as abordagens da fenomenologia desse período que se ampliam em relação a outros campos do conhecimento, no que diz respeito aos modos de apreender o mundo. A paisagem corresponderia a um momento *pré-reflexivo* (BESSE, 2014), aquilo que nos cerca e com o qual podemos estabelecer contato, para alguns autores, experiência direta, representativa do *contato ingênuo* (MERLEAU-PONTY, 1945) do homem com o mundo.

Na geografia, Eric Dardel (1952) apresenta a paisagem como poderoso meio pelo qual a experiência direta pode cumular de significado a análise fria de dados científicos, é antes “um conjunto, uma convergência, um momento vivido” (DARDEL, 2011, p. 31). Assim, a paisagem, longe de ser redução, *círculo fechado* que abarca a visão, é um *desdobramento*: “Ela não é verdadeiramente geográfica a não ser pelo fundo, real ou imaginário, que o espaço abre além do olhar” (DARDEL, 2011, p. 32).

Desse modo, seria possível identificar, ao longo do século XX, em especial a partir de sua segunda metade, o desenvolvimento de ideias que intentam abarcar filosoficamente a realidade sensível do mundo, resistindo a uma cientificidade que o esvazia de significados metafísicos. Essa resistência toma forma através de *um esforço pelo contato direto com o real*, que procura evitar o descolamento do fenômeno.

Michel de Certeau (1980), um dos autores contemporâneos que dão continuidade à crítica da visão de sobrevoos que marca a ciência positivista, é assertivo quanto à qualidade e intencionalidade dessa abordagem generalizadora, a qual, segundo o autor, é dotada de propósitos de dominação.

Aquilo que o autor denomina *práticas microbianas*⁵, que se desenvolvem *embaixo*, em contraponto à visão generalista, é o cerne da vida e o fundamento da compreensão dos lugares. No que diz respeito à cidade, Certeau critica a lógica de organização do espaço pautada pela visão totalizadora; em outras palavras: a lógica do planejamento do território realizada através do uso das cartografias em crescente descolamento com o real, ignoraria as complexidades características do cotidiano. O mapa produzido nesse contexto isolaria características e conspiraria contra o real, significando sua elaboração, bem como as interpretações e ações advindas dessa representação, um equívoco contra a vida.

O discurso de Certeau e a abordagem fenomenológica da paisagem vão de encontro a um campo de discussão no urbanismo relacionado às transformações da sociedade ao longo das épocas, sobretudo diante do desafio do crescimento e seu planejamento em relação à complexificação do fenômeno urbano.

⁵ A respeito da deterioração dos procedimentos que organizam as cidades e das próprias cidades, Certeau afirma: “Ao invés de permanecer no terreno de um discurso que mantém o seu privilégio invertendo o seu conteúdo (que fala de catástrofe e não mais de progresso), pode-se enveredar por outro caminho: analisar as práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu perecimento; seguir o pulular desses procedimentos que, muito longe de ser controlados ou eliminados pela administração panóptica, se reformaram em uma proliferação ilegítima, desenvolvidos e insinuados nas redes de vigilância, combinados segundo táticas ilegíveis mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividades sub-reptícias que se ocultam somente graças aos dispositivos e aos discursos, hoje atravancados, da organização observadora” (CERTEAU, 2007, p. 174 – 175).

Sobre a revisão contemporânea da Cartografia enquanto representação, outro geógrafo, Denis Cosgrove (1999) assevera acerca da necessidade de abarcar as transformações técnicas, políticas, econômicas e culturais que promovem novas concepções de um mundo globalizado. Pode ser identificada uma mudança de registro das representações do território da cidade, a qual passa a envolver a observação de outros espaços e outras relações entre Homem e Mundo, mais especificamente territórios que pareciam não fazer parte das dinâmicas da cidade. O que se alterou de modo fundamental foi também a percepção do que venha ser totalidade: a visibilidade e participação de espacialidades que antes se localizavam à margem do instituído, ou legalmente recortado, bem como o modo de representá-los.

Cartografia e paisagem: novas articulações entre ciência e arte

Essa alteração de percepção em registro contemporâneo permite outra aproximação entre Arte e Ciência, um nexo que se mostra relevante para compreender como Cartografia e Paisagem podem estar imbricadas diante do esforço de apreender o mundo. É justamente quando a complexidade contemporânea se apresenta, quando a crítica elaborada às perspectivas que estreitaram os significados do real se estabelece, que a Ciência parece se voltar uma vez mais aos campos artísticos, que por sua vez se colocam em novos lugares, deslizando por chaves de investigação e recepção.

Ao percorrer brevemente o fazer artístico do século XX, podem ser identificadas questões que envolveram a exploração dos modos de representação do mundo, de descoberta e descrição de fenômenos e construção de paisagens. Uma vez mais, mas em distinto registro do Renascimento, articulam-se Ciência e Arte, e por sua vez, Cartografia e Paisagem.

Nesse sentido, é possível colocar em evidência movimentos efetuados no território da cidade, entre metade do Século XIX e início do Século XX, que partem, sobretudo, de um modo de percorrer e apreender a cidade, inicialmente a partir da figura do *flâneur* de Baudelaire; depois através das deambulações das vanguardas modernas dos anos 1910 a 1930, que faziam parte das práticas dadaístas e surrealistas; e, finalmente, as derivas situacionistas nos anos 1950 a 1960 (JACQUES, 2005).

O caminhar e o percurso se tornam temas e práticas norteadoras para essas proposições que buscam conhecer a cidade a partir de sua experiência, promovendo as particularidades de registros, em contraposição às ações que homogeneizam o espaço urbano.

Articulando a ideia de paisagem como construção cultural, fruto de experiência fenomenológica, e os enfrentamentos, pelo campo artístico, acerca da realidade complexa da cidade contemporânea, a cartografia se coloca sob um novo registro, relacionado à ideia central de corpo em movimento que experencia a cidade para apreendê-la.

Uma abordagem possível da cartografia contemporânea é apresentada na reflexão de Besse sobre a chamada "cartografia hodológica". No ensaio "Paisagem, hodologia, psicogeografia"⁶, Besse distingue duas geografias: a primeira erudita, objetiva, que promove o distanciamento entre geógrafo e mundo; a segunda implica na participação do geógrafo no mundo, e se refere ao mundo vivido, – não apenas material, mas

⁶ A expressão hodologia foi cunhada entre 1920 e 1930 por um psicólogo alemão, Kurt Lewin, estudioso do comportamento humano em relação ao meio, a partir da palavra grega *hodos*, caminho. Derk de Jonge a utilizará em 1967 em um artigo da revista *Landscape* e John Brinckerhoff Jackson rerepresentará a "hodologia", primeiro em 1984, (*A la découverte du paysage vernaculaire*), e depois em 1994, como ciência dos caminhos, (*A Sense of Place, a Sense of Time*). Cf BESSE, 2014, pp. 184 – 189.

também psicológico – e que, no entanto, não é pura subjetividade. A hodologia participa dessa segunda geografia e se refere à paisagem vivenciada pelos caminhos, pelos percursos.

Apresenta-se através da “cartografia hodológica” uma ideia aparentemente conflitante, se considerarmos as abordagens que indicam o mapa como objeto e prática de controle, conforme o discurso de Certeau. No entanto, trazendo as contribuições de Deleuze para este debate, Besse indica uma transformação da noção de cartografia, a qual passa a ser entendida menos como objeto de representação *stricto sensu*, e mais como processo de conhecimento e construção da realidade.

Ao aproximar essa concepção de cartografia ao campo da arquitetura e urbanismo, surge um paradoxo. Entendida como uma estratégia capaz de abarcar as múltiplas camadas do cotidiano da cidade, a cartografia identificada na prática do caminhar explicita essa realidade, mas encontra seus limites ao deparar-se com objetivos projetuais. Conforme observa Paola Berenstein Jacques⁷ (2005) acerca da crítica à chamada *cidade espetacularizada*, as errâncias urbanas seriam um “antídoto” contra o espaço homogêneo, uma ação de resistência contra os processos hegemônicos de explicação e compreensão da cidade. Assim, a autora constata a impossibilidade de planejar e predeterminar o espaço urbano, que é reconhecido como palco dos modos de apropriação e de participação popular capazes de subverter a homogeneidade da cidade espetacularizada.

⁷ A cidade espetacularizada corresponde ao cenário urbano contemporâneo, caracterizado por “uma diminuição da participação popular, mas também da própria experiência física urbana enquanto prática cotidiana, estética ou artística” (JACQUES, 2005, p. 16).

A maior questão das intervenções não estaria na requalificação em si do espaço físico, material – pura construção de cenários – mas sim no tipo de uso que se faz do espaço público, ou seja, na própria apropriação pública desses espaços (JACQUES, 2005, p. 19).

Para o campo da arquitetura e urbanismo, tal questão se mostra particularmente inquietante, pois esvazia suas pretensões, visto que identifica no projeto uma prática que fixa processos e suprime a vitalidade e diversidade do espaço urbano.

Ao atentarmos para a chave da cartografia nessa nova perspectiva, seria possível identificar um método de aproximação que poderia agenciar diferentes representações e informações na produção de conhecimento que não se pretende único e absoluto, mas parte desse processo em contínua produção. Essa ação teria como horizonte entrelaçar experiência vivida, um possível horizonte de projeto e intervenção na cidade.

Nesse sentido, mostra-se relevante a relação entre arte e cartografia presente no trabalho de artistas da *Land Art*, os quais, como destaca Besse (2014):

Chegaram à cartografia a partir de um questionamento próprio da arte, relativo às relações que a obra mantém com o real, com o espaço, o tempo, a matéria e, mais geralmente, relativo aos quadros perceptivos e simbólicos da experiência do mundo (BESSE, 2014, p. 141).

A cartografia gerada a partir de questionamentos provenientes do campo da arte contemporânea é destituída de um caráter estritamente funcional e utilitarista. Mais do que instrumento operativo de propósitos políticos e econômicos, essas cartografias são

meio, estratégia, para acessar, expor, comentar, apresenta as múltiplas camadas que compõem a paisagem e, nesse movimento, potencialmente revelam a complexidade da vida contemporânea em suas relações.

Sobre os artistas da *Land Art*, Besse observa ainda o seguinte:

Revelando, por e em suas obras, as dimensões reflexivas e criativas do mapa, também expuseram como este, mais que uma simples intenção de representação, carregava também em si um projeto de interpretação e transformação do território (BESSE, 2014, p. 142).

Ao contrário da produção cartográfica medieval e renascentista, o universo desses movimentos artísticos não está em imaginárias regiões desconhecidas pelos homens, ou inacessíveis pelas limitações técnicas de visualização do território; está, na verdade, inscrito na experiência, no espaço urbano vivenciado, não apenas naqueles objetos de plano e projeto, mas também no que foge à regra, em suas paisagens de margem, efêmeras, indeterminadas. O esforço criativo da nova ação cartográfica está na busca pela explicitação de lugares invisíveis à lógica dominante do espaço urbano, e que se tornam concretamente acessíveis a partir de apreensões alternativas da cidade e sociedade. A cartografia agencia o imaginário em outros registros pretendendo construir a visibilidade do real.

Essas cartografias reinventadas que se tornaram ferramentas do fazer artístico (BESSE, 2014) são o ponto de partida para se pensar a articulação entre paisagem, cartografia e ação projetual na cidade contemporânea.

Entre a cartografia objetiva (descritiva, quantitativa) e a cartografia subjetiva (de significados, intensidades, de processos, apresentação de uma realidade em seus diversos perfis) existe uma fresta, aquilo que permite o trânsito entre esses dois universos e que se apresenta como elemento promissor para essa investigação.

O método cartográfico e o projeto da paisagem

O desenvolvimento de um Método Cartográfico, referente às novas cartografias que buscam abarcar a complexidade da realidade contemporânea, conta com autores que partem de conceitos desenvolvidos por Gilles Deleuze e Félix Guattari, sendo uma das principais referências a obra *Mil Platôs* (1980)⁸. Nela, a cartografia é apresentada não como estrita representação de um território, que envolve objetivos de controle, dominação ou organização, mas antes como um modo de observar as multiplicidades que constroem a realidade contemporânea.

Deleuze e Guattari apresentam uma série de questões a partir das quais propõem a caracterização dos processos que promovem o devir⁹ da sociedade contemporânea, destacando, sobretudo, a dimensão de produção dessas dinâmicas, considerando o sentido criativo do termo.

Uma das principais questões que orienta a abordagem dos autores é a de rizoma, que se refere à multiplicidade e simultaneidade de processos que movem a vida, que não estão organizados em uma estrutura linear e não possuem um início ou um fim.

⁸Os filósofos Gilles Deleuze (1925 – 1995) e Félix Guattari (1930 – 1992) redigiram a obra *Mille plateaux - capitalisme et schizophrénie*, originalmente publicada como volume único em 1980. A edição brasileira foi dividida em 5 volumes, publicados em 1995 pela Editora 34.

⁹[Filosofia] Processo de mudanças efetivas pelas quais todo ser passa; movimento permanente que atua como regra, sendo capaz de criar, transformar e modificar tudo o que existe; essa própria mudança. ABBAGNANO, Nicola. Dicionário De Filosofia. São Paulo: Mestre Jou, 1962. p. 250.

A imagem de múltiplos platôs que se cruzam e se conectam apresentando a realidade complexa que resiste a explicações unívocas é chave que apoia o desdobramento de diversas questões que constroem o Método Cartográfico.

Tendo em vista a investigação elaborada por autores acerca das *pistas* do método cartográfico (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2015), tentamos indicar como essa abordagem poderia ser transposta para o campo da arquitetura da paisagem enquanto estratégia, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento projetual.

Esse método vem sendo utilizado em pesquisas sobre a realidade urbana contemporânea, sua complexidade e possibilidades de subversão (JACQUES; BRITTO; DRUMMOND, 2015). O que se procura ensaiar nesse artigo são desdobramentos desse processo de investigação que apresenta alternativas de intervenção nessa realidade complexa, a partir das atribuições do arquiteto da paisagem.

A cidade contemporânea apresenta uma realidade de esgarçamento em relação aos espaços tradicionais relacionados à Arquitetura da Paisagem: ruas, praças e parques são tensionados em seus registros históricos e a apreensão dos espaços livres de edificação escapa dessas tipologias e parece demandar o ensaio de novas posturas de investigação, recorte e agenciamento de informações. Isso significa a recusa de abordagens estritamente pragmáticas e técnicas, que definem “de cima” as intervenções no espaço, desconsiderando suas especificidades e imprevisibilidades.

A relação entre arte e ciência, que ocupa lugar essencial na reflexão sobre o projeto da paisagem, tendo em vista a articulação histórico-cultural entre eles, sempre aportou informações de diferentes naturezas em seus desenvolvimentos, correndo o risco atual de ter essa complexidade esvaziada pela ênfase ambiental. O Método Cartográfico convoca representações múltiplas e particulares, que diriam respeito à relação entre homem e mundo enquanto experiência, criando espaço para suas potenciais articulações, tornadas visíveis em sua complexidade.

O modo de investigação proposto pelo Método Cartográfico caracteriza o que Passos, Kastrup e Escóssia (2015) chamam de *pesquisa qualitativa*. Essa pesquisa se distancia da ideia de pesquisa quantitativa, convencionalmente considerada como dotada de cientificidade aferida por seus dados numéricos. Assim, uma das principais contribuições do método cartográfico para o campo da pesquisa sobre o espaço urbano seria expandir os procedimentos para abordagens processuais, apresentando as dinâmicas que caracterizam a cidade.

Uma questão fundamental do Método Cartográfico diz respeito à *reversão metodológica* (ALVAREZ; PASSOS, 2015), a partir da qual a pesquisa não se organiza segundo uma meta que molda a sequência de processos, mas, sim, o desenvolvimento dos processos é que define as metas. Isso demonstra o caráter experimental do método em questão e a impossibilidade de uma conclusão final de pesquisa. O que existe é uma investigação permanente que se move por um “saber com” e não por um “saber sobre”, e essa perspectiva ancorada no fenômeno é vital, ela envolve a implicação do pesquisador em um território existencial. Nesse sentido, o pesquisador não coleta dados, e, sim, cria dados engendrando, a partir de informações e da relação entre elas, novas e outras informações (ALVAREZ; PASSOS, 2015).

Pesquisas sobre o espaço urbano contemporâneo tendo como motor o Método Cartográfico procuram abarcar as distintas e múltiplas camadas que compõem o cotidiano da cidade. Essa prática torna-se inapreensível a um método que define previamente uma sequência de procedimentos que pretendem atingir um objetivo específico; em outras palavras, estruturas que operam a lógica linear de causa e efeito são refratárias ao método, pois ele coleciona informações e não infere certezas, mas disposições. Desse modo, a reversão metodológica permite a identificação de características do espaço urbano que se desviam de um objetivo inicial na pesquisa, mas que complementam e complexificam seu entendimento, seja sobre os modos de apropriação dos espaços pelos habitantes, presenças, seja sobre ausências: a manifestação material de um conjunto plural de processos que contribui para a presença dessas formas.

Deleuze e Guattari falam em seus escritos acerca da constituição de territórios existenciais. No Método Cartográfico, essa descrição da existência humana ganha corpo se investigada a partir da ação de habitar um território existencial (ALVAREZ; PASSOS, 2015). Nesse sentido, o pesquisador inserido nesse território é afetado por linhas de força, presenças ou ausências, ele as percebe, direta, ou intuitivamente e promove registros. Esse habitar é realizado dentro de uma postura receptiva, considerando as variedades da atenção do pesquisador que cartografa movimentos e processos (KASTRUP, 2015). Essa lógica permite apreender dinâmicas que procuram fugir a um repertório previamente consolidado sobre o lugar investigado.

A investigação do lugar, dentro de uma proposta de projeto de paisagem, potencialmente promove uma leitura diversificada do território para o qual se projeta, que não se limita à constatação de necessidades funcionais a serem incluídas em um programa (da rua, da praça, do parque, as tipologias consolidadas pela historiografia, ou as que se desvelam no decorrer do processo de cartografiação: o que não se encaixou e restou à margem...). Frequentar o território assumindo uma postura permeável sugere apreender a diversidade de significados existentes (ou em potência) no lugar: relações que podem ser percebidas entre corpo e espaço, objetivamente ou subjetivamente, (de passagem, estar, contemplação, lazer, medo, nostalgia), entre corpo e lugar, quando singulares qualidades se apresentam.

Fundamentalmente, questões estão presentes e se desdobram em outras informações; como representar o processo que está em curso e como essas relações podem ser agenciadas: a experiência traduzida em diretrizes de projeto.

Evidencia-se o caminhar como prática essencial ao habitar do território existencial, visto que permite a aproximação do indivíduo com espaços em seus diferentes perfis, dos claramente dispostos, aos que parecem não fazer parte das lógicas e dinâmicas dominantes que promovem o funcionamento da cidade¹⁰.

A título de exemplificação, poderíamos indicar uma aparente aproximação entre as propostas do Método Cartográfico e o fazer projetual de Bernard Lassus (1994). Lassus traz a ideia de *intervenção mínima* em seus projetos paisagísticos, nos quais ações sutis reforçam determinadas características do lugar ou transformam o modo como podem ser percebidas. O arquiteto francês defende a ação do paisagista para além do domínio da visualidade, distinguindo a escala visual, na qual os fenômenos provocam sensações estritamente visuais, e a escala tátil, referente ao encontro imediato com as coisas.

¹⁰Segundo Joan Nogué, as disciplinas que lidam com o território não abarcam o invisível, o intangível e o efêmero, aquilo que se nominou as paisagens de margem. O autor propõe a incorporação desses elementos nas categorias de análise do espaço urbano e na intervenção na paisagem: o caminhar seria uma das principais ações que poderia acessar essas categorias.

Essa escala tátil poderia ser relacionada à ideia de corpo permeável explorada por Besse ao construir a argumentação acerca da paisagem fenomenológica no ensaio “As cinco portas da paisagem” (2014). Nesse sentido, a paisagem seria o encontro entre indivíduo e mundo, caracterizado pelo atravessamento do corpo por fenômenos exteriores e pela consequente incongruência da distinção entre sujeito e objeto.

A ideia de paisagem fenomenológica pode ser identificada em um exemplo de projeto da paisagem descrito por Bernard Lassus (1994) em seu ensaio “L’obligation de l’invention”. Trata-se da proposta de intervenção em uma área de lazer na cidade de Marne-la-Vallée. Lassus destaca a presença constante do ruído de automóveis e aviões no entorno e a proximidade com a usina Menier que espalhava pelo bosque uma brisa com o cheiro de chocolate. Diante dessas características, o autor narra sua experiência e propõe:

Não teria sido correto isolar a chamada fração selvagem desta área relativamente extensa (da ordem de 350 hectares) desses ruídos e cheiros. Eu estava tentado em exaltar a presença contraditória. Em frente à usina, um talude encimado por uma torre ameaçada, parcialmente em ruínas, trouxe uma resposta crítica estigmatizando os ruídos e, como em Jericó, a usina, por seu ruído, teria destruído a torre. Mais além, na floresta, no centro da área mais selvagem, um painel teria anunciado: “Com vento oeste, mousse de chocolate”¹².

¹²Tradução das autoras. No original: “Il n’aurait pas été judicieux d’isoler la fraction dite sauvage de cette surface plutôt étendue (de l’ordre de 350 hectares) de ces bruits et de ces odeurs. J’avais plutôt la tentation d’en exalter la présence contradictoire. Face à la centrale, un fort talus surmonté d’une tour crénelée, partiellement effondrée, aurait apporté une réponse critique stigmatisant les bruits et, ainsi qu’à Jéricho, la centrale, par son bruit, aurait détruit la tour. Plus loin, dans le bois, au centre de la zone la plus sauvage de la base, un panneau aurait annoncé: “Par vent d’ouest, mousse au chocolat” (LASSUS, 1994, p. 91).

Lassus trabalha com projetos paisagísticos cujos partidos estão fortemente vinculados às características específicas do lugar, mas não apenas as da natureza física presentes, ele convoca e opera toda uma gama de questões, as quais são rearticuladas, de modo a promover através da ação de projeto e construção do lugar, novas percepções da paisagem.

A descrição e consequente configuração do lugar se faz por meio do processo de frequência; trata-se do habitar o território existencial, nos termos do Método Cartográfico. Com o objetivo de elaboração de um projeto paisagístico, essa ação pode ser realizada por meio de “ferramentas” que auxiliam no cartografar do espaço: fotografia, registros narrativos, caderno de croquis. São ferramentas que permitem a criação de cartografias que não se limitam ao sentido convencional de mapeamento e quantificação de dados do lugar, mas que registram as características apreendidas e proporcionam a oportunidade de, ao tornar presente processos e informações de diferentes naturezas, refletir acerca de propostas de projeto baseados na articulação entre esses registros.

Acerca da ideia de registro, cumpre salientar seu papel estratégico: Georges Didi-Huberman em seu trabalho intitulado *Cascas* (2017), descreve sua frequência ao museu de Auschwitz-Birkenau, na Polônia, partindo de fotografias, as quais desencadeiam a formulação de reflexões desenvolvidas a partir do entrelaçamento entre sensações causadas pelo ambiente percorrido e as referências ao contexto sociocultural, histórico e político do lugar. A fotografia não é usada como documentação e ilustração; ela é registro expressivo e funciona como elemento disparador das questões abordadas e faz parte da experiência de percorrer o lugar e ter acesso às diversas camadas evidenciadas pela identificação das representações que o compõem.

Esse trabalho de Didi-Huberman narra uma maneira de conhecer um lugar que se mantém atenta a pequenos detalhes que podem promover (disparar) o reconhecimento de uma multiplicidade de características que revelam sua espessura. E isso se torna uma estratégia de grande relevância para o projeto da paisagem, na medida em que ultrapassa a relação de diagnóstico de um problema e proposição de soluções e adentra questões que agregam particularidades a uma experiência, ampliando potencialmente a qualidade da experiência proposta.

Esse modo de propor o desenvolvimento do projeto de paisagem, em especial a leitura do território, está vinculado à reversão metodológica que caracteriza o Método Cartográfico. A frequência do lugar e a elaboração de ações projetuais são concomitantes; na medida em que são descobertas paisagens, intenções vão sendo formuladas.

Considerações finais

Os temas da Cartografia e da Paisagem se entrelaçaram ao longo da história, indicando questões relevantes para se pensar o projeto da Paisagem no contexto contemporâneo. A imbricação entre Arte e Ciência identificada nesse percurso permite uma abordagem projetual que procura acessar as frestas entre uma concepção pragmática da realidade e sua dimensão metafísica.

O que se procurou explicitar nesse artigo foi a necessária ampliação de perspectiva à predominante abordagem ecológica do projeto de espaços livres. Fundamentada em registros históricos, a paisagem tem dimensão cultural que não pode ser posta ao largo, ao contrário, essa qualidade expressa na complexa realidade urbana contemporânea promove pistas de modos alternativos de leitura e intervenção no território.

Através do estudo historiográfico da cartografia, mostrou-se essencial constatar a articulação entre arte e ciência que moldou, através da cartografia de diversos períodos, a elaboração de modos de ver o mundo, segundo tecnologias e mentalidades específicas de cada época. Nesse sentido, a prática desenvolvida por distintos campos do conhecimento permite a identificação de um deslizamento do tema para além da abordagem estritamente científica.

Seria possível identificar a cartografia nesse contemporâneo registro como estratégia relevante para o processo de projeto da paisagem, considerando que nela concorrem um conjunto multifacetado de conceitos. Essa ação procura ultrapassar os processos de generalização em ações que sobrevoam o território e desconsideram suas especificidades. Tal dificuldade seria legado de uma tradição que busca o controle dos processos urbanos e naturais por meio da técnica e fragmenta o espaço de acordo com sua análise pautada pela descrição de funções.

Projetar a paisagem a partir do Método Cartográfico significa o enfrentamento de uma operação que apresenta diversas camadas de informação, procurando desenvolver uma estratégia que investigue as possibilidades de intervenção que sejam fruto da experiência do corpo no espaço, ações pautadas por percepções resultantes da inserção no lugar onde se realizam e materializam as práticas (ou a ausência delas) dos habitantes da cidade.

A contribuição que tentamos promover articula dimensão estética e cultural da paisagem aportando características sutis e qualidades da experiência que muitas vezes passam despercebidas e são ignoradas pelos métodos convencionais de projeto, mas que encontram no Método Cartográfico uma possível abordagem. A cartografia na perspectiva de Deleuze e Guattari apresenta o registro de um movimento, como processo, sendo estratégia potencialmente capaz de abarcar as múltiplas camadas que constroem o cotidiano da cidade.

Referências bibliográficas

- ALIATA, F.; SILVESTRI, G. *A paisagem como cifra de harmonia: relações entre cultura e natureza através do olhar paisagístico*. Curitiba: Editora UFPR, 2008.
- ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- BARTALINI, Vladimir (Org.). *Paisagem Textos 1*. São Paulo: FAUUSP, 2013.
- BERQUE, Augustin. Paysage, milieu, histoire. In: BERQUE, A. (Org.) *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Mayenne: Champ Vallon, 1994.
- BESSE, Jean-Marc. *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014.
- BESSE, Jean-Marc. *Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- CERTEAU, Michel de (1980). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- COSGROVE, Denis. *Introduction: mapping meaning*. In COSGROVE, Denis (Org.). *Mappings*. London: Reaktion Books, 1999.
- DARDEL, Eric (1952). *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix (1980). *Mil Platôs - vol. 1*. São Paulo: Editora 34, 1995.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Cascas*. São Paulo: Editora 34, 2017.
- HERZOG, Cecília Polacow; ROSA, Lourdes Zunino. *Infraestrutura Verde: Sustentabilidade e resiliência para a paisagem urbana*. Revista LABVERDE, São Paulo, n. 1, p. 92-115, set. 2010. ISSN 2179-2275. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revistalabverde/article/view/61281/64217>>. Acesso em: 14 ago. 2017. doi: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-2275.v0i1p92-115>>.
- HOUGH, Michael. *Naturaleza y ciudad*. Barcelona: GG, 1998.
- JACQUES, P. B.; BRITTO, F.D.; DRUMMOND, W. (Org.). *Experiências Metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2015.
- JACQUES, Paola B. *Errâncias urbanas: a arte de andar pela cidade*. Arqtexto, Porto Alegre, n. 7, p. 16 - 25, 2005.
- KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- LASSUS, Bernard. L'obligation de l'invention: du paysage aux ambiances successives. In: BERQUE, A. (Org.) *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Mayenne: Champ Vallon, 1994.

- MADERUELO, Javier. Maneras de ver el mundo: de la cartografía al paisaje. In: MADERUELO, Javier (Org.). Paisaje y territorio. Madrid: Abada, 2008.
- MCHARG, Ian (1969). *Design with Nature*. Jonh Wiley & Sons Inc., 1992.
- MERLEAU-PONTY, Maurice (1945). *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- MERLEAU-PONTY, Maurice (1961). *O olho e o espírito*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- NOGUÉ, Joan. Al margen: los paisajes que no vemos. In: MADERUELO, Javier (Org.). Paisaje y territorio. Madrid: Abada, 2008.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015
- ROGER, Alain. *Breve tratado del paisaje*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007.
- SCAFI, Alessandro. Mapping Eden: cartographies of the earthly paradise. In: COSGROVE, Denis (Org.). Mappings. London: Reaktion Books, 1999.
- SCHENK, Luciana. B. M. Arquitetura da paisagem: entre o Pinturesco, Olmsted e o Moderno. *Tese de Doutorado*. São Carlos: EESC/USP, 2008.
- SPIRN, Anne (1984). W. *O jardim de Granito*. São Paulo: Edusp, 1995.

Recebido [Out. 25, 2018]

Aprovado [Abr. 20, 2019]

Enclaves fortificados e segregação urbana: a dinâmica contemporânea de urbanização de Ribeirão Preto¹

Jefferson Oliveira Goulart, Camila de Oliveira Gonçalves*

Resumo O artigo analisa a difusão de enclaves fortificados – espaços fechados para moradia, lazer ou consumo – na urbanização recente de Ribeirão Preto (SP), fenômeno que se intensificou nas zonas leste e sul do município por meio de condomínios residenciais horizontais e verticais, shoppings centers, conjuntos de escritórios, escolas privadas e centros de lazer. O público desses espaços manifesta no medo do crime violento o principal motivo para o abandono do espaço público. A concentração de enclaves no setor sul intensifica a segregação socioespacial entre esta região e o setor norte, território mais pobre, onde predominam conjuntos habitacionais populares e favelização.

Palavras-chave: enclaves fortificados, Ribeirão Preto, segregação urbana.

Fortified enclaves and urban segregation: the contemporary dynamics of urbanization of Ribeirão Preto

Abstract The article analyzes the diffusion of fortified enclaves – enclosed spaces for housing, leisure or consumption – in the recent urbanization of Ribeirão Preto (SP), a phenomenon that intensified in the eastern and southern zones of the municipality through residential and horizontal condominiums, shopping malls, sets of offices, private schools and leisure centers. The public of these spaces manifests in the fear of violent crime the main reason for the abandonment of the public space. The concentration of enclaves in the southern sector intensifies socio-spatial segregation between this region and the northern sector, a poorer territory, where popular housing and slum dwellings predominate.

Keywords: fortified enclaves, Ribeirão Preto, urban segregation.

Enclaves fortificados y segregación urbana: la dinámica contemporánea de urbanización de Ribeirão Preto

Resumen El artículo analiza la difusión de enclaves fortificados – espacios cerrados para vivienda, ocio o consumo – en la urbanización reciente de Ribeirão Preto (SP), fenómeno que se intensificó en las zonas este y sur del municipio por medio de condominios residenciales horizontales y verticales, centros comerciales, conjuntos de oficinas, escuelas privadas y centros de ocio. El público de esos espacios manifiesta en el temor del crimen violento el principal motivo para el abandono del espacio público. La concentración de enclaves en el sector sur intensifica la segregación socioespacial entre esta región y el sector norte, territorio más pobre, donde predominan conjuntos habitacionales populares y chabolas.

Palabras clave: enclaves fortificados; Ribeirão Preto; segregación urbana.

Este artigo analisa a propagação de enclaves fortificados como nova tendência de configuração urbana na cidade de Ribeirão Preto no período recente (1995-2015). A pesquisa compreendeu a apreciação de estudos de caso similares e/ou comparativos em municípios do interior e a revisão da literatura sobre a evolução urbana do município e sua dinâmica de segregação socioespacial. Paralelamente, avaliou-se o novo marco regulatório da Política Urbana brasileira, sintetizada na Constituição de 1988 e na Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), além do exame da legislação urbanística municipal e de dados socioeconômicos de diferentes fontes (IBGE, Fundação Seade, Prefeitura Municipal).

Na sequência, foram catalogados os empreendimentos caracterizados como enclaves fortificados (shopping centers, condomínios residenciais fechados e escolas), procedendo-se à sua espacialização em mapa temático. De forma complementar, foram realizadas entrevistas com representantes do Legislativo e do mercado imobiliário, além de moradores/usuários de enclaves fortificados. Tais relatos não têm valor científico como amostra quantitativa, mas representam um recurso metodológico adicional para melhor compreender as percepções desses atores sociais.

A questão conceitual chave consistiu na hipótese de que o conceito de enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000) é válido para explicar o mesmo fenômeno em um município do interior paulista, pois o processo de interiorização do desenvolvimento, originário da década de 1970, reproduziu nessas cidades problemas semelhantes antes privativos das grandes aglomerações urbanas: periferação, espraiamento da mancha urbana sem correspondente aporte de infraestrutura e segregação socioespacial.

A similitude analítica compreende dois aspectos principais: i) enclaves fortificados têm um conteúdo segregador porque postulam uma sociabilidade e uma ordem urbanística socialmente homogênea, contribuindo para o esvaziamento dos espaços públicos e para a erosão da cidadania mediante obstáculos ao exercício de direitos sociais e civis; ii) a tais efeitos perversos de separação e evitação sociais correspondem uma concepção “defensiva” de arquitetura e de planejamento urbano que reforça e estimula a segregação.

Revisitando o conceito de enclaves fortificados

Ao longo do século XX, o processo de urbanização no Brasil foi sintetizado pela clivagem centro-periferia: diferenças urbanísticas e socioeconômicas das cidades derivaram da distinção da oferta de infraestrutura e se caracterizaram por grupos sociais que habitavam diferentes espaços – os mais ricos nas áreas centrais e os mais pobres nas periferias. Essa dinâmica obedeceu à “lógica da desordem”, pela qual a maioria da população era privada de seus direitos ensejando a “espoliação urbana” (KOWARICK, 1979). Tal representação não desapareceu, mas já não é mais suficiente para explicar os processos contemporâneos de urbanização. Uma das principais razões dessa

* Jefferson Oliveira Goulart é Cientista Político, professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), ORCID <<http://orcid.org/0000-0001-9299-7327>>. Camila de Oliveira Gonçalves é Arquiteta e Urbanista, atua como arquiteta no Estúdio Guto Requena, ORCID <<http://orcid.org/0000-0002-1608-2341>>.

¹ Versão ampliada deste artigo foi apresentada no XV Seminario Internacional de la Red Iberoamericana sobre Globalización & Territorio (RII), Santiago de Chile, 26-28 de novembro de 2018, e resulta de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo Fapesp nº 2016/20423-1), à qual os autores agradecem pelo apoio.

mudança é a difusão de empreendimentos imobiliários nas franjas e periferias urbanas que atendem às populações de maior poder aquisitivo: são conjuntos de moradias horizontais ou verticais, centros de lazer e consumo, prédios de escritórios etc. Mas essa proximidade espacial está longe de representar aproximação e integração social, pelo contrário, aumenta o fosso social na medida em que esses empreendimentos são segregados, protegidos por muros, grades e cercas, marcando de forma opulenta a separação entre ricos e pobres. Tratamos, portanto, dos enclaves fortificados: “espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho” que atendem as classes médias-altas e altas. Por sua natureza segregadora, “ergueram-se barreiras por toda parte em volta das casas, prédios de apartamentos, parques, praças, complexos de escritórios e escolas” (CALDEIRA, 1997, p. 159).

Enclaves fortificados afirmam o distanciamento social e desigualdade entendida como um valor agregado porque o espaço público é imprevisível e perigoso por seu caráter heterogêneo. Além do conforto, da privacidade, de apelos ambientais e de outros incentivos, segurança e prestígio predominam no *marketing* dos negócios imobiliários desses empreendimentos. A grande aceitação desses produtos no mercado e a expansão econômica de várias regiões do interior do estado de São Paulo engendraram uma demanda potencial a fim de se reproduzir a mesma lógica em novos contextos.

A literatura tem se dedicado às grandes cidades e regiões metropolitanas, mas há uma lacuna de estudos sobre cidades do interior que exercem grande polaridade regional e que têm indiscutível importância socioeconômica.² Ademais, esse desafio investigativo inclui testar a abrangência de um conceito pensado originalmente para as grandes cidades, como fez Caldeira (2000) de forma seminal em seu estudo sobre São Paulo e suas comparações com Los Angeles. No final da década de 1970 algumas incorporadoras passaram a construir empreendimentos imobiliários como centros comerciais, espaços para escritórios e condomínios residenciais fechados, e os mais emblemáticos são Alphaville, Aldeia da Serra e Tamboré, localizados na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

O medo tem sido a justificativa mais forte para a negação do espaço público e para a adoção de barreiras físicas que criem separação, marcada por uma arquitetura defensiva que configura uma *nova forma de segregação*: “propriedades privadas para uso coletivo enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público” e, ademais, “são fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos, voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente” (CALDEIRA, 2000, p. 258-259).

Originalmente um fenômeno restrito às grandes cidades, os enclaves fortificados se expandiram rumo ao interior paulista e se disseminaram em cidades bem servidas de redes logísticas, cujos exemplos mais notáveis são as regiões metropolitanas de Campinas, Sorocaba e São José dos Campos, servidas pelas melhores rodovias do país. Na sequência, se espalharam por várias regiões do estado de São Paulo, sobretudo naquelas em que existiam dois ingredientes fundamentais: um vigoroso mercado imobiliário e um público consumidor para seus produtos, intensificando a fragmentação socioespacial.

² Estudos similares sobre municípios do interior são recentes, mas valiosos inclusive para análises comparativas independente de suas diferentes abordagens teórico-metodológicas, alguns dos quais merecem registro como referência: Dal Pozzo (2015); Goulart; Bento (2011); Sposito; Goes (2013).



Figura 1: Mapa de localização de Ribeirão Preto. Fonte: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.

Ribeirão Preto: o objeto de estudo

Ribeirão Preto se situa no interior noroeste do estado de São Paulo, a 315 km da capital (Figura 1). De acordo com o IBGE/Censo 2010, tem população de 654.893 habitantes, com Taxa Geométrica de Crescimento de 1,36% (superior à taxa do estado, de 0,85%). Com território de 650.916 km², seu grau de urbanização é de 99,72% e ocupa a 22ª posição (0,8) no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano estadual (IDH). Sua região de influência abriga 71 municípios, classificada como uma Capital Regional B³, com uma posição viária privilegiada pela conexão com a rodovia Anhanguera, importante eixo viário que liga a capital paulista a Campinas, ao Triângulo Mineiro e a Brasília. Ademais, possui um PIB per capita de R\$ 43.969,27, valor ligeiramente superior à média estadual (R\$ 43.544,61).

As políticas de descentralização industrial da RMSP – entre os anos de 1970 e 1985, no bojo do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – proporcionaram intensa modernização agrícola e o desenvolvimento do interior paulista (NEGRI, 1988). A criação do Programa Nacional do Alcool, em 1975, e a ampliação da rodovia Anhanguera impulsionaram a dinamização econômica da região, aumentando a demanda por mão-de-obra não qualificada para trabalhar na lavoura canavieira, gerando aumento de migrações de outros estados (FERNANDES *et al.*, 2004). A população urbana de Ribeirão Preto triplicou entre os anos de 1970 e 2010, passando de 196.242 habitantes para 603.401 habitantes (Tabela 1).

O desenvolvimento técnico-científico-informacional, que consiste na remodelação do espaço pela inovação da técnica, da ciência e da informação (SANTOS, 1993), difundiu uma modernização antes concentrada. Esse processo, todavia, não se deu de forma igualitária pelo território paulista.⁴ Algumas áreas foram afetadas devido à influência da agropecuária e da agroindústria, casos das regiões de Campinas e de Ribeirão Preto (NEGRI, 1988).

³Dados extraídos do estudo sobre “As regiões de influência da cidade 2007” (REGIC/IBGE). Disponível em: <mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/regic_28.pdf>. Acesso: 02 out. 2016. Para dados mais detalhados, consultar: Prefeitura do Município <ribeiraopreto.sp.gov.br>; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística <ibge.gov.br>; e Fundação Seade <seade.gov.br>.

⁴ Cartogramas produzidos por Hervé Théry para a Fundação Seade (2005) mostram que há um “V central” e uma “dorsal paulista” onde se encontram, atualmente, o maior eixo de circulação e de densidade econômica do estado (SPOSITO; GOÉS, 2013). O município de Ribeirão Preto está inserido nessa geografia.

Ano	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
População urbana	63.312	119.49	196.242	300.828	416.704	502.760	603.401
População Total	92.160	147.361	218.584	318.496	431.131	504.923	604.682

Tabela 1: Município de Ribeirão Preto - Evolução Demográfica 1940/2010. Fonte: elaborado pelo autor, com dados dos Censos Demográficos do IBGE.

É nesse contexto de modernização e industrialização do último quarto do século XX que se observa de maneira mais intensa a segmentação socioespacial e a deterioração das condições de vida urbana das populações mais pobres: o espraiamento da cidade envolveu a “correlação expressa pelo trinômio que compreende a difusão de inovações tecnológicas no setor sucroalcooleiro, o perfil das migrações no estado de São Paulo e a segregação urbana” (FERNANDES *et al.*, 2004, p. 55). Ribeirão Preto se consolidou como núcleo de aglomeração urbana na década de 1980 e os anos de 1990 marcam o aprofundamento da crise urbana com a adoção de políticas neoliberais (DAL POZZO, 2015; FIGUEIRA, 2013). Assim, a cidade vivenciou favelização e aumento de suas periferias nas zonas norte e oeste da cidade, ao mesmo tempo em que ocorreu intenso crescimento das áreas mais ricas, em especial na zona sul, notadamente por meio de enclaves fortificados (condomínios residenciais fechados, shopping centers, edifícios para o setor terciário).

A Companhia Habitacional de Ribeirão Preto (COHAB-RP) exerceu papel determinante na expansão urbana, selando a apartação socioterritorial dos bairros periféricos a oeste e, principalmente, ao norte. Paradoxalmente, a produção mais intensa da COHAB-RP ocorreu na “década perdida” (1980), com a construção de 16.207 unidades e do seu maior empreendimento habitacional, o Jardim Quintino Facci II. Este conjunto conta com 3.112 unidades e está localizado no extremo norte da cidade, nos últimos subsetores localizados ainda dentro do Anel Viário (N8 e N10), totalizando 1.199.296,44 m² de área.⁵ Os conjuntos implantados nesse período se localizam distantes do centro, caracterizados pela falta de transporte público, ruas sem pavimentação, iluminação pública e saneamento básico (FERNANDES *et al.*, 2004). Assim se afirmou na cidade a lógica centro-periferia que caracterizou a urbanização do país na segunda metade do século XX. Em 41 anos, a COHAB-RP construiu 36.741 unidades habitacionais, a maioria nos setores norte e oeste (Figura 2): em média, 896.12 unidades/ano.

Recentemente, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) passou a protagonizar a provisão de habitação social: dos 12 conjuntos implantados pela COHAB-RP até 2016, 10 foram produzidos pelo PMCMV, somando 2.584 unidades.

Em 2017 iniciaram-se as obras do maior conjunto habitacional da COHAB-RP: o empreendimento Vida Nova Ribeirão irá disponibilizar 6.991 casas térreas no setor norte, em área que extrapola o perímetro urbano. Diferente das décadas de 1970-80, este empreendimento é vendido como “bairro planejado” com infraestrutura básica completa, além de equipamentos públicos institucionais e de lazer. Ainda que tenha concentrado sua produção em áreas adensadas já urbanizadas dentro do Anel Viário, o PMCMV reforçou a segregação socioespacial da cidade: não há nenhuma

⁵ Para a relação completa das áreas dos conjuntos habitacionais, consultar o sítio da COHAB-RP. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/cohab/i08extensao.php>>.

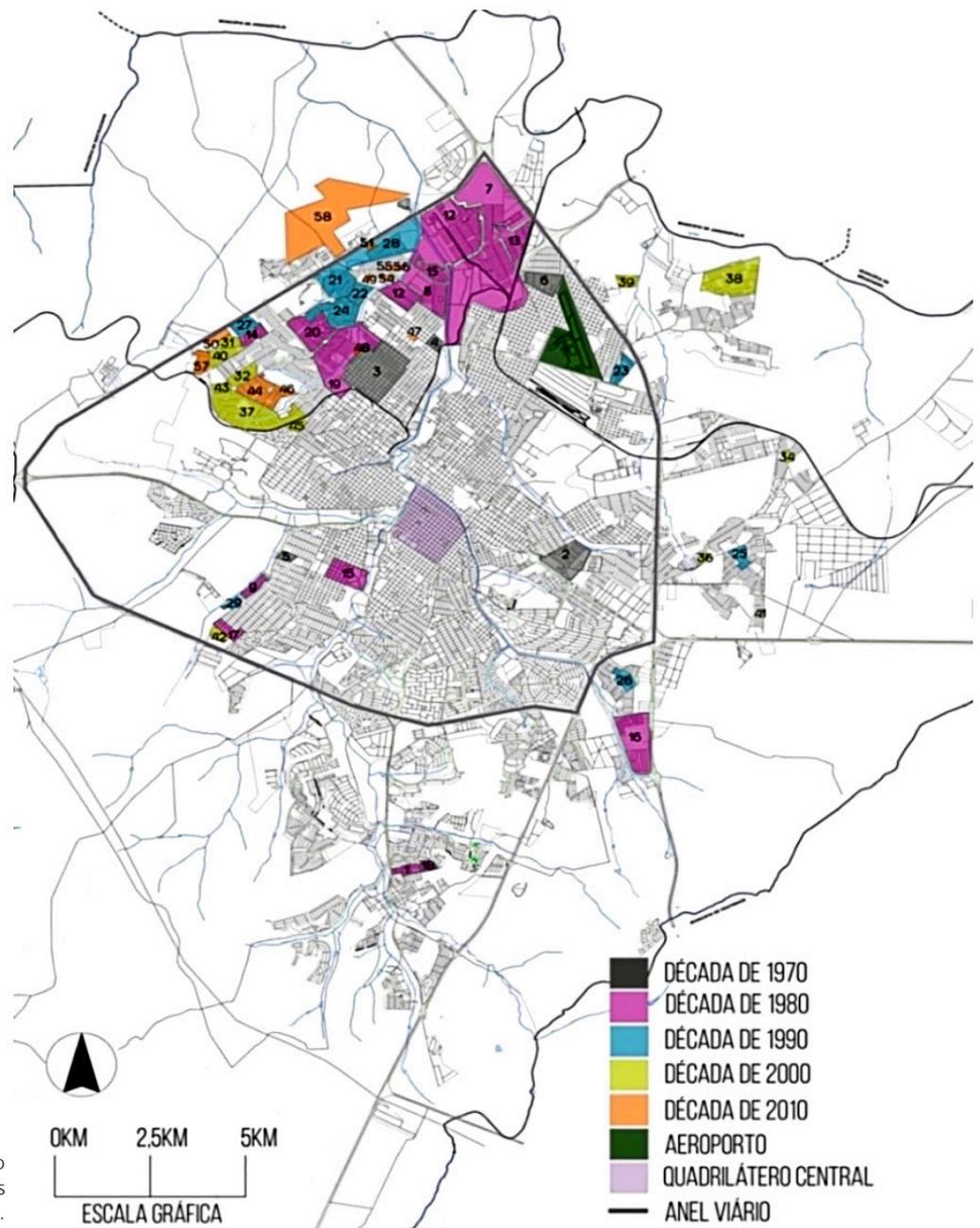


Figura 2: Município de Ribeirão Preto – Conjuntos habitacionais implantados pela COHAB-RP. Fonte: elaborado pelo autor, com dados extraídos de Dal Pozzo (2015); da ferramenta Google Earth; do site da revista Revide, disponível em <<https://www.revide.com.br/noticias/cidades/residencial-da-cohab-ainda-nao-encontrou-compradores/>>. Acesso: 22 out. 2017; do portal de notícias de Ribeirão Preto, disponível em <ribeirao-preto.org/2014/10/ribeirao-preto-ganhara-mais-736-apartamentos-do-mcmv.html>. Acesso: 22 out. 2017.

unidade habitacional construída nos setores leste e sul, apenas nos setores norte e oeste e mais especificamente a noroeste. É também nos setores norte e oeste que se concentram as favelas, onde hoje existem 70 áreas ocupadas de forma irregular por moradores sem-teto.

Levantamento do Plano de Habitação de Interesse Social (PLHIS) indicou, em 2010, 26.077 pessoas em assentamentos precários (3,98 % da população), evidenciando a dicotomia da espacialização socioeconômica entre o norte periférico pobre e centro-sul rico.

No plano econômico, há crescimento do setor terciário através do valor adicionado no PIB do município. O setor terciário é o maior gerador de empregos na cidade, seguindo a tendência estadual. De acordo com os dados de capital humano organizados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), de 226.584 pessoas empregadas em 2015, 127.468 (56%) estavam no setor de “Serviços e Administração Pública” e 61.566 (27%) no comércio.

Os parâmetros institucionais

O Plano Diretor do município foi instituído pela Lei Complementar nº 501/1995 e revisado pela Lei Complementar nº 1.573/2003, com instrumentos de regulação urbana (Art. 5º) originários do Estatuto da Cidade. Contudo, na contramão de uma cidade democrática e igualitária, e lei original instituiu o setor sul como vetor de crescimento da área urbanizada (Art. 8º), fomentando investimentos públicos e privados em área da cidade que já havia iniciado um intenso processo de valorização e especulação imobiliária com a inauguração do primeiro shopping da cidade, o Ribeirão Shopping, em 1981.

A revisão do Plano Diretor de 2003 trouxe poucas modificações, servindo como adequação ao Estatuto da Cidade, incluindo outros dispositivos: IPTU Progressivo, Operação Urbana Consorciada, Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). Ainda foram acrescentados os itens “5ºA” e “5ºH”, os quais detalham os instrumentos de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória, IPTU Progressivo, Direito de Preempção, Transferência do Direito de Construir, Outorga Onerosa do Direito de Construir e Operações Urbanas Consorciadas. De todos esses instrumentos, o único utilizado pelo município é o EIV, que, uma vez auto-aplicativo, não precisa de regulamentação por lei específica.

Foi tentada nova revisão do PD em 2014, mas rejeitada na Câmara dos Vereadores. O ponto de maior discordância referiu-se à inclusão de uma emenda, por parte de onze parlamentares, que solicitava a supressão do artigo 23, que proíbe a urbanização na bacia do Córrego das Palmeiras II, considerada importante ponto de recarga do Aquífero Guarani (o maior manancial de água doce subterrâneo do mundo). A revogação deste dispositivo permitiria a exploração imobiliária no setor leste da cidade, região de grande interesse imobiliário por já conter 14,4% dos enclaves residenciais horizontais da cidade – a segunda maior porcentagem depois do setor sul (79,4%) (PECCI, 2014). Em 2017, o prefeito Duarte Nogueira (PSDB) tentou igualmente suprimir o artigo 23, e novamente esse apelo foi rejeitado.⁶

Em 17/10/2017 foi protocolado o Projeto de Lei Complementar nº 68/2017 com um novo texto de revisão do Plano Diretor de Ribeirão Preto, que contém alterações em

⁶ Entrevista com o vereador Marcos Papa (Partido Rede Sustentabilidade) e com a sua assessora, Andrea Campaz Bombonato, permite compreender o quadro de forças imobiliárias: houve intenso lobby imobiliário por parte do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP) e de empreiteiras (não nomeadas) para que se diminuíssem as restrições de ocupação do setor leste, questionando os estudos de fragilidade ambiental desse setor. Informações disponíveis em: <g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2014/02/camara-rejeita-novo-plano-diretor-de-ribeirao-e-vereador-fala-em-acordo.html>; e em <acidadeon.com/ribeiraopreto/cotidiano/NOT,2,2,1241404,Governo+nao+convence+Camara+a+excluir+aquifero+do+Plano+Diretor.aspx>. Acesso: 07 jun. 2017

dois temas cruciais: a urbanização da área de recarga do Aquífero Guarani, mediante restrições ambientais a serem detalhadas na revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, além da exclusão do setor sul como vetor de crescimento da cidade, com a supressão do artigo 8º do PD.

A legislação urbanística que mais explicita as desigualdades socioespaciais, incidindo diretamente na produção do espaço urbano, é a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei Complementar nº 2157/2007). Devido à declaração de inconstitucionalidade de sua revisão feita pela Lei Complementar nº 2505/2012, esta tentou tornar legal a situação dos loteamentos fechados da cidade. Decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, porém, declarou a lei inconstitucional através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. A Lei Complementar nº 2.505/2012 foi suspensa pelo Decreto Legislativo nº 75/2015, de 27/02/2015.

A normatização dos loteamentos fechados é polêmica, pois o parcelamento do solo que os originou foi regido pela Lei Federal nº 6.766/1979. Portanto, o fechamento de um loteamento originado do parcelamento implica transformar áreas públicas em áreas para uso privado de seus moradores. A norma que regulamenta os condomínios é a Lei Federal nº 4.591/1964, e é nesta que a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Ribeirão Preto fundamenta juridicamente a figura do condomínio urbanístico, até então inédita na legislação do município.

Houve duas tentativas de se tentar legalizar esses loteamentos fechados. Em 2004, foi criada a Lei Complementar nº 1.762, que autorizava o encerramento de ruas de loteamentos, o que tornaria legal o fechamento destes. Mas esta lei também foi considerada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 2008. A Prefeitura ficou proibida de autorizar empreendimentos desse tipo de figura urbanística. A segunda tentativa foi a Lei Complementar nº 2.462/2011, por meio da qual se estipulou um prazo de dois anos para que as associações de moradores desses loteamentos protocolassem o pedido de fechamento. Segundo Pecci (2014), quando o prazo se encerrou, em 13/07/2013, havia apenas 19 processos protocolados com pedidos de regularização de loteamentos fechados e, destes, apenas 3 loteamentos conseguiram decreto de aprovação.⁷ Portanto, tanto os loteamentos fechados em processo de análise quanto os demais são juridicamente ilegais. O esforço para tentar regularizar e legalizar a figura urbanística do loteamento fechado, além da não fiscalização e da não punição dos moradores desses loteamentos, se explica pelo fato de que, dos 57 loteamentos fechados existentes na cidade, 55 deles se localizam no setor sul (o principal vetor de expansão urbana local), onde se concentra a população de maior poder aquisitivo.

O macrozoneamento e a definição de áreas especiais na cidade conferem ao setor sul as melhores condições de atração do mercado imobiliário, por possuir grandes vazios urbanos com malha urbana pouco consolidada e estar situado fora do anel viário e, portanto, além da Zona de Urbanização Preferencial (ZUP). Estes subsetores fazem parte da Zona de Urbanização Controlada (ZUC), que permite maiores dimensões mínimas para loteamentos.

Em síntese, a legislação urbanística possui um caráter contraditório: ao mesmo tempo em que absorveu eixos progressistas do marco institucional (Constituição Federal e

⁷ Para a relação completa de loteamentos fechados que conseguiram a aprovação do fechamento, os que ainda estão com seus processos em andamento e outros que ainda não a adquiriram, ver Pecci (2014, p. 34-37).

Estatuto da Cidade), não foram regulamentados os instrumentos que garantiriam esses preceitos, além da permissividade na oferta de condomínios fechados e uma explícita preferência por desenvolver os setores leste e, principalmente, o sul.

Enclaves fortificados e segregação socioespacial

Com base na acepção de Caldeira (2000), os enclaves fortificados locais foram catalogados, mapeados e listados em formato espacial. Além disso, foram organizados de maneira cronológica ao longo do recorte temporal (1995-2015).

A cidade tem quatro shoppings. O Ribeirão Shopping foi o primeiro, inaugurado em 1981, passou por oito expansões, tornando-se o maior centro de compras do Brasil em Área Bruta Locável (ABL) do portfólio da Multiplan, com 69,4 mil m² de ABL e 91,3 mil m² de Área Bruta Comercial.⁸ As expansões não se limitaram ao aumento da área construída, pois, entre os anos de 2002 e 2013, criaram também um complexo comercial em seu entorno: em 2002 foi inaugurado o Hotel Íbis; em 2005 o edifício comercial Ribeirão Office Tower; e, em 2012, uma torre de escritórios para venda, o Centro Profissional Ribeirão Shopping.

Em 2013, a rede Multiplan inaugurou o Shopping Iguatemi, um complexo imobiliário que, em parceria com a Vila do Ipê Empreendimentos, construiu um shopping com 43.648 m² de Área Bruta Locável (ABL) e anunciou a construção de oito torres comerciais, nove edifícios corporativos, 18 torres residenciais, hotel, sete condomínios horizontais, escola, centro de eventos e campo de golfe. Segundo Pecci (2014), o Shopping Iguatemi funciona como um “grande centro catalisador” de uma área que já funciona como “um grande polo de especulação imobiliária”.

O Shopping Santa Úrsula, único localizado no centro, foi incorporado à empresa Multiplan em 2010, que promoveu reformas para que se adequasse aos padrões da empresa. A Multiplan exerce, portanto, quase um monopólio desse tipo de complexo comercial na cidade. Por último, o Novo Shopping se localiza na região sudeste. Seu público alvo é a classe média e sua área é constantemente ampliada para abrigar novas lojas e serviços, por exemplo, a inauguração, em 2002, do Espaço Empresarial, capaz de sediar eventos e acomodar escritórios corporativos e de serviços, além da inauguração do Poupatempo em 2003 e de contar com um hotel contíguo.

Instalados próximos ao anel viário, os shoppings e seus complexos indicam a atratividade do setor terciário de Ribeirão Preto sobre as cidades menores da região, pois criam novas centralidades, atraindo consumidores e o mercado imobiliário.

Dos 162 enclaves residenciais da cidade, 130 se concentram nos subsetores sul e, destes, 113 se encontram fora do Anel Viário. Assim, “um terço de toda área urbanizada do setor está fechada, o que demonstra a priorização dos condomínios nesta região” (PECCI, 2014, p. 66).

No setor leste se encontra a segunda maior quantidade de enclaves residenciais fechados (23), 17 dos quais localizados fora do anel viário. Dois destes, em antigas chácaras de recreio, são os maiores, com áreas superiores a 1 milhão de m². Os setores oeste e norte possuem as menores quantidades desse tipo de enclave. A presença desse tipo

⁸ Disponível em: <<http://ri.multiplan.com.br/ptb/1564/ExpVIIIIRBSPort.pdf>>. Acesso: 07 jun. 2017.

de empreendimento no setor norte sugere a hipótese de que esses enclaves estão começando a ser consumidos também para classes mais baixas, mesmo em menor escala.

Já o levantamento das instituições privadas de ensino compreendeu escolas de educação infantil, faculdades e universidades, consideradas enclaves fortificados porque aderem à estética da arquitetura defensiva e porque são seletivas, pagas, reforçando seu caráter socialmente homogêneo. Mesmo que o maior número dessas instituições esteja localizado no setor sul (41), há no setor leste outras 32 unidades, seguidas por 31 no setor norte, 22 no setor oeste e 19 no setor central. Ainda que o setor central tenha grande poder atrativo, a orientação do desenvolvimento urbano e econômico está focada na região sul, exercendo grande influência nas regiões sudoeste e sudeste, onde se concentram os habitantes de maior poder aquisitivo, agravando a dicotomia na cidade entre norte (pobre) e sul (rico). A Figura 3 sintetiza a espacialização dos diferentes tipos de enclaves.

O tratamento das distintas expressões de incivilidade na trajetória do homem público indica que “civilidade é tratar os outros como se fossem estranhos que forjam um laço social sobre essa distância social” (SENNETT, 1993, p. 323). E há uma modalidade de incivilidade que se mostra como “perversão da fraternidade na experiência comunal moderna”, isto é, a tendência contemporânea de forjar traços de personalidade e comportamentos sociais mais exclusivos faz com que “quanto mais estreito for o escopo de uma comunidade formada pela personalidade coletiva, mais destrutiva se tornará a experiência do sentimento fraterno. Forasteiros, desconhecidos, dessemelhantes, tornaram-se criaturas a serem evitadas” (Idem, p. 325). Tal concepção permanece atual e ajuda a explicar as percepções dos cidadãos sobre si (os iguais) e os outros (os “dessemelhantes”).

De modo geral, a segurança foi ratificada como a principal razão dos entrevistados optarem por enclaves fortificados residenciais. Dentre outras motivações, a segunda mais citada foi a realização de um bom negócio imobiliário ao comprar um imóvel que atendesse às necessidades de segurança, lazer e localização com um preço considerado adequado. Outros entrevistados ainda citaram a proximidade com o trabalho.

Resposta unânime foi a percepção de que a violência urbana cresceu, aumentando a sensação de insegurança das pessoas. Para problematizar, foi feito um levantamento das estatísticas criminais de Ribeirão Preto e de outras três cidades do interior paulista para efeito de comparação e contextualização: Campinas, Sorocaba e Santos. Os números do estado de São Paulo também foram adicionados na Tabela 2 para que se possa analisar a relevância de cada tipo de crime nas cidades escolhidas.

Os dados permitem inferir que: a) o homicídio doloso é o crime com as menores ocorrências em todas as cidades, além de todas apresentarem uma queda significativa de sua frequência; b) a ocorrência dos crimes listados em Ribeirão Preto é inferior ao registrado em Campinas e muito menor no caso de furto e roubo de veículos, fato parcialmente explicado pela diferença demográfica; c) a frequência de homicídio doloso em Ribeirão Preto foi menor que a de Sorocaba, porém, maior que a de Santos em três anos; d) Ribeirão Preto, Campinas e Santos apresentaram aumento na ocorrência de furtos, conforme tendência estadual, sendo os números de Ribeirão Preto maiores

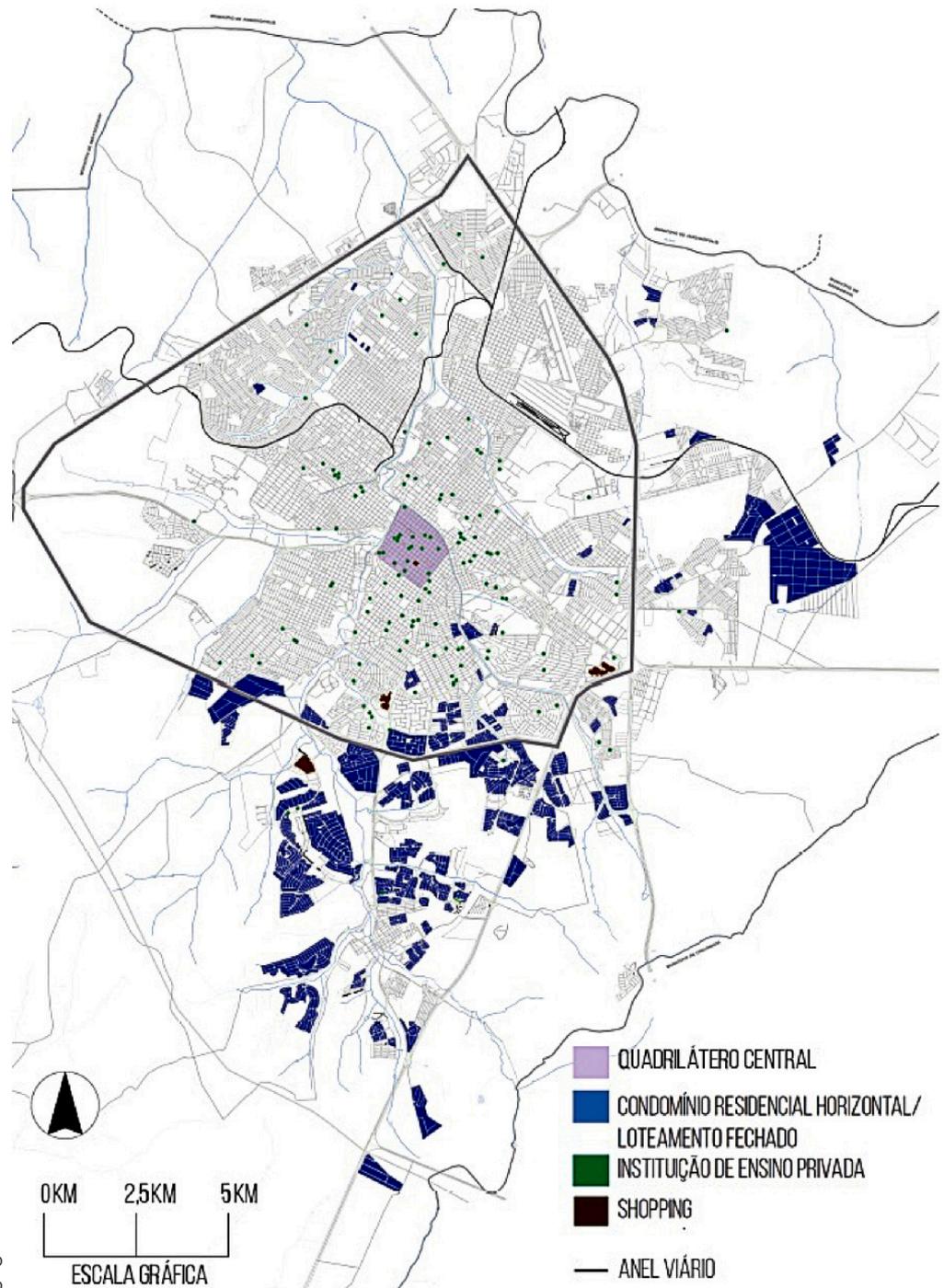


Figura 3: Município de Ribeirão Preto – Mapa com a localização Geral de Enclaves Fortificados. Fonte: elaborado pelo autor, com base em dados extraídos de: Pecci (2014); Dal Pozzo (2015); Diretoria de Ensino – Região de Ribeirão Preto (2017); site do Sindicato de hotéis, restaurantes, bares e similares de Ribeirão Preto e região (2017).

que os de Santos e Sorocaba; e) o número de roubos aumentou em Ribeirão Preto, Sorocaba e Santos, tendo esta última fechado 2015 com o número mais alto em comparação com as demais; f) as ocorrências de furto e roubo de veículo aumentaram em Ribeirão Preto e Sorocaba; g) em Ribeirão Preto houve uma queda importante de crimes violentos, porém, com aumento de crimes que não envolvem violência física, como furtos e roubos de veículos.

Os índices de criminalidade de Ribeirão Preto não diferem radicalmente dos índices de cidades de porte similar, de forma que as estatísticas da criminalidade não seriam suficientes para justificar a produção exacerbada de enclaves residenciais, considerando ainda que um terço da área urbanizada de seu setor sul já está fechada (PECCI, 2014, p. 66).

As classes média-alta e alta residentes de enclaves estabelecem relações “ambíguas de dependência e evitação, intimidade e desconfiança” (CALDEIRA, 2000, p. 272), para com seus empregados, ainda que, na escala da cidade, tenham se libertado da mistura de classes. Uma das características principais desses “novos *habitats* fechados” são “mecanismos pautados na discriminação que ferem os princípios básicos da Constituição Brasileira” (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 241). Tal discriminação aparece nas explicações dos entrevistados sobre o aumento da violência urbana: as respostas a essa pergunta foram genéricas e simplistas, e a maioria identificou na desigualdade social e na atual crise econômica e política do Brasil⁹ as causas para o aumento da violência, de forma que o aumento do desemprego e da falta de oportunidade tenha transformado essas mesmas pessoas nos agentes da violência.

Ao identificar pessoas de classes sociais mais baixas como responsáveis pela violência urbana cria-se uma generalização estereotipada dessa população. Tal distinção serve para justificar medidas discriminatórias e o próprio auto-isolamento, vindo no “dessemelhante” uma pessoa a ser evitada.

⁹ Em agosto de 2016 a presidente Dilma Rousseff foi afastada definitivamente de seu cargo após um longo e controvertido processo de impeachment. Este processo gerou intensa polarização ideológica no país, além de ter contribuído para a sua desestabilização político-institucional e econômica em meio a uma recessão que se agravou a partir de 2015. Para uma interpretação original desses episódios, particularmente do ponto de vista da ação das elites, ver Souza (2016).

Tabela 2: Crimes praticados nos municípios de Ribeirão Preto, Campinas, Sorocaba e Santos/2001-2015. Fonte: elaborado pelo autor, com dados da Fundação Seade e da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

Cidade	Ribeirão Preto			Campinas			Sorocaba			Santos		
	Habitantes											
Habitantes	654.893			1.150.753			637.436			425.621		
Crimes	2001	2008	2015	2001	2008	2015	2001	2008	2015	2001	2008	2015
Homicídio Doloso	176	36	46	542	141	121	120	69	53	103	16	11
Furto	9.957	10.198	10.740	13.608	14.922	18.101	7.672	6.344	7.160	5.585	6.483	6.454
Roubo	3.428	2.861	3.500	10.873	8.948	8.887	2.004	1.292	2.980	2.986	3.187	4.317
Furto e Roubo de Veículo	1.225	1.850	2.833	14.118	7.528	6.817	1.563	1.387	3.543	1.819	2.282	1.689

As vantagens de se morar em um enclave residencial, mencionadas por seus residentes, são refletidas em anúncios que vendem esse produto. Além da ênfase na segurança, moradores mencionaram também o silêncio e a tranquilidade do condomínio, de forma que “nem parecia que estavam na cidade”. Desejos estes explorados pelo *marketing* desses empreendimentos (Figura 4). A ênfase na localização demonstra a necessidade de se garantir o *status* associado aos empreendimentos. Também são enfatizados os aspectos ambientais devido à proximidade com áreas verdes, pois o setor imobiliário sabe da associação paradoxal que seus consumidores têm com os conceitos de segurança e liberdade, além de tentarem se distanciar da cidade como espaço caótico, violento, desordenado e mal cuidado. Anúncios imobiliários representam os condomínios como “ilhas instaladas no meio de arredores nobres” (CALDERA, 2000, p. 266).

Não há menção a aparatos de segurança como o principal atributo dos empreendimentos, ainda que seja uma correlação lógica que a palavra “residencial” signifique, no caso, espaço fechado, com portaria e controle de acesso. Como Caldera (2000) observou nos anúncios da RMSP, não há menção explícita de desejo por vida em comunidade nas peças de *marketing*, o que revela o que se espera de pessoas que desejam conviver isoladas entre iguais.

Figura 4: Anúncio do residencial fechado Fazenda Santa Maria. Fonte: Revista REVIDE, p. 2-3, ed. 43, 2010.

Obras iniciadas!

ESPAÇO
LIBERDADE
BELEZA
PAZ

Residencial fechado de alto padrão
Lotes a partir de 1500m²
Entrega em 24 meses
Pagamento facilitado

Vendas
0800 942 5151 www.pereiraalvim.com.br

Parceria em Vendas

Descubra esse verdadeiro paraíso

Rodovia Anhanguera, Km 299

A realidade além dos seus sonhos

Logos dos parceiros em vendas: FGI, FORTES GUIMARÃES, IMÓVEIS M3, Martinelli, mi mercado imobiliário, MUNICIPAL IMÓVEIS, FABANO, PAULO RODIN, PIRAMID, SANTA MARIA IMOBILIÁRIA.

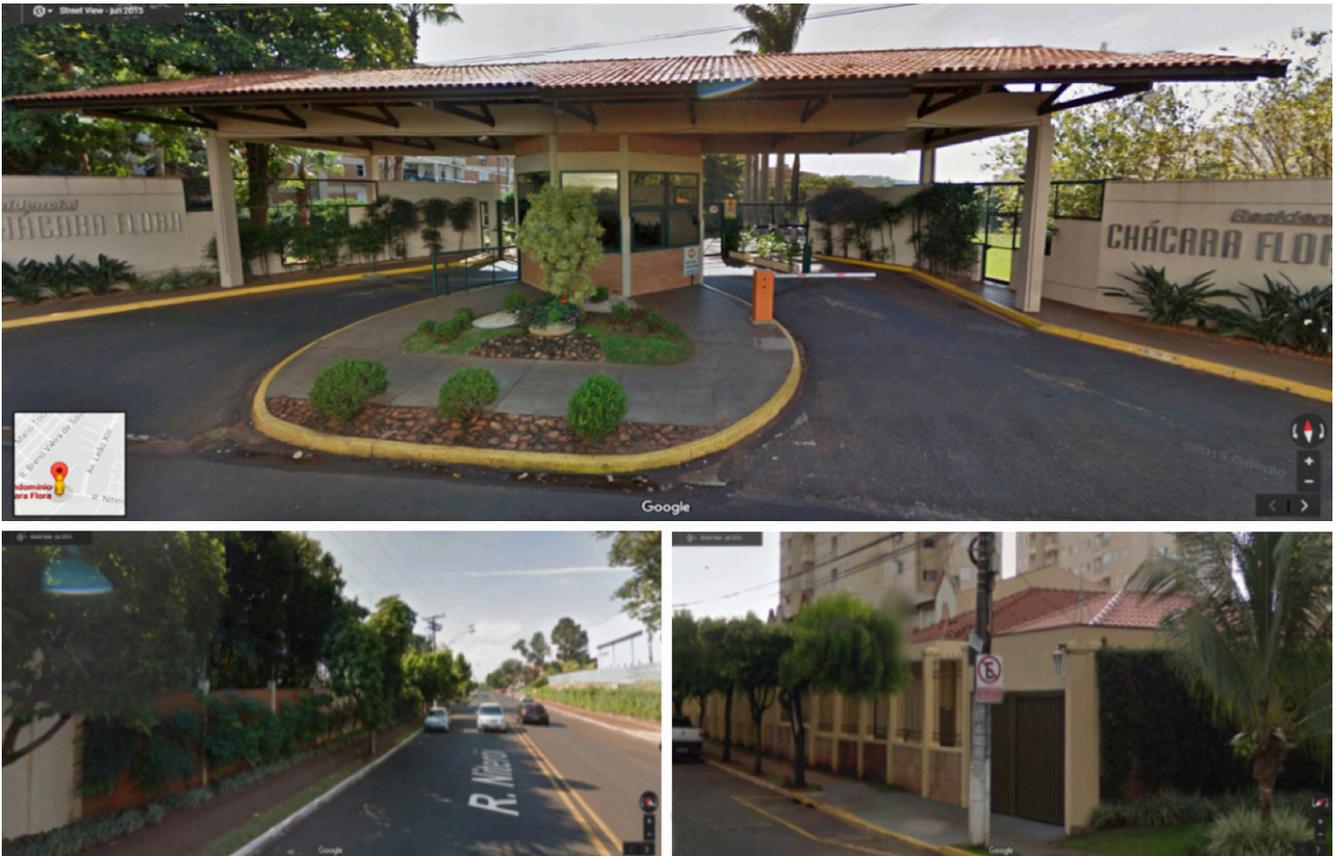


Figura 5: Portaria do Condomínio Residencial Chácara Flora (topo) e muros com cerca elétrica deste condomínio (esquerda) e do Village de France (direita). Fonte: elaborado pelo autor, com o auxílio da ferramenta Street View da Google.

Arquitetura defensiva e sociabilidade interna

Para assegurar segurança e *status*, é imprescindível consumir o caráter fortificado dos enclaves. E, para que a segregação não seja apenas física, mas também simbólica, os enclaves se valem não apenas de *uma* medida defensiva, mas de um *conjunto* delas, moldando uma nítida estratégia de evitação sustentada por barreiras.

Dos quatro enclaves residenciais visitados para as entrevistas, há pouca variação nas estratégias de segurança: todos são guarnecidos por portarias com vidros de *insufilm* escuro ou espelhado, evitando a visão interna de funcionários e dos sistemas de segurança; possuem cancelas separadas para a entrada de moradores e visitantes; interfones nas casas ou apartamentos conectados com a portaria; sistema de câmeras de segurança instalados em pontos chave; muros equipados com cerca elétrica e, no caso do setor sul, com concertinas clipadas, típicas de presídios; serviço integral ou apenas noturno de ronda e eventual identificação de nome e identificação dos visitantes (Figuras 5 e 6).

A combinação desses fatores resulta em uma estética de segurança ostensiva. No setor sul se tornou comum a situação na qual uma via pública é margeada por muros equipados com concertinas duplas e cercas elétricas: são quilômetros de vias públicas nessa situação, não apenas áreas ocasionais. Aos muros, somam-se calçadas estreitas e paisagismo que não contribui para o conforto térmico dos pedestres, suscitando um cenário de abandono, de cidade desabitada.

Não se vê pessoas utilizando essas vias, pois foram projetadas para serem desconfortáveis e não atrativas para pedestres, cujo uso é praticamente exclusivo dos automóveis. É flagrante também a ausência de pontos de ônibus no espaço público que os circunda, dificultando o acesso dos trabalhadores pobres empregados nesses enclaves.

No que se refere à sociabilidade interna, ainda que todos relatem conhecer ao menos os seus vizinhos antigos e realizar atividades esporádicas em conjunto, reconhecem que, com o passar do tempo, há dificuldade de se conhecer novos moradores. É central também o papel das crianças na sociabilidade interna de seus moradores, pois elas motivam seus pais a frequentarem as áreas de lazer comuns do condomínio e assim a conviver e se relacionar com os pais das outras crianças.

Figura 6: Portaria do loteamento residencial Vista Bella: muros com cerca elétrica e câmeras de segurança interna. Fonte: elaborado pelo autor, com o auxílio da ferramenta Street View da Google.

A fortificação também constitui um traço marcante das instituições de ensino. A Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), por exemplo, é uma das escolas mais caras e cobiçadas da cidade – o que torna bastante seletivo o acesso a esta instituição



privada – e em seus dois prédios contíguos há portarias e catracas, além de ser comum ver seguranças fazendo ronda pelo quarteirão (Figura 7). Também neste caso, os princípios a serem seguidos são o da segurança e da homogeneidade social, além de mecanismos que evitem o ingresso dos “dessemelhantes”.

Figura 7 (topo): Fundação Armando Álvares Penteado – Portarias de acesso. Fonte: Site da instituição <faap.br/colégiop/infraestrutura.asp> e ferramenta Street View da Google. Acesso: 30 nov. 2017.

Figura 8 (embaixo): Ribeirão Preto – Imagem da parte norte do subsetor Sul 9 (S9). Fonte: elaborado pelo autor, com o auxílio da ferramenta Street View da Google.

Fato é que “as estruturas urbanas e o planejamento influenciam o comportamento e as formas de funcionamento das cidades” (GEHL, 2014, p. 9). A arquitetura defensiva nega o espaço público, gera fachadas horizontais passivas, sem a presença de atividades e pessoas, o que, de acordo com Gehl (2014), prejudica a experiência sensorial do pedestre. Efeito esse desejado pelos enclaves fortificados residenciais, os quais tendem a suprimir a vida urbana nos seus arredores.

A presença desses empreendimentos gera situações de profunda desorientação, criando um sistema de ruas interligadas por rotatórias genéricas que eventualmente chegam a alguma rodovia (Figura 8). Esse problema, somado ao cenário das vias públicas



margeadas por muros, deixou o setor sul sem pontos de referência, monofuncional e sem vida, já que os dois grandes complexos formados pelo Ribeirão Shopping e pelo Shopping Iguatemi centralizam serviços de comércio, lazer e consumo.

As franjas das periferias dos setores sul e leste apresentam descontinuidades urbanas, com a presença intercalada de enclaves residenciais e vazios urbanos. A malha urbana é fragmentada e sem conexões viárias satisfatórias. Pensar na relação destes enclaves com o espaço aberto da cidade evidencia um relacionamento conflituoso para seus moradores não apenas no âmbito das regras, mas também na relação com não residentes de enclaves. Perguntas sobre sociabilidade geraram as respostas com maiores divergências entre os entrevistados. Muitos pediram para que a pergunta fosse repetida e reformulada, além de mostrarem clara surpresa por serem questionados sobre os impactos sociais que seu modo de morar poderia gerar e na percepção que “os outros” podem ter deles: tentar se colocar na posição de quem também é julgado gerou desorientação.

Considerações Finais

Os enclaves fortificados em Ribeirão Preto se concentram no setor sul, processo que se intensificou a partir dos anos de 1990. A ação de grandes empreendedores tem se concretizado com a expansão e construção de shoppings centers, complexos de torres de negócio e de apartamentos, condomínios e loteamentos fechados, e escolas privadas. A regulação urbana correspondente tem sido permissiva, o que produz incentivos à sua continuidade.

Os conflitos relativos às Leis de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e do Plano Diretor tornam explícita a influência do setor da construção civil nas decisões da legislação urbanística. Ao mesmo tempo em que o Plano Diretor de 2014 foi rejeitado por tratar de um artigo que comprometeria a proteção ambiental do Aquífero Guarani, um novo texto para a lei, de 2017, pode ser aprovado com a autorização de urbanização das áreas desta reserva, em nítido movimento de liberação de áreas de grande valor para o mercado imobiliário devido à sua localização nobre no setor leste. A tentativa de regularizar a figura jurídica do loteamento fechado foi malsucedida, já que declarada inconstitucional, mas nenhuma penalidade é aplicada àqueles se que se mantêm em situação irregular.

Para Bauman (2009), a cidade foi historicamente o lugar do convívio com o diferente, mas passa a temê-lo na sociedade pós-moderna, de sorte que a segregação espacial é um paliativo fadado ao fracasso ou ao aumento da paranoia e da vigilância, as quais deseducam esses grupos autosegregados a conviverem com o diferente de forma pacífica, aumentando a sensação de violência. Para Ghel (2014) a vida na cidade requer o encontro entre os diferentes, pois a socialização e o convívio com outras pessoas, além de um desejo inerente à natureza humana, são requisitos para tornar as cidades mais seguras.¹⁰

No que se refere à cidadania, para Carvalho (2001) este é um fenômeno que se deu de maneira inversa no Brasil¹¹, de forma que os direitos civis – direito à liberdade individual, à igualdade, à propriedade, à livre circulação – “apresentam as maiores deficiências em termos de seu conhecimento, extensão e garantias” (CARVALHO, 2001, p. 228).

¹⁰ Compreensão semelhante foi antecipada por Jane Jacobs em sua obra clássica, “Morte e vida de grandes cidades”.

¹¹ Invertida em comparação ao modelo proposto por T.A. Marshall para interpretar a trajetória inglesa, na qual a ordem de conquista coloca os direitos civis na base da construção da cidadania, seguidos, respectivamente, pelos direitos políticos e, finalmente, pela difusão de direitos sociais.

Ainda que outras modalidades de enclaves fortificados tenham estatuto jurídico legal – shoppings, condomínios, instituições privadas de ensino –, há evidente esforço para garantir sua homogeneidade social. Essa constatação contrasta com as falas dos entrevistados, nas quais frequentemente apareceu a ideia de que o direito deles (de ir e vir) era comprometido pela criminalidade. No caso, criminalidade e violência associada automaticamente aos pobres.

No Brasil contemporâneo há, com efeito, uma “democracia disjuntiva”, na qual vigoram “processos contraditórios que marcam a sociedade”, e o universo do crime a explicita na medida em que a violência, além de deteriorar os direitos dos cidadãos, “oferece um campo no qual as reações à violência tornaram-se não apenas violentas e desrespeitadoras de direitos, mas ajudam a deteriorar o espaço público, a segregar grupos sociais e a desestabilizar o estado de direito” (CALDEIRA, 2000, p. 56).

As evidências da pesquisa empírica validam o conceito de enclaves fortificados (CALDERA, 2000), também apropriado para a interpretação do caso de Ribeirão Preto tendo em vista que esses espaços possuem os mesmos atributos físicos e arquitetônicos e geram as mesmas consequências sociais e urbanísticas observadas pela autora na RMSP. No entanto, os impactos socioespaciais gerados pelos enclaves fortificados em São Paulo diferem, na sua gradação e escala, dos observados em Ribeirão Preto.

Os enclaves fortificados em Ribeirão Preto não geraram espaços homogêneos apenas dentro dos muros, mas homogeneidade em todo um setor, o sul, além de influenciar as áreas a sudeste e a sudoeste. A atratividade dos enclaves fortificados não reproduziu a formação de cenários como de São Paulo, onde espaços extremamente pobres são divisados de espaços luxuosos apenas por muros e cercas. Em Ribeirão Preto, a morfologia urbana, a disponibilidade de glebas, a agressividade do mercado imobiliário e a própria legislação permitiram a formação de uma larga extensão territorial em que predominam enclaves e na qual praticamente não há circulação de cidadãos de grupos sociais diferentes.

Em Ribeirão Preto não se observa contrastes tão drásticos de desigualdade social convivendo lado a lado. Nota-se, no entanto, expressiva desigualdade setorial no território, em especial entre os setores norte e sul. Enquanto o norte foi ocupado pela população mais pobre por meio de conjuntos habitacionais implantados pela COHAB-RP, dando margem a um processo concomitante de favelização da área, o setor sul foi planejado pelo setor privado (e admitido pelo poder público) para ser ocupado pelos grupos socioeconômicos dominantes, de forma que há clara discrepância entre a qualidade e a quantidade de serviços e equipamentos públicos. Mais ainda: revela-se ausente o princípio da função social da propriedade e da cidade, preceito consagrado na Constituição cidadã e ratificado no Estatuto da Cidade.

Quanto maior a *mixofobia* – o medo de misturar-se (BAUMAN, 2009) –, maiores são as chances de estigmatização de grupos sociais, o que compromete o convívio entre cidadãos na medida em que aumenta a intolerância. O fato de a mídia adotar uma narrativa única, a da violência e criminalidade associadas aos pobres, alimenta medos e preconceitos das classes média-alta e alta, que passam a identificar o perigo no “dessemelhante”, tornando essa parte da população em interlocutor a ser evitado.

Conviver em espaços socialmente homogêneos não contribui para a resolução dos problemas de violência e criminalidade, pelo contrário, estimula o aumento de segregação e da intolerância, além de comprometer o avanço da cidadania, notadamente dos direitos sociais e civis, já que usuários de enclaves tendem a se preocupar não com a sua relação com a cidade e seus habitantes como um todo, mas apenas com suas próprias formas insuladas de vivência.

Referências bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- ESTATUTO DA CIDADE: *Guia para implementação pelos municípios e cidadãos*. Lei nº 10.257, de 10/7/2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*; tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- _____. Enclaves Fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos Cebrap*, n. 47, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DAL POZZO, Clayton Ferreira. Fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas: os territórios do consumo segmentado de Ribeirão Preto e Presidente Prudente. *Tese (Doutorado) em Geografia – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente*, 2015.
- FERNANDES, Maria Esther. *et al. A cidade e seus limites: as contradições do urbano na “Califórnia Brasileira”*. São Paulo: Annablume; Fapesp; Ribeirão Preto: Unaerp, 2004.
- FIGUEIRA, Tânia Maria Bulhões. Produção social da cidade contemporânea: análise dos condomínios urbanísticos e loteamentos fechados de alto padrão do subsetor sul de Ribeirão Preto – SP. *Dissertação (Mestrado) em Arquitetura e Urbanismo – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos*, 2013.
- GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva S.A., 2014.
- GOULART, Jefferson Oliveira; BENTO, Patricia Pechini. Enclaves fortificados e segregação urbana: o caso de Jundiá. *Sociedade e Cultura*, v. 14, n. 1, jan./jun. 2011.
- IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ribeirao-preto/panorama>>. Acesso: 31 out. 2017.
- KOWARICK, Lúcio. *Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- NEGRI, Barjas. As políticas de descentralização industrial e o processo de interiorização em São Paulo: 1970-1985. In: TARTAGLIA, J.C. & OLIVEIRA, O.L. (orgs.). *Modernização e desenvolvimento do interior de São Paulo*. São Paulo: Ed. UNESP, 1988.
- PECCI, Guilherme Moreira. *Interior de muros: expansão e formação de condomínios e loteamentos fechados em Ribeirão Preto*. Monografia de Pós-Graduação. Ribeirão Preto: FAAP, 2014.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GOÉS, Eda Maria. *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.
- SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e porque você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

Recebido [Jul. 14, 2018]

Aprovado [Abr. 20, 2019]

Cardápio Legislativo: opções e contradições da regulação urbana na produção de lotes nas capitais brasileiras

Gisela Cunha Viana Leonelli,
Lais Candiotta Medeiros, Marla Jéssica Marinho*

Resumo Um intenso fenômeno de condominização tem sido observado em capitais brasileiras. O conhecimento dos impactos negativos produzidos pela expansão urbana murada não tem revertido o avanço dos condomínios horizontais fechados. Neste contexto, o objetivo é discutir qual o papel das legislações das capitais brasileiras para a produção do lote urbanizado na cidade intramuros. Após discussão sobre o marco regulatório de parcelamento do solo e da legalidade dos condomínios horizontais fechados, são identificadas e analisadas as formas de produção de lote urbano permitidas pelas leis dos municípios estudados. Conclui-se que as capitais brasileiras têm apresentado um cardápio legislativo sobre a produção de lotes urbanos, onde a regra é opcional e a flexibilização é a escolha.

Palavras-chave: leis de parcelamento do solo urbano, condomínio fechado, capitais brasileiras.

Laws Menu: options and contradictions of urban regulation on the lot production in Brazilian capitals

Abstract Recently, high urbanization rates and intense phenomenon of gated communities has been observed in the Brazilian capitals. The knowledge of the negative impacts produced by the walled urban sprawl has not reversed the advance of gated communities. In this article, we will discuss the role of Brazilian capitals laws for the production of the urbanized lot in the city between walls. It will be presented a brief discussion of the regulatory framework of land division and legality of gated communities. They are subsequently identified and analyzed forms of urban lot permitted by the municipalities laws studied. We conclude that the Brazilian capitals have presented a legislative menu on the production of urban lots, where the rule is optional and flexible is the choice.

Keywords: urban land division laws, gated community, Brazilian capitals.

Menu Legislativo: opciones y contradicciones de la regulación urbana en la producción de lotes en las capitales brasileñas

Resumen Un intenso fenómeno de condominización ha sido observado en capitales brasileñas. El conocimiento de los impactos negativos producidos por la expansión urbana murada no ha revertido el avance de los condominios horizontales cerrados. En este contexto, el objetivo es discutir cuál es el papel de las legislaciones de las capitales brasileñas para la producción del lote urbanizado en la ciudad intramuros. Después de la discusión sobre el marco regulatorio de parcelamiento del suelo y de la legalidad de los condominios horizontales cerrados, se identifican y analizan las formas de producción de lote urbano permitidas por las leyes de los municipios estudiados. Se concluye que las capitales brasileñas han presentado un menú legislativo sobre la producción de lotes urbanos, donde la regla es opcional y la flexibilización es la elección.

Palabras clave: leyes de parcelación del suelo urbano, condominio cerrado, capitales brasileñas.

Urbanização intensiva e condominização

No início do século XXI, com exceção dos territórios estagnados, muitas cidades brasileiras continuam em expansão, intensificando o processo de urbanização brasileiro. Os processos migratórios, a metropolização da pobreza e a desigualdade socioterritorial são dinâmicas simultâneas com a concentração da população nas grandes cidades brasileiras (Brito, 2005).

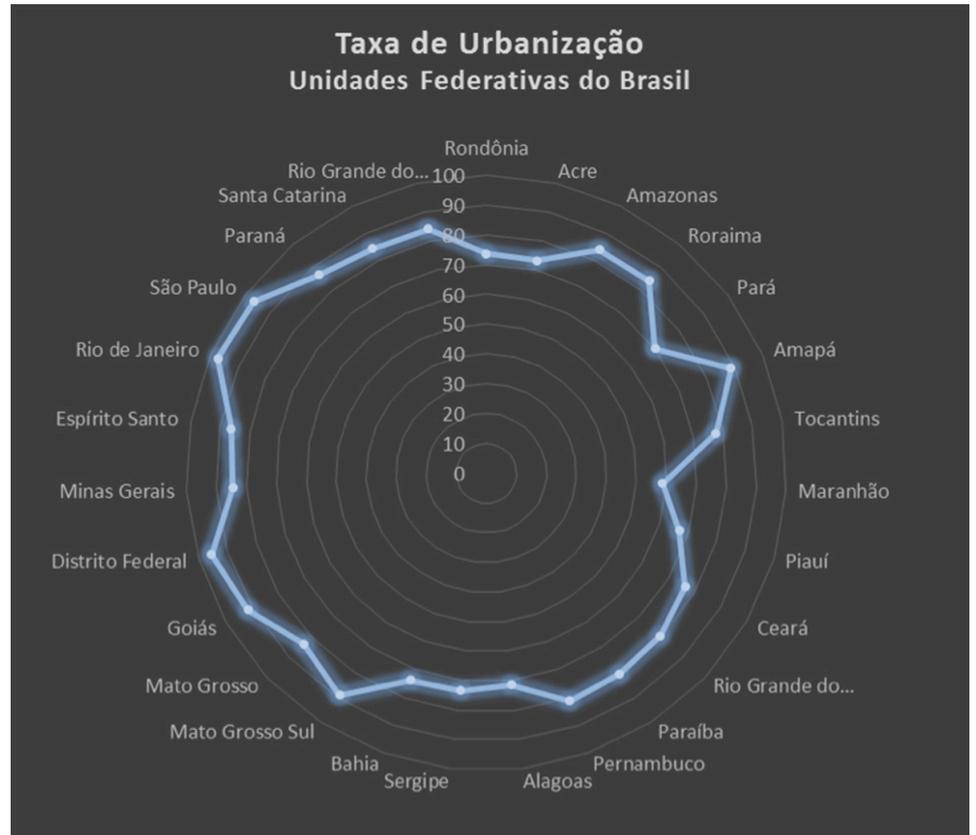
Em 2012, a maioria dos estados brasileiros apresentou alta taxa de urbanização (Gráfico 1). Destacam-se os estados do Rio de Janeiro com 97%, o de São Paulo com 96% e de Goiás com 91% (IBGE, 2012), sendo que a taxa de urbanização do país foi de 84,8% no mesmo período.

Os dados recentes do IBGE (2013) confirmam taxas de urbanização ainda mais expressivas nas maiores regiões metropolitanas brasileiras (tabela 1), com índices que se aproximam a quase 100% da população residindo em áreas urbanas.

A partir de do início do séc XX, na maioria das capitais dos estados brasileiros é possível verificar áreas com consolidada urbanização e verticalização, mas também processos de expansão horizontal de seu tecido urbano, com destaque para três tipologias de moradia: a) assentamentos informais (favelas e loteamentos clandestinos), b) conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida e c) loteamentos e condomínios horizontais fechados.

Os estudos sobre a intensificação da urbanização acompanhada por processos de segregação urbana e da condominização da produção do espaço tem sido tratados no Brasil há mais de duas décadas. (Caldeira, 1997, 2000; Baltrusis e D’Ottaviano, 2009; Lima, 2009; Sposito e Góes, 2013). Entende-se por condominização a opção residencial por condomínios e loteamentos fechados. Caldeira (2000) descreve este novo estilo de vida das cidades brasileiras como a experiência de viver atrás de muros e vigiados por seguranças, cunhando estes espaços com o termo “enclaves fortificados” (Caldeira, 2000. p.257). Ainda não há dados quantitativos sobre a produção de condomínios horizontais e loteamentos fechados no Brasil, mas há vários estudos discutindo o fenômeno em cidades específicas. A partir do estudo da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Gonçalves e Marra (2012) denunciam a partir do artigo intitulado como “Privatização do planejamento urbano pelos condomínios horizontais” o avanço dos empreendimentos residenciais naquela região. Marinho e Leonelli (2017) demonstram que em 2016 na cidade de Indaiatuba –SP, 25% de sua mancha urbana se encontrava privatizada e fechada intramuros, com 17% da população moradora do município. Lage (2017) discute o aumento do número destes empreendimentos em Uberlândia – MG a partir de 1990 e o impacto urbanístico nas cidades médias. Braga (2013) também pauta a predominância dos loteamentos fechados nas cidades brasileiras a partir do exemplo de Piracicaba - SP.

* Gisela Cunha Viana Leonelli é Arquiteta e Urbanista, professora da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-2371-3092>>. Lais Candioto Medeiros é Arquiteta e Urbanista, mestranda da Universidade Estadual de Campinas, ORCID <<http://orcid.org/0000-0003-4409-7193>>. Marla Jéssica Marinho é Arquiteta e Urbanista, Universidade Estadual de Campinas, ORCID <<http://orcid.org/0000-0002-1922-7905>>.



Regiões Metropolitanas	Taxa de Urbanização
RM Belém	97,3
RM Fortaleza	95,8
RM Recife	97,5
RM Salvador	98,3
RM Belo Horizonte	97,5
RM Rio de Janeiro	99,5
RM São Paulo	98,9
RM Curitiba	92,5
RM Porto Alegre	96,7

Gráfico 1: Taxa de Urbanização – Unidades Federativas do Brasil. Elaborado pelas autoras. Fonte: IBGE, 2013. Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira.

Tabela 1: Taxa de Urbanização de Regiões Metropolitanas Brasileiras. Elaborado pelas autoras. Fonte: IBGE, 2013. Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira.

A recente tese de Turczyn (2019) traz a espacialização dos enclaves fortificados de toda a Região Metropolitana de Campinas e a formação de “mutações urbanas” decorrentes desta forma de urbanização, comprovando o quão é intensa e significativa a presença destas na estruturação do território metropolitano investigado.

A urbanização via condominização horizontal é mais recorrente e favorecida no que Leonelli (2013) intitula como “cidades que parcelam”, caracterizadas como aquelas que possuem na abertura de novos parcelamentos sua principal forma de urbanização e ainda apresentam estoque de glebas rurais e urbanas para ser parcelado. A tipologia da casa unifamiliar construída em lote isolado é a forma de moradia predominante nas “cidades que parcelam”, caracterizadas com baixas e médias densidades populacionais e construtivas e reduzida verticalização. (Leonelli, 2013)

Apesar de não ser o foco deste artigo, faz-se necessário registrar que os impactos da produção dos *enclaves fortificados* (Caldeira, 2000) na produção do espaço urbano tem ocupado o debate e as pesquisas científicas com destaque para temas como: privatização de áreas públicas, violência urbana, incentivo à cidade espraiada, bloqueio da mobilidade e segregação socioterritorial. (Sposito, 2007; Silva, 2009; Lima, 2009). A partir de estudos das “villes privées” na América Latina, Europa, Ásia e Oceania, Parquot (2009) constata que este é um processo de urbanização planetário.

Diante do fenômeno da condominização no Brasil e dos seus impactos sociourbanísticos comprovados cientificamente, a proposta apresentada neste artigo é de discutir qual o papel das legislações das capitais brasileiras frente à intensificação desta forma de urbanização. A legislação urbanística proíbe, controla, induz, inibe ou promove a cidade fechada? Qual o impacto das leis vigentes frente a este tipo de urbanização? Para tanto, este trabalho está estruturado da seguinte forma: breve discussão sobre o marco regulatório de parcelamento do solo federal e legalidade dos condomínios horizontais fechados; levantamento e análise das tipologias de parcelamento do solo permitidas em todas as capitais brasileiras e considerações sobre o papel da regulação urbanística das capitais brasileiras quanto ao parcelamento do solo urbano.

Parcelamento do solo urbano e condomínios horizontais: a diferença que interessa

A célula básica do tecido urbano é o lote. Lote é a terra urbanizada, com infraestrutura, apta para receber edificação, é o produto do processo de parcelamento do solo. A produção do lote no Brasil pode ser feita a partir de duas tipologias: desmembramento e loteamento (Lei Federal 6.766). A tipologia “desmembramento” é adotada quando não há necessidade de abertura ou prolongamento do sistema viário para o parcelamento do solo e a tipologia “loteamento” é quando há esta necessidade para se ter acesso ao lote. Ao se lotear, há a doação de áreas institucionais, áreas para o sistema de lazer e o sistema viário; sendo que todas estas devem ser públicas. A produção de lotes, no Brasil, é regrada pela lei federal (L.F. 6.766/79 e suas alterações) e pelas leis municipais de parcelamento do solo urbano. Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, de 2015, mais de 61% dos municípios brasileiros possuem leis que regulam a prática de parcelamento do solo, sendo esta uma das principais leis urbanísticas encontradas nas administrações municipais, conforme apresentado no gráfico a seguir.

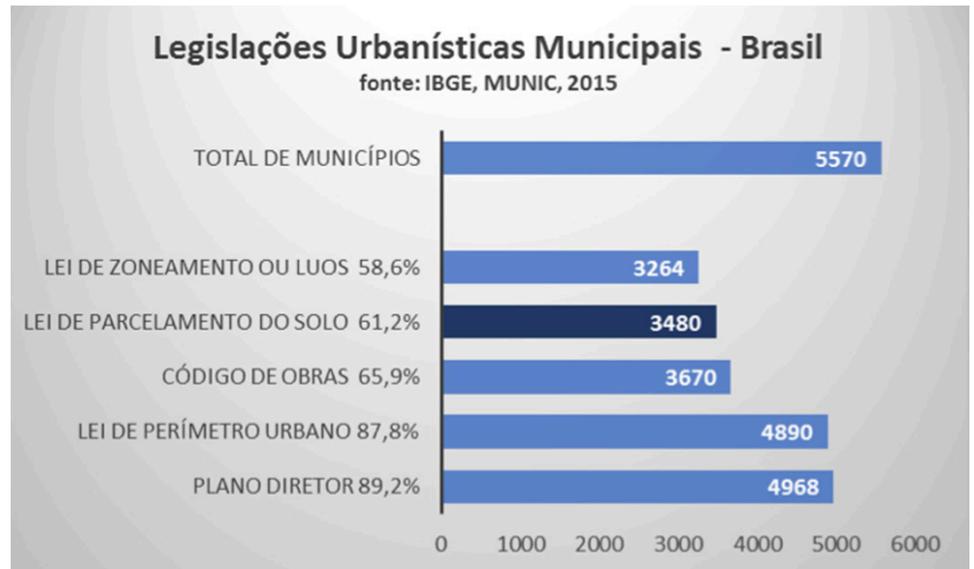


Gráfico 2: Legislações Urbanísticas Municipais - Brasil. Elaborado pelas autoras. Fonte: IBGE, 2013. Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira.

Ao se implantar condomínios horizontais fechados, morfologicamente e urbanisticamente, fica evidente que se está produzindo terra urbanizada para receber edificação, portanto há o parcelamento do solo. Ocorre a criação de novo tecido urbano com a necessidade de abertura de sistema viário para viabilizar o acesso ao lote. Neste caso, considera-se nítida e explícita a forma de burla à lei federal de parcelamento do solo urbano para escape das exigências previstas para a implantação de loteamento, com o agravamento da produção da cidade murada. (Autora, 2013, 2015).

A opção mais frequente para viabilizar a “legalidade” da expansão urbana via empreendimentos horizontais fechados são três: a) aprovação de loteamento e seu posterior fechamento b) utilização da Lei Federal 4591/1964 que trata de incorporação imobiliária como substituta da lei federal de parcelamento do solo urbano e c) criação de legislações municipais para aprovação de condomínios horizontais fechados. As três opções eram conflitantes e ilegais frente à lei federal de parcelamento do solo urbano (até sua alteração pela L. F. 13.465/17 a ser apresentada abaixo).

Condomínio horizontal fechado e loteamento possuem regimes de propriedades diferentes, mas resultados urbanísticos similares, pois ambos estão produzindo lote. Ressaltar a diferença do regime de propriedade como se ela também ocorresse urbanisticamente interessa para o escape da lei de parcelamento do solo e doação de áreas públicas.

Condomínio vertical, condomínio horizontal e a uma lei fora do lugar

Compreender como forma de produzir lotes o *loteamento*, mas não o *condomínio horizontal fechado* interessa para a difusão do modelo da condômiarização da

expansão urbana. Esta diferença é fundamental para que leis municipais reproduzam o aparato legal que permitam esta tipologia de urbanização e atenda o intenso mercado voltado para este produto imobiliário existente no país. Neste caso, o argumento legal adotado é que só há produção de lotes quando há loteamento, no caso de condomínios horizontais não há lotes, e sim fração ideal da gleba. Pois bem, lote e fração ideal são distintos enquanto ao regime de propriedade, pois o lote tem sua matrícula de propriedade individualizada enquanto que a fração ideal é parte de uma matrícula. Como já apontado, urbanisticamente, tanto o condomínio horizontal como o loteamento apresentam produtos idênticos: porção de terra isolada, infraestruturada, com acesso ao sistema viário, apta à edificação individualizada. A distinção a partir da regulação da propriedade privada é utilizada para escapar da evidente similaridade urbanística: ambos produzem lote urbanizado.

Várias legislações municipais de parcelamento do solo estipulam que as categorias de parcelamento vigentes são loteamento e desmembramento. No entanto, em uma lei paralela, criam a categoria de condomínios horizontais argumentando que não se trata de parcelamento do solo, mas sim de condomínios. O argumento de se tratar de condomínio e não de loteamento é utilizado para escapar da criação “legal” de uma nova categoria de parcelamento do solo, o que seria contrário à Lei nº 6.766/79. Porém, qualquer legislação que permite condomínios horizontais fechados está criando uma nova categoria de parcelamento do solo não prevista pela lei federal brasileira de parcelamento do solo urbano. O pretexto legal utilizado para respaldar os condomínios horizontais fechados é o desvirtuamento da Lei Federal nº 4.591/1964 que trata do regime jurídico de propriedade em condomínios. Utiliza-se uma lei que tem como função regulamentar o regime de propriedade para outro objetivo: o de se parcelar o solo urbano. Regime de propriedade cabe ao Código Civil, enquanto parcelamento do solo urbano é matéria de Direito Urbanístico. Aplicar um pelo outro, é no mínimo, subverter seus princípios e objetivos.

Para ilustrar a correta aplicação Lei Federal nº 4.591/1964, cabe elucidar a distinção entre condomínios horizontais fechados e condomínios verticais. Nos dois casos, não há matrículas de propriedades individuais, mas sim fração-ideal da propriedade, sendo que no segundo é para burlar a lei urbanística. Nos condomínios verticais, os edifícios construídos são implantados em lotes resultantes de glebas já parceladas, onde o sistema viário bem como as outras áreas públicas já foram devidamente destinados. Neste caso, a Lei Federal nº 4.591/1964 é aplicada coerentemente, por exemplo: para disciplinar o regime de propriedade de um apartamento existente em um edifício com vários andares, implantado em um único lote. A fração ideal significa a quantidade de propriedade que o titular da unidade tem nas partes comuns do condomínio. O lote, sobre o qual foi construído um prédio verticalizado é parte comum de vários proprietários, portanto é utilizada a fração ideal.

Diferentemente dos condomínios verticais, em condomínios horizontais fechados ocorre a subdivisão da gleba em “pseudo-lotes”, com abertura de sistema viário privatizado para construção de unidades unifamiliares horizontais autônomas e a criação de espaços coletivos, mas não públicos. O fechamento do empreendimento é imperativo, sendo que há casos em que áreas públicas são destinadas extramuros.

Mas a diferença fundamental entre os condomínios verticais e os condomínios horizontais é o impacto urbanístico. Os primeiros, por serem edificados em áreas já parceladas estão inseridos na malha urbana enquanto que os condomínios horizontais fechados comprometem a mobilidade urbana, privatizam áreas públicas, acirram a criação de guetos sociais. É importante ressaltar que a inconstitucionalidade das leis de condomínios horizontais fechados em relação a L.F. 6.766/79 é apenas uma derivação do problema real, que é o sociourbanístico. Ao se legalizar¹ a expansão urbana murada, abandona-se a produção da cidade aberta, integrada, com espaços públicos e de uso democrático. Impera a cidade fragmentada, isolada, individualizada, de tecidos homogêneos e esgarçados.

¹ Sobre o entendimento de que há a produção de lote na implantação de condomínios horizontais fechados – e, portanto, ocorre o escape da legislação de parcelamento do solo – não há consenso. Os trabalhos de Freitas, (1989), Cordeiro (2003), Lima (2009) e Autora (2013) apresentam o quadro de posições diversas sobre a legalidade dos condomínios e loteamentos fechados frente a L. F. 6.766.

A legalização federal dos condomínios horizontais e loteamentos fechados no governo Temer

Apesar de toda a explanação sobre as estratégias de escape da regra federal de parcelamento do solo e da ilegalidade de se fechar loteamentos apresentada acima, o governo do ex-presidente Michel Temer foi marcado pelo desmanche da política urbana ao aprovar a Nova Lei de Regularização Fundiária que, entre muitas retrocessos e flexibilizações, permite a regularização das urbanizações fechadas.

A Lei nº 13.465, denominada como “Nova” lei de Regularização Fundiária foi aprovada nas últimas horas do dia 11 de julho de 2017 frente a muitas críticas, resistências e questionamentos, em especial dos defensores da reforma urbana (Guimarães, 2017, Magalhães, 2017). Além de muitas alterações em relação à regularização fundiária destinada à baixa renda e a regularização da terra urbana e rural, esta lei – desdobramento da MP 759 – incorporou uma demanda antiga do setor imobiliário: viabilizar na lei federal os empreendimentos horizontais fechados, alterando a L.F. 6766.

As duas modalidades de parcelamento do solo continuam sendo loteamento e desmembramento. No entanto, a nova Lei Federal nº 13.465/17 prevê a categoria de loteamento de acesso controlado, a ser regulamentado pelo município (Cap I, Art. 2º, § 4º). A lei também prevê que o lote, produto do parcelamento do solo, pode ser constituído sob a forma de imóvel autônomo ou de unidade imobiliária integrante de condomínio de lotes. (Cap I, Art. 2º, § 7º). Vitória do setor imobiliário, que há décadas tentava incluir o condomínio horizontal e o loteamento fechado na lei federal de parcelamento do solo urbano para contrapor os inúmeros questionamentos e conflitos que estas modalidades de urbanização apresentavam em relação à L. F. 6766. Esta insistência e conquista feita a fórceps para incluir a viabilidade do loteamento fechado e dos condomínios horizontais na L.F. 6766 só confirma o quanto estas duas modalidades de urbanização tinham um respaldo legislativo frágil e questionável.

A segurança jurídica trazida pela Lei nº 13.465/2017 também não se encontra estabilizada já que se encontra no Supremo Tribunal Federal a Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN 5771, cuja relatoria é do ministro do Superior Tribunal da Justiça Luiz Fux e se encontra em fase de análise para posterior julgamento². O argumento do procurador-geral da República, o Rodrigo Janot Monteiro de Barros, ao pedir a suspensão integral da lei, foi de que a vigência da Nova Lei de Regularização Fundiária (Lei 13.465/2017) permitirá a privatização em massa de bens públicos, intensificará os conflitos fundiários e aumentará a concentração fundiária ao atender interesses do mercado imobiliário

² Para acompanhar o julgamento da ADIN, consultar <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=5255150>>.

e de especuladores urbanos e rurais (Ministério Público Federal – Procuradoria Geral da República No 220.490/2017-AsJConst/SAJ/PGR).

As leis das capitais brasileiras para produção de lotes

Este artigo é resultante de uma pesquisa que teve como objetivo construir um quadro analítico sobre a base legal que regulamenta a prática de parcelamento do solo no Brasil³ vigente até 2016. Foram levantadas as tipologias de produção de lotes previstas nas legislações das capitais brasileiras. Como tipologias de parcelamento foram adotadas não só as previstas na Lei Federal 6.766/79, mas também suas variações, deformações e adaptações encontradas nas leis e aplicadas pelos governos das capitais. Nesta pesquisa, são entendidas como tipologias de parcelamento as formas praticadas de produção do solo urbanizado.

O recorte adotado a partir das leis das capitais deve-se a dois fatores: a) a maioria das capitais brasileiras apresenta altas taxas de urbanização e ainda está produzindo lotes, mesmo que seja em condomínios horizontais; podendo ser em áreas de expansão ou em vazios urbanos; b) as leis urbanísticas vigentes nas capitais são referências legislativas para os outros municípios, pertencentes a regiões metropolitanas ou no interior dos estados. As tipologias de parcelamento, os parâmetros e as exigências urbanísticas, as flexibilizações e distorções legislativas bem como os procedimentos administrativos praticados nas capitais brasileiras são replicados nas outras cidades.

Metodologicamente, procurou-se levantar o marco regulatório municipal que tratam do parcelamento do lote em diversas leis: lei de parcelamento do solo municipal, lei de uso e ocupação do solo, planos diretores, código de obras, código de urbanismo, decretos-leis e leis complementares. O material foi levantado por intermédio de sites eletrônicos das prefeituras e câmaras municipais, sites legislativos especializados e a partir de solicitação direta à órgãos administrativos e algumas entrevistas presenciais em secretarias administrativas das cidades pesquisadas. Houve baixo índice de retorno das prefeituras; desta forma o material foi sistematizado a partir do que está público e disponibilizado pelos municípios.

O objetivo principal foi identificar e analisar as tipologias de produção de lotes previstas nas capitais brasileiras. O resultado revelou um cardápio de leis sobre o parcelamento do solo urbano, onde é possível escolher como expandir a cidade: de forma aberta ou fechada, regulada ou flexível.

Regular para permitir

Os dados levantados mostraram que todas as capitais brasileiras adotam a figura do loteamento e desmembramento da L.F. 6.766 e, no mínimo, uma forma de produção de lotes via empreendimento horizontal fechado. Em todo os casos é possível parcelar o solo em morfologias abertas e fechadas, dependendo do empreendedor decidir em qual das categorias pretende realizar o investimento.

As diversas tipologias encontradas foram sistematizadas em dois grupos: a) *Formas de produção de lotes*, que não necessariamente produzam empreendimentos fechados b) *Formas fechadas de produção de lotes*, direcionadas para condomínios horizontais fechados e suas variações.

³ Até o momento, a pesquisa teve apoio financeiro de duas agências de fomento a partir dos seguintes projetos de pesquisa: Parcelamento do Solo nas Capitais do Brasil: a lei e a prática, financiada pelo CNPq; Marco legal da produção de loteamentos das capitais brasileiras do Norte e Centro-Oeste: (des) alinhamentos com a lei federal de parcelamento do solo, financiada pela FAPESP.

Tabela 2: Formas de produção de lotes previstas nas leis das capitais brasileiras. Fonte: tabela elaborada pelas autoras.

Desdobro, arruamento, remembramento, reparcelamento e conjunto habitacional como loteamento foram tipologias de parcelamento do solo encontradas além do loteamento e desmembramento. A permissão do loteamento na zona rural também foi encontrada, mesmo sendo proibido pela lei federal, como demonstrado na tabela abaixo:

Capitais Brasileiras		Loteamento	Desmembramento	Desdobro	Aruamento	Remembramento Reagrupamento	Reparcelamento ou Remanejamento	Conjunto habitacional como loteamento	Loteamento no rural
Norte	Porto Velho (RO)	X	X						
	Rio Branco (AC)	X	X	X		X			
	Manaus (AM)	X	X						
	Boa Vista (RR)	X	X	X	X	X			
	Belém (PA)	X	X		X	X			
	Macapá (AP)	X	X	X					
	Palmas (TO)	X	X						
Nordeste	São Luís (MA)	X	X	X	X	X	X		
	Teresina (PI)	X	X	X	X	X			X
	Fortaleza (CE)	X	X		X	X			
	Recife (PE)	X	X			X			
	Natal (RN)	X	X						
	João Pessoa (PB)	X	X		X	X			X
	Maceió (AL)	X	X						
	Aracaju (SE)	X	X		X	X			
	Salvador (BA)	X	X			X			
Centro Oeste	Campo Grande (MS)	X	X						X
	Cuiabá (MT)	X	X	X		X			X
	Goiânia (GO)	X	X						
	Brasília (DF)	X	X						X
Sudeste	Belo Horizonte (MG)	X	X	X		X	X		
	Vitória (ES)	X	X	X		X			
	Rio de Janeiro (RJ)	X	X			X			
	São Paulo (SP)	X	X			X	X		
Sul	Curitiba (PR)	X	X		X				
	Florianópolis (SC)	X	X				X	X	
	Porto Alegre (RS)	X	X						

Para entendimento do impacto na produção do espaço urbano nas cidades estudadas, as formas de produção de lote da Tabela 1 demandam aprofundamento quanto sua aplicação. Especialmente as figuras do arruamento, remembramento e reparcelamento podem suscitar desvios das exigências exigidas no loteamento.

Tabela 3: Formas fechadas de produção de lotes previstas nas leis das capitais brasileiras. Fonte: tabela elaborada pelas autoras.

Destacaram-se, em uma sistematização específica, as formas fechadas de produção de lotes previstas nas legislações municipais estudadas, apresentadas na tabela abaixo:

Capitais Brasileiras		Condomínio Horizontal Fechado						Loteamento Fechado	Parcelamento em Condomínio	Plano Urbanístico Integrado	Conjunto / Núcleo Residencial	Grupamento	Fracionamento
		C1	C2	C3	C4	C5	C6						
Norte	Porto Velho (RO)	X						X					
	Rio Branco (AC)				X			X					
	Manaus (AM)			X									
	Boa Vista (RR)		X										
	Belém (PA)			X									
	Macapá (AP)		X										
	Palmas (TO)				X			X			X		
Nordeste	São Luís (MA)			X									X
	Teresina (PI)	X						X	X				X
	Fortaleza (CE)	X											
	Recife (PE)												
	Natal (RN)		X										
	João Pessoa (PA)	X											
	Maceió (AL)		X										
	Aracaju (SE)	X											
	Salvador (BA)								X	X			
Centro Oeste	Campo Grande (MS)							X					
	Cuiabá (MT)		X		X	X					X		
	Goiânia (GO)									X	X		
	Brasília (DF)		X					X					
Sudeste	Belo Horizonte (MG)								X				X
	Vitória (ES)		X										
	Rio de Janeiro (RJ)										X		
	São Paulo (SP)					X							
Sul	Curitiba (PR)				X								
	Florianópolis (SC)					X							
	Porto Alegre (RS)			X									X

Legenda:

C1	Condomínio
C2	Condomínio Urbanístico
C3	Condomínio por Unidade Autônoma

C4	Condomínio Horizontal
C5	Condomínio Residencial
C6	Condomínio Unifamiliar

Paralela às formas de produção de lotes apresentadas na tabela 2, foram identificadas várias formas de produção de lotes de forma fechada: 1) condomínio horizontal (desdobrado em seis variações), 2) loteamento fechado; 3) parcelamento em condomínio; 4) plano urbanístico integrado; 5) conjunto ou núcleo residencial fechado, 6) grupamento e 7) fracionamento.

Derivações “legais” para o condomínio horizontal fechado

A figura do condomínio horizontal fechado é adotada por diferentes nomenclaturas: condomínio, condomínio urbanístico, condômino por unidade autônoma, condomínio horizontal, condomínio residencial e condomínio unifamiliar.

Nas legislações levantadas das capitais da região Norte, todas permitem a prática de condomínios horizontais fechados, sendo que Porto Velho, Rio Branco e Palmas também admitem o loteamento fechado. Palmas também oferece uma terceira alternativa: os conjuntos residenciais, que poderão seguir as regras de desmembramentos (sem deixar áreas públicas). A lei de Macapá e a de Belém não distinguem condomínios horizontais de condomínios verticais, se valendo do entendimento que também tem a lei de Manaus ao interpretar a L. F. nº 4591/1964 que trata de incorporação imobiliária como sendo uma lei de parcelamento do solo urbano.

Na região Nordeste, as legislações de São Luís, Natal, Maceió e Aracaju consideram condomínios urbanísticos em unidades autônomas como uma modalidade de parcelamento do solo, uma vez que na prática são produzidos “lotes” para unidades autônomas com abertura de sistema viário. João Pessoa equipara o loteador ao incorporador e remete a L. F. nº 4591/1964 para viabilizar os condomínios horizontais.

Teresina é capital nordestina que apresenta a legislação mais permissiva, abusiva e conflitante com a Lei 6.766. Define como arruamento a divisão de glebas em quadras, mediante a abertura de novas vias de circulação ou através do prolongamento ou ampliação das vias já existentes, sendo que esta é a definição de loteamento da lei federal. Também prevê a figura do fracionamento como sendo o parcelamento de terrenos ou glebas, isento de doação dos percentuais destinados ao uso público, quando ocorrer em terrenos ou glebas com área de até 10.000 m². Ou seja: através do fracionamento é possível subdividir a gleba até a metragem de um quarteirão sem deixar área pública. Como se não bastasse todas estas possibilidades de deformação da prática de parcelamento, a lei ainda prevê a tipologia parcelamento para implantação de loteamentos fechados como aquele consequente da permissão do poder público, de fechamento de quadras de parcelamentos tradicionais.

Frente a tanta flexibilidade legislativa, a lei de Fortaleza destoa das outras citadas acima ao prever os condomínios por unidades autônomas e restringir sua implantação em áreas parceladas.

Na região Centro-Oeste, Campo Grande oferece sete possibilidades de produção de lotes: loteamento padrão, loteamento de interesse social, loteamento fechado, loteamento industrial, urbanização integrada de interesse social, loteamento na área rural, loteamento fechado na área rural. As variações de loteamento são tantas que nem é preciso estabelecer condomínios horizontais fechados, uma vez que é possível

lotear e fechar, inclusive na área rural. A legislação de Cuiabá adota a definição de condomínio horizontal ou conjunto residencial horizontal. Na modalidade “unidades habitacionais isoladas” o resultado é o mesmo que a lote individualizado do loteamento. Também na regulação de Cuiabá é permitido o parcelamento em área rural, na categoria sítio de recreio. Goiânia possui uma categoria específica: o plano urbanístico integrado, mas que internamente também possibilita núcleos residenciais fechados. Brasília permite o loteamento fechado, condomínio urbanístico (pela L. F. 4.591/64) e parcelamento na macrozona rural.

Na região Sudeste, Belo Horizonte adota “loteamento e desmembramento” como modalidades de parcelamento de solo e “parcelamento para condomínios” como categorias de parcelamento do solo. Vitória também se ampara na Lei Federal nº 4.591/64 para estipular o parcelamento do solo via condomínios por unidades autônomas e mitiga esta flexibilização ao definir área máxima do condomínio até 20.000 m² e frente máxima ao equivalente a cinco quadras. Já no Rio de Janeiro, as variações dos condomínios horizontais fechados são denominadas “grupamentos de áreas privativas”.

Na cidade de São Paulo, a recém aprovada lei de Zoneamento e Parcelamento do Solo nº 1640/2016 permite o conjunto residencial horizontal por casa isoladas como uma categoria de uso residencial e não revogou a lei de condomínios horizontais fechados criada em 2004.

Na região Sul, para garantir a legalidade dos condomínios horizontais de Curitiba, o texto do Decreto 982/2004 não só se sustenta ao interpretar a Lei Federal nº 4.591/64 sobre incorporações imobiliárias como sendo uma lei de parcelamento do solo, como registra expressamente que não existe restrição na Lei Federal 6.766 para aprovação de condomínios horizontais, baseada em parecer jurídico. Assim como São Paulo, também considera condomínio como categoria de uso do solo.

Porto Alegre e Florianópolis, como na maioria das capitais estudadas, se valem da Lei Federal nº 4.591/64 para viabilizar os condomínios horizontais fechados. No entanto, assim como Vitória/ES, Florianópolis procura mitigar o seu impacto ao limitar o número de unidades autônomas e exigir, além do percentual de áreas comunitárias internas ao empreendimento, a doação de área pública de lazer já implantada.

Um cardápio de leis para a produção de lote urbanizado

A construção do quadro sobre as formas de produção de lotes previstas nas leis das capitais brasileira resultou em um verdadeiro cardápio legislativo: é totalmente possível o empreendedor escolher se produz a cidade fechada ou aberta. A legalidade existente em todas as capitais para os empreendimentos horizontais fechados é um forte desestímulo para a expansão urbana na forma de “loteamentos abertos”, em algumas leis até chamado de “loteamento padrão”.

Não doação de áreas públicas, alta valorização do empreendimento, atendimento à demanda existente, marketing do oásis urbano e diferenciação do produto imobiliário são algumas razões para que o empreendedor e loteador optem para a produção do lote fechado. Outra razão da vantagem dos empreendimentos horizontais fechados

é que a localização se torna uma condicionante relativa. Mesmo com uma vizinhança não convidativa, o enclave fortificado mitiga as deficiências de uma localização ao negar o entorno. Para o empreendedor, a expansão murada permite sobrevalorizar a terra em comparação com o loteamento tradicional.

Se a externalidades dos impactos dos condomínios horizontais é legalizada, não há demanda do setor imobiliário para se lotear via expansão urbana aberta.

Os resultados da pesquisa apontam que as leis de parcelamento do solo nas capitais brasileiras têm incitado a produção de tecidos desconexos com a cidade existente, carente de áreas públicas, em desacordo com a lei federal e em favor do mercado imobiliário.

Verificou-se que nas capitais brasileiras há uma regulação dúbia e contraditória: existem leis que regulam o parcelamento do solo, mas ao mesmo tempo os liberam via empreendimentos fechados. Adota-se a figura do loteamento nos moldes da L. F. 6.766/79, com destinação de áreas de lazer, áreas institucionais e sistema viário públicos, ao mesmo tempo em que é totalmente regulamentada a produção de lotes em condomínios fechados e suas variações, com requintes de aberrações urbanísticas.

O papel das leis das capitais sobre a produção de lotes tem sido regular para permitir a cidade fechada. As leis que restringem viram uma opção e a leis que flexibilizam a única escolha. Mesmo com tanta possibilidade de produzir lotes em empreendimentos fechados e não atender a lei federal de parcelamento do solo nas capitais brasileiras, caso a produção de condomínios horizontais e loteamentos fechados ainda esteja regular, a Lei 13.465/17 anistia e regulariza. Liberalmente, a legislação urbanística brasileira atual é voltada para produção da cidade fechada.

Referências bibliográficas

- BRAGA, Roberto. *Transferência de custos ambientais e urbanísticos na implantação de loteamentos fechados na cidade de Piracicaba-SP*. Caderno de Geografia, v.23, n.39, 2013.
- BRITO, Fausto e SOUZA, Joseane. Expansão Urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 48-63, 2005. ISSN 0102-8839 <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392005000400003>>.
- BALTRUSIUS, Nelson e D'OTTAVIANO, Maria Camila L. (2009). Ricos e pobres, cada um em seu lugar: a desigualdade socioespacial na metrópole paulistana. Caderno CRH, Salvador, v.22, n.55, p.135-149. Jan/abr. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792009000100008>>.
- CALDEIRA, Teresa P. Enclaves Fortificados: a Nova Segregação Urbana. *Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 47, p. 155-176, 1997.
- _____. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- CORDEIRO, Gustavo Chaves. S. A natureza jurídica dos bens de uso comum nos condomínios fechados. In: FERNANDES, E; ALFONSIN, B. (org) A lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano. Belo Horizonte: DelRey ; Lincoln Institut, 311-316, 2003.
- GONÇALVES, Raquel .G.; MARRA, Natália. C. A privatização do planejamento urbano pelos condomínios horizontais: um desafio em expansão. In: Anais do Circuito de Debates Acadêmicos. IPEA. Brasília. 2012;

- IBGE, *Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira*. 2013. <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>> Acesso em 06/06/2018.
- LIMA, Daniela B. Do medo da violência à condominização das cidades brasileiras: sobre as consequências socioespaciais da modificação da legislação federal de parcelamento do solo urbano. *In: Anais do XIII ENANPUR – Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Florianópolis,- Santa Catarina, Brasil, 2009.
- MARINHO, Marla J; LEONELLI, Gisela C.V. A Expansão urbana privatizada: a lei e o mercado imobiliário no caso de Indaitatuba – SP. *In: Anais do XVII ENANPUR*, São Paulo. 2017.
- LAGE, Selena Duarte Lage e. Loteamentos Fechados em Cidades Médias: reflexões a partir do estudo da implantação e impactos desses empreendimentos na cidade de Uberlândia, MG. *Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*. Goiânia, v.3, n.2, p.242-257, jul./dez, 2017.
- LEONELLI, Gisela C. V. Loteamentos e condomínios: lei para que, lei para quem, mas qual lei? *In: Anais do XV ENANPUR*, Recife, 2013.
- SILVA, M.F. P. S A expansão dos condomínios fechados no Brasil e no mundo: redimensionando o fenômeno. *In: Anais do XIII ENANPUR – Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Florianópolis, Santa Catarina, Brasi, 2009.
- SPOSITO, Maria E. Reestruturação Urbana e Segregação Socioespacial no interior paulista. *Revista Scripta Nova*. Vol. XI, núm. 245 (11), 2017.
- SPOSITO, Maria E.; GÓES, Eda. *Espaços Fechados e Cidades*. Editora Unesp. São Paulo, 2013.
- SPOSITO, Maria Encarnação. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil. *In: SPOSITO, Maria E.; SOBARZO, Oscar. Cidades médias: Produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.373-396.
- PARQUOT, Terry (2009). *Ghettos de Riches: tour du monde des enclaves résidentielles sécurisées*. Paris, Ed. Perrin, 2009.
- TURCZYN, Daniel T. Morfologia Urbana Contemporânea: contribuições para uma teoria das mutações urbanas. *Tese de Doutorado*. Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade. FEC UNICAMP, 2019.

Referências legislativas

- BRASIL. 1964. Lei Federal nº 4.591/1964. Dispõe sobre condomínio em edificações e incorporações imobiliárias. Senado Federal.
- _____. Lei nº. 6.766, de 19 de Dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1979.
- CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Lei nº 4893, de 26/07/2012. Dispõe sobre loteamento fechado e dá outras providências.
- _____. Lei Complementar nº 854, de 15/10/2012. Atualiza a Lei Complementar nº 803, de 25/04/2009, que aprova a Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU. Lei Complementar nº 42, de 04/10/2000. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju, cria o Sistema de Planejamento e Gestão Urbana e dá outras providências.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Lei nº 7399, de 11/01/1988. Dispõe sobre o parcelamento do solo do município de Belém.
- _____. Lei nº 02/99 de 19/06/1999. Lei Complementar de Controle Urbanístico. Dispõe sobre o Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo Urbano do Município de Belém e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Decreto nº 16.208, de 20/01/2016. Regulamenta as Seções I, VI e VII do Capítulo III da Lei nº 7.166, de 27 de agosto de 1996 e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA. Lei nº 925, de 28/11/2006. Dispõe sobre parcelamento do solo urbano do município de Boa Vista e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Lei complementar nº74, de 06/11/2005. Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do solo do município de Campo Grande e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ. Lei Complementar nº 56, de 09/11/1999. Dispõe sobre condomínios horizontais, também denominados conjuntos residenciais horizontais e dá outras providências.

_____. Lei Complementar nº 389/11/2015. Disciplina o Uso e Ocupação do Solo no município de Cuiabá.

_____. Lei nº 6014, de 14/12/2015. Altera a Lei nº 1833, de 22/06/1981, que dispõe sobre o parcelamento do solo rural para fins de formação de sítios de recreio.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Lei nº2942, de 27/12/1966. Estabelece normas para aprovação de arruamentos, loteamentos e desmembramentos de terrenos no município de Curitiba e revoga a Lei nº 1650/58 .

_____. Decreto Lei 982 de 26/10/2004. Dispõe sobre procedimentos para aprovação de Projetos de Construção sob a forma de condomínio residencial horizontal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Lei nº 5122.A/1979 e Complementares.

_____. Lei Complementar nº 062, de 02/02/2009. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Lei Complementar nº 482, de 17/01/2014. Institui o Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis que dispões sobre a política de desenvolvimento urbano, o plano de uso e ocupação, os instrumentos urbanísticos e o sistema de gestão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. Lei nº 7.042, de 27/12/1991. Dispõe sobre a aprovação e implantação, no município de Goiânia, de Planos Urbanísticos Integrados, define suas características, cria nova zona de uso e dá outras providências.

_____. Lei nº 8760, de 19/01/2009. Regulamenta o art 119, da Lei Complementar nº 171, de 29/05/2007 e Lei Complementar nº 181 de 01/10/2008 que dispõe sobre conjuntos residenciais e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. Institui o Código de Urbanismo de João Pessoa.

_____. Decreto N.º 6.499, de 20/03/2009. Consolida a Lei Complementar nº 054, de 23/12/2008 às disposições da Lei Complementar nº 03 de 30/12/1992.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. Lei nº 7.042, de 27/12/1991. Dispõe sobre a aprovação e implantação, no município de Goiânia, de Planos Urbanísticos Integrados, define suas características, cria nova zona de uso e dá outras providências.

_____. Lei nº 8760, de 19/01/2009. Regulamenta o art 119, da Lei Complementar nº 171, de 29/05/2007 e Lei Complementar nº 181 de 01/10/2008 que dispõe sobre conjuntos residenciais e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ. Lei Complementar nº 30, de 21/06/2004. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano do município de Macapá e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ. Lei nº 5.593 de 08/02/2007. Institui o Código de Urbanismo e Edificações do Município de Maceió, estabelece o zoneamento da cidade de acordo com os parâmetros de macrozoneamento do Plano Diretor e Desenvolvimento Urbano e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS. Lei C. nº 003 de 16/01/2014. Dispõe sobre o Código de Obras e Edificações do Município de Manaus e dá outras providências.

_____. Lei nº 004 de 16/01/2014. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano do Município de Manaus e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL. Lei Complementar n 082, de 21/06/2007. Dispõe sobre o Plano Diretor de Natal e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS. Lei Complementar nº 37, de 05/05/2003. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 58 de 16/09/2002.

_____. Lei Complementar nº 155, de 28/12/2007. Dispõe sobre a Política Urbana do Município de Palmas.

_____. Lei Complementar nº 305, de 02/10/2014. Altera a Lei nº 31, de 07 de dezembro de 1989, que estabelece o Código Municipal de Obras

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO. Lei Complementar nº 097, de 29/12/1999. Dispõe sobre o Parcelamento, uso e ocupação do solo do município de Porto Velho.

_____. Lei nº 1919, de 23/12/2010. "Dispõe sobre a permissão a título precário de uso das áreas públicas de lazer e das vias de circulação, para a constituição de loteamentos fechados no município de Porto Velho, e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO. Lei nº 1.611, de 27 /10/2006. "Aprova e Institui o novo Plano Diretor do Município de Rio Branco e dá outras providências".

_____. Lei nº 1.993 de 19/07/2013. Dispõe sobre a implantação de loteamentos fechados e de condomínios horizontais de lotes em Rio Branco e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Lei Complementar nº 111, de 1º/01/2011. Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município do Rio de Janeiro e dá outras providências.

_____. DECRETO nº 322 de 03/03/1976. (Decreto Consolidado- Regulamento aprovado pelo Decreto nº 25701/2005)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. Lei nº 3200, de 21/06/1982. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, cria incentivos para loteamentos populares e dá outras providências.

_____. Lei nº 4607 de 27/10/1992. Incentiva a oferta de lotes populares, dispõe sobre condomínios fechados e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. Lei nº 8379, de 20/12/2012. Dispõe sobre a Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo do município de Salvador e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. Lei 3.253, 29/12/1992. Dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e dá outras providências.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Lei nº 13.792 13/02/2004 .Dispõe sobre a criação de Condomínios Residenciais Fechados no Município de São Paulo, e da outras providencias.

_____. Lei nº 16.402, de 22/03/2016. Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 - Plano Diretor Estratégico (PDE).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Lei Complementar nº 434, de 1º/12/1999. (Atualizada pela L.C. nº 667, de 03/01/2011). Dispõe sobre o desenvolvimento urbano no município de Porto Alegre, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre e dá outras providências.

Recebido [Fev. 05, 2019]

Aprovado [Jul. 05, 2019]

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. Lei Complementar nº 3.561, de 20/10/2006. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano do Município de Teresina e dá outras providências.

Os primeiros resultados da aplicação da Cota de Solidariedade:

como superar seus limites e desfrutar de suas oportunidades

Patricia Cezario Silva, Igor Alves Borges*

Resumo Neste artigo são apresentados os primeiros resultados da aplicação da Cota de Solidariedade, instrumento urbanístico que visa promover habitação inclusiva. Inicialmente foram analisados os textos da legislação instituída no município de São Paulo em 2014, e Salvador em 2016. Em seguida foram avaliados os resultados da aplicação da lei em São Paulo até dezembro de 2018, abrangendo cinco empreendimentos. Por fim, é apresentada uma discussão sobre os limites do instrumento para alcançar seus objetivos e propostas de como superá-los, aproveitando oportunidades de implementação de habitação inclusiva nas cidades brasileiras e contribuindo para a reversão do grave quadro de desigualdade territorial.

Palavras-chave: Cota de Solidariedade, habitação inclusiva, HIS, plano diretor, São Paulo.

First results of applying the Solidarity Quota: how to overcome limits and enjoy opportunities

Abstract This article presents the first results of the application of the Cota de Solidariedade, an urbanistic instrument that aims to promote inclusive housing. Initially, the texts of the legislation established in the city of São Paulo in 2014 and Salvador in 2016 were analyzed. The results of the application of the law in São Paulo were then evaluated until December 2018, covering five projects. Finally, a discussion is presented on the limits of the instrument to reach its objectives and proposals on how to overcome them, taking advantage of opportunities for the implementation of inclusive housing in Brazilian cities and contributing to the reversal of the serious framework of territorial inequality.

Keywords: Solidarity Quota, inclusive housing, HIS, master plan, São Paulo.

Los primeros resultados de la aplicación de la Cuota Solidaria: cómo superar sus límites y disfrutar de sus oportunidades

Resumen En este artículo se presentan los primeros resultados de la aplicación de la Cota de Solidariedade, instrumento urbanístico que busca promover una vivienda inclusiva. Inicialmente se analizaron los textos de la legislación instituida en el municipio de São Paulo en 2014 y Salvador en 2016. En seguida se evaluaron los resultados de la aplicación de la ley en São Paulo hasta diciembre de 2018, abarcando cinco emprendimientos. Por último, se presenta una discusión sobre los límites del instrumento para alcanzar sus objetivos y propuestas de cómo superarlos, aprovechando oportunidades de implementación de vivienda inclusiva en las ciudades brasileñas y contribuyendo a la reversión del grave cuadro de desigualdad territorial.

Palabras clave: Cuota Solidaria, vivienda inclusiva, HIS, plan maestro, São Paulo.

— O que é a Cota de Solidariedade em São Paulo e em Salvador?

Este novo instrumento urbanístico, a Cota de Solidariedade, surgiu em São Paulo no ano de 2014, na revisão do Plano Diretor Estratégico do município. A Lei determina que empreendimentos com área computável superior a 20.000 metros quadrados devem destinar uma área adicional de 10% para fins de habitação de interesse social - HIS, com objetivo de atender a demanda de famílias com renda de até 6 salários mínimos.

Inicialmente, no Projeto de Lei (SÃO PAULO, 2013) enviado pela Prefeitura à Câmara Municipal, a expectativa do município era ampliar o banco de terras da cidade, visto que o instrumento previa aprovação de empreendimentos de grande porte mediante doação de terreno ao município. Na etapa legislativa a proposta foi bastante modificada, chegando ao formato supra apresentado, além de contar com três alternativas ao seu cumprimento.

Uma das alternativas à destinação de HIS no próprio empreendimento licenciado é a de que essas unidades sejam construídas em outro terreno. Há também a alternativa de doação de terreno com valor equivalente a 10% do terreno do empreendimento original. Por fim, a alternativa mais controversa, e ao mesmo tempo a mais utilizada, é a de que os empreendedores podem depositar no Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURB um valor equivalente a 10% do valor do terreno¹ onde será implantado o empreendimento. Essa alternativa representa uma negativa ao instrumento, considerando que a opção de depósito no FUNDURB significa um descumprimento do objetivo de provisão habitacional ou de aquisição de terrenos pela iniciativa privada.

Em qualquer das alternativas o empreendimento licenciado conta com um acréscimo de 10% em seu potencial construtivo², mesmo que já esteja consumindo o coeficiente de aproveitamento máximo. Consumir o coeficiente de aproveitamento máximo é o objetivo de qualquer empreendedor, mas ultrapassar o coeficiente máximo era um sonho antes impossível de ser realizado. Mais adiante demonstraremos os resultados de aplicação desse instrumento na cidade de São Paulo.

A Cota de Solidariedade foi exportada de São Paulo e chegou a Salvador por meio do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 2016³. Na capital da Bahia o instrumento segue praticamente o mesmo formato, com enquadramento de empreendimentos com área computável superior a 20.000 metros quadrados, porém a cota de HIS exigida é de apenas 5%. A versão baiana vai direto aos pontos de maior interesse do empreendedor: produção de HIS em outro terreno, doação de terreno ou depósito no fundo de desenvolvimento urbano para construção de equipamentos públicos, e não inclui a produção de HIS no próprio empreendimento dentre as opções de cumprimento⁴. Assim como em São Paulo, o empreendedor se beneficia de acréscimo de área computável, que em Salvador é de 5%. É curioso notar que a Lei não prevê o consumo dessa área computável no próprio empreendimento, considerando que a

* Patrícia Cezario Silva é Arquiteta e Urbanista, professora adjunta na Universidade Federal do ABC, no Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-0225-2506>>. Igor Alves Borges é Arquiteto e Urbanista, pesquisador no Núcleo de Apoio à Pesquisa Produção e Linguagem do Ambiente Construído - NapPlac FAUUSP, ORCID <<https://orcid.org/0000-0003-1245-9460>>.

¹ Valor do terreno calculado com base no Cadastro de Valor de Terreno para fins de Outorga Onerosa.

...continua na próxima página...

Fatores de aplicação	São Paulo	Salvador
Enquadramento	Empreendimentos com mais de 20.000m ² de área computável	Empreendimentos com mais de 20.000m ² de área computável
Responsável	Empreendedor	Empreendedor
Cota de habitação inclusiva	10% da área computável	5% da área computável
Destinação	Famílias com renda de até 6 salários mínimos	Famílias com renda de até 3 salários mínimos
Alternativas de cumprimento	Destinação de 10% da área computável para HIS no empreendimento; Destinação de 10% da área computável para HIS em outro terreno; Depósito no valor de 10% do terreno para produção de HIS; Doação de terreno com valor de 10% do valor do terreno do empreendimento.	Destinação de 5% da área computável para HIS em outro terreno; Depósito no valor de 5% do terreno para construção de equipamentos públicos; Doação de terreno com valor de 5% do valor do terreno do empreendimento.
Benefício para o empreendedor	Adicional de potencial construtivo de 10%	Adicional de potencial construtivo de 5%

Quadro 1: Comparação entre os requisitos de aplicação da Cota de Solidariedade em São Paulo e em Salvador. Fonte: elaborado pelos autores.

² Mediante pagamento de outorga onerosa.

³ PDDU 2016 Salvador- Lei 9.069/2016. Disponível em <<http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf>>. Acessado em 19/01/2019.

⁴ Art. 341 da Lei 9.069/2016.

produção de HIS no empreendimento não é uma opção. Além disso a Lei não indica que o benefício do acréscimo de potencial construtivo concedido requer o pagamento de outorga onerosa.

O processo de aprovação da Cota de Solidariedade em São Paulo impôs limites ao instrumento

Apesar de terem sido enviadas diversas propostas da sociedade civil e de vereadores para a formulação da Cota de Solidariedade durante o período de tramitação da lei na Câmara de São Paulo, não verificamos registros de nenhuma simulação de seus impactos. A fim de verificar o potencial do instrumento, apontando tanto os benefícios aos empreendedores quanto para a sociedade como um todo, realizamos uma simulação dos resultados da aplicação das propostas apresentadas para a Cota de Solidariedade.

Com base nos textos de contribuições enviadas à Câmara, verificamos que as sugestões variaram basicamente quanto ao enquadramento dos empreendimentos, considerando desde uma proposta que universaliza a aplicação do instrumento a todos os empreendimentos, até propostas que limitam a aplicação a empreendimentos com área superior a 20.000m². Outro elemento bastante diverso entre as propostas

foi o valor de cota para HIS nos empreendimentos, variando entre 5% e 30% da área computável. Além disso, uma das propostas incluiu um elemento inovador, que foi a diferenciação de enquadramento dos empreendimentos localizados em áreas estratégicas para o desenvolvimento urbano.

⁵ Levantamento de lançamentos imobiliários EMBRAESP.

⁶ De acordo com o item 7.1 do Anexo I da Portaria N° 168, de 12 de abril de 2013, disponível em <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Especificacoes/especificacoes_apartamento_port168.pdf>, consultado em 13.01.2015.

⁷ Caixa Econômica Federal. Disponível em: <<http://www20.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/Noticia/Default.aspx?newsID=4550>> - acessado em 09/11/2018.

⁸ Propostas enviadas para o Plano Diretor Estratégico, disponível em <<http://www.saopaulo.sp.leg.br/planodiretor/index.php/prestacao-de-contas/propostas-enviadas/>>. Acessada em 27/11/2018.

Quadro 2: Consolidação de propostas apresentadas pela sociedade civil e pelos vereadores. Fonte: elaborado pelos autores.

Para a simulação foi utilizado como referência o padrão de produção imobiliária em São Paulo num período de 10 anos, utilizando como base o levantamento dos lançamentos imobiliários realizados na cidade entre os anos de 2003 e 2013⁵. Os cálculos adotaram o tamanho de 39 m² de área útil das unidades habitacionais, padrão estabelecido pelo Programa Minha Casa Minha Vida⁶, assim como o valor de R\$ 240.000,00 como teto para comercialização, que é o teto de comercialização determinado pelo Programa para imóveis localizados na cidade de São Paulo⁷.

O texto de cada proposta foi obtido através dos documentos de contribuição da sociedade e dos textos substitutivos apresentados pelos vereadores, publicados pela Câmara Municipal de São Paulo em seu site oficial⁸. Considerando as coincidências de algumas propostas, fizemos uma agregação de fatores a fim de reunir elementos em comum, resultando na consolidação de 4 propostas, resumidas no quadro a seguir.

O resultado das simulações considerou apenas a opção de cumprimento da exigência de destinação de HIS pela iniciativa privada, a fim de quantificar de forma mais simples o possível impacto de provisão habitacional.

A proposta número 2 segue o formato da lei em vigor, por isso serviu de referência comparativa entre os resultados de simulação das demais propostas. Com base na simulação de aplicação dessa proposta ao longo de 10 anos, sua capacidade de incremento habitacional de interesse social seria de cerca de 9.321 unidades.

Proposta	Autores	Enquadramento	Aplicação
1	AsBEA	Todos os empreendimentos imobiliários	Destinação adicional de 10% de área construída para HIS
2	CPUMMA	Empreendimento com mais de 20.000m ² de área computável	Destinação adicional de 10% de área computável para HIS
3	Natalini (PV)	Empreendimento com mais de 20.000m ² de área computável	Destinação adicional de 25% de área computável para HIS
4	Toninho Vespoli (PSOL), Gil Scatena, UMM e Movimento pelo Direito à Cidade no Plano Diretor	Empreendimento com mais de 10.000m ² de área computável, ou 7.000m ² (macroárea de estruturação metropolitana)	Destinação adicional de 20% de área computável para HIS de até 3 salários mínimos, ou 30% em outro terreno na mesma macrorregião

A terceira proposta faz um incremento de cota de destinação a HIS para 25%, porém mantém o enquadramento de empreendimentos muito grandes, acima de 20.000 metros quadrados, continua limitando a aplicação da lei a poucos projetos.

Uma das propostas chamou especial atenção, pois com um enquadramento moderado e diferenciado para localizações estratégicas, apesar de ter sido indicado para famílias com renda de até 3 salários, o instrumento conseguiria viabilizar uma produção de HIS suficiente para zerar o déficit na faixa de renda entre 3 e 6 salários mínimos (SÃO PAULO, 2016) em apenas 10 anos, chegando a cerca de 70 mil unidades habitacionais.

A tabela abaixo detalha o resultado das simulações de aplicação de cada proposta.

Tabela 1: Simulação de aplicação das propostas de Cota de Solidariedade enviadas pela sociedade civil e vereadores considerando a produção imobiliária do período de 2003 a 2013. Fonte: BORGES, 2019.

Propostas para Cota de Solidariedade			Residencial		Não residencial		Resultado	
Pro-posta	Enquadramento	Aplicação	Lança-mentos	Área destinável para HIS	Lança-mentos	Área destinável para HIS	Subtotal de área destinável para HIS	Total de unidades de HIS
1	Todos os empreendimentos imobiliários	Destinação de 10% para HIS	6.334	5.436.274	633	428.726	5.865.000	150.384
2	Empreendimento com mais de 20.000m ² de área computável	Destinação de 10% para HIS	127	347.344	5	16.190	363.534	9.321
3	Empreendimento com mais de 20.000m ² de área computável	Destinação de 25% para HIS	127	868.361	5	40.475	908.836	23.303
4	Empreendimento com mais de 10.000m ² de área computável	Destinação de 20% para HIS no projeto	694	2.203.199	35	114.574	2.317.774	59.430
		Destinação de 30% para HIS em outro terreno	694	3.304.799	35	171.862	3.476.661	89.145
	Empreendimento com mais de 7.000m ² de área computável (Macroárea de Estruturação Metropolitana)*	Destinação de 20% para HIS no projeto	243	406.931	20	33.314	440.245	11.288
		Destinação de 30% para HIS em outro terreno	243	610.397	20	49.971	660.368	16.932

*Excluídos os empreendimentos com menos de 10.000m² de área computável, para evitar coincidência/repetição de enquadramento com os de área computável superior a 10.000m².

Com base nesse padrão de lançamento imobiliário analisado, apenas 2% dos lançamentos realizados no período seriam enquadrados na exigência da Cota de Solidariedade nos termos da Lei aprovada.

O instrumento da Cota de Solidariedade é uma ferramenta de produção de Habitação Inclusiva, estratégia que é amplamente vivenciada em diversos países no hemisfério norte, especialmente nos Estados Unidos e na França. Apesar de cada programa de Habitação Inclusiva adotar regras muito específicas, os objetivos desta estratégia são principalmente três:

- Promoção de diversidade social, através da produção de Habitação de Interesse Social em localizações onde normalmente não há oferta para a população de rendas baixa e média, podendo ser na escala do edifício ou do zoneamento, a fim de combater a segregação;
- Inclusão da iniciativa privada como co-responsável pelo combate às desigualdades socioterritoriais, por meio de exigência à produção de HIS, fomentando diversidade de oferta de produto habitacional no mercado imobiliário; ou
- Incremento de arrecadação de recursos, para fins de produção habitacional e aquisição de terrenos pelo poder público.

Segundo Calavita e Mallach (2010), a Habitação Inclusiva começou a se tornar uma estratégia para as políticas habitacionais nos Estados Unidos quando o governo federal limitou os recursos públicos para produção habitacional, na Era Reagan, atribuindo a cada município a responsabilidade pelo atendimento habitacional e combate à segregação e à estigmatização dos projetos de habitação pública. A Califórnia se destacou como um dos estados com maior quantidade de projetos, tendo seu epicentro na baía de San Francisco.

Com base em análise de levantamentos realizados por Schuetz et al (2007), o modelo aplicado em San Francisco exige que empreendimentos com mais de 5 unidades habitacionais destinem 15% da área construída para habitação social (*affordable housing*). As unidades ficam sob um período de controle do valor do aluguel por cerca de 50 anos. Assim como a Cota em São Paulo, os empreendedores também podem optar por pagar diretamente ao poder público um valor compensatório equivalente a até 25% do valor do empreendimento. Notemos que em São Paulo a porcentagem é de 10% sobre o valor do terreno, e em San Francisco a porcentagem é quase o dobro em relação ao valor do empreendimento.

Já no caso da França, existe uma política alinhada em níveis nacional, regional e municipal, em que os municípios são responsáveis por alcançar 20% do seu parque habitacional em unidades de habitação social, como uma diretriz nacional de combate à segregação⁹. A política busca incluir a iniciativa privada e os empregadores como responsáveis pelo objetivo central, através de incentivos e participação no planejamento.

Segundo Desponds (2010), a aprovação da Lei SRU (*Solidarité et Renouvellement Urbains*) no ano 2000, determinou que cada município é responsável por diagnosticar e alcançar a meta de 20% de habitação social inclusiva, podendo atribuir multas e cortes

⁹Loi d'Orientation pour la Ville – LOV, 1991.

de recursos aos municípios que não atingem as metas. Para isso, os empreendedores são incentivados a produzir habitação social em troca de antecipação de pagamentos por unidades adquiridas pelas prefeituras e associações de moradia, além de condicionar a aprovação de seus projetos à mescla social nos edifícios. Grande empregadores também são incluídos através de fundos semi-públicos¹⁰ destinados à produção habitacional para seus empregados e renovação urbana de áreas degradadas.

¹⁰ Action Logement <<https://www.actionlogement.fr/>>.

Quais os primeiros resultados da aplicação da Cota em São Paulo?

Desde a aprovação da Lei, em 2014, cinco empreendimentos foram enquadrados na Cota de Solidariedade, de acordo com dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de São Paulo¹¹. Destes, um é residencial, dois são de uso misto e dois são não residenciais. Todos os empreendedores optaram por realizar depósito de valor correspondente a 10% do valor do terreno.

¹¹ Disponível em <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/licenciamentos/servicos/index.php?p=248345>>. Acessado em 19/01/2019.

O que isso nos diz? Em primeiro lugar, que esta opção deve ser vantajosa em todos os casos observados, sejam empreendimentos residenciais, não residenciais e mistos. Ainda, que a arrecadação com a aplicação do instrumento foi de R\$ 26.567.558,66 depositados no FUNDURB. Com base nessa informação, entendemos que o instrumento cumpriu uma função de arrecadação de recursos. No entanto, fica a dúvida sobre o quão vantajoso isso pode realmente ser à cidade?

Verificamos que quatro dos cinco empreendimentos estão localizados em Eixos de Estruturação da Transformação Urbana, onde o coeficiente de aproveitamento - CA máximo é 4,0 e permite, com o adicional de 10% no potencial construtivo beneficiado pela Cota, alcançar um CA de até 4,4. Fica evidente assim a vantagem de se aplicar a Cota nos Eixos, onde o zoneamento prevê o maior potencial construtivo da cidade. É muito mais vantajoso para o empreendedor receber um incentivo de 10% sobre um coeficiente 4,0 que sobre um coeficiente 2,0. No entanto, esse incremento na densidade construtiva, objetivo dos eixos, não inclui unidades de HIS no local, o que acaba por não minimizar, e sim aprofundar a desigualdade espacial.

Assim, buscamos a seguir analisar o potencial de produção de unidades de HIS através do poder público municipal, com o uso os recursos arrecadados pela Cota de Solidariedade. Além de simular os possíveis resultados de aplicação da Cota de Solidariedade através da iniciativa privada, caso estes cinco empreendedores optassem pela produção de HIS.

Para realização da modelagem, foram levantadas informações detalhadas de cada empreendimento, identificando: área do terreno, coeficiente de aproveitamento, área computável utilizada, valor do terreno para cálculo de outorga onerosa, custo médio do metro quadrado de construção no padrão HIS, valor médio do metro quadrado comercializado na região, além do fator social da zona e do fator de planejamento da zona para fins de cálculo de outorga onerosa.

Primeiramente, buscamos entender os seguintes impactos da alternativa escolhida pelos empreendedores, sendo principalmente dois: i) a relevância da arrecadação oriunda da Cota de Solidariedade na aplicação dos recursos do FUNDURB para produção de HIS;

e ii) o saldo entre o montante pago pelos empreendedores e a receita gerada com a venda da área construída adicional, benefício da Cota de Solidariedade.

Caso não houvesse alternativas e os empreendedores cumprissem a exigência de produção de HIS no terreno licenciado, haveria um incremento de 751 novas unidades de HIS à cidade de São Paulo, apenas nestes cinco empreendimentos. Este resultado vem do simples cálculo de área destinada sob unidades de 39 m².

Considerando que as 751 unidades de HIS produzidas poderiam ser vendidas para famílias com renda de até seis salários mínimos a um valor máximo de R\$ 240.000,00 de acordo com a Portaria 168 da Caixa Econômica Federal, a receita total gerada com as vendas nesses cinco empreendimentos seria de cerca de R\$ 180 milhões.

Mesmo que os empreendedores optassem em produzir estas unidades habitacionais em outro local e ainda tivessem o custo de aquisição de terreno, cada projeto continuaria recebendo o benefício do coeficiente de aproveitamento adicional. O resultado dessa operação casada, entre a venda das 751 unidades de HIS em outro terreno e a venda da área adicional no empreendimento a valores de mercado¹², totalizaria uma arrecadação de cerca de R\$302 milhões pelos empreendedores.

¹²Fonte: GeoEmbraesp 2014.

A fim de visualizar o impacto deste recurso na produção de HIS pelo poder público, tomando como referência o custo médio de produção de unidades de HIS, segundo levantamento do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SINDUSCON)¹³, o qual indica um valor de R\$ 1.357,69 por m², totalizando R\$ 52.949,51 para unidades de 39 m². Utilizamos como referência para o custo do terreno um grande terreno vazio, marcado como ZEIS 3 no Setor 79, Quadra 788, onde o valor é de R\$ 1.176,00 por m².

¹³Índice CUB-SUNDUSCONSP disponível em <<https://www.sindusconsp.com.br/cub/>>. Acessado em 06/11/2018

Considerando um CA 4,0, a fração ideal de terreno para cada unidade será de 25%, ou seja, 9,75m² de terreno para cada unidade habitacional. Mesmo com esse olhar otimista em termos de baixos custos, o resultado da simulação mostra que essa alternativa é a que apresenta o pior impacto, no que se refere à quantidade de unidades habitacionais destinadas a interesse social, pois os recursos seriam suficientes apenas para a produção de algo em torno de 412 unidades habitacionais.

Como superar os limites da Cota de Solidariedade e desfrutar de suas oportunidades?

Apesar do curto período de observação, de pouco mais de três anos, já é possível verificar, com base nos resultados de aplicação da Cota de Solidariedade em São Paulo, que o instrumento não alcançou o melhor resultado para o bem comum, beneficiando apenas a parte interessada no mercado imobiliário, pois o benefício do incremento de CA aos empreendimentos foi maior do que a possível produção de HIS.

Não podemos dizer que o resultado arrecadatário é satisfatório, pois fica evidente que dentre as alternativas esta é a que destina menos vantagens à cidade, pois o recurso captado com a Cota é insuficiente para produzir a mesma quantidade de unidades de HIS que seriam produzidas no empreendimento, além de contabilizar o benefício de localização destes empreendimentos nos eixos de estruturação.

O fator de enquadramento dos empreendimentos é outro limite para o instrumento, pois uma parcela muito pequena dos lançamentos se enquadrariam na exigência, o que não dissemina uma cultura de responsabilidade coletiva em provisão habitacional, atribuindo compensações a apenas poucos. Além disso, a Lei não diferencia empreendimentos de grande impacto social ou localizados em áreas estratégicas para o desenvolvimento urbano sustentável.

Por fim, a Lei não especifica o modelo de destinação das unidades de HIS, nem mesmo no decreto de regulamentação¹⁴, deixando um vazio de entendimento quanto à finalização das unidades em venda, aluguel ou doação. Também não define padrões como teto de valores ou período de controle das unidades. Com relação à gestão condominial também não há determinações específicas, visto que esta questão pode ser bastante controversa nos casos de mescla social no empreendimento.

Apesar dos limites impostos para a o desenvolvimento de estratégias de provisão habitacional e reparação de desigualdades territoriais, a Cota de Solidariedade ainda pode representar uma grande oportunidade para promoção de habitação inclusiva. Recuperar a discussão e fazer adequações ao instrumento é fundamental para ampliar seus benefícios à cidade e induzir à iniciativa privada uma mudança de mentalidade, no que se refere à diversificação de produtos do mercado imobiliário.

Pensar em ampliar o enquadramento, para que empreendimentos médios ou pequenos também contribuam para redução da segregação; estipular teto de preços e períodos de controle para venda ou aluguel das unidades de interesse social; desenvolver mecanismos de tecnologia social para uma gestão condominial justa e integrada; definir zonas com maior interesse de provisão habitacional, a fim de aplicar coeficientes de cota diferenciados; além de oferecer subsídios e incentivos para que a iniciativa privada sinta-se atraída a desenvolver projetos de impacto social mais positivo é fundamental para redesenhar uma nova estratégia para o instrumento.

Referências bibliográficas

- BORGES, I. A. Habitação Inclusiva: Limites e Potenciais da Cota de Solidariedade. 2019. *Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território)* – Programa de Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC, Santo André, 2019.
- CALAVITA, N. MALLACH, A. *Inclusionary Housing in International Perspective: Affordable Housing, Social Inclusion, and Land Value Recapture*. Boston: Lincoln Institute of Land Policy, 2010.
- DESPONDS, D. *Effets paradoxaux de la loi Solidarité et renouvellement urbains (SRU) et profil des acquéreurs de biens immobiliers em Île-de-France*. Paris: Espaces et Sociétés 2010/1-2 (n° 140-141), pages 37 à 58, 2010.
- SÃO PAULO (Prefeitura). *Decreto Municipal 56.538/2015, Regulamentação da Cota de Solidariedade para Empreendimentos de Grande Porte*. São Paulo, 2015.
- SÃO PAULO (Prefeitura). *Lei 16.050/2014, Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002*. São Paulo, 2014.
- SÃO PAULO (Prefeitura). *Minuta do Projeto de Lei 688/13 do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo*. São Paulo, 2013.

¹⁴Decreto 56.538/2015, Prefeitura Municipal de São Paulo.

SCHUETZ, J. MELTZER, R. BEEN, V. *The Effects of Inclusionary Zoning on Local Housing Markets: Lessons from the San Francisco, Washington DC and Suburban Boston areas*. New York: Furman Center for Real Estate and Urban Policy - New York University, 2007.

Recebido [Mar. 21, 2019]

Aprovado [Abr. 09, 2019]

SILVA, P. C. Transformação do capital imobiliário e manutenção da estrutura fundiária: reproduzindo a segregação territorial. 2015. *Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)* – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Transformação forma urbana e localização de renda: identificação de padrões nas cidades brasileiras¹

Jonathas Magalhães Pereira da Silva,
Camila Galli Romera, Ana Carolina Vieira Gonçalves*

Resumo O presente texto investiga a relação espacial existente entre a renda da população e a forma urbana. Considerando que a sociedade brasileira é caracterizada pela concentração de renda, torna-se pertinente verificar a influência dos padrões de renda na constituição das cidades. A pesquisa produziu 166 mapas de renda de cidades brasileiras. O método de espacializar a renda permite aferir a composição das rendas de cada setor censitário. Na análise comparativa entre municípios pode-se identificar sete grupos que possuem características similares na distribuição espacial dos padrões de renda. Estes grupos demonstram ter distintas formas de influência sobre a constituição da forma urbana e do sistema de espaços livres. Os resultados apontam padrões que passam a ser considerados na discussão da Forma Urbana.

Palavras-chave: forma urbana, renda, morfologia.

Transformation of the urban form and location of income: identification of patterns in Brazilian cities

Abstract The present work aims to understand if there is a relationship between the incomes of the population and the urban form. Considering that Brazilian society is characterized by income concentration, it is pertinent to verify the influence of income patterns in the constitution of the urban form. This article analyzes the 166 income maps of Brazilian cities produced by the research. The method of spatializing income allows one to consider the composition of rents for each census sector. In the comparative analysis between municipalities we could identify seven city patterns. These groups seem to have different forms of influence on the creation of open spaces system. The result indicates patterns that could assist in the discussion of the Urban Form.

Keywords: urban form, income, morphology.

Transformación forma urbana y ubicación de ingresos: identificación de estándares en las ciudades brasileñas

Resumen El presente texto investiga la relación entre los ingresos de la población y la forma urbana. Considerando que la sociedad brasileña es caracterizada por la concentración de renta, resulta pertinente verificar la influencia de los patrones de renta en la constitución de la forma urbana. La investigación produjo 166 mapas de renta de ciudades brasileñas producidos por la investigación. El método de espacializar la renta permite medir la composición de los ingresos de cada sector censitario. En el análisis comparativo entre municipios se pueden identificar siete patrones distintos de distribución de renta en las ciudades estudiadas. Estos grupos parecen tener distintas formas de influencia sobre la constitución de la forma urbana y del sistema de espacios libres. Los resultados apuntan patrones que pasan a ser considerados en la discusión de la Forma Urbana.

Palabras clave: forma urbana, ingresos, morfología.

O presente texto é fruto do esforço de incorporar os dados de renda na análise de pesquisas que tem como objeto o estudo da forma urbana. Analisa os dados referentes às rendas do representante do domicílio coletadas pelo IBGE no censo de 2010 e relaciona com os padrões morfológicos existentes. Tem por objetivo identificar possíveis relações existentes entre as localizações das rendas e a forma urbana. Os resultados encontrados abrem para uma série de questões que passamos a compartilhar. A percepção da importância de incorporar dados de renda para discutir a forma urbana da cidade se baseia em diferentes autores (MALDONADO, 2007; SINGER, 1979; VILAÇA, 2001) que não tratam do assunto diretamente mas ajudam a revelar uma organização das cidades em função do valor do solo, da mobilidade e da renda.

Ao tomar os dados do IBGE de 2010 deve-se considerar que o período analisado é de forte expansão do assalariamento formal e queda do desemprego fruto da implementação de políticas sociais de distribuição de renda, assim como, a retomada do crescimento econômico (GUIMARÃES, 2012).

o padrão de expansão do emprego na última década implicou, de modo geral, uma melhoria relativa dos postos de trabalho: as ocupações criadas se concentram nos quintos mais altos de renda (melhoria de emprego). A literatura econômica – principalmente por meio da hipótese de skill biased technological change, tanto em sua versão original quanto na de Autor, Levy e Murnane (2003) – indica que esse quadro pode estar ligado ao aumento da desigualdade observado em uma série de países desenvolvidos, uma vez que reflete o aquecimento da demanda por mais altas qualificações (e, por conseguinte, a elevação dos prêmios salariais). Nossos resultados mostram que, no Brasil, esse tipo de tendência não se aplica: experimentamos queda em todos os índices que mensuram a desigualdade de rendimentos ao mesmo tempo que vivenciávamos significativas mudanças no mercado de trabalho, um job upgrading. CARVALHAES, 2014; pg. 94

A organização dos dados possibilitará o cotejamento com os dados que serão recolhidos pelo censo de 2020 com contexto econômico diverso. Cabe alertar que existem diferentes caminhos para se estudar a questão de renda. É comum buscar entender os aspectos que estruturam o nível de renda dos indivíduos por meio da associação de multivariáveis. (SANTOS, 2002); ou de estabelecer métodos para decompor indicadores sintéticos de desigualdade de renda (LEMIEUX, 2006); ou ainda buscar entender quais são os fatores mais importantes na estruturação da renda (CARVALHAES, 2000). Entretanto poucos trabalhos estudam os padrões de distribuição espacial dos diferentes padrões de renda nas cidades brasileiras. A presente análise identifica, entre os 166 municípios mapeados, sete grupos de cidades com distintas características de distribuição espacial. A pesquisa se ocupa de compreender a distribuição espacial da renda na cidade. O método proposto trabalha com a identificação dos padrões e sua relação com a forma urbana.

* Jonathas Magalhães Pereira da Silva é Arquiteto e Urbanista, professor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-8186-9626>>. Camila Galli Romera é Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Ana Carolina Vieira Gonçalves é Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

O objetivo foi analisar as coexistências de diferentes faixas de renda em um mesmo setor censitário e relacionar com as características da forma urbana do setor. O método de mapeamento trabalha com a composição das rendas existentes nos setores censitários ao invés de trabalhar com a média de renda de cada setor. Desta forma possibilita caracterizar a composição das faixas de renda dentro dos setores censitários, o que possibilita por sua vez analisar com razoável precisão a distribuição espacial das faixas de renda sobre o território municipal e metropolitano.

O grupo de pesquisa Quadro do Paisagismo (QUAPA-SEL) junto ao grupo Políticas Territoriais e a Água no meio Urbano (PosUrb-Arq - PUC-Campinas)² vem desenvolvendo diferentes cartografias que têm por objetivo analisar a transformação da forma urbana. Toma-se o conceito de morfologia onde a investigação da forma decorre do entendimento dos fenômenos que lhe deram origem (LAMAS, 1992). Portanto para o entendimento da forma urbana faz-se necessário levar em conta como ocorrem os processos socioeconômicos. Não basta entender seus aspectos físicos, mas sim, compreender como “processo e produto” constituem a paisagem contemporânea das cidades brasileiras (MACEDO, 2008). A contribuição da presente investigação foi produzir mapas de renda para os 166 municípios distribuídos por 23 estados brasileiros. Neste percurso uma série de indagações ajudaram a avançar nos procedimentos metodológicos e na análise.

Trabalha-se com diferentes municípios brasileiros na busca de abarcar suas diferenças regionais. Foram desenvolvidos mapas de renda de municípios de 23 estados da federação, sendo um total de 166 mapas: 28 municípios estudados isoladamente, 5 regiões metropolitanas totalizando 131 municípios e a Aglomeração Urbana de Jundiaí, localizada entre as regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas composta por 7 municípios que objetiva fomentar a discussão a respeito da chamada megametrópole paulista estudada (BENFATTI, QUEIROGA E SILVA, 2010).

Municípios estudados isoladamente:

- | | |
|--------------------------------------|--|
| 1. Belém – Pará | 2. Brasília – Distrito Federal |
| 3. Campina Grande - Paraíba | 4. Campo dos Goytacazes - Rio de Janeiro |
| 5. Campo Grande – Mato Grosso do Sul | 6. Criciúma – Santa Catarina |
| 7. Curitiba – Paraná | 8. Florianópolis – Santa Catarina |
| 9. Fortaleza – Ceará | 10. Goiânia – Goiás |
| 11. João Pessoa – Paraíba | 12. Macapá – Amapá |
| 13. Maceió - Alagoas | 14. Manaus – Amazonas |
| 15. Maringá – Paraná | 16. Natal – Rio Grande do Norte |
| 17. Palmas – Tocantins | 18. Recife - Pernambuco |
| 19. Rio Branco – Acre | 20. Rio de Janeiro - Rio de Janeiro |
| 21. Salvador - Bahia | 22. Santa Maria – Rio Grande do Sul |
| 23. São Carlos - São Paulo | 24. São Luís – Maranhão |
| 25. Sorocaba - São Paulo | 26. Uberaba - Minas Gerais |
| 27. Uberlândia - Minas Gerais | 28. Vitória - Espírito Santos |

¹ As questões aqui apresentadas são fruto de pesquisa apoiada pelo CNPq por meio do edital universal intitulada “Os papéis dos investimentos públicos: uma análise do sistema de Espaços Livres e da Habitação de Interesse Social na constituição da forma urbana”.

² A Região Metropolitana de Campinas foi o recorte territorial estabelecido pela pesquisa apoiada pelo CNPq por meio do edital universal intitulada “Os Papeis Dos Investimentos Públicos: Uma Análise Do Sistema De Espaços Livres e da Habitação de Interesse Social na Constituição da Forma Urbana”.

Regiões metropolitanas:

1. Região Metropolitana de Curitiba – Paraná: 29 municípios
2. Região Metropolitana de Belo Horizonte – Minas Gerais: 34 municípios
3. Região Metropolitana de Campinas: 20 municípios
4. Região Metropolitana da Baixada Santista: 9 municípios
5. Região Metropolitana de São Paulo: 39 municípios

Regiões de interesse:

1. Região localizada entre as regiões metropolitanas de Campinas e São Paulo.

Apresentamos a seguir os resultados analíticos dos mapas gerados a partir da tabela disponibilizada pelo IBGE do censo de 2010 intitulada: “Renda da Pessoa Responsável pelo domicílio”. Identificamos sete padrões distintos de distribuição espacial de rendas sendo que alguns destes padrões causam uma estranheza por não caracterizarem claramente o processo de segregação espacial existente, conforme veremos ao analisarmos a Região Metropolitana de Curitiba. Em outros casos estranha-se por constatar a presença de rendas (altas ou baixas) em localizações não esperadas. Finalmente, por meio dos estudos de caso, faz-se uma análise preliminar das relações percebidas entre o mapa de distribuição das rendas sobre o território e o mapa que caracteriza a forma urbana do município.

Análise dos mapas de “Renda da Pessoa Responsável” do domicílio

A intenção inicial de desenvolver mapas de renda era identificar as localizações das diferentes rendas monetárias sobre o território urbano de forma a reforçar a tese da existência da segregação espacial urbana. As combinações de precariedades causadas pelo processo de segregação urbana se refletem nas áreas periféricas na demanda habitacional latente, na dificuldade de acesso ao emprego, assim como, pela precariedade da infraestrutura, da mobilidade urbana e da dificuldade de acessos à equipamentos e serviços públicos.

Frente ao objetivo exposto optou-se por trabalhar com os dados de “renda da pessoa responsável” do domicílio. Inferiu-se que por meio deste dado fosse possível identificar as diferenças de renda dos responsáveis de forma que a renda não fosse mascarada pela média domiciliar, isto é, pela renda per capita domiciliar. Possibilitaria, segundo este raciocínio, identificar as diferentes oportunidades de renda monetária distribuídas pelo território. A questão colocada é qualificar espacialmente a incidência de acesso a um determinado padrão de renda, em uma determinada área urbana. O resultado apontaria como varia as oportunidades de acesso às baixas, médias e altas rendas em função da localização do morador no território urbano.

Tomou-se como hipótese que por meio da renda do “responsável pelo domicílio” as altas, médias e baixas rendas mostrariam com mais eficiência o processo de segregação urbana relacionando a renda do responsável diretamente com as localizações de melhor mobilidade e acesso a oferta de emprego e aos serviços

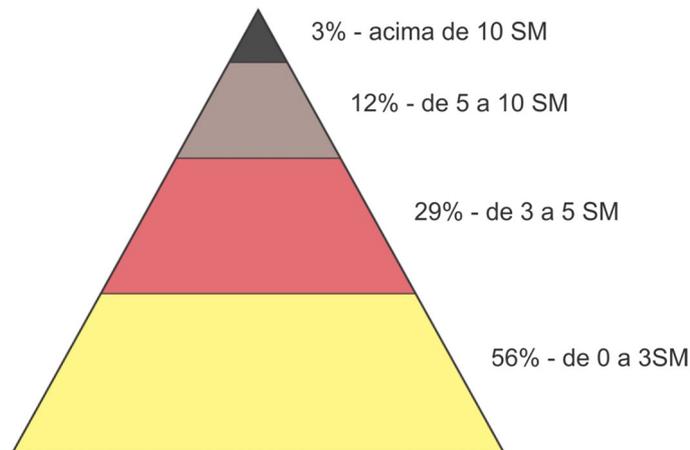


Figura 1: Porcentagens da população ativa relacionada à renda (unidade: salário mínimo). Fonte: Desenvolvida por Jonathas Magalhães Pereira da Silva com base em dados do IBGE 2010.

públicos urbanos. Esta seria a razão do interesse em trabalhar com a renda monetária que teoricamente acompanha as oportunidades de emprego. Cabe deixar claro que não se espera que os mapas gerados venham indicar onde estariam localizadas as populações mais empobrecidas ou vulneráveis. Para conseguir identificar essas localizações outros dados devem ser considerados.

Os mapas foram desenvolvidos de forma a indicar 1 (um) ponto para um determinado número de domicílios cujos os responsáveis pelo domicílio possuem a mesma renda. Desta forma é possível perceber a composição de renda dentro de cada setor censitário. Na maioria dos mapas utilizou-se o agrupamento de 50 domicílios por ponto, entretanto conforme a dimensão e densidade do município foram utilizadas outras grandezas com o objetivo de melhor revelar a realidade. Estas variações constam sempre das legendas dos mapas. Cabe ainda dizer que os pontos ficam distribuídos nos setores censitários correspondentes de forma a evitar sobreposições. Por fim vale alertar que as escalas utilizadas variam conforme a dimensão dos municípios de forma a todos caberem em uma folha A0, conforme indicado em cada mapa.

Na análise comparada dos mapas de renda, desenvolvidos para as cidades mencionadas, foi possível identificar diferentes padrões de distribuição de rendas sobre o território. Interessa-nos saber se os padrões identificados nos indicam aspectos da forma urbana.

Para definição dos padrões identificados adota-se valor de referência o fato da renda ser maior ou menor que três salários mínimos. Justifica-se este critério pelo fato de corresponder a 56% da população que ganha até 3 salários mínimos. Cabe considerar ainda que é esta faixa de renda que os programas sociais, entre eles o habitacional, têm dificuldades em atender.

Apresentamos a seguir os sete padrões identificados que possuem entre si diferentes características na distribuição espacial da renda sobre seu território:

Padrão 1 - Municípios de grandes dimensões, onde a área urbana é uma pequena parcela de seu território;

Padrão 2 - Municípios onde os responsáveis pelos domicílios com rendas acima de 3 salários mínimos estão concentrados em uma localidade;

Padrão 3 - Municípios onde os responsáveis pelos domicílios com rendas acima de 3 salários mínimos estão concentrados ao longo de uma linha ou vetor;

Padrão 4 - Municípios onde os responsáveis pelos domicílios com rendas acima de 3 salários mínimos estão concentrados em setores longe dos centros tradicionais;

Padrão 5 - Municípios onde os responsáveis pelos domicílios com rendas de até 3 salários mínimos são preponderantes;

Padrão 6 - Municípios com duas concentrações de distintas faixas de renda: um com predominância de até 3 salários mínimos e outro com predominância de rendas de mais de 3 salários mínimos dos responsáveis pelos domicílios;

Padrão 7 - Municípios onde os responsáveis pelos domicílios com rendas acima de 3 salários mínimos são preponderantes e presentes em todo território urbano.

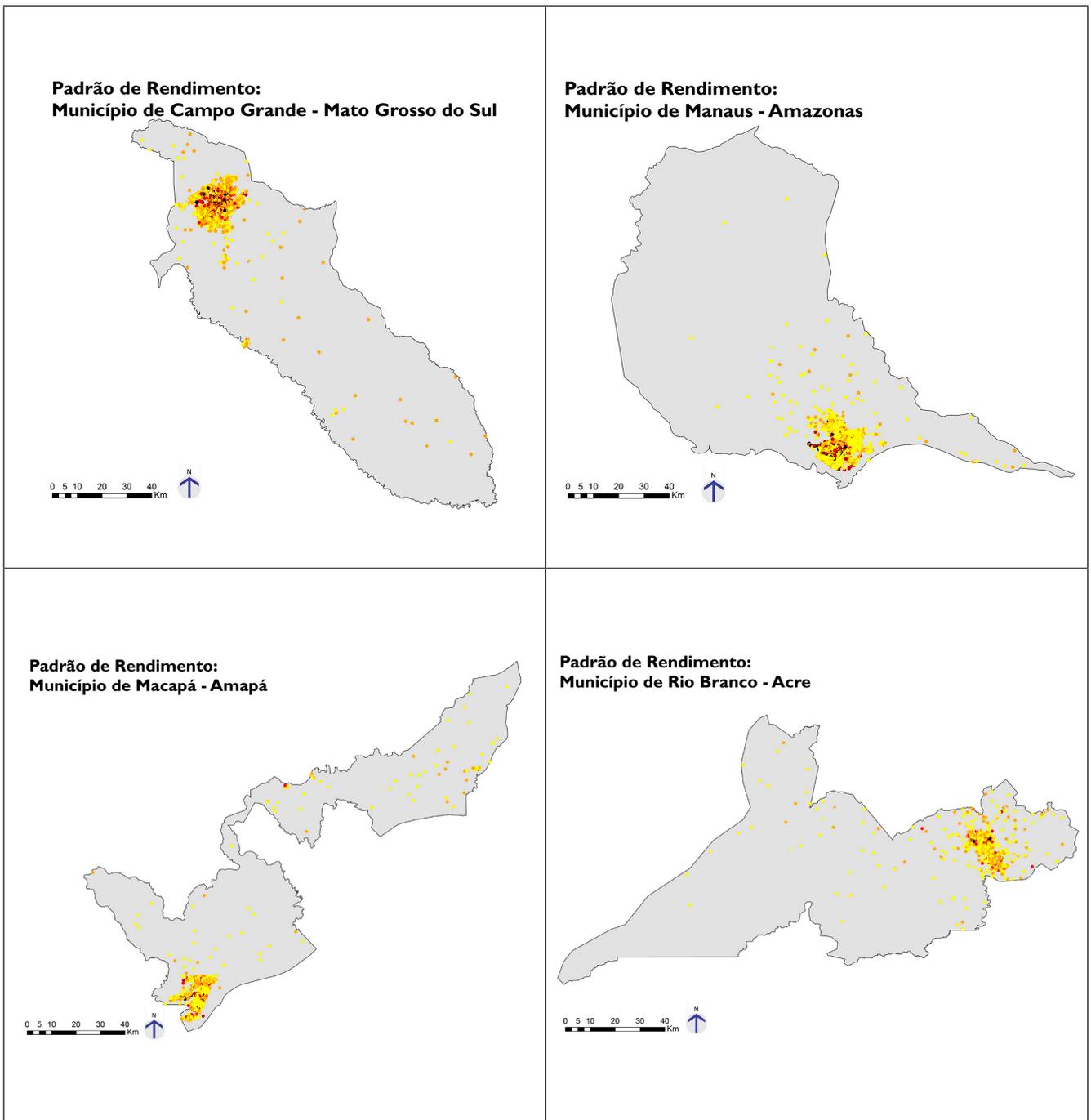
Adotou-se a seguinte legenda para a indicação das faixas de renda:

-  Até um salário mínimo
-  De um a três salários mínimos
-  De três a cinco salários mínimos
-  De cinco a dez salários mínimos
-  Acima de dez salários mínimos

Padrão 1 - Municípios de grandes dimensões

Figura 2: Padrão 1, Municípios de grandes dimensões - Campo Grande/MS; Manaus/AM; Macapá/AP; Rio Branco/AC. Fonte: Jonathas Magalhães Pereira da Silva, 2016.

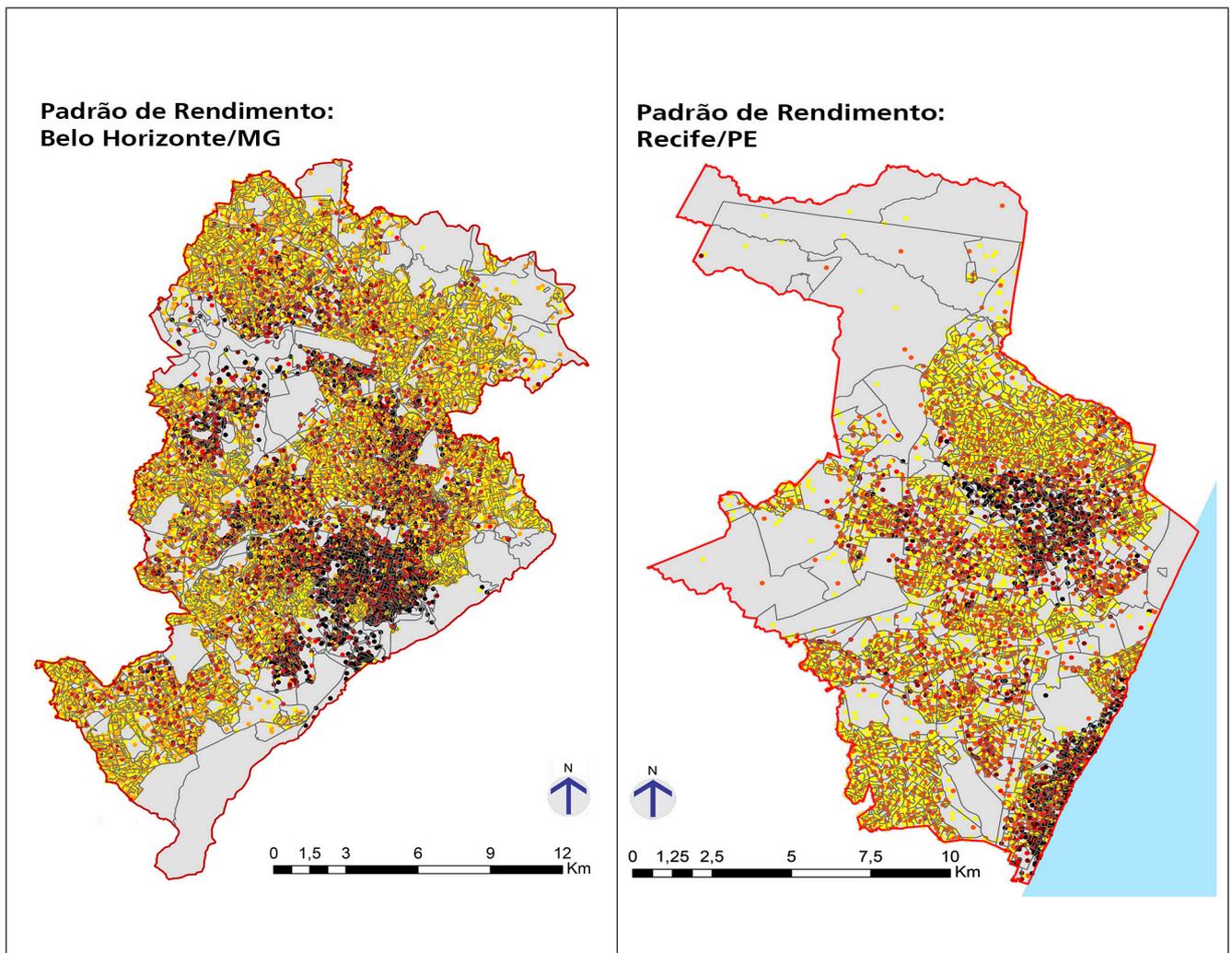
Os municípios que possuem um grande território municipal com pequenas e médias áreas urbanas foram identificados como um padrão. Justifica-se esta escolha por conta dos dados municipais terem de considerar as grandezas das dimensões territoriais para compreender direito cada contexto.



Padrão 2 - Municípios onde os responsáveis pelos domicílios com rendas acima de 3 salários mínimos estão concentrados em uma localidade

É o tipo de distribuição mais esperado em uma sociedade com grandes concentrações de renda e forte segregação sócio-espacial. As médias e altas rendas se encontram localizados de forma concentradas em pontos específicos da cidade. A localização dos melhores empregos, e conseqüentemente melhores rendas dos responsáveis, parecem estar associados às áreas de maior renda domiciliar per capita, este é o caso de Belo Horizonte/MG; Recife/PN; Campo Grande/MS; Goiania/GO, Salvador/BA, Brasília/BR, Vitória/ES, Maceió/AL.

Figura 3a: Padrão 2 - Belo Horizonte/MG; Recife/PN. Fonte: Jonathas Magalhães Pereira da Silva, 2016.



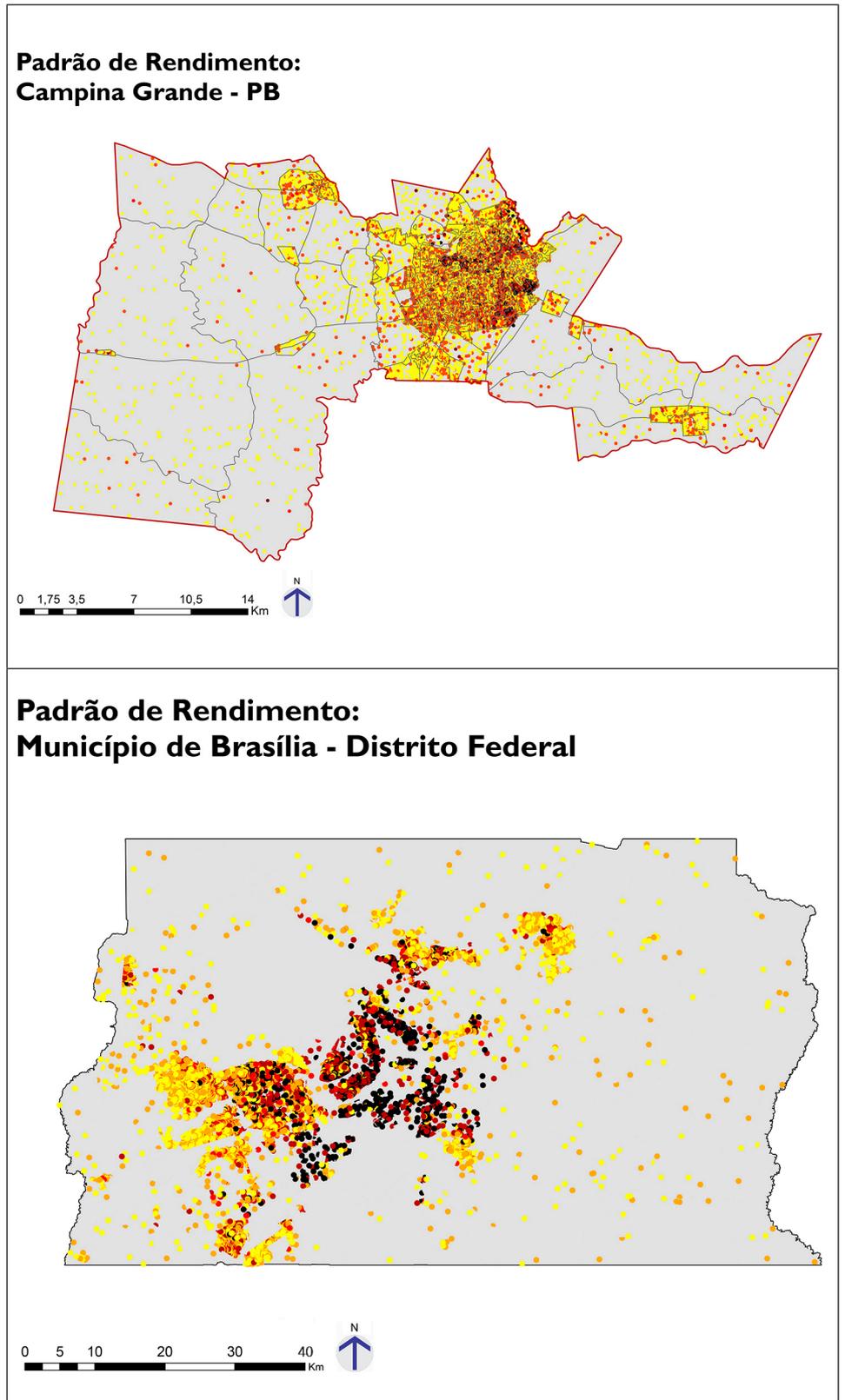


Figura 3b: Padrão 2 - Campo Grande/MS; Goiânia/GO. Fonte: Jonathas Magalhães Pereira da Silva, 2016.

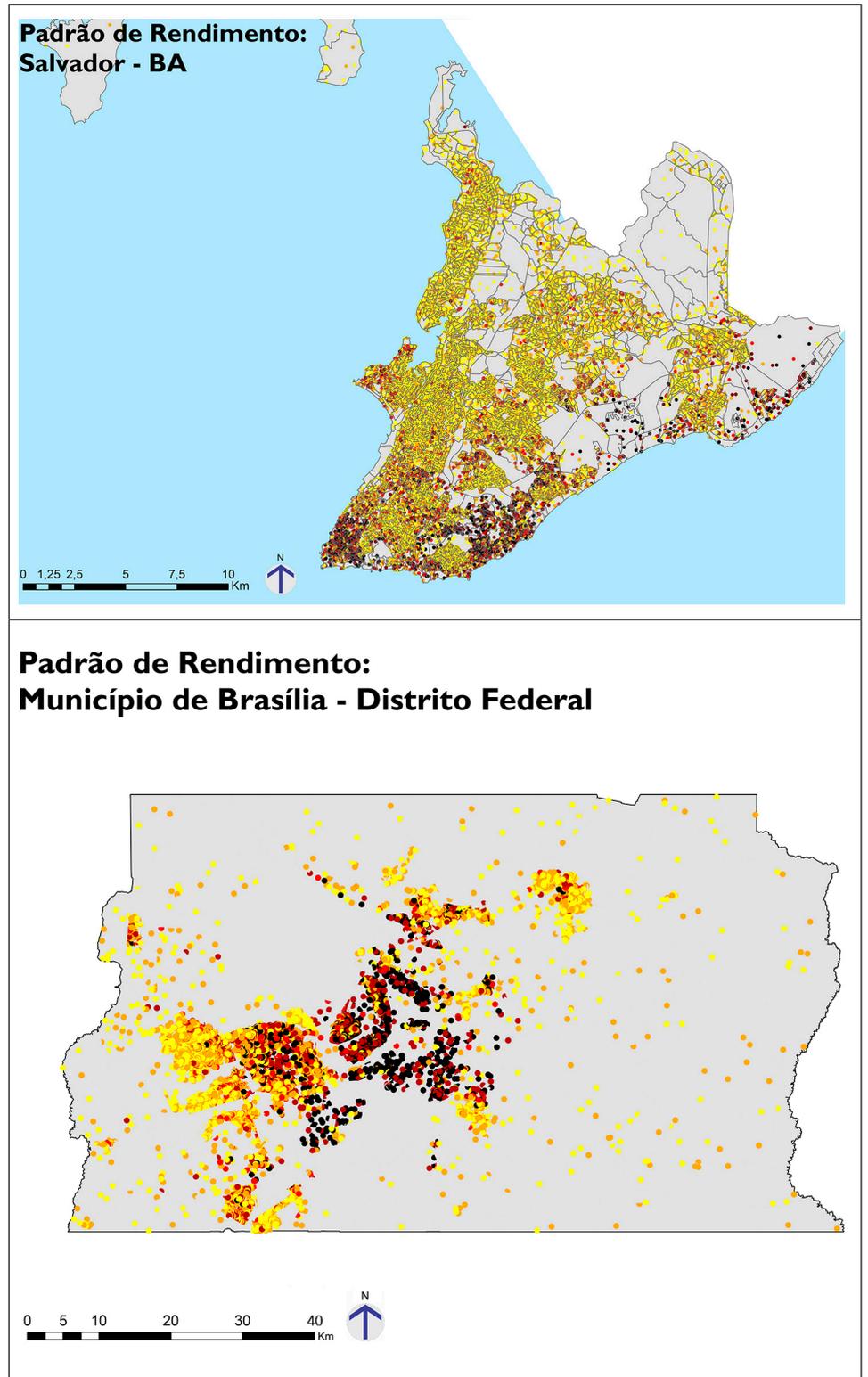


Figura 3c: Padrão 2 - Salvador/BA, Brasília/BR. Fonte: Jonathas Magalhães Pereira da Silva, 2016.

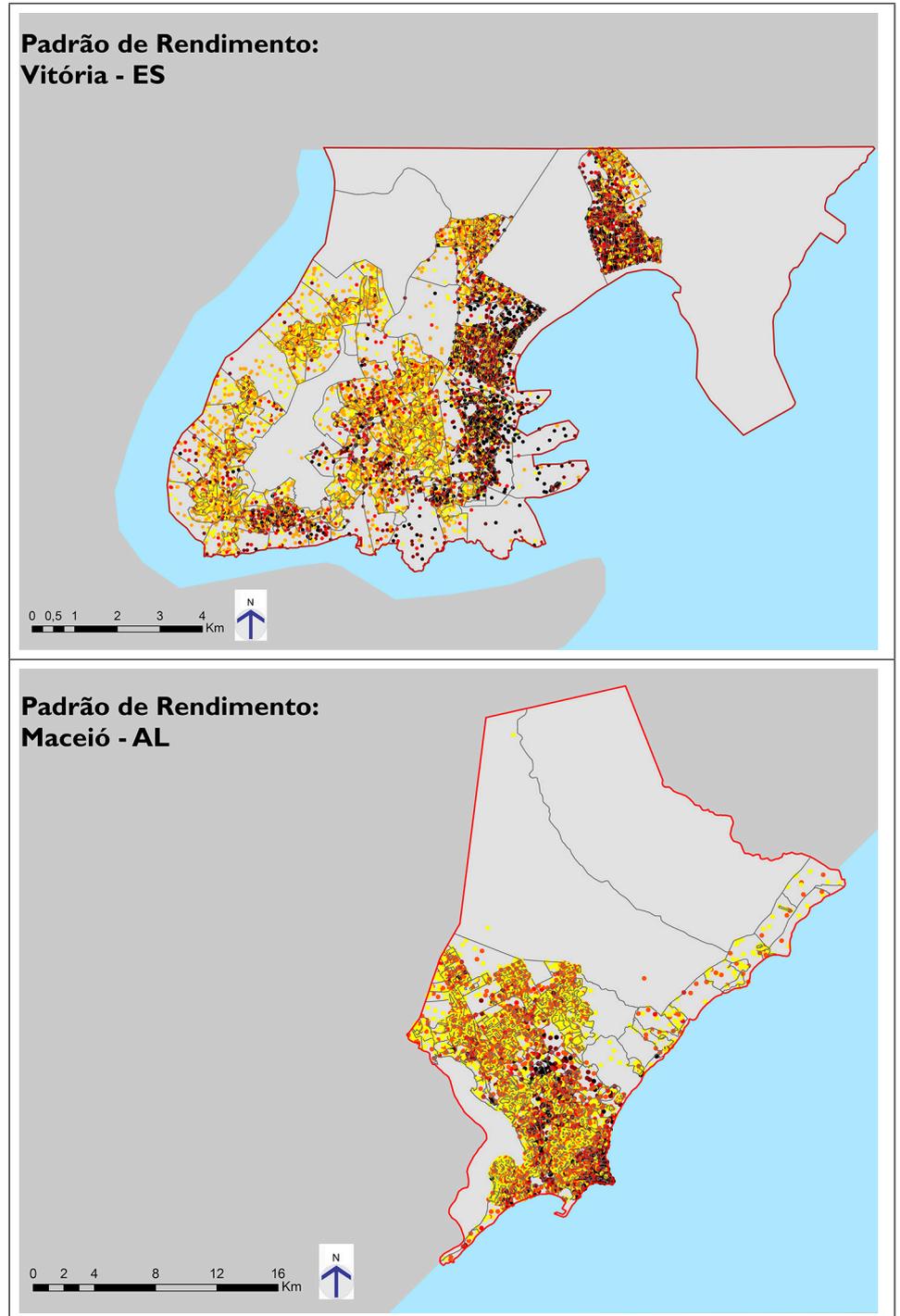
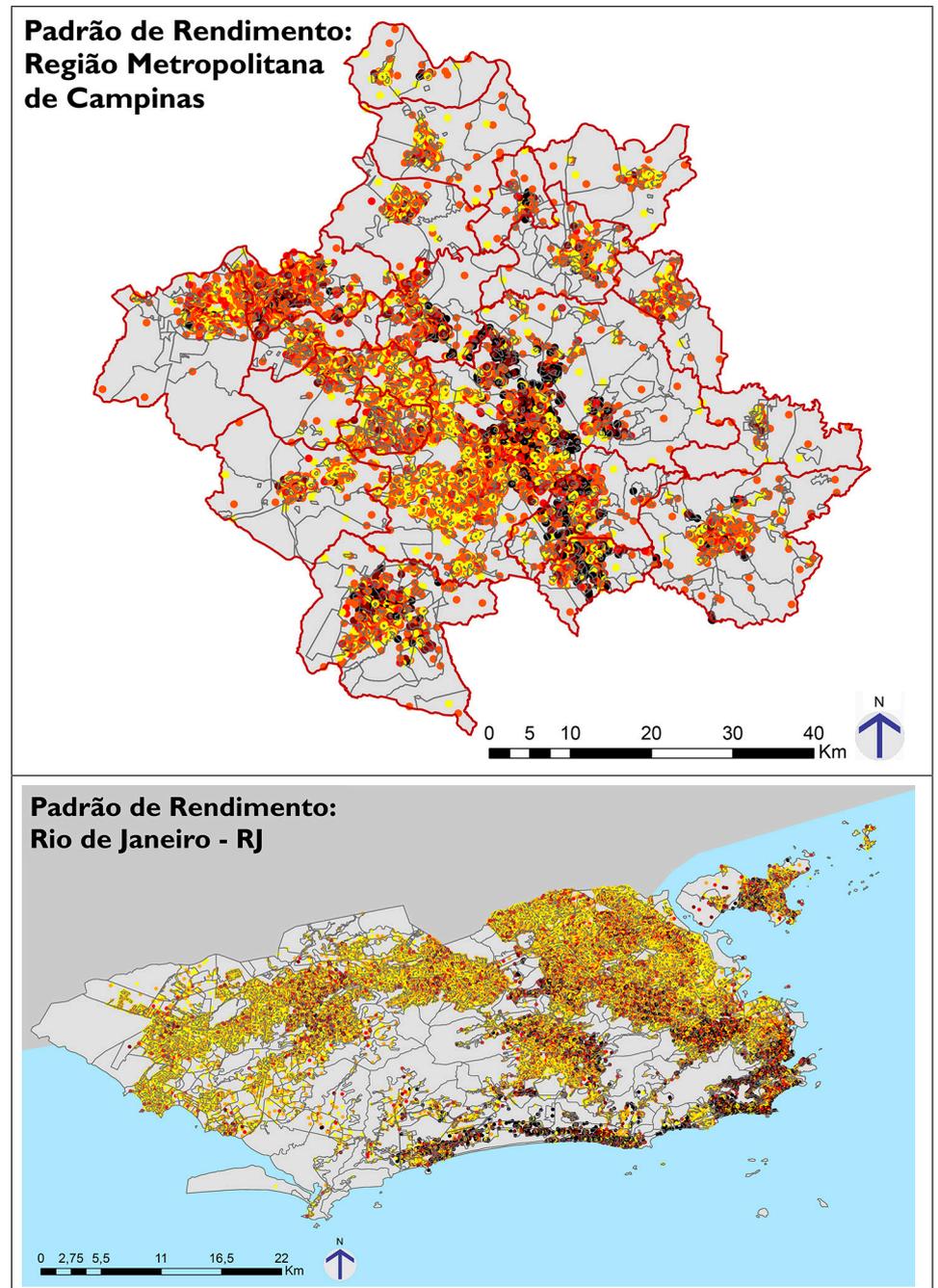


Figura 3d: Padrão 2 - Vitória/ES, Maceió/AL. Fonte: Jonathas Magalhães Pereira da Silva, 2016.

Padrão 3 - Municípios onde os responsáveis pelos domicílios com rendas acima de 3 salários mínimos estão concentrados ao longo de uma linha ou vetor

Os municípios do Rio de Janeiro /RJ; Natal /RN; São Luiz /MA; João Pessoa /PB e Fortaleza/CE têm como característica comum terem um vetor onde se concentram as médias e altas rendas das pessoas responsáveis pelos domicílios. No caso Região Metropolitana de Campinas - SP as médias e altas rendas das pessoas responsáveis parecem estar associados às áreas de maior renda per capita em função do domicílio sem necessariamente estar relacionado a oferta de empregos de maiores rendas no local de residência.

Figura 4a: Padrão 3 - Campinas/ SP; Rio de Janeiro/RJ. Fonte: Jonathas Magalhães Pereira da Silva, 2016.



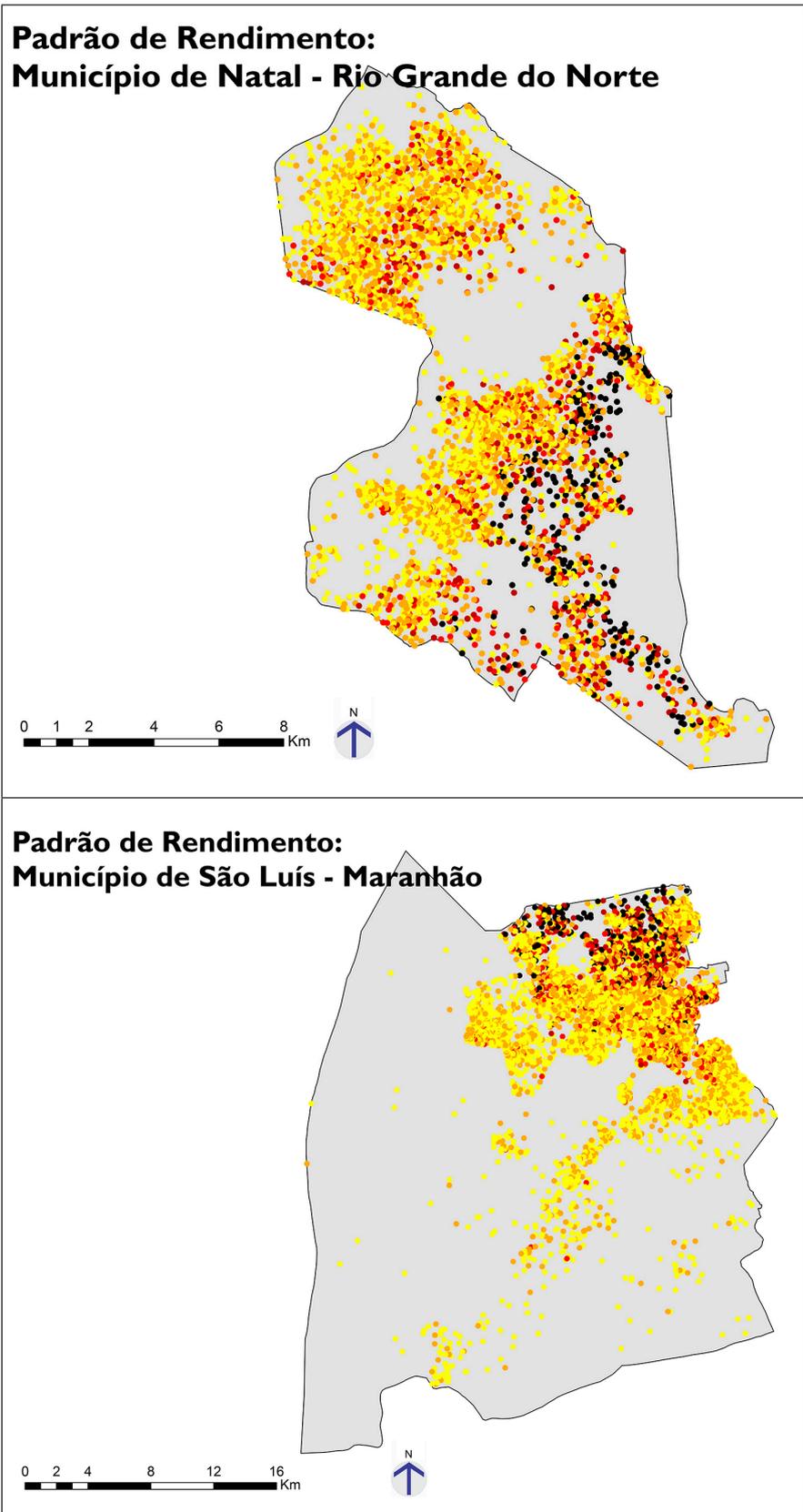


Figura 4b: Padrão 3 - Natal/RN; São Luiz/MA. Fonte: Jonathas Magalhães Pereira da Silva, 2016.

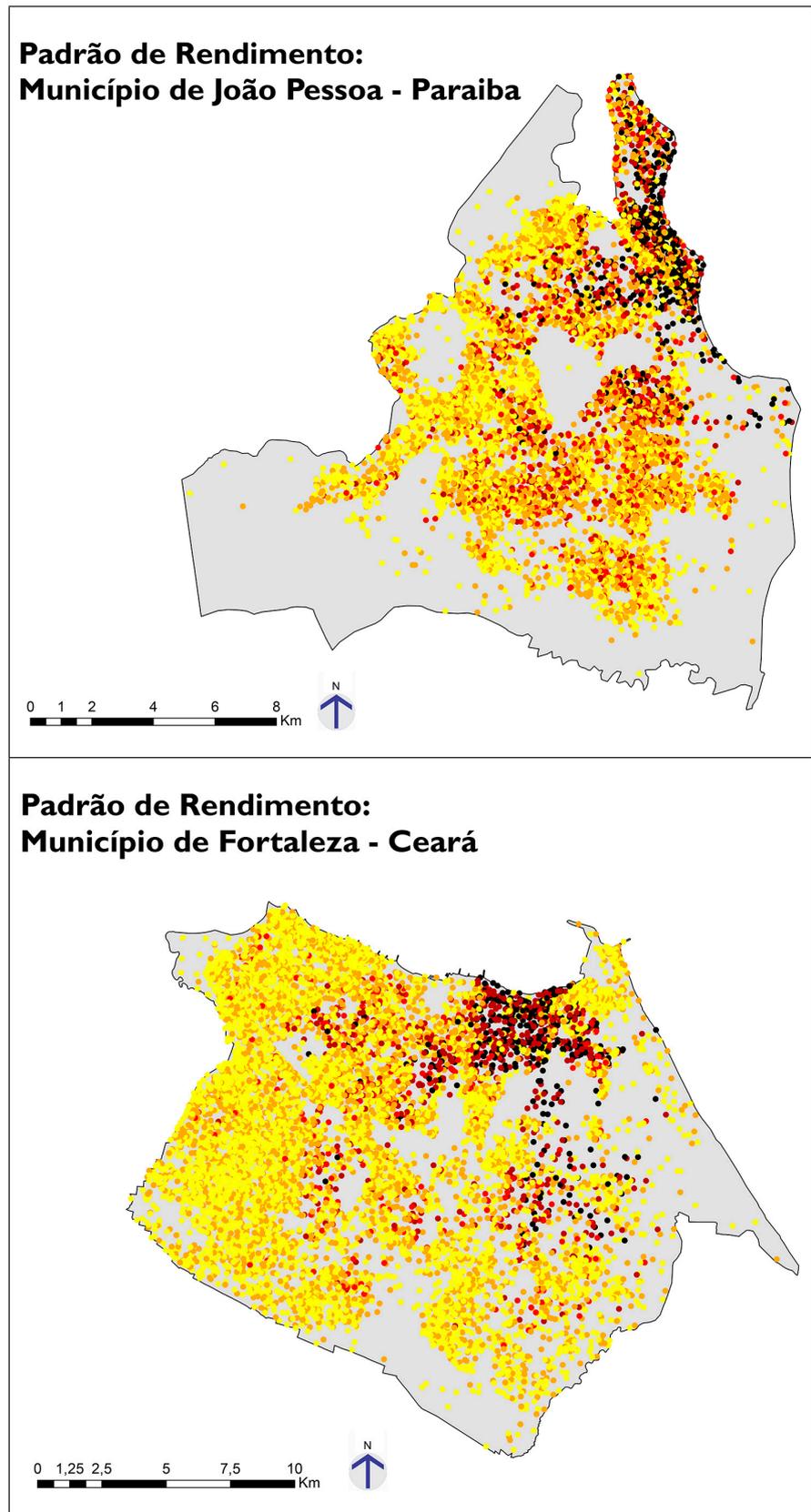
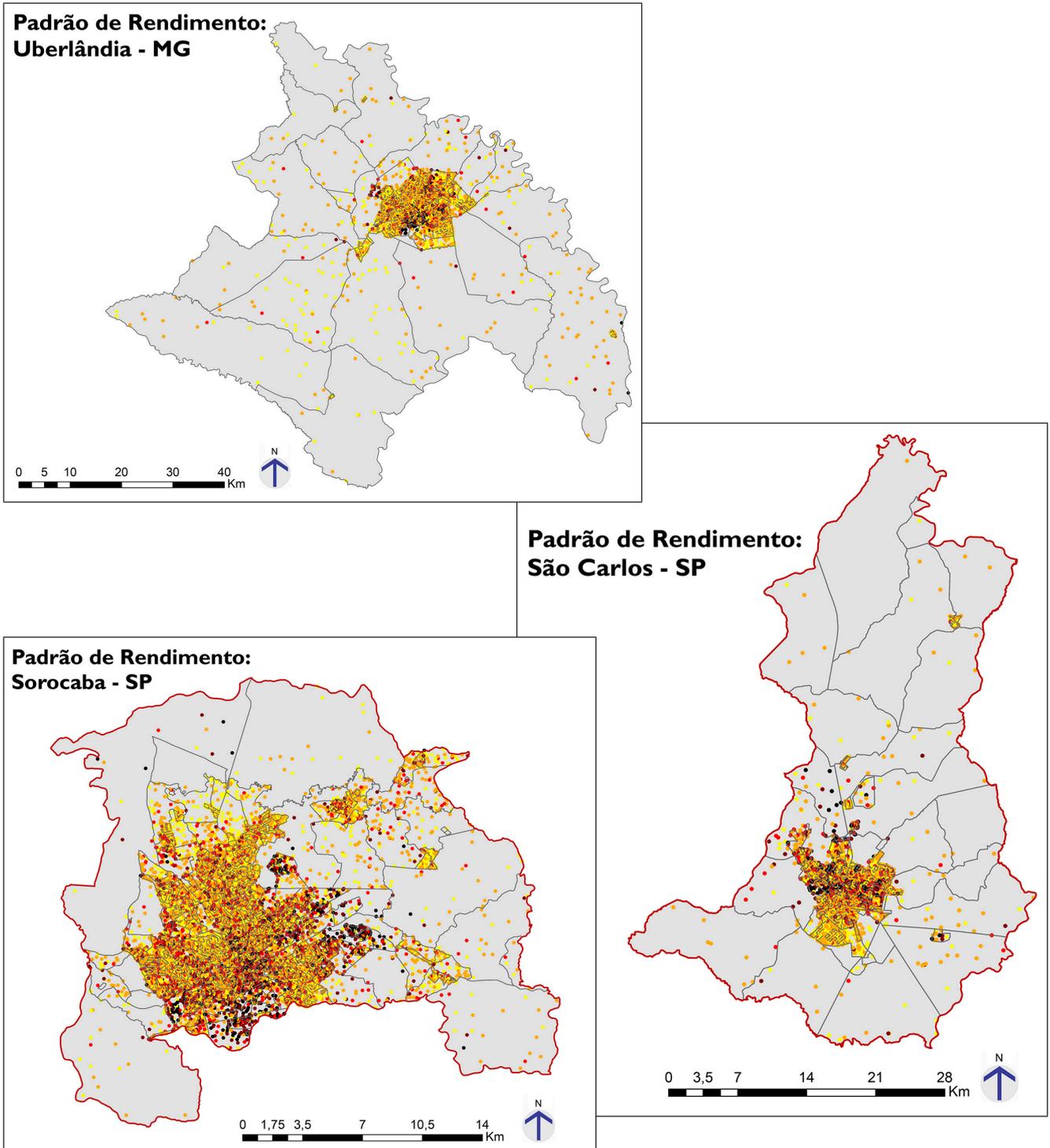


Figura 4c: Padrão 3 - João Pessoa/PB e Fortaleza/CE. Fonte: Jonathas Magalhães Pereira da Silva, 2016.

Padrão 4 - Municípios onde os responsáveis pelos domicílios com rendas acima de 3 salários mínimos estão concentrados em setores longe dos centros tradicionais

Figura 5: Padrão 4 - Uberlândia/MG; São Carlos/SP e Sorocaba/SP. Fonte: Jonathas Magalhães Pereira da Silva, 2016.

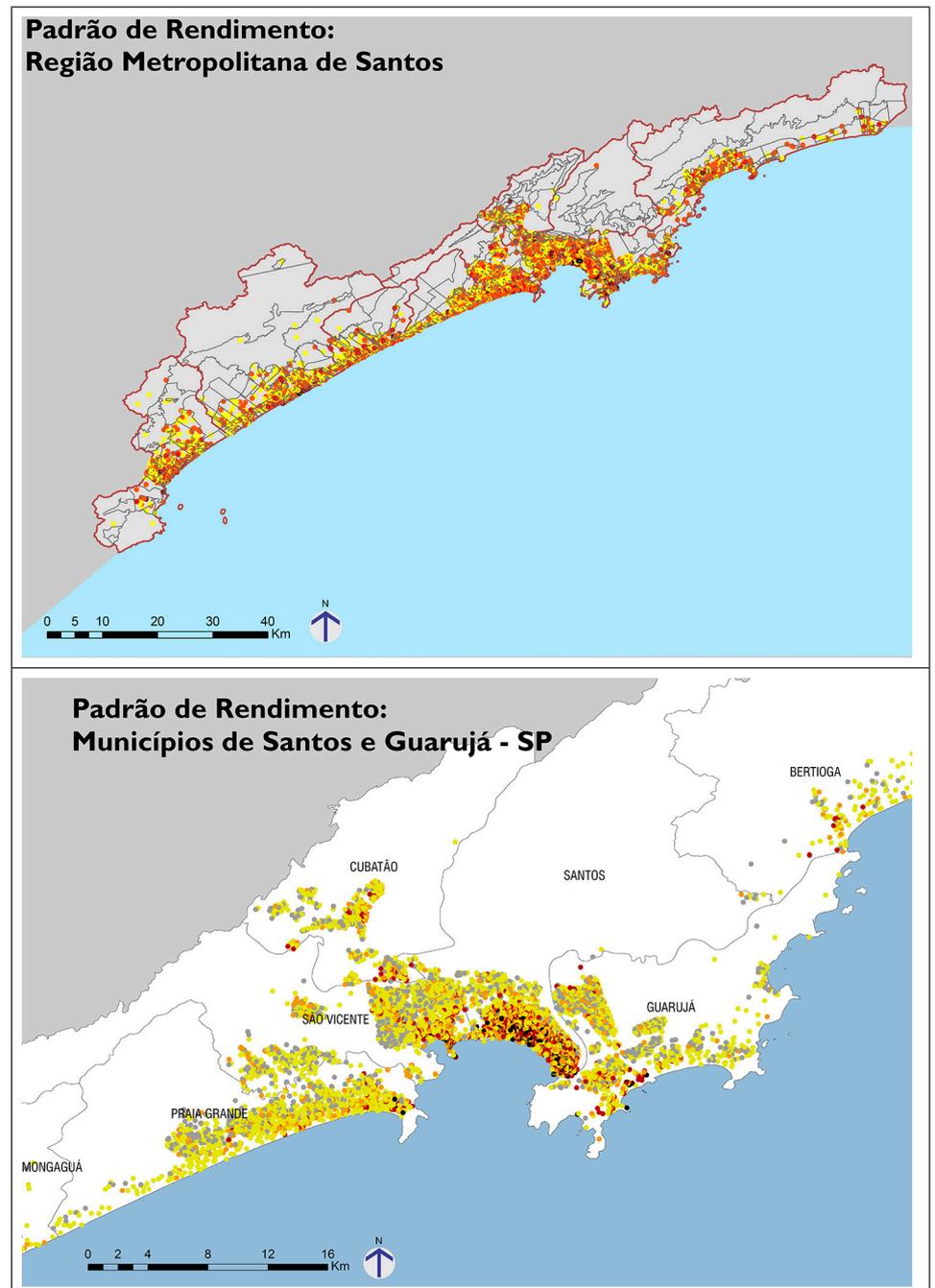
É o caso de municípios como Uberlândia/MG, São Carlos/SP e Sorocaba/SP onde as médias e altas rendas das pessoas responsáveis pelos domicílios localizam-se nas bordas da área urbana.



Padrão 5 - Municípios onde os responsáveis pelos domicílios com rendas de até 3 salários mínimos são preponderantes

São exemplos desse padrão os municípios contidos na região metropolitana da Baixada Santista/SP, Uberaba/MG e Santa Maria/RS onde os responsáveis pelos domicílios com rendas de até 3 salários mínimos são preponderantes sobre o território sem haver uma concentração significativa de responsáveis de domicílios com altas rendas. No caso da Região metropolitanas da Baixada Santista, quando aproximamos a análise para os municípios de Santos e Guarujá a concentração acima de 5 salários mínimos são ainda bastante pontuais.

Figura 6a: Padrão 5 - Região Metropolitana da Baixada Santista/SP; Ampliação com Santos e Guarujá/SP. Fonte: Jonathas Magalhães Pereira da Silva, 2016.



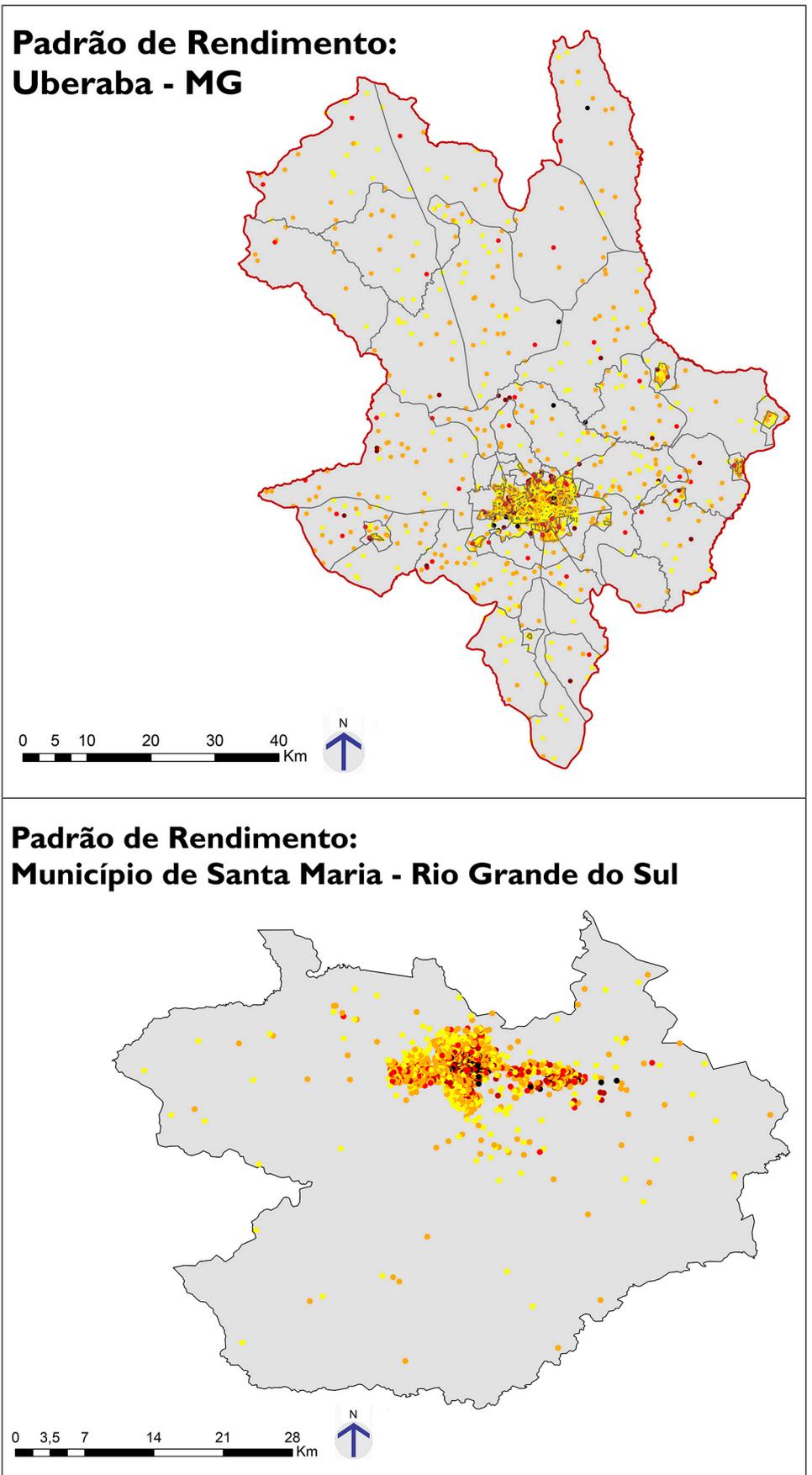


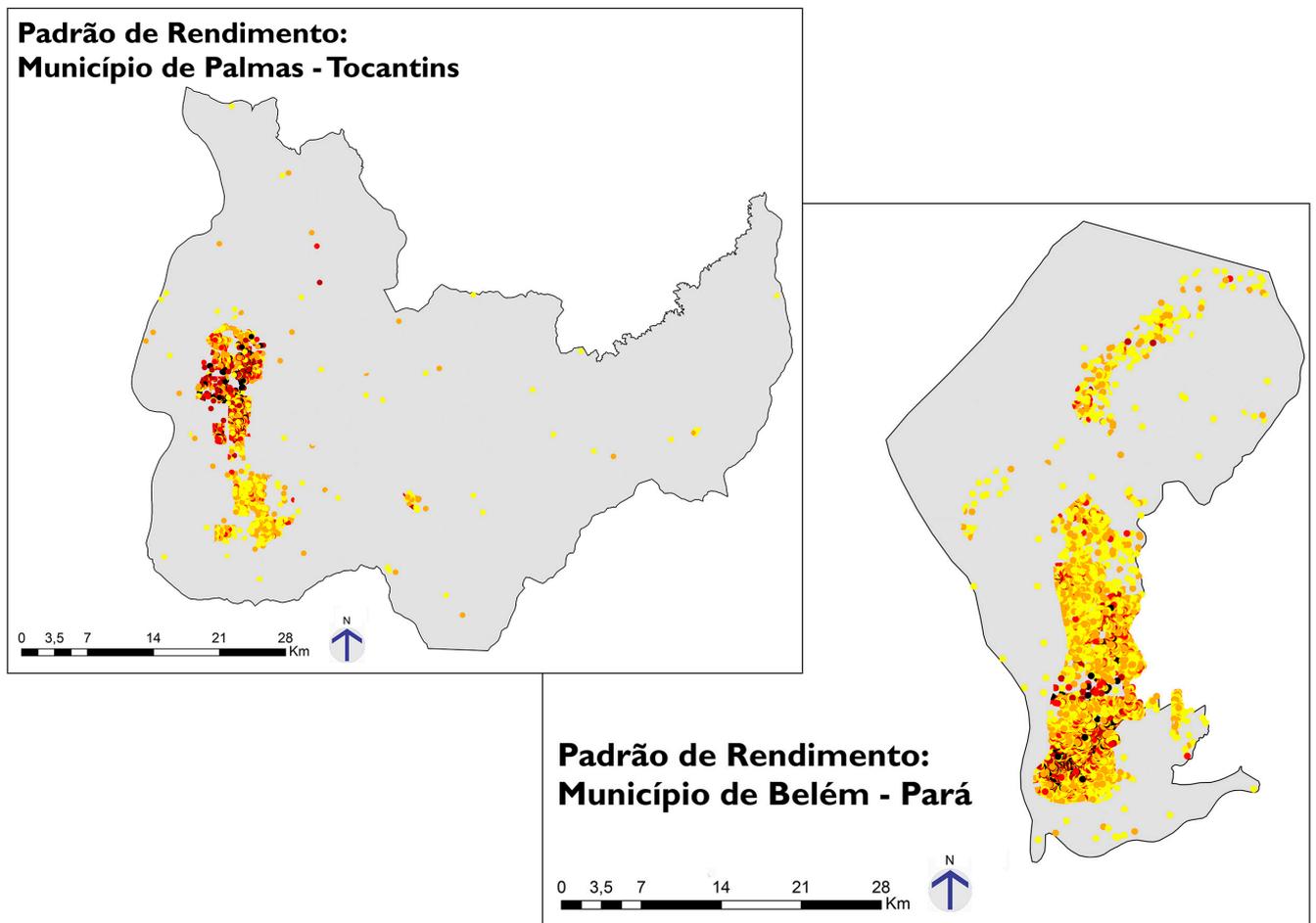
Figura 6b: Padrão 5 - Uberaba/ MG e Santa Maria/RS. Fonte: Jonathas Magalhães Pereira da Silva, 2016.

Padrão 6 - Municípios com duas concentrações de distintas faixas de renda: um com predominância de até 3 salários mínimos e outro com predominância de rendas de mais de 3 salários mínimos dos responsáveis pelos domicílios

São exemplos os Municípios de Palmas/TO e Belém/PA se destacam dos demais pela existência de duas áreas que se diferenciam pelos padrões de renda. Enquanto Palmas tem uma concentração de rendas, acima de 5 salários mínimos, de responsáveis por domicílio na área pertencente ao plano original da cidade, observa-se ao sul, fora da área planejada, a concentração de rendas abaixo de 5 salários mínimos. Já no município de Belém as altas e médias rendas são concentradas mais próximas às áreas centrais enquanto ao norte a concentração de renda até 3 salários mínimos é predominante.

Deve-se considerar que diferentemente de Palmas a região norte de Belém é uma região de veraneio (ilha do mosqueiro) da elite local. Neste caso a presença predominante de baixa renda se justificam por se tratar de segunda residência. O resultado obtido pode ser explicado pela ocasião da coleta de dados do IBGE não ter coincidido com período de veraneio, desta forma os dados coletados foram dos moradores do local que tem suas baixas rendas associadas a serviços prestados aos proprietários desta localidade. Destaca-se aqui este fato para alertar, conforme salientado no início da análise, que os mapas de renda não caracterizam por si as áreas precárias da cidade.

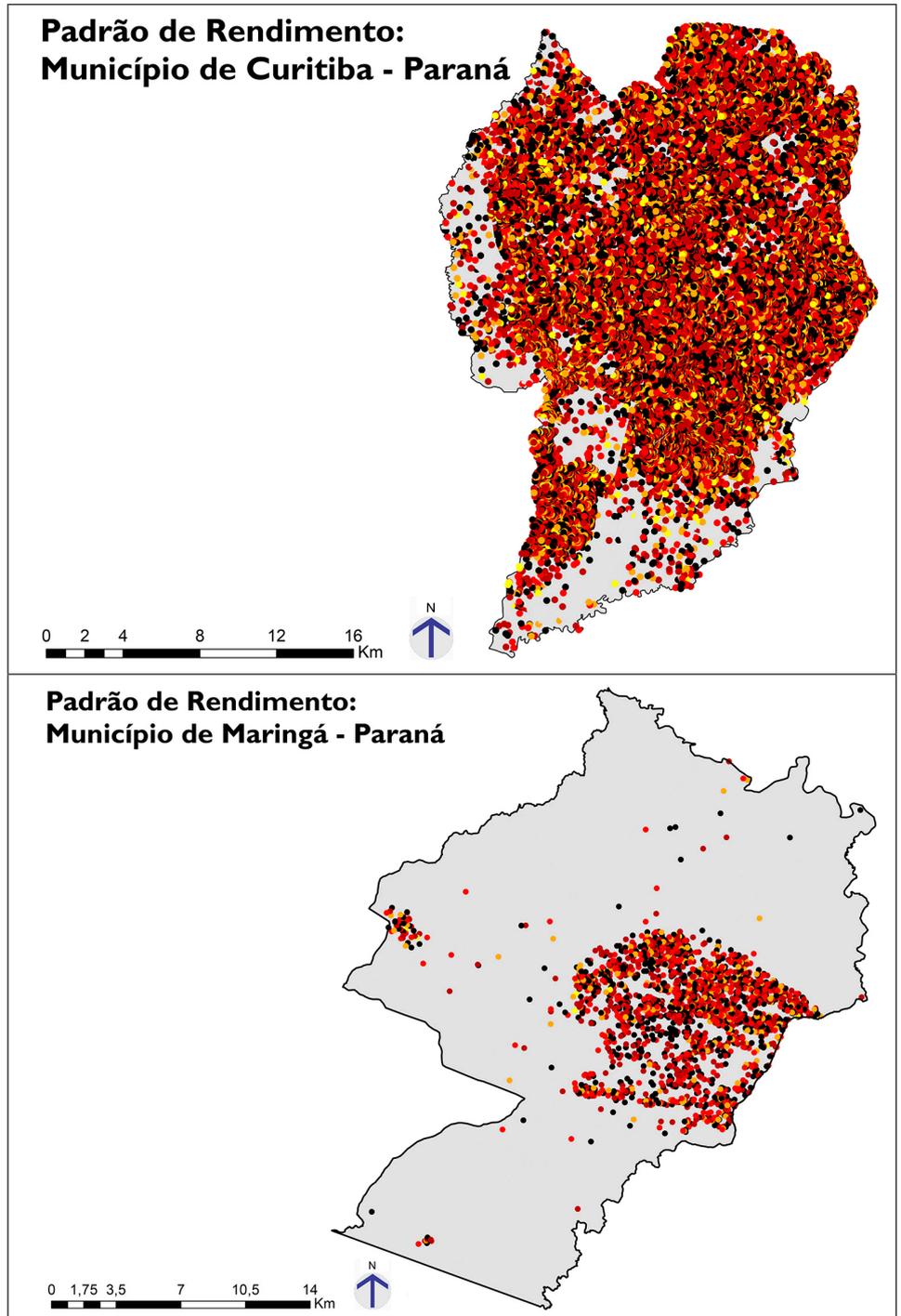
Figura 7: Palmas/TO; Belém/PA.
 Fonte: Jonathas Magalhães Peireira da Silva, 2016.



Padrão 7 - Municípios onde os responsáveis pelos domicílios com rendas acima de 3 salários mínimos são preponderantes e presentes em todo território urbano

Dos sete padrões identificados, este foi o que mais nos gerou estranheza, pois nos mapas de renda das pessoas responsáveis pelos domicílios dos municípios de: Curitiba/PR; Maringá/PR; Florianópolis/SC e Criciúma/SP existe uma distribuição de rendas acima de 3 salários por todo o território municipal, havendo ainda uma redução sensível de incidência de rendas abaixo de 3 salários mínimos (amarelos e laranjas).

Figura 8a: Padrão7 - Curitiba/PR; Maringá/PR. Fonte: Jonathas Magalhães Pereira da Silva, 2016.



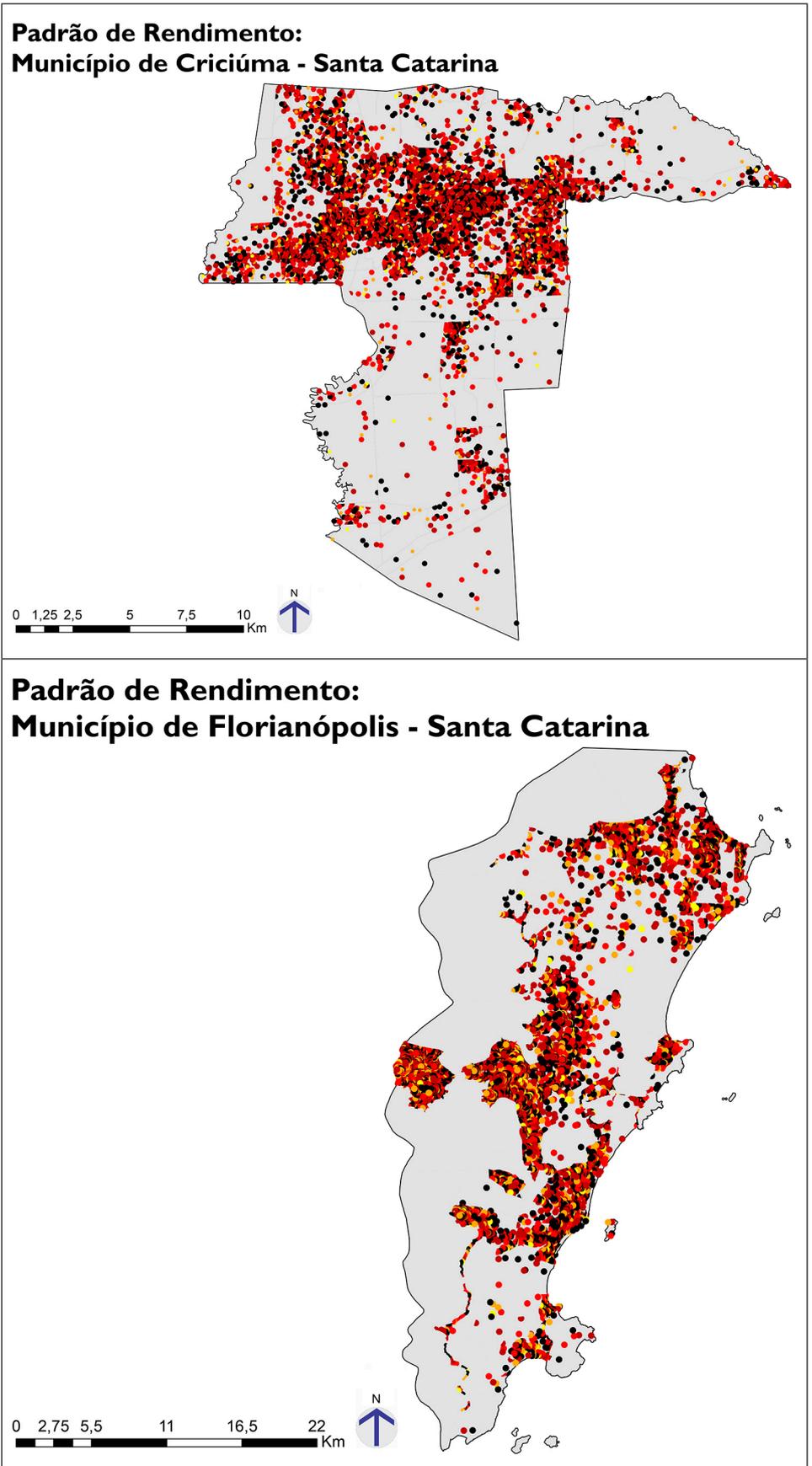
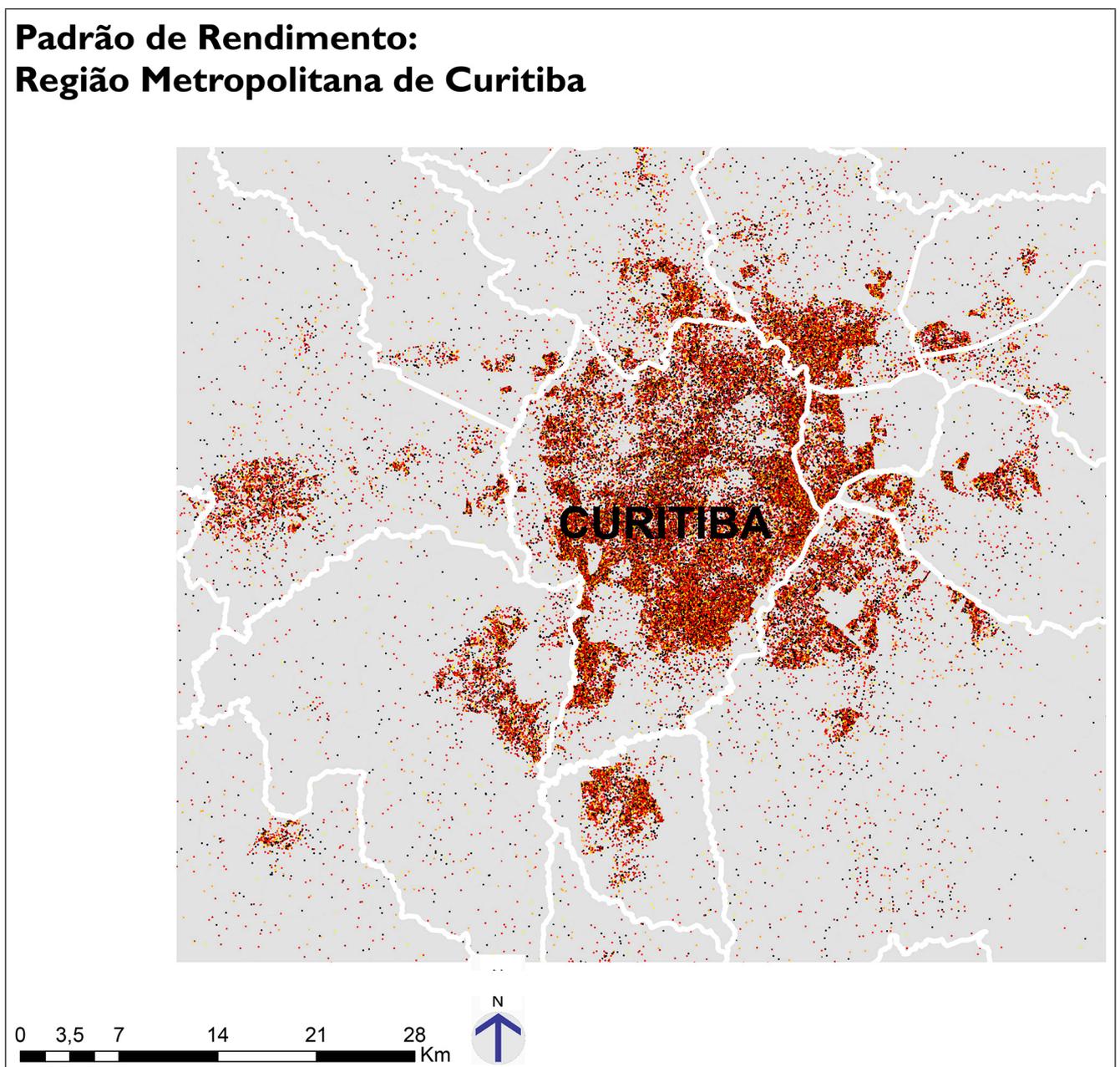


Figura 8b: Padrão7 - Florianópolis/SC e Criciúma/SP. Fonte: Jonathas Magalhães Pereira da Silva, 2016.

Figura 9: Curitiba e municípios do entorno/PR; mapa por renda da pessoa responsável do domicílio; um ponto representa 50 domicílios. Fonte: Jonathas Magalhães Pereira da Silva, 2017.

Na tentativa de investigar mais este inesperado padrão identificado tomou-se o município de Curitiba para fazer algumas averiguações. Curitiba é enaltecida como cidade diferenciada pela estruturação de sua mobilidade e simultaneamente duramente criticada por diferentes autores em função do processo de segregação socioespacial (OLIVEIRA, 2000; SANCHEZ, 1997; SOUZA, 1999). Partiu-se, portanto, do pressuposto que o processo de segregação promovido pelo planejamento do município de Curitiba, já bastante estudado, teria induzido a fixação, nos municípios do entorno, de responsáveis por domicílio com menores renda. Entretanto ao desenvolver o mapa da região metropolitana de Curitiba as baixas rendas não se destacaram.



Padrão de Rendimento: Região Metropolitana de Curitiba

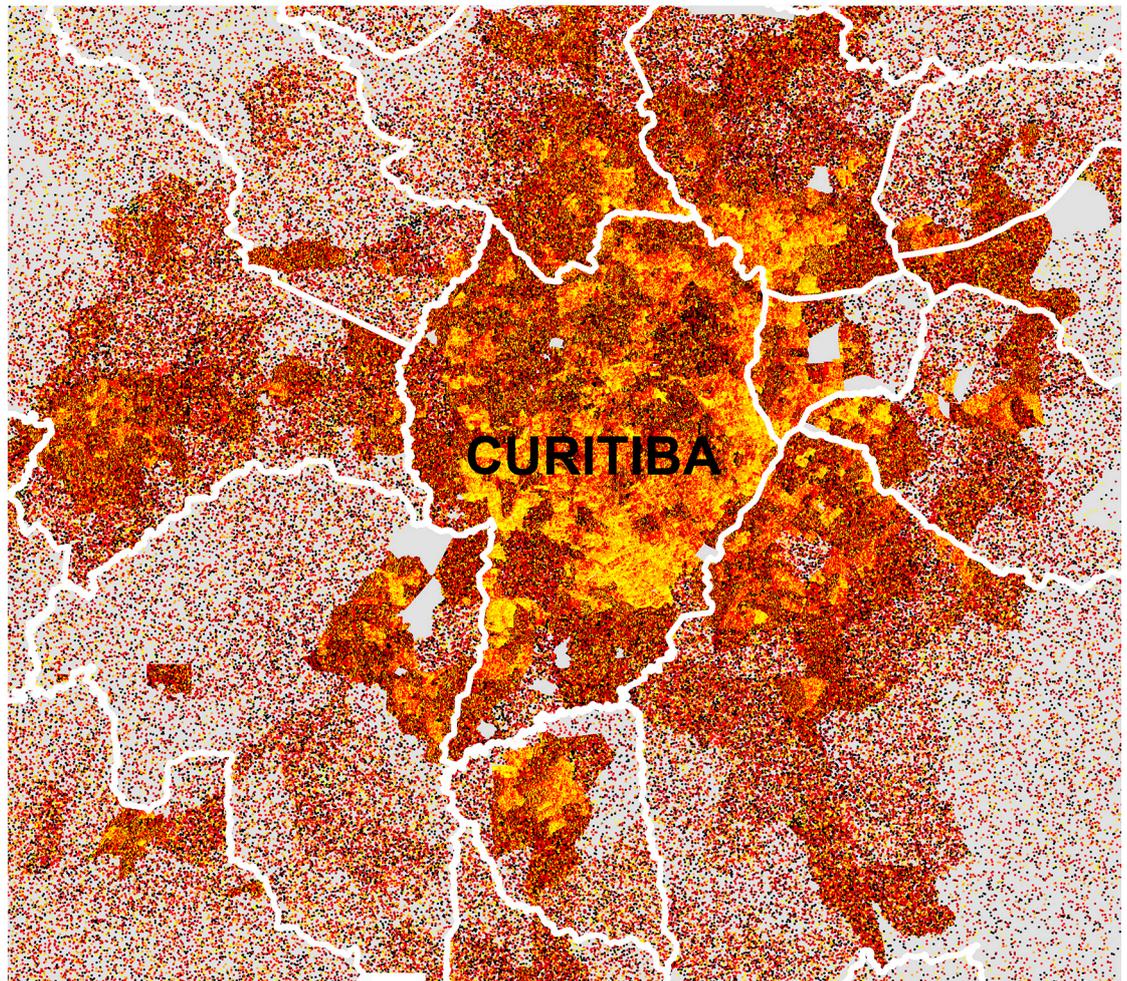


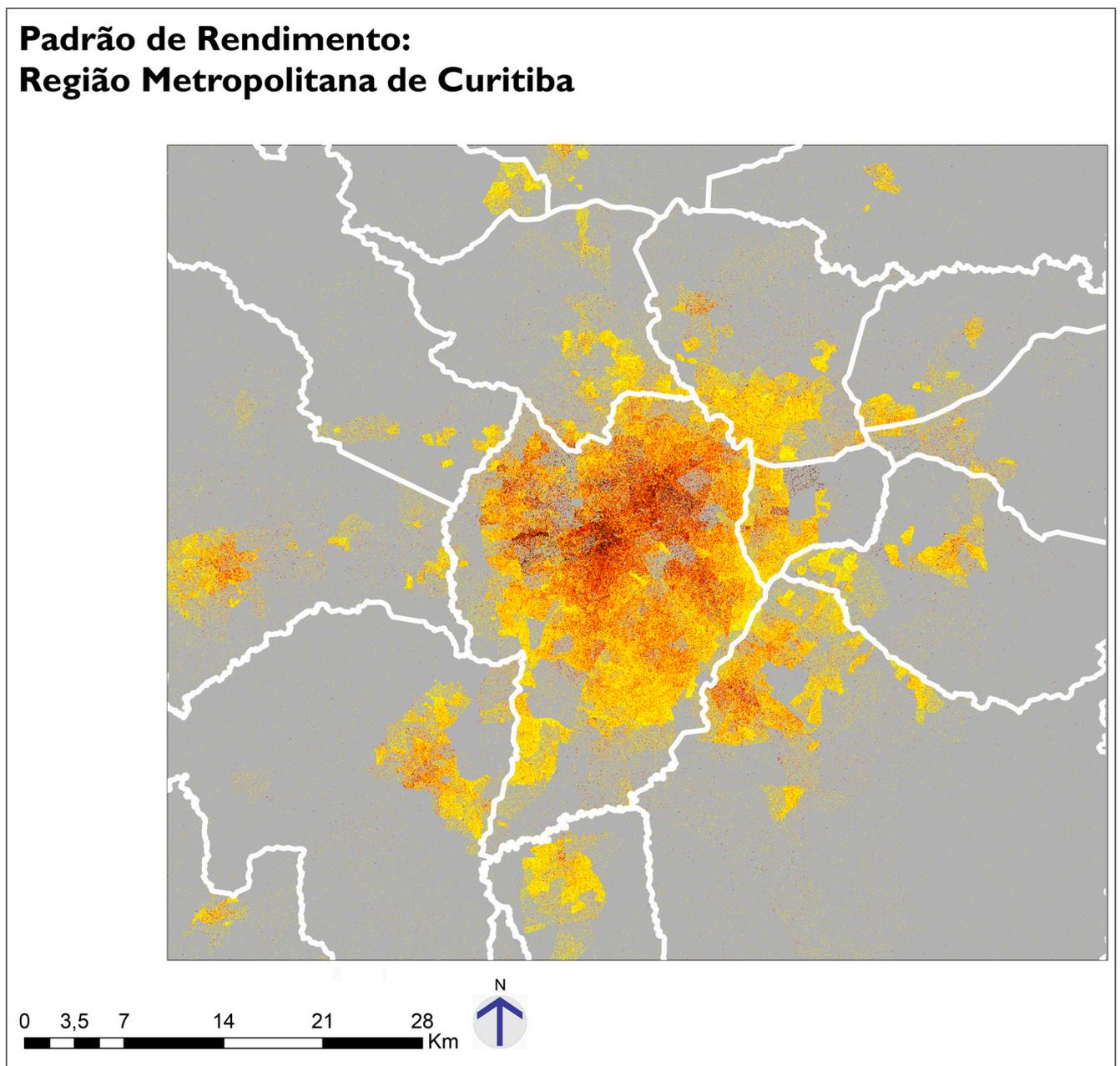
Figura 10: Curitiba e municípios do entorno/PR; mapa por renda da pessoa responsável do domicílio; um ponto representa 1 domicílio. Fonte: Jonathas Magalhães Pereira da Silva, 2017.

Resolvemos então aumentar a precisão do mapa tornando cada ponto um único responsáveis por domicílio, desta forma mesmo que em menor número, as rendas abaixo de 3 salários mínimos seriam percebidas. Entretanto uma nova questão surge com o resultado obtido. As menores rendas das pessoas responsáveis pelos domicílios se concentram no centro da região metropolitana estando predominantemente no município de Curitiba. Qual a explicação? Análises sobre as diferentes rendas de Curitiba demonstram e justificam a presença de baixas rendas no município (CARVALHO, 2014).

De fato, se ao invés de se tomar os dados do responsável se desenvolvesse o mapa de renda utilizando a tabela de “renda média per capita do domicílio” confirmam-se as análises de Carvalho, mas não respondem a razão do padrão identificado ao usar os dados dos “responsáveis do domicílio”. Como colocado no início do texto não trazemos no presente artigo respostas e sim questionamentos. O que significa esse padrão predominante por todo o território metropolitano de Curitiba indicando que grande maioria das pessoas responsáveis de domicílios tem rendas médias acima de 5 salários mínimos?

Figura 11: Curitiba e municípios do entorno/PR; mapa por renda média do domicílio per capita; um ponto representa 1 domicílio. Fonte: Jonathas Magalhães Pereira da Silva, 2017.

Considerando que outras cidades brasileiras apresentam padrões bastante distintos e que se aproximam de mapas de renda que utilizam a tabela de “renda média per capita do domicílio”, como é o caso de Recife (Figura 12).



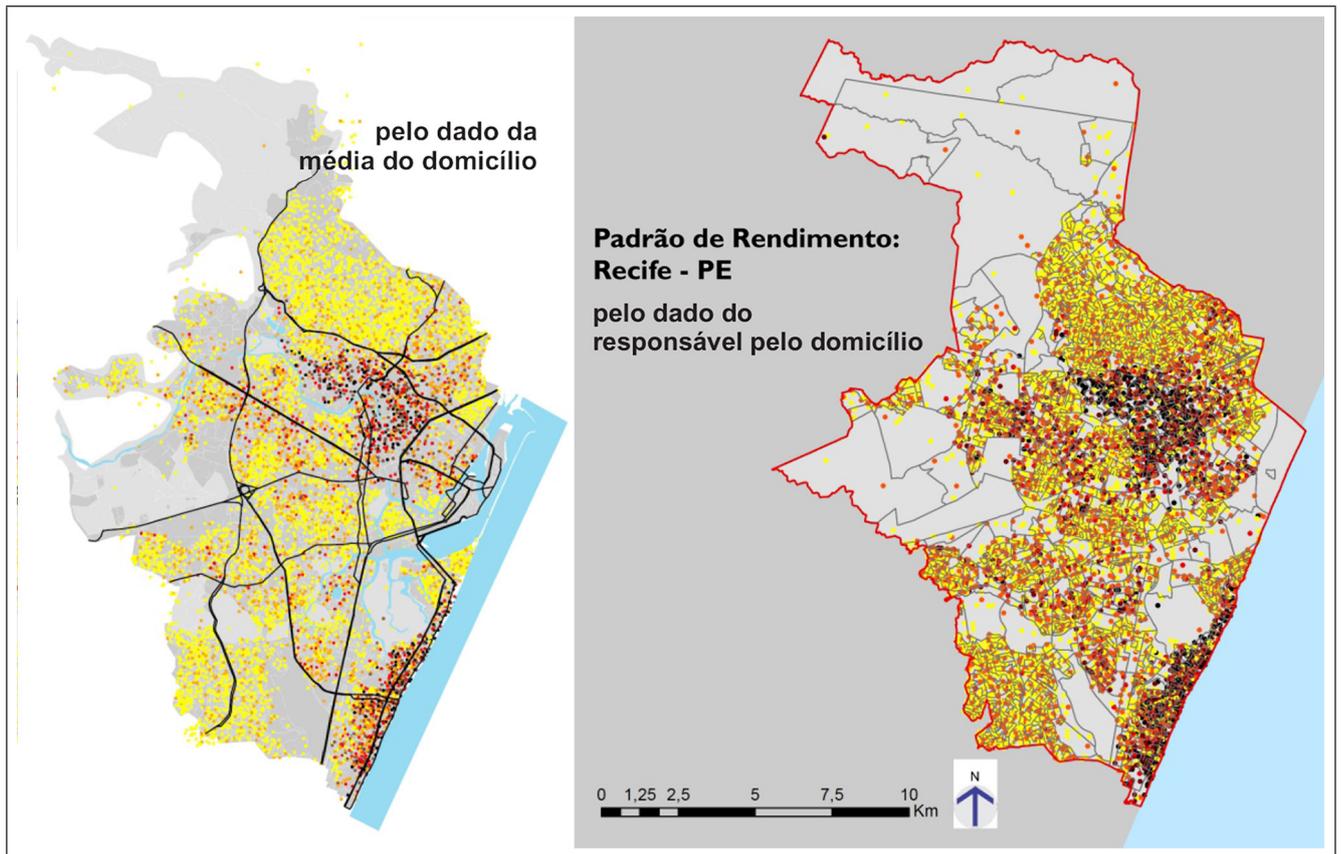


Figura 12: Recife/PE; mapa por renda média do domicílio per capta (esquerda) e mapa por renda da pessoa responsável do domicílio (direita); um ponto representa 50 domicílios. Fonte: Jonathas Magalhães Pereira da Silva, 2016.

Temos duas hipóteses iniciais possíveis: a) a coleta de dados deste item em algumas cidades não foi precisa gerando erros; b) de fato existe um padrão de distribuição de renda para o responsável por domicílio que é uniforme no território. A primeira hipótese não se descarta mas é bastante improvável frente ao esforço do IBGE em homogeneizar os dados. Seria mais provável termos uma dificuldade de interpretação destes dados. Caso consideremos a segunda hipótese a o padrão de renda da pessoa responsável do domicílio seria diluída ou potencializada na medida em que existe, ou não, oportunidades de rendas, para os demais membros do domicílio. Estas oportunidades estariam ligadas as condições de inserção urbana das diferentes localidades? As condições locais resultam em diferentes formas urbanas? Existe alguma relação entre estes padrões de renda e a forma urbana?

Renda e Forma urbana

No presente artigo não cabe relacionar cada um dos padrões de renda com os aspectos morfológicos. Portanto sem querer esgotar o assunto, mas sim lançar questões ao grupo de pesquisa e pesquisadores interessados no tema, passamos a analisar de forma bastante preliminar três estudos de caso: Brasília, Salvador e Recife que pertencem Padrão 2.

Comparamos aqui três mapas:

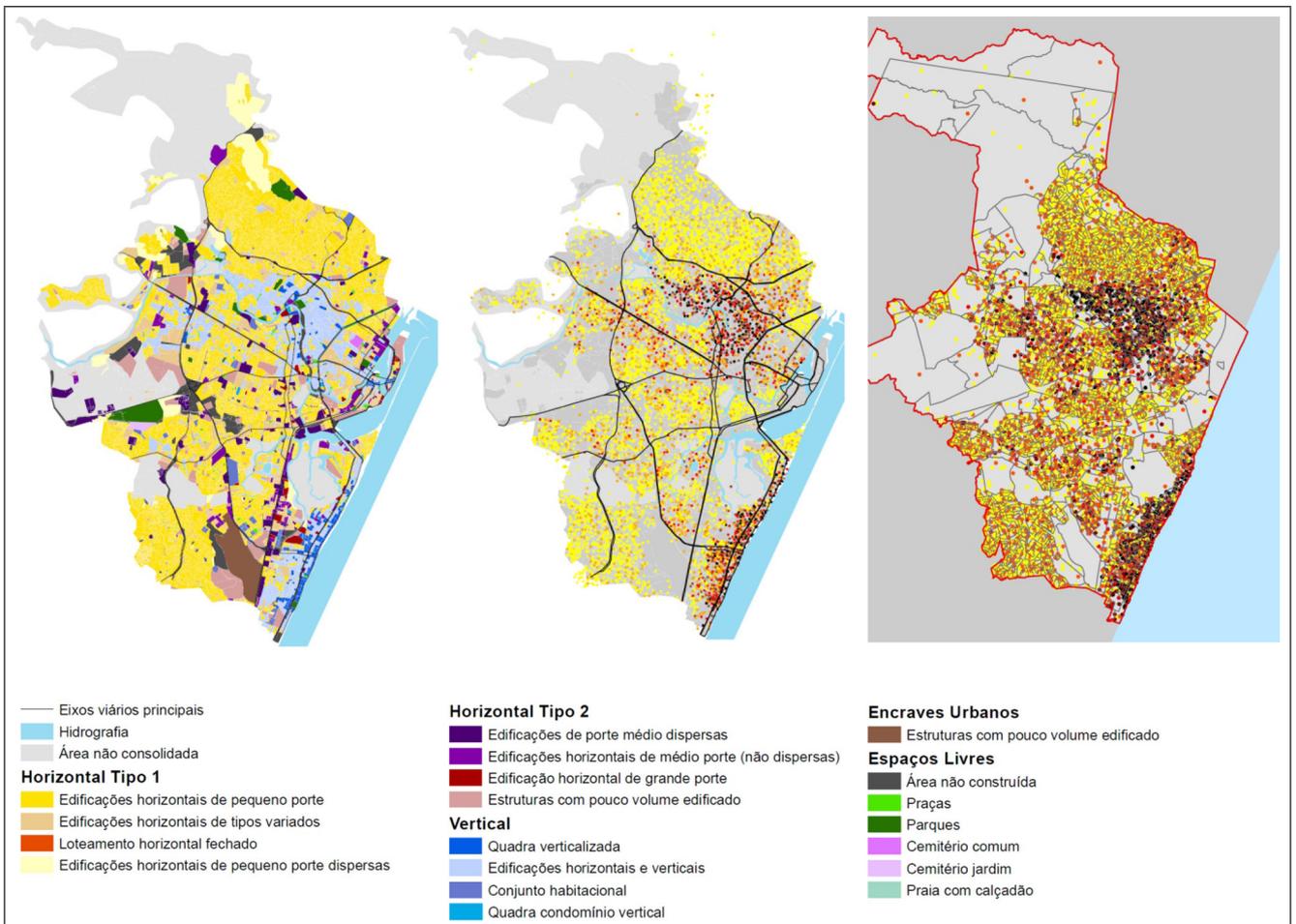
1- Mapa de “Aspectos Morfológicos” que tem legendas específicas para os padrões encontrados em cada cidade.

2 - Mapa de “Aspectos Demográficos”, desenvolvido a partir da tabela de renda média domiciliar per capita.

3 - Mapa de renda das pessoas responsáveis de domicílios desenvolvido a partir da tabela disponibilizada pelo IBGE : ResponsavelRenda_UF.xls.

Figura 13: Aspecto Morfológico (esquerda); Aspectos demográficos (Centro); Mapa de Renda por responsáveis de domicílio (direita); Legenda do mapa de aspectos morfológicos de Recife. Fontes: Jonathas Magalhães Pereira da Silva e acervo do grupo de pesquisa, 2016.

No caso de Recife as maiores rendas têm localização coincidente com as quadras verticalizadas que no caso deste município são compostas por torres com mais de 30 andares. As menores rendas têm localização coincidente com edificações horizontais de pequeno porte.



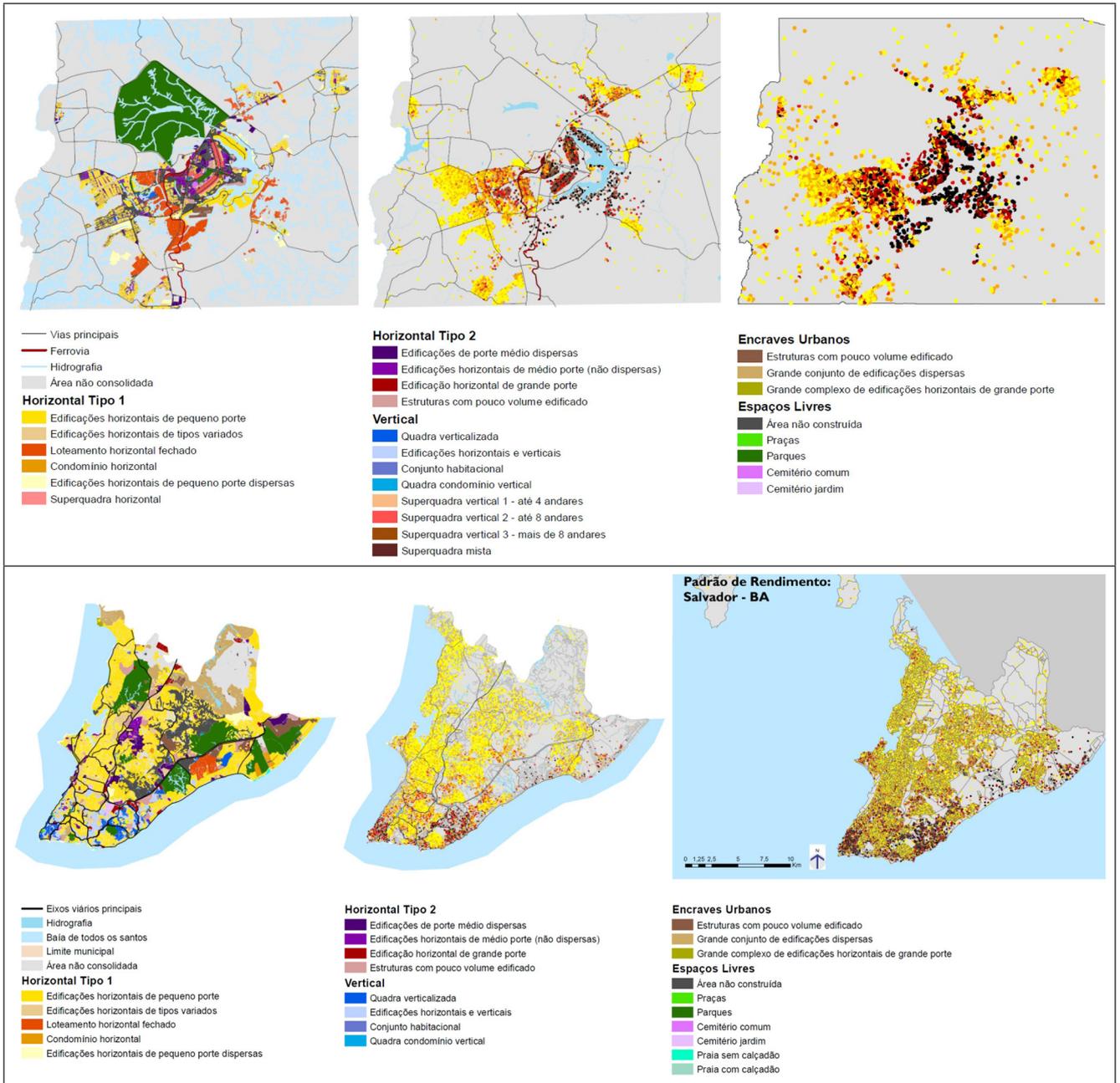


Figura 14 (topo): Aspecto Morfológico (esquerda); Aspectos demográficos (Centro); Mapa de Renda por responsável de domicílio (direita); Legenda do mapa de aspectos morfológicos de Brasília.

Figura 15: Aspecto Morfológico (esquerda); Aspectos demográficos (Centro); Mapa de Renda por responsáveis por domicílio (direita); Legenda do mapa de aspectos morfológicos de Salvador.

Fontes: Jonathas Magalhães Pereira da Silva e acervo do grupo de pesquisa, 2016.

Já no caso de Brasília as maiores rendas têm localização coincidente com os loteamentos horizontais fechados, superquadras na área do plano piloto e de quadras verticalizadas no caso do bairro de Águas Claras. As baixas rendas têm localização coincidente com edificações horizontais de pequeno porte e médio porte.

No município de Salvador as maiores rendas têm localização coincidente com as quadras de condomínio vertical e quadras verticalizadas nas localidades da Barra e Pituba. Nas localidades do Jaguaribe e Praia Stella Maris, a noroeste, existe uma concentração de responsáveis por domicílios com média e alta renda que coincide com edificações horizontais de pequeno porte. As baixas rendas têm localização coincidente com edificações horizontais de pequeno porte e médio porte.

Questões a serem consideradas

Como urbanista nos interessa discutir os processos sociais que impactam na maneira do sujeito viver nas cidades e por consequência na forma urbana. Temos por meio desta formação domínio em analisar os suportes físicos, palcos das disputas sociais, e de identificar como o suporte irá interagir com os pactos sociais que constroem as legislações urbanas e que caracterizam as gestões e políticas públicas que incidem sobre a cidade. Entretanto devemos ainda alertar que imaginamos que algumas das questões aqui colocadas devem encontrar suas respostas em outras áreas das ciências como a Demografia ou a Economia, das quais não temos domínio. Desta forma os esforços por lançar estas questões, por meio do presente texto, têm como objetivo a documentação de forma a facilitar o intercambio dos saberes.

O presente trabalho lança uma serie de questões:

Existe relação entre a localização das rendas e a forma urbana?

Será esta relação tão óbvia ou varia conforme a cultura e suporte físico local?

Os padrões identificados de renda, que indicam diferentes contextos de distribuição de renda, interferem na forma urbana? É possível estabelecer uma relação?

O padrão que indica uma boa distribuição das pessoas responsáveis dos domicílios de média e alta renda sobre o território municipal tem influência na forma urbana e sua estrutura de mobilidade?

As oportunidades de emprego e padrões de distribuição de renda podem de forma combinada interferir na forma urbana?

Para que avancemos nos estudos das cidades brasileiras que têm diferentes contextos de renda e aspectos morfológicos não será interessante identificarmos os padrões existentes?

Não seria pertinente incentivar pesquisas comparativas que não estabeleçam os padrões antes da realização das análises?

Estas questões são possíveis de responder se caminharmos para uma maior interdisciplinaridade assim como reforçarmos os esforços de análise do material que o grupo de pesquisa vem produzindo.

Referências bibliográficas

- BENFATTI, Denio M.; QUEIROGA, Eugenio F.; SILVA, Jonathas M. Transformações da metrópole contemporânea: novas dinâmicas espaciais, esfera da vida pública e sistemas de espaços livres. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.12. n.1. p. 29-43, maio 2010.
- CARVALHAES, F. A. O.; BARBOSA, R. J.; SOUZA, P. H. G. F.; RIBEIRO, C. A. C. Os impactos da geração de empregos sobre as desigualdades de renda - Uma análise da década de 2000, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 29 n° 85, junho 2014.
- CARVALHO, A. S. Vivendo às margens: Habitação de Interesse Social e o processo da segregação socioespacial em Curitiba. Florianópolis: PGau-UFSC. (*Dissertação* (Mestrado PGau), 2014.

- GUIMARÃES, N. A., Por uma sociologia do desemprego: contextos sociais, construções normativas e experiências subjetivas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17 (50): 103-122, 2002.
- LEMIEUX, T. (2006), "Increasing residual wage inequality: composition effects, noisy data, or rising demand for skill?". *American Economic Review*, 96 (3): 461-498.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Fundação Calouste Gulbenkian & Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Lisboa. P. 592. 1992
- MACEDO, S. S.; CUSTÓDIO, V ; GALENDER, Fany C ; QUEIROGA, e ; ROBBA, F. Os Sistemas de Espaços Livres e a Construção da Esfera Pública Contemporânea no Brasil. Uma Rede de Pesquisa em Âmbito Nacional. *Paisagem e Ambiente*, v. 23, p. 286-297, 2008.
- MALDONADO COPELLO, María Mercedes. ¿Es posible anticiparse a la urbanización informal?: Reflexiones a partir de la Operación Urbanística Nuevo Usme, Bogotá, y del Macroproyecto Ciudadela Gonzalo Vallejo Restrepo, Pereira (Colombia) //: LARANGEIRA, Adriana. Regularización de Asentamiento Informales en América Latina. Cambridge, EUA. CD Lincoln Institute of Land Policy, 2007. p. 324-343.
- OLIVEIRA, D. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.
- SANCHEZ, F. E. G. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*, Curitiba: Palavra, 1997
- SANTOS, José Alcides Figueiredo. *Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. Belo Horizonte, Editora UFMG. 2002.
- SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista, //: MARICATO, Ermínia (Org.) A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Editora. Alfa-Omega Ltda, 1979. p.21-36.
- SOUZA, N. R. Planejamento urbano, saber e poder. O governo do espaço e a população de Curitiba. São Paulo: *Tese de doutorado* – USP – FFLCH, 1999.
- VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Fapesp, 2001.

Recebido [Jan. 07, 2019]

Aprovado [Mai. 07, 2019]

Caminhos para uma apropriação em arquitetura: possibilidades de resistência e ruptura face ao capitalismo neoliberal

Carolina Akemi Martins Morita, Ruy Sardinha Lopes*

Resumo Este trabalho comporta reflexões provenientes de uma pesquisa de doutorado em andamento em que, com base em autores como Henri Lefebvre, vimos buscando compreender o sentido do habitar como um diálogo entre a arquitetura, a cidade e a vida cotidiana, em busca de horizontes de resistência e de criação antissistêmica. Apresentamos a discussão sobre as ambiguidades e possíveis potencialidades usualmente implicadas numa práxis, levantando-se a questão: quais possibilidades antissistêmicas existem na arquitetura, não apenas enquanto táticas de apropriação, mas como estratégia de ruptura efetiva em relação à lógica de produção e reprodução capitalista?

Palavras-chave: produção do espaço, habitar, apropriação.

Pathways to appropriation in architecture: possibilities of resistance and rupture in the face of neoliberal capitalism

Abstract This work brings to light reflections from an ongoing doctoral research in which, based on authors such as Henri Lefebvre, we seek to understand the meaning of inhabiting as a dialogue between architecture, city and everyday life, in search of horizons of resistance and anti-establishment creation. We present the discussion about the ambiguities and possible potentialities usually implied in a praxis, raising the question: what are the anti-establishment possibilities in architecture, not only as tactics of appropriation, but also as a strategy of effective rupture in relation to the logic of capitalist production and reproduction?

Keywords: space production, inhabiting, appropriation.

Caminos hacia una apropiación en arquitectura: posibilidades de resistencia y ruptura frente al capitalismo neoliberal

Resumen Este trabajo comporta reflexiones provenientes de una investigación de doctorado en curso en que, con base en autores como Henri Lefebvre, intentamos comprender el sentido del habitar como un diálogo entre la arquitectura, la ciudad y la vida cotidiana, en busca de horizontes de resistencia y de creación anti sistêmica. Se presenta la discusión sobre las ambigüedades y posibles potencialidades usualmente implicadas en una praxis, planteándose la cuestión: ¿cuáles posibilidades anti sistêmicas existen en la arquitectura, no sólo como tácticas de apropiación, sino como estrategia de ruptura efectiva en relación a la lógica de producción y reproducción capitalista?

Palabras clave: producción del espacio, habitar, apropiación.

O presente artigo, resultado de pesquisa de doutorado em andamento, tem a intenção de debater as possibilidades de ruptura, de vias alternativas ou de resistência no campo expandido da arte e/ou na vida cotidiana dentro das perspectivas apontadas pela expansão do capitalismo neoliberal e pela afirmação da sociedade do espetáculo, na qual a cultura e a própria vida aparecem transformados em itens de consumo. Para tanto, colocaremos em diálogo diversos autores como Jameson, Otilia Arantes, Tafuri, David Harvey e Boltanski & Chiapello, para a compreensão do momento histórico que marcou a transição entre as décadas de 1960 e 1970, em que parece ter havido uma inversão das forças de transformação no sentido de consolidação do crescimento capitalista. Essa abordagem será complementada constantemente pela discussão empreendida por Henri Lefebvre – realizada em diversos textos tais como “O direito à cidade” (1968/ 2016), “A revolução urbana” (1970/ 2008) ou “Reprodução das relações de produção” (1973) – segundo a qual o espaço assume uma relevância fundamental como um elemento não neutro ou passivo, mas ativo no próprio processo de produção capitalista, bem como nos processos urbanos, sociais, econômicos e políticos. Em suas palavras:

*Quando a exploração substitui a opressão, a capacidade criadora desaparece. A própria noção de criação” se detém ou degenera, miniaturizando-se no ‘fazer’ e na ‘criatividade’ (o faça-você-mesmo’ etc.). O que traz argumentos para apoiar uma te-se: **a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e uma revalorização do uso.*** (LEFEBVRE, 2016, p.14, grifo dos autores)

Como veremos, as perspectivas desses autores coincidem ao apontar para um paulatino processo de substituição da cidade enquanto valor de uso – típico da cidade como obra – pelo valor de troca – próprio da cidade como produto, em que o espaço, a arquitetura e o urbano assumem igualmente a forma-mercadoria, regida pela imagem e pela aparência, dispostos tais como “como itens de um catálogo ilustrado” (ARANTES, 2000a, p.50). A partir desse panorama, sinalizaremos para uma inserção das propostas de táticas urbanas, no sentido de avaliar e compreender seu potencial transformador na realidade atual.

* Carolina Akemi Martins Morita é Arquiteta e Urbanista, professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola da Cidade e da Universidade Anhembi Morumbi, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-4297-6656>>. Ruy Sardinha Lopes é Filósofo, professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-0469-0729>>.

Resistência x Cooptação

A abordagem que realizaremos neste pequeno texto não envolve um percurso unidirecional, haja vista que, como insistiu tantas vezes o filósofo Henri Lefebvre, as relações entre as diversas atividades humanas e sociais nunca ocorrem de maneira totalmente lógica, direta, objetiva e passível de ser completamente diferenciada de sua atmosfera envolvente, mas, sim, contêm vais-e-vens, controvérsias, dúvidas,

ambiguidades, ou seja, implicam um processo e um pensamento dialético. Para Lefebvre (1973), isto seria decorrência de que, muito embora nosso pensamento frequentemente opere numa chave lógica e dualista – em busca incessante por sistemas coerentes – a “passagem” da lógica (mental) para a prática (social) já implicaria, em seu próprio processo, uma dialética (enquanto relação com a totalidade do real e suas tensões), uma vez que não ocorre sem contradições.

Decerto, ao longo da história, percebemos que a relação entre os movimentos de resistência e o status quo raramente se deu de maneira inquestionável, evidente e através de uma única via. Em outras palavras, quando se trata de avaliar quaisquer desses movimentos no que diz respeito ao seu real potencial transformador e capacidade de ruptura com o momento seja precedente ou mesmo contemporâneo, frequentemente chegamos a alguns impasses. Tafuri (1985) e Subirats (1986) parecem concordar quando asseguram, em textos homônimos – “dialética da vanguarda” –, que parte dessas questões pertenceriam a algo inerente à própria dinâmica da vanguarda, cuja dialética ocorre segundo um movimento de oscilação contínua entre a negação e a afirmação. Ao mesmo tempo em que tais movimentos envolvem um questionamento de sua época, um choque – daí sua impopularidade inicial e provisória – e uma superação do momento que se faz presente – em suma, uma ruptura com o passado –, o momento mesmo de sua afirmação apresenta-se como sua autonegação, dado que se dilui e se institui na realidade existente.

As vanguardas são, fundamentalmente, um fenômeno cultural de signo negativo, crítico, combativo, cuja razão de ser primordial se estriba na oposição e resistência contra a opacidade, reificação ou alienação das formas culturais objetivas. Mas também é próprio da dialética das vanguardas, que, uma vez cumprida sua tarefa iconoclasta e crítica, convertam-se elas próprias em um fenômeno afirmativo, de caráter normativo, e acabem afirmando-se com um poder também institucional e em seguida opaco (SUBIRATS, 1986, p.49).

Oposição eterna entre o instituinte – ímpeto de mudança, aquele que confere dinâmica à realidade – e o instituído – conservador, fixo, que participa de um poder hegemônico. Mas as contradições não se encerram aí. Para alguns autores, movimentos que se dizem de vanguarda – a tomar como exemplo as vanguardas históricas – dificilmente deixam de enfrentar um embate constante quanto à relação de continuidade ou descontinuidade que estabelecem com o status quo. Isto porque, no interior de muitos deles, podemos enxergar certos elementos que denunciariam um ainda comprometimento com a lógica então vigente ou, na melhor das hipóteses, sua inocuidade no sentido de proporcionar mudanças efetivas, transformações na base do sistema e a longo prazo. Tomemos alguns exemplos. Como veremos adiante, no que concerne ao momento mais recente – mais especificamente posterior a 1980 e correspondendo à produção do que alguns autores denominaram como a terceira geração de urbanistas –, para Otilia Arantes (2000b), haveria antes um comprometimento do planejamento (reestruturado) com estratégias de gestão e gerenciamento financeiros, seja ele de maneira consciente e intencional, por certo cinismo ou indiferença, seja mesmo acidental, quando a absorção pelo sistema ocorre de maneira não prevista ou pretendida.

Porém, se a análise dessas iniciativas posteriores à chamada derrocada do movimento moderno pode aparentar, agora, um pouco evidente, dado que o próprio discurso

de muitos profissionais da área parece não ter se esforçado muito para provar algo no sentido contrário ao que expusemos acima, a leitura e a conclusão nem sempre se mostram assim tão claras. Por exemplo, Henri Lefebvre (2008) considera que, se recuarmos um pouco mais, no auge do movimento moderno, já poderíamos encontrar elementos que demonstrariam sua cooperação com o sistema econômico – muito embora, como ressaltado pela própria Otilia, os modernos realmente acreditassem em seu potencial dissidente e antissistêmico. Como se sabe, a crítica mais veemente realizada por Lefebvre em relação aos modernos envolve precisamente o que chamamos de *urbanismo*. Para o autor, as estratégias urbanas – funcionais e racionais – empreendidas pelo planejamento urbano moderno não apenas coincidem com as estratégias industriais, mas contribuíram para a redução da prática urbana a certas chaves de análise – o habitat, a circulação, o lazer, o trabalho – e para o alcance dos ensejos econômicos (dependentes da produtividade, da eficiência, da homogeneidade, da lucratividade).

Assim, o *urbanismo* teria substituído o que Lefebvre entende por “pensamento urbanístico” – aquele que buscasse, de fato, compreender a sociedade urbana em sua totalidade – e se reduziu exclusivamente ao planejamento, em que a cidade aparece dilacerada em fragmentos e saberes parcelares. Tal planejamento urbano, abarcando tanto aspectos técnico-científicos quanto político-ideológicos, estaria subsumido à lógica e à racionalidade industriais, as quais, embora predominantes num momento anterior, não poderiam jamais encerrar toda a complexidade e riqueza da cidade em si mesmas.

O autor é enfático ao afirmar que a racionalidade urbanística moderna teria sido responsável, acima de tudo, por escamotear uma estratégia de classe, de tal modo a não se explicitarem as mediações entre seu conjunto ideológico e suas medidas adotadas. Em “O Direito à Cidade” (1968/2016), um de seus livros mais conhecidos, Lefebvre reitera que, mesmo nas mais diversas tendências ou abordagens em termos de urbanismo – sejam elas dos arquitetos, resultando mais num formalismo; dos administradores (supostamente pautados num saber científico, a partir de ciências parcelares da sociedade urbana); ou ainda dos promotores de venda (voltados para o mercado e o lucro) – manifesta-se, subjacente, uma estratégia global, *política*, que, em última análise, buscaria uma dominação completa da vida, em termos de produção e consumo tanto de mercadorias quanto de espaço.

Neste urbano espectral da perda generalizada das referências concretas, haveria uma conciliação entre dois termos contraditórios: uma prática social integrativa – que busca agir de maneira global e unificadora, visando a um todo coerente, segundo diversas modalidades que giram em torno do consumo, da cultura, dos valores; e, ao mesmo tempo, uma prática da segregação – levando à formação de guetos, de zoneamentos. Contexto em que se substituem as diferenças – imprescindíveis de uma relação e do diálogo entre as partes singulares – pela segregação, em que se busca o homogêneo e a igualdade através do isolamento dos pares em seus próprios grupos. De sorte que esta integração se torna ilusória e espectral (LEFEBVRE, 2016), instituindo-se, novamente, como parte da estratégia de uma classe. Daí a premência de se buscar compreender as contradições – por meio do pensamento dialético – e as possibilidades de tensão, mesmo onde a aparência se mostra em sua perfeita coerência, em função da ideologia.

Muitas destas questões não resolvidas, ou ainda sem respostas, configuram aquilo que Lefebvre denomina de “campo cego”, fase crítica ou caixa preta (a dobra): campos de tensão e conflito, pouco ou mal explorados, incertos, ambíguos talvez; “todos linguagens e metalinguagens a meio caminho entre o real e o fictício, entre o realizado e o possível. Vão à deriva, escapando dos sortilégios dos filósofos feiticeiros” (LEFEBVRE, 2008, p. 35). E, nestes campos cegos, Lefebvre diz nem mesmo a linguagem se adequar, uma vez que acabamos utilizando não apenas a lógica (maneira de pensar) mas também os termos próprios de um momento precedente – no caso da análise lefebvriana, o período industrial –, para tentar compreender uma situação que muito provavelmente não mais se enquadre em tais terminologias. Assim, não se trataria apenas de uma incapacidade de enxergar, mas também de uma ocultação, resultado de uma redução da cidade às exigências industriais e empresariais, ou seja, da relacionadas à acumulação do capital.

Nossa intenção, aqui, não é exatamente a de debater o quanto o próprio movimento moderno já conteria, como sugerido, elementos do capitalismo neoliberal que temos presenciado mais atualmente, mas apenas indicar que cada momento possui suas ambiguidades e, possivelmente, suas potencialidades. Recuperemos, agora, um pouco do histórico da década de 1960, que sucede justamente o que assumimos como o declínio do movimento moderno: é frequente encontrarmos comentários convergentes de que este teria sido um momento de florescimento da criatividade em diversas esferas, de crescimento da expressão de grupos sociais marginais e de uma postura política de resistência e crítica em relação ao sistema capitalista. Em “Periodizando os anos 60” (1991), Jameson enuncia uma série de condições de possibilidade que teriam favorecido o despertar da autoconsciência de sujeitos marginalizados, de minorias, de identidades coletivas.

No âmbito das relações internacionais, isto se deu em termos do processo dialético de descolonização e neocolonialismo, e das consequentes revoltas dos povos nativos; ao mesmo tempo, internamente a diversos países, também tivemos a erupção de diversas frentes de resistência social, marcadas principalmente pelos movimentos feministas, étnicos, de contracultura etc. No caso do Brasil, tratava-se dos anos de “floração tardia” do movimento cultural (SCHWARZ, 1978), após o golpe militar de 1964, marcados por uma crescente politização da atividade artística e por reavaliações de caráter estético, a fim de proporcionar participação popular no âmbito da produção e da criação. Em suma, os anos 60 teriam sido o momento em que se compartilhava um sentimento de que tudo era possível.

Esse clima geral de efervescência de ideias foi marcado, por exemplo, pela retomada do debate sobre arquitetura e cidade – de Jane Jacobs a Robert Venturi – colocando em xeque certos paradigmas e dogmas modernos. A crítica ao funcionalismo moderno, por seu racionalismo e pelo distanciamento com relação a certa subjetividade, ocorreu seja na arquitetura, com o último CIAM e o surgimento do Team X, com suas diversas experiências (FRAMPTON, 2008), seja na arte, com a retomada do que já havia sido anunciado por Walter Benjamin como a ruptura com o status artístico e a possibilidade de participação (BISHOP, 2006). Além das manifestações experimentais e até mesmo tecnológicas, tornava-se evidente o surgimento de muitas correntes vernaculares e participativas pelo mundo. Juntamente, houve uma intensa produção em termos de experimentação no “campo expandido” (KRAUSS, 1984), em busca de uma

nova relação entre sujeito e objeto-cidade, como a “Nova Babilônia” de Constant Nieuwenhuis, ou o Delírio Ambulatório, de Hélio Oiticica (CARERI, 2015). No caso do Brasil, foi este o momento de manifestações artístico-arquitetônicas que se opuseram ao afã desenvolvimentista precedente, em busca de propostas participativas, como foi o caso do grupo Arquitetura Nova – Sérgio Ferro, Rodrigo Lefevre e Flávio Império – com a implementação de uma análise crítica acerca do canteiro de obras, e de neoconcretistas como Hélio Oiticica, Lygia Clark, Lygia Pape, Ferreira Gullar, em que antiarte apresentava a criação individual e coletiva com uma dimensão corporal e orgânica (MORITA, 2011)

O intercâmbio de ideias era permanente. Por exemplo, é sabido que houve uma proximidade muito grande – podemos dizer até mesmo uma amizade – entre membros da Internacional Situacionista, como Guy Debord e Constant, e Henri Lefebvre, com trocas mútuas de influências. Assim como os situacionistas, Lefebvre teria enxergado e sinalizado, em diversos textos, um potencial de transformação através vida cotidiana, dos momentos e do espaço (mesmo fragmentado) da cidade.

Apesar de todo esse panorama de exaltação dos ânimos, de resistência e de promessa de uma possível transformação social, parece haver igualmente uma concordância entre diversos autores de que o período que sucede a década de 1960 teria proporcionado, surpreendentemente, um rearranjo, uma transformação e uma recuperação no interior do próprio modo de reprodução capitalista. Tal como apontado por Boltanski & Chiapello (2009), se, naquele momento do florescer dos anos 60, parecia se manifestar uma certa crise do capitalismo e uma contenção de seu crescimento desenfreado, além de uma resistência no âmbito da crítica e da criatividade, o que acaba por se revelar, na sequência, é justamente o seu inverso, ou seja, uma guinada no sentido da recuperação econômica e aceleração do crescimento. Com efeito, tomando novamente o caso brasileiro, diante de uma realidade em que as forças mercantis de neutralização parecem tudo transformar em valor de troca, as propostas que outrora emergiram para se contrapor à cultura da lógica do consumo acabavam sendo por ela absorvidas e transformadas num novo modismo. Impasse esse enfrentado pelo grupo Arquitetura Nova e também pelos neoconcretistas, cujos projetos acabariam por se tornar estilizados e apropriáveis como objetos de consumo, a despeito de seus esforços contrários. Mesmo a “liberdade”, proposta tanto no processo de trabalho do canteiro quanto nas produções contraculturais, encontraria seus equivalentes na revisão da produção capitalista – através de estratégias pós-fordistas – ou transformadas elas mesmas em objetos de consumo, em formas estilizadas de vida (o “design da experiência”), em modismos, enfim, em mercadoria (MORITA, 2011).

Obviamente, tal reestruturação do modelo econômico capitalista não nos pareceria tão perversa se não fosse por ela ter efetivamente envolvido um aumento do processo acumulativo, através do crescimento das taxas de lucro e de margem das empresas – ao mesmo tempo em que são diminuídos seus respectivos impostos –, dos lucros e ganhos não distribuídos e dos rendimentos sobre a propriedade, acompanhado, no entanto, por uma redução das taxas de contribuição social. Enfim, no geral, confirmase toda uma conjuntura baseada na eterna sintonia entre o aumento dos ganhos às empresas e o recrudescimento das desigualdades sociais. Ao mesmo tempo, como também ressaltado pelos autores, houve uma mudança na lógica de realização dos investimentos: o capital, por assim dizer, não dependeria mais unicamente de sua

atuação na produção propriamente dita na indústria (no “chão de fábrica”). Ao invés disto, teria alçado uma aparente independência em relação à cadeia produtiva, uma vez que esta foi capaz de se expandir para setores até então considerados marginais ou até improdutivos (o espaço, por exemplo), além de torna-se capaz de se consolidar através de processos cada vez mais “fluidos” e fundados na rentabilidade e especulação que pairam na esfera financeira. E, deste modo, a cidade torna-se produtiva, ou melhor, participa ativamente do processo de acumulação capitalista.

Ao tomarmos, mais uma vez, Henri Lefebvre (1973), temos que a explicação destes fenômenos giraria em torno do processo de superação das contradições do próprio sistema capitalista, o qual não havia sido acuado por seus limites e impasses tal como previra Marx, mas, sim, teria sido capaz de antecipar maneiras de superação e novas estratégias de acumulação através da própria produção do espaço.

Vale recuperarmos brevemente o percurso realizado pelo filósofo para diferenciar os termos produção e reprodução. Para este autor, em primeiro lugar, haveria, em Marx, uma ambiguidade do termo produção: o mesmo poderia significar produzir sentidos, produzir obras, produzir uma sociedade inteira, ao mesmo tempo em que também poderia ser produzir mercadorias, coisas. Atualmente, o termo abstraiu-se ainda mais, podendo implicar mesmo a “produção da produção”, ou seja, envolveria até mesmo a perda de uma referência prática. O conceito de “reprodução” proposto por Lefebvre teria, então, o intuito primeiro de restituir ao conceito de “produção” um referencial prático, uma relação com a realidade.

Por certo, a noção de reprodução se basearia no capitalismo pensado como sistema (modo de produção) nunca acabado, mas como um processo em curso incessante, pois necessita consumir-se e realizar-se sempre e continuamente (acumulando infinitamente). Assim, reprodução não implicaria apenas repetição, mas, como o próprio nome já indica, produção de relações; por isso, reprodução envolveria uma ideologia associada à prática. Trata-se, acima de tudo, de uma hipótese, de uma possibilidade de um fio condutor e de um instrumento heurístico de análise crítica do real, que envolveria uma constelação de conceitos: “o cotidiano – o urbano – o repetitivo e o diferencial – as estratégias – o espaço e a produção do espaço etc. (...) designa um processo complexo que arrasta consigo contradições e não só as repete, as re-duplica, mas também as desloca, as modifica, as amplifica” (LEFEBVRE, 1973:5). Em outro momento, o autor esclarece novamente o conceito de maneira bastante resolutiva:

Trata-se da produção no sentido amplo: produção de relações sociais e re-produção de determinadas relações. É nesse sentido que o espaço inteiro torna-se lugar dessa reprodução, aí incluídos o espaço urbano, os espaços de lazeres, os espaços ditos educativos, os da cotidianidade etc. Essa reprodução se realiza através de um esquema relativo à sociedade existente, cujo caráter essencial é ser conjunta disjunta, dissociada, mantendo uma unidade, a do poder, na fragmentação (...). Ele tem esse caráter paradoxal que se tenta definir aqui: junto e separado. É dessa maneira que ele é concomitantemente dominado (pela técnica) e não apropriado (para e pelo uso). (LEFEBVRE, 2008b, p.49 e 53)

Apesar de toda a complexidade que envolve esse pensamento lefebvriano, o que parece estar exposto é o surgimento de uma diferença fundamental entre o que,

por um lado, aparecia-nos como a produção no capitalismo – “dentro do chão das fábricas” propriamente dito –, e o que, atualmente, apresenta-se como a produção no capitalismo, o qual passou a incluir e a ocorrer através do próprio espaço e da vida das pessoas – e este seria efetivamente o conceito de reprodução proposto pelo autor. Para tanto, essa reprodução teria como um de seus principais pressupostos a perda dos referenciais que outrora permitiam à linguagem referenciar-se socialmente; como substituto, a reprodução se consumaria através do mito (“o mito da tecnologia”, “o mito do progresso”), da ideologia, de uma prática inconsciente e da perda da identidade individual e, sobretudo, coletiva – o que, em certo sentido, não se distancia da análise já realizada por Marx ao definir o fetichismo da mercadoria, o qual implicaria uma autonomia dos objetos (signos) em relação a seus significados (valor de uso, produção enquanto processo), corroborada, mais recentemente, pelo “sistema dos objetos” proposto por Baudrillard (1969). A diferença que aparentemente se manifesta, agora, seria decorrente de que tudo assume uma dimensão, uma dinâmica e uma proporção espacial.

Como o próprio processo de produção da mercadoria detalhado exaustivamente por Marx, a reprodução também prevê uma fragmentação interior e uma contradição: a segregação espacial (através da expulsão de certos grupos sociais para as periferias) e sua integração simbólica e cultural, ou seja, ilusória. Ora, o que temos visto, especialmente a partir da década de 1980, é justamente essa generalização do universo da mercadoria aos mais diversos âmbitos da existência humana, a começar pelo próprio espaço social, e penetrando paulatinamente nos mais distintos momentos da vida. O resultado, para Lefebvre, seria a “cotidianidade”, ou vida cotidiana regulamentada, regida e controlada em todos os seus âmbitos, bem como a transformação da cidade-obra – local da criação – em cidade-produto – local do consumo. Ao mesmo tempo, a “sobrevivência” emerge enquanto palavra de ordem, em substituição do que poderia ser um “desejo de viver” propriamente dito, marcando a emergência da “sociedade burocrática do consumo dirigido” (1968b/1991) cunhada por Lefebvre para referir-se à cotidianidade, esse espaço-tempo não abandonado ou deixado à liberdade, mas produtivo.

Ora, há uma coincidência entre a análise crítica que expusemos acima e o que transparece no discurso mais recente de outros autores que nem sempre compartilham da mesma perspectiva, como Peter Hall (2007) – nos termos de Arantes (2000b: p.21), “insuspeito de maiores simpatias à esquerda”. Este autor sugere, a respeito das novas estratégias de reprodução do capitalismo em relação ao espaço, que o movimento urbanístico, que outrora guiaria e até mesmo controlaria, de certa forma, o crescimento urbano, passa a estar explicitamente a serviço de questões econômicas e a incentivar aquele mesmo crescimento. Nos diversos exemplos expostos por Hall, vale ressaltar que o modelo internacionalmente seguido é o norte-americano, mais especificamente as experiências em Baltimore empreendidas por James Rouse, cuja receita implicava essencialmente a tal da “revitalização urbana”. Segundo o autor:

Cidades, a nova mensagem soou em alto e bom som, eram máquinas de produzir riqueza; o primeiro e principal objetivo do planejamento devia ser o de azeitar a máquina. O planejador foi-se confundindo cada vez mais com seu tradicional adversário, o empreendedor (...). A receita mágica para a revitalização urbana – a palavra-isca norte-americana que passou a circular em todas essas reuniões – parecia consistir

num novo tipo de parceria criativa, expressão incessantemente utilizada pelos norte-americanos, entre o governo municipal e o setor privado. (HALL, 2007, p.407-412)

O que acaba por se consolidar consiste numa fórmula extremamente profícua – como também mencionado por David Harvey (2005) – que busca unir, num só movimento, os termos do investimento econômico e do planejamento urbano. Nesta estratégia, recreação, cultura, compras e habitação aparecem como elementos negociáveis e equiparáveis numa equação que visaria, sobretudo, o aumento da margem de lucro; envolve, assim, “(...) a criação deliberada da cidade-como-palco. Como o teatro, ela copia a vida real, mas não é a vida urbana de verdade” (HALL, 2007, p. 413-415). Harvey (2005), por sua vez, menciona três aspectos fundamentais que teriam possibilitado essa empreitada: as parcerias público-privadas, o empreendedorismo – atividade especulativa, em que o financiamento assumiria a maior parte do risco, enquanto o setor privado ficaria com os benefícios e rendimentos –; e o enfoque na economia política do lugar (construção especulativa, requalificações), em detrimento do pensamento do território em sua totalidade (busca por melhorias mais abrangentes). Em suma, teríamos a configuração de uma espécie de governança urbana, cuja prioridade se fundamenta essencialmente na atração de capitais de investimento e na criação de um “ambiente favorável aos negócios” (HARVEY, 2005, p. 179).

Nessa cidade-emprego, governada pelo planejamento estratégico, o termo “cultura” coloca-se na ordem do dia, desta vez transformada em imagem pura: a verdadeira representação da forma-mercadoria (ARANTES, 2000b). Irônico, não fosse por ser deveras trágico, se lembrarmos, como fizemos acima, seu papel marginal e autônomo, antissistêmico e anti-mercado de outrora. Na promoção dessa cidade-mercadoria ou cidade-produto, participam as mais variadas estratégias de “marketing” e de “image-making”, pertencentes ao universo publicitário. De fato, é neste momento que críticos como Fredric Jameson teriam identificado a emergência de certa arquitetura pós-moderna, a qual, apesar da controvérsia em torno do termo, indicaria uma arquitetura que teria substituído a utopia transformadora de outrora – mesmo limitada à “ideologia do plano” – por certo viés mais resignado e explicitamente conforme ao capital, como vemos abaixo:

*O que ocorreu é que a produção estética hoje está interligada à produção das mercadorias em geral: a urgência desvairada da economia em produzir novas séries de produtos que cada vez mais pareçam novidades (de roupas a aviões), com um ritmo de **turn over** cada vez maior, atribui uma posição e uma função estrutural cada vez mais essenciais à inovação estética e ao experimentalismo (...). De todas as artes, a arquitetura é a que está constitutivamente mais próxima do econômico, com que tem, na forma de encomendas e no valor de terrenos, uma relação virtualmente imediata. Não é de surpreender, então, que tenha havido um extraordinário florescimento da nova arquitetura pós-moderna apoiado no patrocínio de empresas multinacionais, cuja expansão e desenvolvimento estão estritamente contemporâneos aos da arquitetura.* (JAMESON, 2000, p. 30-31, grifo dos autores)

Nesse aspecto, o atual desenho arquitetônico surge como um verdadeiro um instrumento do consumo massivo, cuja função primordial resume-se ao entretenimento e à distração. Basicamente, vemos o “pensamento único”, em que temos, numa extremidade, a produção expressa na busca incessante pelo acúmulo de capital e,

na outra, seu espelho, o consumo obstinado. Cultura do consumo e do espetáculo, tal como aprendemos com Debord (1967), da perda generalizada dos referenciais, num mundo do “simulacro” – reino das imagens, da ficção, do valor de troca em detrimento do valor de uso – em que as relações passam a se dar igualmente por representações, de forma reservar ao indivíduo a função de mero espectador. Nos termos de Tafuri (1985, p. 57), a “imanência das relações de produção reais no comportamento do ‘público’, que usa a cidade sendo inconscientemente usado por ela” resume os indivíduos a uma condição de “participante de uma mercantilização cada vez mais generalizada”. A cidade prevê um comportamento de seus usuários que se encerra no consumo absoluto.

Diante dessa inversão de jogo, restaria uma “perplexidade ideológica” (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009), uma resignação perante à reestruturação do capital ou a ausência de um pensamento crítico capaz de acompanhar as mudanças do capitalismo, resultante, em parte, da própria inaptidão das propostas antissistêmicas, que haviam ganhado força entre os anos 60 e 70, de se apresentarem como opções ou caminhos efetivamente viáveis no momento presente – mais precisamente a partir da década de 90. Nos termos de Lefebvre (2008), talvez pudéssemos enquadrar, novamente, tal panorama naquele “campo cego”, momento em que, intencionalmente ou não, somos incapazes de identificar os reais problemas e de vislumbrar uma via alternativa. Como resultado, temos o que Boltanski & Chiapello (2009, p. 27-28) ressaltam:

Os dispositivos críticos disponíveis não oferecem por ora nenhuma alternativa de envergadura. Só restam a indignação em estado bruto, o trabalho humanitário, o sofrimento como espetáculo e, sobretudo desde as greves de dezembro de 1995, ações centradas em causas específicas (moradia, estrangeiros em situação irregular etc.) que para adquirirem a amplitude de representações mais adequadas, carecem de modelos de análise renovados e de utopia social.

Há quem enxergue toda essa conjuntura de maneira, por assim se dizer, mais otimista, e que vislumbra um papel inovador na emergência de um “éthos criativo”, das indústrias e da classe criativa (FLORIDA, 2011), que toma a cultura e a criatividade como valores econômicos capazes de proporcionar investimento nas realidades locais, potencializando suas oportunidades e até mesmo contribuindo para seu desenvolvimento regional. Tal visada adquiriu tamanha força que temos, atualmente, cunhada uma expressão que pudesse ser designada às cidades que atendessem a estes princípios: trata-se das “cidades criativas” – sugerindo mesmo a cidade como produto desenhado pela indústria criativa –, que emergem, inclusive, como um dos projetos da UNESCO, a partir de 2004.

A inserção das táticas urbanas

Poderíamos dizer que, até este momento, apresentamos o debate existente acerca de toda uma “estratégia de classe”, para usar os termos precisos de Lefebvre (1970), que se institui atualmente com a face do capitalismo neoliberal. Tal estratégia, que implica tanto um dado mental quando prático, tem mostrado uma obsessão pela homogeneidade, pelo controle através da segregação e pela racionalidade, enfim, pela lógica do capital. Sem embargo, como vimos em Lefebvre (1973), assim como uma repetição nunca resulta em plena identidade de seus fatores, também a práxis já

implica um processo dialético, de sorte que a prática (social) não substitui ou elimina a lógica (mental); com efeito, haveria uma junção entre a lógica e a dialética e, nesse encontro, afloraria o diferencial. Assim, mesmo a prática social empreendida pelo capitalismo, engajada na busca pela lógica, pela coerência, através de uma ideologia que busca eliminar suas possíveis contradições, ainda não seria isenta da possibilidade do diferencial, visto que algo impede que esse círculo coeso e sistemático se feche. O conflito está sempre latente, embora implícito e nem sempre dito; através dele, insinua-se a conquista da cotidianidade.

A lógica relaciona-se com uma estratégia (de classe) e com uma ciência do espaço. A dialética, por sua vez, tem a ver com a prática social e o conhecimento do espaço propriamente dito. A primeira estaria integrada à ordem distante (longínqua), qual seja, do Estado e das relações de produção (e sua tendência à homogeneidade e à isotopia); a segunda, à ordem próxima, do local, da vizinhança, das topias (heterotopias). Com efeito, é justamente na prática social, cotidiana, que haveria a possibilidade do desvio, da brecha, do espaço diferencial, com potencial de re-apropriação do espaço-tempo pelo sujeito, individual ou coletivo, de modo a contrapor-se à alienação e heteronomia da ação no lugar – responsáveis pelos “lugares fantasmagóricos” –, conforme teorizadas por Carlos (2007).

Ora, neste contexto da hegemonia do chamado pensamento único, da sociedade do espetáculo e de um modelo urbano ditado pela cidade global, mais recentemente, novas propostas ganharam espaço, no Brasil e em âmbito internacional, a partir do surgimento do que se tornou conhecido como urbanismo tático, ou de guerrilha, ou bottom-up, ou mesmo urbanismo emergente (LYDON, 2012). Todas essas propostas parecem buscar, de uma ou outra forma, a ampliação dos horizontes de participação e apropriação dos usuários, seja na concepção, no processo produtivo ou no uso propriamente dito. Ao mesmo tempo, envolvem pequeno investimento inicial e em geral são iniciativas com retorno a curto prazo.

Neil Brenner (2016) realiza uma análise bastante pertinente ao confrontar o urbanismo tático à falha do capitalismo em entregar bens básicos, tais como habitação, transporte e espaço público. Com efeito, essas táticas – diferentes da estratégia de classe prevista por Lefebvre (2016), esta sim implicando uma ação mais unitária e decisiva, se assim podemos chamar – teriam como alguns de seus pressupostos a falta de unidade, uma vez que envolvem propostas “de baixo para cima”, experimentais e até mesmo provisórias, provenientes de grupos sociais e culturais diversos. Ao analisar uma recente exposição no MoMA (Nova Iorque), cuja temática consistia no “crescimento desigual das cidades”, Brenner enumera algumas das características fundamentais desse urbanismo tático, com base em pressupostos de pensadores e teóricos de renome, como Pedro Gadanho, curador da instituição, e Saskia Sassen. Neste quadro, uma das questões mais relevantes implicadas pelo urbanismo tático seria, sobretudo, sua relação espaço-temporal: a maioria dessas propostas envolve o curto prazo, por se relacionarem, não raro, com medidas urgentes e espontâneas, bem como se circunscrevem a uma região mais limitada, seja o bairro, a habitação, a rua.

Não menos importante é o fato de essas propostas táticas aparecerem dissociadas de um poder central, institucional, ou mesmo de iniciativas de teor político-econômico. Como decorrência, elas se mostram capazes de se tornar mais fluidas e menos engessadas

por normas e regras que possam se instituir de maneira vertical – sejam pelas antigas propostas modernas através do Estado, seja pelas leis da “livre” concorrência do mercado neoliberal. Em suma:

O urbanismo tático geralmente promove uma visão de base, participativa, prática e de ‘faça você mesmo’ de reestruturação urbana, na qual aqueles que são mais diretamente afetados por uma questão mobilizam-se continuamente para influenciar a evolução dos métodos e das metas necessárias de alcance. Por essa razão, o urbanismo tático é, muitas vezes, apresentado como um modelo de ação de ‘fonte aberta’ e como uma forma de ‘reapropriação’ do espaço urbano por seus usuários. (BRENNER, 2016, p. 9)

Segundo Chase et al. (1999), através dessas iniciativas, busca-se um reposicionamento do papel do “designer” (nos termos do autor) a partir da retomada e atualização das questões levantadas por teóricos como Henri Lefebvre, Guy Debord e Michel de Certeau – e mesmo Jane Jacobs e Constant –, que tanto haviam insistido na conexão entre teoria e prática social e apontavam para a construção da cidade através de um processo colaborativo. Pioneiros na análise da vida cotidiana como uma arena fundamental na cultura e na sociedade moderna, eles teriam identificado nesse universo (o cotidiano) elementos de resistência criativa e poder de libertação.

Outras publicações, como “Cidade para tod@s: propostas e experiências pelo direito à cidade” (SUGRANYES & MATHIVET, 2010), compilam autores de nacionalidades distintas (participantes da rede global HIC – Habitat International Coalition) que realizam uma aproximação entre propostas urbanas recentes, geralmente promovidas por grupos e comunidades locais, e as reflexões de Henri Lefebvre, com o intuito de apresentar o direito à cidade de maneira não abstrata, mas como possibilidade efetiva de luta e resistência face ao neoliberalismo. Na mesma linha, Purcell (2014), professor da Universidade de Washington, parece aproximar o sentido do direito à cidade presente em Lefebvre às práticas cotidianas de apropriação. Interessante notar que o autor situa as iniciativas urbanas pioneiras no sentido de busca pelo direito à cidade justamente no Brasil, quando associações e grupos passaram a se posicionar perante o crescimento das ocupações irregulares e das moradias precárias nas grandes cidades, tendo como consequência a constituição do “Estatuto da Cidade” (2001). Reconhecido internacionalmente, apesar de suas admitidas limitações, este teria servido de influência e inspiração (juntamente com instituições como a UN-HABITAT e a UNESCO), em âmbito internacional, para a reflexão das possíveis aplicações práticas do “direito à cidade”. Não obstante, uns de seus limites estaria relacionado precisamente ao fato de ter se consolidado de maneira institucional, sistêmica, ou seja, ainda como uma realização do mundo hegeliano, dentro da esfera de atuação do Estado. Tal aspecto traçaria uma diferença primordial nos princípios do direito à cidade que Lefebvre havia colocado, a saber, antes como um processo instituinte e que escapasse às mãos do Estado.

Com efeito, Purcell nos relembra que, em Lefebvre, a possibilidade do direito à cidade coloca-se efetivamente como uma possibilidade de “apropriação” da cidade, não apenas enquanto uso, mas necessariamente como participação ativa em seus processos decisórios, isto é, como um ato político. Além disso, Lefebvre deixa bastante claro em publicações menos conhecidas como “Towards an architecture of enjoyment”

(2014) e “Rithmanalysis” (2004), que tal participação/ apropriação deveria se constituir de maneira corpórea e orgânica, implicando, para tanto, percepções e experiências essencialmente subjetivas.

Por isso, na síntese de Purcell, o direito à cidade envolveria basicamente desalienação e autogestão e, por esse caminho, indicaria uma aplicabilidade lefebvriana real e prática, mesmo (ou necessariamente) envolvendo uma boa dose de utopia. Aliás, como bem apontava Lefebvre, este o porquê de se tratar de uma utopia concreta, pois aponta para uma direção de movimento, de tal modo que o direito à cidade – fundamental em seu projeto possível-impossível em que o “urbano” apresenta-se no horizonte do devir – afluaria justamente a partir do momento em que as pessoas passam a reclamá-lo e lutar por ele. Assim:

“O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001:134)

Tal postura vai ao encontro com o que é postulado por Rosa (2014), ao acreditar que as pessoas, em geral, têm se tornado cada vez mais ativas e se engajado com melhorias do espaço urbano comum. Casos em São Paulo como a “Lei Cidade Limpa” (2007), “A Batata precisa de você” (2014), o “Edifício União” (2015) e a “Paulista Aberta” (2016) seriam apenas alguns marcos deste engajamento, da busca por participação e tomada de decisões no que diz respeito ao território da cidade. Politicamente falando, essas iniciativas seriam importantes para desvelar demandas reais e latentes, uma vez que colocam certas falhas em evidência; socialmente, elas agem como “infraestrutura leve”, atuando em escala local, da vizinhança, e assim revelando novas maneiras de participação, negociação e cooperação; espacialmente, revelam campos, nos locais em que ocupam (ROSA, 2014). Mais do que elementos fixos, trata-se de estruturas flexíveis e abertas que podem se modificar ao longo do tempo, acomodando e sobrepondo novos programas. Como também defendido pelo arquiteto Jan Gehl (2013), diferente da planificação urbana convencional, para a noção de urbanismo emergente, a participação do cidadão se mostra crucial na concepção e construção do espaço urbano. Com efeito, mais do que a preocupação com as formas, essa arquitetura deveria se preocupar com as pessoas, pois estas devem se sentir incluídas no lugar.

Na mesma linha, coloca-se a defesa da prática e apropriação urbana através do próprio caminhar, como analisado por Francesco Careri em Walkscapes (2013). Frente ao que ele denomina *espaços sedentários*, pautados na construção física e na forma do espaço, opõem-se os *espaços nômades*, que emergem através da percepção e da construção simbólica do espaço. Resgata-se, dessa forma, o conceito de táticas de Michel de Certeau (1994) – na medida em que jogam com este território que não é próprio, ao criar uma resistência por meio das práticas cotidianas do lugar, como um ato transformador e significador. Ao mesmo tempo, também nos remete ao percurso do flâneur de Baudelaire pela cidade, que o possibilitava ver o mundo e sentir-se em casa em toda parte, já que: “em nosso mundo uniformizado, é ao lugar em que estamos, e em profundidade, que precisamos ir” (BENJAMIN, 1989, p. 221).

À guisa de conclusão

É bem verdade que o próprio Brenner (2016) coloca estas perspectivas em xeque, ao questionar a real capacidade de proporcionar mudanças a longo prazo, visto que, não raro, acabam por se restringir apenas a medidas paliativas que dificilmente se mostrariam capazes de fazer frente, de fato, ao avanço voraz do capitalismo neoliberal. Essa dúvida transparecia igualmente em Lefebvre (2007), ao confessar que certas propostas urbanas de sua época – provavelmente se referindo aos situacionistas –, embora expusessem um debate rico e fértil, ainda seriam insuficientes para fomentar as transformações necessárias no âmbito da cidade. Estas, por sua vez, precisariam ser levadas a cabo por uma verdadeira estratégia urbana, que ocorreria de maneira indissociável a uma política e uma crítica radical. Assim, a reflexão sobre o fenômeno urbano, através dessa crítica radical, poderia definir uma estratégia, um horizonte, em busca de uma totalidade. Sem se fragmentar, tal estratégia deveria se desdobrar enquanto conhecimento e política, reunindo, para tanto, hipóteses teóricas, experiências práticas e conceitos já verificados, ao mesmo tempo que não poderia se submeter às “commandes” (encomendas) da estratégia hegemônica. Por isso, é certo que deve abrigar em seu bojo uma dose de imaginação, de utopia.

Como vemos, tanto em termos teóricos quando práticos, há sempre o que se colocar em questão, revisar e reavaliar, ou, em termos filosóficos, colocar-se constantemente em diálogo. Lefebvre ressaltava reiteradamente a importância e premência de se associar teoria e prática. É por isso que toda reflexão, ao se negar a aceitar o estado das coisas, contém uma utopia: “(...) isso significa que ela procura seu ponto de inserção na prática e não separa o conhecimento de uma política que não coincidiria com a do poder em vigor” (LEFEBVRE, 1968b/1991, p. 84). Desse modo, envolveriam a delimitação de utopias urbanas, ou espaços de esperança, segundo as palavras de Frehse (2012); em última análise, por isso a importância de se relativizar sempre, de colocar em questão suas próprias convicções, ou seja, de evitar dogmatismos, de deixar a estrutura aberta.

Bibliografia

- ARANTES, O. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: Edusp, 2000a.
- _____. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000b.
- BAUDRILLARD, J. *El sistema de los objetos*. México: Siglo Veintiuno, 1969.
- BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política: Obras escolhidas v. I*. São Paulo: Brasiliense: 1996.
- BISHOP, C. *Participation*. London: Whitechapel; Cambridge: MIT Press, 2006.
- BOLTANSKI & CHIAPPELLO. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRENNER, N. Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal? *Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais E-Metropolis*, nº 27, ano 7, dez. 2016. Disponível em: <<http://emetropolis.net/edicao/n27>>. Acesso em: 11 dez. 2017.
- CARERI, F. *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. Barcelona: Gustavo Gili, 2013.
- CARLOS, A. F. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Labur Ed., 2007.

- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHASE, J. (Et al.). *Everyday Urbanism*. Nova Iorque: The Monaceli Press, 1999.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio Janeiro: Contraponto, 1997.
- FLORIDA, R. *A ascensão da classe criativa*: e seu papel na transformação do trabalho, lazer, comunidade e cotidiano. Porto Alegre: L&PM Editores, 2011.
- FRAMPTON, K. *História Crítica da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREHSE, F. U-topias (urbanas) do pensamento sociológico. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.26, n.75, p. 191-206, ago. 2012.
- GEHL, J. *Cidade Para as Pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- HALL, P. *Cidades do amanhã*: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX, São Paulo: Perspectiva, 1995.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- JAMESON, F. Periodizando os anos 60. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Org.). *Pós-Modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- _____. *Pós-modernismo*: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2000.
- KRAUSS, R. *A escultura no campo ampliado*. Rio de Janeiro: Gávea, 1984.
- LEFEBVRE, H. *A reprodução das relações de produção*. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- _____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática: 1991.
- _____. *Rhythmanalysis*: Space, Time and Everyday Life. Londres: Continuum: 2004.
- _____. *Production of space*. Oxford: Blackwell, 2007.
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a.
- _____. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008b.
- _____. *Toward an architecture of enjoyment*. Minneapolis: Minnesota University, 2014.
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2016.
- LYDON, M. (2012). *Tactical Urbanism 2*: Short-term Action for Long-term Change. [s.l: s.n.]. v. 2.
- MORITA, C. A. M. Ação, Objeto e Espaço na obra de Sérgio Ferro e Hélio Oiticica. *Dissertação de Mestrado*. São Carlos: USP, 2011.
- PURCELL, M. Possible worlds: Henri Lefebvre and the right to the city. *Journal of Urban Affairs*, n. 36, p. 141–154, fev. 2014.
- ROSA, M. L. *Handmade Urbanism*: From Community Initiatives to Participatory Models. Berlin: Jovis Verlag, 2014.
- SCHWARZ, R. Cultura e Política-1964-1969. In: O pai de família e outros estudos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SUGRANYES, A. & MATHIVET, C. Cidades para todos: articulando capacidades sociais urbanas. In: SUGRANYES, A. & MATHIVET, C. (ed.). *Cidades para tod@s*: propostas e experiências pelo direito à cidade. Santiago: HIC, 2010.
- SUBIRATS, E. *Da vanguarda ao Pós-moderno*. São Paulo: Nobel, 1986.
- TAFURI, M. *Projecto e Utopia*. Lisboa: Presença, 1985.

Recebido [Set. 08, 2018]

Aprovado [Ago. 19, 2019]

MoMA A&D talks: on curating architecture and design

Luis Michal, Amanda Saba Ruggiero*

During Fall 2016 we had the unique opportunity to participate in the regular internship program of the Museum of Modern Art in New York and assist with ongoing exhibition projects in the Architecture and Design Department (A&D). This Department was established in 1932 as the first curatorial department dedicated to architecture and design and built on an ambitious collection covering major figures and movement of architectural culture from mid-19th century to the present. With looking back on a rich history of influential exhibitions such as *Modern Architecture: International Exhibition* (1932), *Architecture Without Architects* (1964/65) or *Deconstructivist Architecture* (1988) it has been one of the key institutions to push the format of the architecture exhibition and which it keeps doing up to today.

* Luis Michal is an architect with a Master Degree at Technische Universität München, Germany; next to his studies he could gain a wide working experience in the fields of architecture, curating and publishing; he is interested in challenging formats of architecture and exhibition practice by the means of new media among others and furthermore researches on contemporary Chinese architecture and culture.

Amanda Saba Ruggiero is a professor at Institute of Architecture and Urbanism, and a postdoctoral researcher enrolled at Faculty of Architecture and Urbanism - University of São Paulo, Brazil; since the master and PhD, developed studies on architectural modern and contemporary history, focusing the relationship with modern and contemporary art, at museum and urban spaces, also investigating exhibitions and narratives on Latin American Art and Architecture.

Having this in mind we both came to New York with great respect and honored to gain insights in this institution for a period of three months. The department currently employs around 15 people which made it a really pleasant, intimate place to work with highly passionate and professional individuals full of remarkable expertise and respect for each other. This said and with the department going through some recent (at that moment) personnel changes, most notably the new directorship of Martino Stierli since 2015, as well MoMA reconfiguring and adding gallery spaces set to be open in 2019, we felt it was a very interesting moment for us to talk to our curator colleagues about their personal history and professional ambitions as curators at MoMA as well specific challenges of exhibiting architecture and design.

Being both educated in architecture in different countries (Brazil and Germany) we could gain not only a lot of professional insights but also talk about personal aspects of the curators' – not always linear – careers. In total we conducted six interviews with all (senior) curators and one curatorial assistant of the Architecture and Design Department, all of whom we asked the same, around ten questions in order to produce a complete "panorama" of the departments staff at that very moment. In

the following we would like to share with you the second half with Juliet Kinchin, Martino Stierli and Sean Anderson. The first three interviews with Paola Antonelli, Barry Bergdoll and Michelle Millar Fisher, were published on RISCO v.16 n.1 2018.

From the interviews, Juliet Kinchin had an approach since a student into intellectual debates and design history rather than architectural history, while Martino as a professor, was also engaged doing exhibitions. Sean Anderson struggled being a professor and practicing architect, and curation for him "means also being able to condense ideas and questions". Since they had different backgrounds before arrive at MoMA, the teaching position and a special love for research is a shared common background for them.

Juliet Kinchin argues that the curator's activity apart from the responsibilities also means communicate and creating view points and arguments in a spatial and material form, while Martino touch about the work of curating a show as very much about a teamwork. For Sean Anderson also the very strong critical sensibility, is a must have skill for a curator.

Sean Anderson's advice to young curators is to ask questions and to have as many experiences in the world as possible. Juliet Kinchin talks about integrity it makes the difference in your work, and Martino in the same way, reinforce the idea to do what you love and so you will be successful.

Interview with Juliet Kinchin* (JK)

Interviewers

Amanda Saba Ruggiero (A), Luis Michal (L)

A: How did you become a curator and what was the starting point?

JK: I suppose the starting point was at university in Cambridge, England, when I was seriously thinking about changing to the study of architecture (A/N: from art history). I did a thesis on an architect-furniture-designer and began to realize that I really enjoyed the intellectual debates and people involved in design history rather than architectural history. I was doing a lot of research in the Victoria and Albert Museum in the department of furniture and wood works. So I was becoming very aware of the kind of people coming in and out of the museum and these different approaches and very object-based kind of studies. It was also the time of the development of design history as a freestanding discipline, intellectually it was quite exciting. I just felt it was a really lively area to be involved in. I always loved the “stuff” and even when I moved from working in museums and I moved into teaching, first at Glasgow University in the art history department, and then at the Glasgow School of Art, I always kept curating small exhibitions and teaching very much from spaces and objects.

L: What does curating mean to you? Is it related to “the stuff” you love, is it about exhibitions, what does the activity of curating mean to you?

JK: Well, in the sense of “curare” or “care for” or a kind of duty or responsibility I think that’s even if you are not responsible for a collection, you are responsible to a heritage or a culture and how you present it. The activity of curating is trying to communicate the kind of excitement, connections and stories that I understand to a wider public and to be doing that largely non-verbally, in the way you are making objects and parameters images talk to each other, creating narratives that are always leading the viewer or opening up questions. For me it’s like creating view points and arguments in a spatial and material form, of course part of that is having a deeper knowledge to be able to bring those connections or insights to the full.

* Interview accomplished in november 10, 2016, MoMA-New York. **Juliet Kinchin** is a Curator in the Department of Architecture and Design at MoMA since 2008, has organized design retrospectives ranging from Counter Space: Design and the Modern Kitchen (2010-11) to Century of the Child: Growing by Design 1900-2000 (2012) and held faculty positions at The Glasgow School of Art and at The Bard Graduate Center for Studies in Design in New York. She has a interest in the social and political contexts of modern design, gender issues, and the culture of Central and Eastern Europe.

L: And do you think this term is related to a specific medium such as the exhibition? Or would you also consider writing a book “curating”?

JK: Oh sure, writing in different forms from the press release to the labels, the scripting of the narrative to publications are always addressing really different audience groups and thinking about the medium through which you are communicating and how all those elements fit together. So, how does the website relate to the exhibition, how does it enhance it? You have to respect the medium of communication.

L: The term of “curating” has become increasingly popular in recent years, both in everyday culture as well as a profession for example with star-curators. What do you think are the reasons for this shift of importance?

JK: Well, I think it’s like the transformation of how and where we listen to music. And so, in a sense, we are able to curate the music and the programs that we listen to and that is partly a function of digital and technological innovations, and soon with just the capacity to design your own in a sense we are all graphic designer, we are all curators. But I think that there is still room to do that more professionally, I think it is great that people are designing themselves on a daily based, are curating their experiences, and in a sense, although that’s bought down the actual term, I like the tendencies that it is reflecting which is about empowerment and accessibility of those means. I think there are so many cultures, stuff, art, there is room for everyone, there is room for the professionals, for the museums and galleries, and for people to do it sometimes very brilliantly on their own. That is something looking at womens experience in design, has very clearly taught me, it is not about the professionals, you have creativity, fabulous creativity.

A: What do you consider the main competencies of a professional curator like you? What are your skills and tools?

JK: Well, endless curiosity about the material. I am so inspired just by looking at the material, the presence of them, the scale, the relationship of word and images. But then, also, just being like a sponge towards the whole range of cultural preoccupations, history is never a dead, done, dusted thing, there is no one trajectory through all this stuff. You are constantly sifting, collecting and you have to have the feel for what is a really strong preoccupation. Its a bit like the whole fashion prediction agencies where its about feeding it into the colors, the textures, the political or economic field of a period. I think you need some of that skill to be able to predict. And you need an administrative skill to actually just keeping the machinery going, even if you are working in a really small venue where you are doing everything. You are always on an externally imposed deadline, you are always working with printers or outside agents. So that means sometimes, having to put them engaged and not follow up in as much depth as you would like.

A: Do you have any idols? Are there particular shows or curators that have influenced your work?

JK: Well, I mean the period I had at the V&A as a very junior curator was really key for me. I was in my early twenties and there was a very wonderful head of the department,

a man called Peter Thornton who had actually worked with textiles, with architecture and furniture, he was very open interdisciplinary. And he also encouraged me to take as much responsibility as I could, so I was allowed to just go for it. I learned so much. And for exhibitions, actually I have seen very different types of wonderful exhibitions. In Hungary, Budapest at the ethnographic Museum, in the 1980s, 1990s they were doing fabulous provocative, engaging exhibitions, with humor, with minimal budgets, but it felt very lively and engaging. Probably those are exhibitions, not necessarily art exhibitions, but which inspired me.

L: What sets curating architecture apart from curating other disciplines? What particular challenges do you face curating architecture and design?

JK: Well, the challenges of integrated exhibitions in the sense of integrating architecture and design with other art practices. The easiest option is a totally formalist approach to design, which is in effect saying, this looks like that! So, on those terms it might seem like a weak iteration of a fine art movement, whereas it totally ignores the social, political, technological, economic, the many contexts and intrinsically collaborative processes that feed into architecture and design. Context and process are very difficult to elucidate in a truly mixed-media show. I am on the other hand very interested in, and it's a great privilege here, to be able to bring in material, from other departments to an architecture or design show. But that looks and feels very different when you make someone like Jackson Pollock becomes a subset of a figure like Herbert Matter, the graphic designer for whom Pollock worked as a studio assistant. If you know that one can see very interesting parallels between their work, but if you are looking at a paradigm of graphic design and photography, and everything spinning out from that, it looks very different from a paradigm of painting and sculpture and fitting everything to that.

A: Why does it matter to do exhibitions on architecture and design?

JK: Well, when you enter a real piece of architecture, you just feel it through all your senses, you sense the difference. It just is really connecting the material to the spiritual, to the intellectual, to the sensory, in such a powerful way. And to really choreograph the power of practices like architecture and design to direct, to provoke, to give pleasure, to give psychological comfort as much as physical comfort, it's all those things working together that is generally only partial with other media or with other practices. And the boundaries are often not clear-cut.

A: How do you select your topics? When making an exhibition is there a specific public you want to reach?

JK: With enough budget and enough time, my aim is always to reach multiple audiences, to do a project that will work through it's related programming or publications, or simply through the labelling and scripting that people can take different things from it, but that does take money and time. And it's also about thinking how it fits into the wider program of the institution you are working in. When you look at the programming of a season or even a year, thinking about the relative accessibility of certain types of topic or material. It would be pointless having some very abstruse, very experimental piece that people found difficult to relate to, but which are raising very important

issues. If you have a year of that, you would be doing a disservice to many audiences, its always about balancing the program, and that's not something that individuals control. But it is going back to that idea of the sponge. Like the exhibition I did on kitchens: New York is such a kind of foody place, as a theme, there is so much design, so much architecture, and so many huge agenda about power sources, utilities, food where it comes from, how long we keep it in, debates which everyone can relate to and which have a particular intensity at that moment. So for me the ideal topic is a really big, accessible area, and then complicating the history. Some people won't get it, they'll just get the shiny objects. But I am looking for topics which really respond to people, from kids to much older audiences, very diverse audiences which are able to take different things from it.

A: Could you elaborate on both projects which you would consider as great successes as well failures of yours?

JK: I mean there's always topics or exhibitions that I felt deserved a larger, comprehensive treatment that I could give or didn't work so well in the confines of the space. I don't think I have done anything I really wanted to tear down (laughs). But for example, I think a successful project of mine was "Century of the Child – architecture and design for children". It is such a huge and fundamental area of design, and yet one which is constantly trivialized or marginalized, and actually looking at those questions about how we want the next generation to experience the world, it forces you to think very future oriented. No one wants bad design and architecture for children, and so often it's some of the best, most thoughtful kind of work.

L: Working as a professional curator at the Museum of Modern Art, one of the leading institutions in the world, what do you like about working within such an institution? And what would you like to rather do in a different way?

JK: I would like more control over my budget, because when you are working in this large machine, there are certain things I could get done more cheaply, or I could concentrate the funding in a certain area. In earlier jobs, I had that kind of freedom. But nevertheless, greater freedom in how you spend it. On the other hand, I am not directly involved anything like as much in having to raise the funds to make grand applications which is very time consuming. It's great working in an organization with a separated development department. And everyone is very professional and engaged, which is great. The funding models are different, there is so much more more private funding here. Which has its own pressures compared to a European tradition where it is far more about government funding, but then that's politically inflected generally as well.

L: Do you have any unrealized project? What is your dream/utopian project?

JK: Oh, there are exhibitions I would love to do. I really wanted to do this exhibition on how we design our home relationship with the animal world. So from Zoos, to slaughter houses, to pets, to again it is one of these incredibly rich areas and I know the time is right, in fact it might even getting too late. You know there are all these animal studies and programs, and it's now becoming an intellectual discipline. Again, it has a bearing on just thinking about what makes us human, and this continuum of living creatures from cockroaches to us and where do we fit in that.

A: So do you think it is a topic that one day you will do?

JK: Yeah, in some form, because I can actually see it, I think that is also the thing that, when you get a good topic, I can almost see, it is not just a verbal idea, or a book, it's stuff, and the branding of all kinds of goods, services, objects, around animals is so rich, the film potential, cartoons.

L: Also incorporating real animals?

JK: Well, yeah, there are some artists who have worked with real animals in the gallery from Joseph Beuys and then all the idea of artificial animals and growing, meet and hybridity of species. This brings us back to animals and our imaginative and cultural life and these wider philosophical, ethical dimensions of the relationship all of which are kind of expressed, I would argue through design and architecture.

A: An advice to the young people: How to become a great curator?

JK: Passion, curiosity, being interested in the small projects, I mean much of my career I was just plugging away, studying and thinking about and presenting stuff I really cared about, I never would have thought, say twenty years ago, that I would be sitting here, in MoMA as curator (laughs). But if you have integrity about what you do, I mean it's terrible there is no easy route, it is really tough, but it makes the difference.

Interview with Martino Stierli* (MS)

Interviewers

Amanda Saba Ruggiero (A), Luis Michal (L)

L: Since 2015 you are the Chief Curator of the Department of Architecture and Design at MoMA, today we want to talk with you about curating architecture. Could just briefly explain how you got in this position and what interested you in it?

MS: I was teaching architecture history in the Institute of Art History department at the University of Zurich and I had curated a couple of exhibitions on the side, but I had never worked as a curator, not in an institution. One day I got a phone call from MoMA, which came as a big surprise. It was of course exhilarating to be considered for this position, but at the same time it was a tough decision because in principle I was very happy in my academic position. But of course this offer presented itself as a once-in-lifetime-opportunity. It was a big decision that cost a few sleepless nights but I thought it would be worth the risk at least to try it out, so I went for it. What interested me was that MoMA is one of the few museums that have an architecture department of size and significance. I also knew that it is very research-based institution, where exhibition projects are taken seriously as research projects that lead to state of the art publications and exhibitions. I felt that MoMA would be an amazing platform for my research and scholarly interests and that it would allow for my interests to have much more presence in the discourse of architecture. That was very tempting..

L: The term “curating” has become increasingly popular in recent years, both in everyday culture as well as a profession for example with star-curators. What do you think are the reasons for this shift of importance? And what does “curating” mean to you?

MS: Historically and etymologically speaking the term means to “take care of something” which is an important part of my job. In the end it means a responsibility for a collection and to make educated choices about what a collection of modern architecture should

* Interview accomplished in november 30, 2016, MoMA-New York. **Martino Stierli** is The Philip Johnson Chief Curator of Architecture and Design at The Museum of Modern Art, since March 2015. As Professor at the University of Zurich’s Institute of Art History, focused his research on architecture and media. His project The Architecture of Hedonism: Three Villas in the Island of Capri was included in the 14th Architecture Biennale in Venice. He has organized and co-curated exhibitions on a variety of topics, including the international traveling exhibition Las Vegas Studio: Images from the Archives of Robert Venturi and Denise Scott Brown (2008–14).

be and what it shouldn't be. How these choices are different today from even just 10 or 15 years ago and certainly really quite different from what they were 50 years ago is a very important aspect of what curation means to me. I don't like the word "canon", but in the end we try to form a relevant body of material culture relating to architecture and design that is indicative and representative of our condition of being in the world. And then of course curating could also mean taking care of the people whose work we represent, being an advocate for people who have ideas that become materially manifest through architecture and that hopefully have a positive impact on how we see the built world.

A: What do you think are the main competencies as an architecture curator and as a chief of the department? Do you have any specific tools or methods for doing your work? And if so where did you learn those?

MS: I could talk about management which is part of my job but I'm not sure that's interesting (laughs). Honestly, lot of it is learning by doing. As I said I have never worked in an institution like this before, so to do an exhibition here is not something that I naturally would know how to do. More so than perhaps in an academic environment curating a show at MoMA is very much about teamwork, and I have learned enormously from my colleagues in many different departments, not just curatorial, but also from the registrar to the frameshop and the exhibition architect. We form a team and we rely on each other, the curatorial assistants are extremely important, the colleagues, the conversation and of course the consultation of outside experts. Whatever knowledge is necessary to produce an exhibiton at a certain scale and with a curatorial ambition—I could never come up with all of this by myself. So delegating is very important and to be able to rely on people's expertise and trust in their work both from a management perspective but also on the level of designing and curating an exhibition.

A: Are there any particular shows or persons that have influenced your work as a curator or scholar?

M: In many ways I see my work in a certain logical sequence of my predecessor Barry Bergdoll who made some very important steps in order to reposition the department of architecture and design within the museum, but also for a contemporary audience. For example his Latin America show (A/N: Latin America in Construction, MoMA 2015) was important in re-examining an underappreciated chapter of architectural modernism on a global scale as opposed to a very western-centric view of the world that had been prevalent here until quite recently. Moreover, Barry was very successful in addressing social, political, economical issues and how they relate to architecture through exhibitions such as *Rising Currents* (A/N: MoMA 2010). My former Ph.D. advisor Stanislaus von Moos from the University of Zürich has been a very influential figure for me through his way of thinking visually and relating things through visual discourse. He curated quite a number of shows that I found very inspiring, for example a Louis Kahn exhibition at the Vitra Design Museum in 2013, as well as several shows on Le Corbusier. Also I should mention my collaboration with Hilar Stadler and Peter Fischli from the artist-duo Fischli Weiss when we curated the show on Las Vegas Studio (A/N: Museum im Bellpark, Kriens, Switzerland, 2010/11). This show that traveled around the globe was a very important apprenticeship for me as it taught me how to make sense of visual material in space and how to organize and structure something spatially.

L: That leads us to our next question. What do you think are the challenges of curating and specifically curating architecture?

MS: The big difference to and art exhibition is that architecture almost always relies on representation, so you don't present objects but represent objects. And that has enormous consequences because expect for special circumstances you are never able to actually show the space, which is so important for a modern architecture. To convey a sense of space through representation is the big challenge for curating architecture and it is only rarely successful in my eyes. At the same time architecture exhibitions have to speak to really different audiences. For one thing they have to speak to architects because you want an exhibition to be part of a disciplinary discourse. For this reason, you include plans and details so architects can understand how something is actually constructed, how a floor plan works and so on. However these media are usually illegible or unattractive for the general audience, which is also a very important audience for us. So for this segment you have to work with other mediums that convey a more experiential understanding of a space or a building or a city, in particular film and photographs. To mediate between these two poles is difficult and challenging. That said, I think with new media we have great advantages as opposed to earlier times. Enhanced and virtual reality will open up new ways of representing space that is interesting to both a professional as well as a general audience. And of course models continue to capture the imagination of everyone.

L: The Museum of Modern Art is has been very important for the format of the architecture exhibition. In recent years there have been increasingly many new formats to exhibit architecture like biennals, triennals or small architecture galleries. How do you think MoMA can stay relevant in such a context and what is its specific role?

MS: I feel that many of these events are a good device with which to frame architectural issues from an contemporary and thematic perspective. However these shows are not always equally successful in dealing with objects, and obviously none of them have a collection from which to draw that would allow them to consider current issues through a historical lens. Moreover, often I feel that some of these shows are too didactica and wonder whether it would make more sense to have a symposium or a book as opposed to an exhibition on a chosen topic. An exhibition is a medium in its own right with its very own set of requirements. But, again, I believe the collection is really the key distinctive element. Unlike very few other institutions, MoMA has consistently been collecting modern architecture for many decades, and we own the archives of Mies van der Rohe and Frank Lloyd Wright, the latter together with Columbia University. This is a huge obligation but also a fantastic opportunity to frame pressing current issues or contemporary concerns in architecture historically. In a way we have the opportunity to be the "historical conscience" of the discipline unlike almost anyone else in the world.

A: Do you have any unrealized projects or dream project that you would like to realize one day?

MS: I think it would be great for us to consider to have real buildings in the collection, which again is part of my understanding of being the repository of modern architecture

and considering that especially architecture of the post war period is rapidly being destroyed because there are many places in the world where these buildings are not appreciated or considered (yet) to have historical significance. Moreover, it would be great to be able to showcase buildings on site from time to time, as MoMA did in the late 1940s and 50s when there were several model houses built in the Sculpture Garden. And then there are obviously some archives that I think would be great to have in our permanent collection. By including them, we would continue to enhance MoMA's position as one of the centers of architectural research.

A: One last question, which advice can you give young people interested in making exhibitions on architecture?

MS: I never anticipated to become a curator, so I don't know if you're asking the right person (laughs). In general I think when you care about something and you're convinced that you're doing the right thing and enthusiastic about it then you're going to be successful. I think you have to listen to your heart and your stomach and not do what other people tell you, but what you think is important.

A+L: Thank you very much for the interview!

Interview with Sean Anderson* (SA)

Interviewers

Amanda Saba Ruggiero (A), Luis Michal (L)

L: We want to talk with you about curating architecture. You have joined MoMA as an Associate Curator in 2015 and just finished your first exhibition “Insecurities” (MoMA 2016). Could you briefly explain how you ended up at MoMA? Was curating architecture something you’ve always wanted to do?

SA: I have had a long background in which I struggled between being a professor and being a practicing architect, I always felt the importance of both. I worked for a number of years in many different locations, in Rome, Morocco, Afghanistan, Dubai, India, Sri Lanka and Australia, in each of those places I would either teach and practice or just teach. I knew I wanted to come back to the US and saw in the midst of applying for another job the advertisement for this job and I thought I will apply but there is no way I will get it. To my surprise, I was asked for an interview, I had three in the process and was very excited then because I knew the museum fairly well as a student and I grew up partly in New York. So, I would come to the museum and knew that context and architecture exhibitions that I had been to, but I actually didn’t know what it meant to curate architecture. But in the process of my interviews for this job which required me to propose exhibitions, I realized that I had been curating architecture all along, because I had taught always from a curatorial perspective. I was never really interested in rigid chronology but actually thinking about art and thinking about architecture. My historical interest was implicitly curatorial, that is the very explanation how I got to this position.

L: You’ve talked about that you have been curating all along your way. So what does curating actually mean to you? We’re feeling that the term curating has been become increasingly popular during recent years and is used not just any more in a professional museum context.

* Interview accomplished in november 28, 2016, MoMA-New York. **Sean Anderson** is Associate Curator in the Department of Architecture and Design at The Museum of Modern Art. A Fellow of the American Academy in Rome and the Scuola Normale Superiore di Pisa, he has degrees in architectural design and architectural history from Cornell University, an M.Arch from Princeton University and a Ph.D in art history from the University of California, Los Angeles. He has practiced as an architect and taught in Afghanistan, Australia, India, Italy, Morocco, Sri Lanka and the U.A.E.

SA: It is something that didn't necessarily cross my mind until I was applying for a job to be a curator what curating meant to me. Although, I had friends who were curators and I have a mentor who is a director of a museum, I never quite understood what they curated necessarily, they are art curators. I think this term gets used quite loosely, on the one hand it can be suggestive of a kind of organizing and thinking through. But in the context of this institution and how architecture has played a significant role in its history, curation means also being able to condense ideas and questions that continue from the 1930s onward and I feel like being both an architect designer as well as a historian allows me to fuse curation to sets of questions that I have myself and have always had myself for or in architecture. I think the key is to remove oneself from that, it is a set of ideas that are being looked at through the museum or through the work, I don't necessarily have my ego bound up in this although it certainly helps. I like the fact that I am in an institution, I said to someone recently I don't think I could ever be an independent curator, it'd be very difficult for me.

A: What do you think are your main competencies for a curator? Do you have tools or methods and if so where and how did you learn those?

SA: I think one needs a very strong critical sensibility and that's meant not to be negative. Critical thinking that allows you to cut through a lot of what it is that you see and hear and read, and if you imagine an exhibition as being a kind of architecture or a kind of visual and spatial essay, the clearer your intent the better and I would assume the better the exhibition. On the same token it also requires great deal of patience and trying to understand the perhaps sometimes hidden narratives that are found in either the works or what you are seeing, so as a curator you're not necessarily seeing the work, you're seeing through it. And then the work becomes a lens or a frame through which you can ask questions. I also knew from the beginning that part of the way I taught architecture history was through art, because I felt like you can't think about architecture without thinking about art. Quite often the concepts in art or more easy or at least have greater potential when you're discussing them with students than showing a building. I would generally teach through art and that's why there is so much art in the exhibition as well, because I think artists often ask questions that architects can't.

A: So that is also a good bridge to our next question. What sets curating architecture apart from curating other disciplines like art and what particular challenges do you face curating architecture?

SA: I think for me it comes down to what is the set questions that I want to ask and that the work will follow. I think the difference, the primary difference is that we in architecture are working with a spatial medium that is constantly being changed, it has temporality, it has function, it has occupancy on occasion, it has materiality. So architecture to me is a constantly evolving set of ideas that are responding to or not to the world. The hardest thing about the exhibition (Insecurities) was to find works that didn't aestheticise or freeze architecture or the meaning of architecture because this refugee crisis is happening now and will be happening for years to come. So how does architecture then become a vehicle for these questions? Granted I am also interested in historical exhibitions and organising them and thinking through them, but I think they require very different type of interpretation and process than I went

through with this. For architecture curation in particular, I think you need a very strong historical background and to some degree a very strong design background, otherwise you will see a flattening sometimes. Granted Barry (Bergdoll) I think is kind of an honorary architect although he never practiced, but he knows buildings extremely well. So you don't need to be a practicing architect in that sense, but some kind of strong affinity for building. I used to tell students this all the time, that architecture whether you become an architect or not, gives you one of the strongest foundations in critical thinking that there is, it is critical reflection on yourself and on decision-making. I mean that's it, curation is decision-making.

L: So talking about your first exhibition. Is it something you are happy with and would consider a success of yours or would you do things rather differently if you could start again?

SA: Well, I would be very curious to read the few reviews of it. What's fascinating to me is that artists that I have talked to think it's fantastic, architects I speak to don't think it's fantastic and I don't know what that means or if it means anything. But I would say that the success of the exhibition rests in that there are only very few works, there are only 42 or 43 works in the entire show, it was done at a very low budget.

A: Are there any particular show or persons that have influenced your work as an architect, educator or curator?

SA: There are both artists and architects whose work I've always admired for different reasons. I have always been drawn to artists and architects and places that don't necessarily get looked at all the time and so my own research and thinking in the past, has been something that perhaps is taken for granted and then turn it over and then think about it in a different way. My second book was about Italian fascist architecture in East Africa. You know, I think there are narratives that are present in architecture and art throughout history, that become quite fascinating if you have the luxury of spending time with them. But I used to read quite a bit and now not so much unfortunately but a lot of South Asian writing, novelists as well always have been traveling.

L: Earlier you talked about a mentor of yours?

SA: Yes, her name is Suhanya Raffel, she is from Sri Lanka. I have met her in Australia through friends, she is now the overall director of the M+ Museum in Hong Kong and when I sat with her many times and I realized that her perspective on the world and on art in particular, but also architecture was so sensitive and so sophisticated, that I wanted to be like her. And because she has been working in Asia in particular for so long, she has amazing stories to tell. But also I was impressed by her knowledge of why things happen, and I think a lot of what curators are trying to do is to use art and architecture and design to ask why things happen.

L: A question leading into your future as a curator, how do you choose your topics? Is there something you want to achieve with your exhibitions? Which audience do you want to address?

SA: I don't think that I have a specific audience in mind, if you can have an audience from all slices of life, enter an exhibition and immediately be absorbed, even if for a moment, that's pretty good. I think too often people come to this museum just because they have to come to this museum, so if they can pause longer than the 30 seconds it is on average that someone spends time looking at something, you have done a good job. As for the topics I do have a lot of questions about contemporary architecture but also historic architecture that is grounded in situations in which there were changes that affected the reception of architecture or even the building of architecture historically. I think it would be fantastic to do an exhibition on fascist architecture and just see what that looks like. Quite often I feel like I have in mind what the exhibition will look like before what it is. Similarly with essays when I was writing a lot, I know what the ending of an essay is, I just have to figure out how to get there. And then what I hope to achieve is to expand how and what we see when we see architecture in the museum. That it's not just plans and sections and elevations and models, but that there is a realm of ideas through and by which architecture can be seen and understood in radically different ways.

L: MoMA was very important for the development of the architecture exhibition, however in recent years there have been a lot of new architecture events all over the world such as biennals, triennals or small architecture galleries. What do you think makes MoMA still relevant in that context and what is its position?

SA: That's a very good question, I think we will be trying to answer that question for years to come. I just wrote an essay about that exact same idea, because there are so many biennals and triennals of which architecture is part of and my question is more along the lines of for whom are they being made? Who is going to these events? Is it just other architects and designers, is it for scholars, is it for a public? So no, I don't think the museum will ever fall out of favour in that regard, but it does require the institution to make provocations.

L: Talking about institutions, what do you think are the advantages and also the struggles working within such an institution?

SA: I think the beauty but also the danger is that you reach, a huge audience of working in an institution like this. The beauty being that you can communicate a set of ideas that many people will see. The danger being, they are the first to question critique and ask why this? We have a very big mouth-piece in a way, we have a very big presence in the world and so the value is that we can also, hopefully, not change opinions but shift the discourse on ideas which we have been doing throughout the museums history. And the minute though you would shift the discourse there is also a danger, because you can slip into the feeling taking up your ego, and that's where you get involved individually. Also, there a great responsibility in creating history and this is always in the back of my head is and I have to remind myself that I work at MoMA. But you can't live through that, it's a burden not in a negative way, it is something that you know, but the minute that you kind of step out of there is just unlimited potential.

A: Do you have a dream project that you would like to realize one day?

SA: Yes and no. I don't know what it would look like, but it would involve thinking about modernism around North Africa into the Near East, so from Morocco to Baghdad. Something not necessarily based on geography, but on the communication of ideas across the Mediterranean area in modernism. Something that's never been done here.

A: To conclude our conversation, is there any advice you want to give to young people trying to become curators?

SA: Don't take anything for granted. Ask questions, I always would tell student to ask questions, because there are too many people on the world who don't or who fear that asking questions will not either resolve in the answer they want to hear or in something else. I think the beauty of being able to think through projects as a curator is not knowing necessarily what comes, what the questions will be. You can't control what people see or think, you can just try. And so I don't see the museum and exhibitions as a form of propaganda, but I do think it is important for curators or even non-curators to have as many experiences in the world as possible. That's my advice.

A+L: Great, thank you very much for your time.